

Avaliação de Impacto
do Efeito Conjugado de
Programas de Transferência
de Renda e Complementares
na Região Metropolitana de
São Paulo

Estudos Quantitativo
e Qualitativo

PROJETO AVALIAÇÃO
E APRIMORAMENTO DA
POLÍTICA SOCIAL NO
ESTADO DE
SÃO PAULO



Direitos de cópia

Serão permitidas a cópia e a distribuição dos textos integrantes desta obra sob as seguintes condições: devem ser dados créditos à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Programa das Nações Unidas (PNUD); esta obra não pode ser usada com finalidades comerciais; a obra não pode ser alterada, transformada ou utilizada para criar outra obra com base nesta; esta obra está licenciada pela Licença Creative Commons 3.0 BR (informe-se sobre este licenciamento em http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt_BR).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social

Governador do Estado de São Paulo
GERALDO ALCKMIN
Secretário de Desenvolvimento Social
RODRIGO GARCIA
Secretário Adjunto
NELSON LUIZ BAETA NEVES FILHO
Chefe de Gabinete
CARLOS ALBERTO FACHINI

S241a São Paulo (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social.

Avaliação de Impacto do Efeito Conjugado de Programas de Transferência de Renda e Complementares na Região Metropolitana de São Paulo : Estudos Quantitativo e Qualitativo / Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo : Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012.

104 p.

ISBN 978-85-7299-004-2

1. Políticas Públicas 2. Política de Assistência Social
3. Programas Sociais de Transferência de Renda
4. Resultados da Assistência Social I. Título.

CDU 364.027
CDD 303.44

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Rua Bela Cintra, 1.032 - Cerqueira César - São Paulo / SP -
CEP: 01415-000
Pabx.: (11) 2763-8000
www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

2012

Coordenação da Pesquisa
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (CGE)

Elaboração do Estudo Quantitativo
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO (FIA)
E FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE)
Elaboração do Estudo Qualitativo
AÇÃO SOCIAL & POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenador de Gestão Estratégica
RICARDO DO NASCIMENTO ALVES

Diretores do Grupo de Avaliação e Monitoramento
MÁRCIA LIMA BANDEIRA (2009-atual)
OSWALDO GONÇALVES JUNIOR (2008-2009)

Edição e Checagem

Equipe Técnica da Seds
Monitoramento e Avaliação
ITAGIRA PIRES

MÁRCIA LIMA BANDEIRA
MILTON DE FREITAS NUNES
PRISCILA DE SOUZA
OSWALDO GONÇALVES JUNIOR

Disseminação de Informações
ANDRÉ LUIZ MACHADO DE LIMA
ANGELA MARIA RIBEIRO
HEDER CLÁUDIO AUGUSTO DE SOUSA
LEONARDO GOMES NOGUEIRA
RAQUEL RANGEL FERRAZ DA SILVA

Revisão, Editoração e Produção Gráfica
Azuré Publicações

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO.....	11
PARTE 1	15
1. ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA.....	16
2. A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	19
3. A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA FAMILIAR E DE GÊNERO PARA A PROTEÇÃO SOCIAL.....	21
4. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA	23
4.1. Bolsa Família.....	24
4.2. O papel dos Estados e dos municípios no Bolsa Família	24
5. A POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP) E A CAPACIDADE DE GESTÃO MUNICIPAL PARA SEU ENFRENTAMENTO	25
5.1. Espacialização da pobreza: a vulnerabilidade na RMSP	25
5.2. Aspectos positivos e negativos da territorialização	26
6. CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DOS MUNICÍPIOS DA RMSP NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	28
6.1. A capacidade dos municípios da RMSP de desenvolverem políticas sociais	29
7. MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES DO ESTUDO	31
8. UNIVERSO DA PESQUISA	34
8.1. Desenho da pesquisa.....	34
8.2. Definição do universo da pesquisa: foco na vulnerabilidade social....	35
8.3. População-alvo.....	36
8.4. Amostras.....	38
8.4.1. Seleção das amostras	40
8.5. Coleta de dados.....	41
8.5.1. Migrações entre beneficiários de programas sociais	41
8.5.2. Entrevistados nos domicílios	43

9. CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES	44	12.3.8. Pobreza de acesso.....	92
9.1. Dimensões e indicadores de impacto	44	12.3.9. Pobreza potencial.....	93
10. PERFIL DOS GRUPOS DE CONTROLE E EXPERIMENTAIS.....	48	12.3.10. Melhoria da qualidade de vida	94
11. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS	54	13. CONCLUSÕES.....	95
11.1. Diferenças entre o grupo de controle e o grupo de famílias que recebia programas de transferência de renda.....	54	14. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS.....	100
11.2. Diferenças entre o grupo de famílias que recebia somente programas de transferência de renda e o grupo de famílias beneficiado por programas complementares	62	15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
12. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	69	PARTE 2	107
12.1. Análise fatorial das principais variáveis de atitude em relação à pobreza	70	1. A POLÍTICA SOCIAL DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	108
12.1.1. Famílias não beneficiadas por programas sociais	74	2. MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES DO ESTUDO	112
12.1.2. Famílias que recebiam somente programas de transferência de renda.....	75	3. UNIVERSO DA PESQUISA	115
12.1.3. Famílias beneficiadas por ações complementares aos programas de transferência de renda.....	76	3.1. Desenho da pesquisa.....	116
12.2. Análise fatorial das principais variáveis dos indicadores objetivos da pesquisa.....	76	3.2. Plano Metodológico	120
12.2.1. Famílias não beneficiárias de programas sociais	80	3.2.1. Preparação dos roteiros para os grupos focais.....	121
12.2.2. Famílias que recebiam somente programas de transferência de renda.....	81	3.2.1.1. Entrevistas preliminares	121
12.2.3. Famílias beneficiadas por ações complementares aos programas de transferência de renda.....	82	3.2.1.2. Análise em profundidade dos resultados da pesquisa quantitativa	125
12.3. O impacto de diferentes programas sociais na vida das famílias.....	83	3.2.1.3. Reunião com integrantes da Seds	139
12.3.1. Renda e consumo	83	3.2.2. Temas abordados	139
12.3.2. Trabalho.....	86	3.2.3. Definição dos grupos.....	140
12.3.3. Nutrição.....	88	3.2.4. Grupos de controle.....	143
12.3.4. Educação	89	3.2.5. Realização dos grupos focais	144
12.3.5. Saúde	90	3.2.6. Roteiro dos grupos focais	144
12.3.6. Moradia.....	91	3.2.7. Outros elementos importantes na pesquisa qualitativa	146
12.3.7. Vulnerabilidade familiar.....	92	3.2.8. Análise dos resultados da pesquisa.....	148
		3.2.9. Procedimentos de análise	150
		4. ANÁLISE DOS GRUPOS FOCAIS	154
		4.1. Acesso, permanência e exclusão nos programas	154
		4.2. Ingresso nos programas e as fontes de informação	154

4.3. Fontes de informação.....	160
4.4. Programas complementares e cursos acessados via benefício	164
4.5. Conhecimento dos critérios de inclusão nos programas de transferência de renda	172
4.6. Conhecimento dos critérios de permanência nos programas.....	175
4.7. Conhecimento dos critérios de exclusão de um benefício.....	187
4.8. Benefícios dos programas	191
4.8.1. Como usa o benefício no dia a dia.....	192
4.8.2. Como usaria o benefício no dia a dia	200
4.9. Melhorias na vida por meio de programas complementares.....	203
4.10. Discussão sobre saúde.....	210
4.10.1. Saúde e doença no dia a dia	212
4.10.2. Acesso aos serviços de saúde	216
4.10.3. Acesso a medicamentos	223
4.11. Discussão sobre educação.....	228
4.11.1. Acesso aos aparelhos educacionais	230
4.11.2. O acompanhamento educacional dos filhos	233
4.12. Sobre o futuro nos programas.....	241
4.12.1. A vida sem os programas de transferência de renda	241
4.12.2. Alternativas para a saída dos programas.....	248
4.13. Sobre programas e governos.....	254
4.13.1. Sobre a gestão dos programas	255
4.13.2. Observação e percepções de irregularidades.....	259
5. CONCLUSÕES.....	268
6. RECOMENDAÇÕES	278
7. ESTUDO QUALITATIVO – SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	281
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	283



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), em consonância com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo de implementar políticas públicas efetivas na área social, vem desenvolvendo uma série de ações nessa esfera nos últimos anos. Essas iniciativas direcionam-se ao aprimoramento da gestão dos serviços e programas socioassistenciais em todo o Estado, com ênfase nos programas de transferência de renda dos governos federal, estadual e municipal incrementados por ações complementares, a fim de criar estratégias integradas de geração de renda, proteção social e de erradicação da miséria.

As ações geridas pela Seds são avaliadas, monitoradas e disseminadas com o apoio da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), cujo papel é fornecer informações e ferramentas para subsidiar a Secretaria na tomada de decisões estratégicas dirigidas ao enfrentamento da pobreza e à promoção da inclusão social.

Com o propósito de avaliar e compreender os efeitos dos programas de transferência de renda nas condições socioeconômicas de famílias em situação de vulnerabilidade social, a Seds apresenta nas páginas a seguir a pesquisa **“Avaliação de impacto do efeito conjugado de programas de transferência de renda e complementares na Região Metropolitana de São Paulo”**, realizada no período de 2008 a 2011.

A pesquisa divide-se em dois estudos: um **quantitativo** e outro **qualitativo**, apresentados nesta publicação em duas partes. O **estudo quantitativo** foi desenvolvido em duas etapas, entre 2008 e 2009, com o objetivo de avaliar os efeitos que programas governamentais de transferência de renda, associados a programas complementares, podem surtir nas condições socioeconômicas de famílias beneficiárias residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Em outras palavras: verificar se os programas complementares aos de transferência de renda geraram algum valor agregado na qualidade de vida desses grupos e em qual combinação e extensão.

O **estudo qualitativo**, realizado entre 2010 e 2011, busca complementar os resultados obtidos no levantamento quantitativo, de maneira a enriquecer a compreensão a respeito do efeito conjugado de programas sociais sobre as condições

socioeconômicas de famílias e indivíduos pobres residentes na RMSP. Esse estudo foi efetivado por meio da realização de grupos focais com famílias em condições de alta e muito alta vulnerabilidade social que participaram da 1ª e da 2ª fases da coleta quantitativa.

A pesquisa **“Avaliação de impacto do efeito conjugado de programas de transferência de renda e complementares na Região Metropolitana de São Paulo”** foi concluída em 2011 com a realização de um workshop de apresentação dos resultados, na Seds, para técnicos da secretaria e especialistas de diversas instituições de ensino e pesquisa.

A finalidade desta publicação é compartilhar esse estudo com todos os interessados no campo do desenvolvimento social para auxiliar o planejamento e a implementação de ações que melhorem a eficácia da política do Estado de São Paulo dirigida a serviços, programas e projetos de assistência, promoção e desenvolvimento social. O objetivo é também enriquecer a compreensão de gestores, órgãos de controle social e instituições acadêmicas a respeito do efeito conjugado de programas sociais sobre as condições socioeconômicas de famílias e indivíduos pobres, particularmente os residentes na RMSP.

RODRIGO GARCIA

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INTRODUÇÃO

A gestão das políticas sociais no Brasil apresentou avanços significativos nos últimos anos, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a estruturação, organização, normatização e descentralização das ações na perspectiva das responsabilidades pactuadas entre União, Estados e municípios. Nessa nova configuração, os programas socioassistenciais ampliaram a sua capilaridade para alcançar, de fato, as populações mais pobres e vulneráveis.

Em sintonia com as mudanças instauradas na esfera federal e com o propósito de estabelecer uma nova cultura na área social, o Governo do Estado de São Paulo tem investido constantemente na melhoria da sua política de desenvolvimento e assistência social.

A inovação do governo paulista nesse campo tem-se voltado, entre outras iniciativas, para a promoção da cidadania e da inclusão social de famílias assistidas por programas de transferência de renda¹ vinculados a ações complementares que são gerenciadas no âmbito estadual e executadas na rede municipal, tanto na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) como em outras regiões do Estado.

Para avaliar o resultado dessas intervenções sociais correlacionadas, a Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) conduziu, entre 2008 e 2011, a pesquisa **“Avaliação de impacto do efeito conjugado de programas de transferência de renda e complementares na Região Metropolitana de São Paulo”**. O levantamento englobou dois estudos: um **quantitativo** e outro **qualitativo**.

O **estudo quantitativo** foi desenvolvido em dois períodos – entre 2008 e 2009 –, por meio da coleta de dados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O **qualitativo** foi executado entre 2010 e 2011, com base na metodologia de grupo focal – ou grupos de discussão.

A pesquisa integrou o Projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo, objeto do contrato de empréstimo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a assessoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no

¹ A ação citada diz respeito, principalmente, aos programas de transferência de renda estaduais. No entanto, a pesquisa também considerou os programas de transferência de renda das esferas federal e municipal.



período de 2005 a 2011. O projeto, no qual foram previstos investimentos de US\$ 7,14 milhões em seis anos, realizou em novembro de 2011 um seminário técnico de apresentação dos resultados, no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista.

A meta do projeto – que foi prorrogado com apoio do PNUD até 31 de dezembro de 2012 – consiste em melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade da política de desenvolvimento social no Estado. Alinhada a esse fim, a Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE) da Seds, cujo papel é monitorar e avaliar programas desenvolvidos no campo da política de assistência social e disseminar suas informações, forneceu ao governo paulista subsídios para que cumpra sua função estratégica na coordenação da política social nos municípios paulistas.

Em linhas gerais, o **estudo quantitativo** – apresentado nesta publicação em versão sucinta – foi realizado com base na seleção de três perfis de famílias: grupos não beneficiários de programas socioassistenciais, beneficiários apenas de programas de transferência de renda e contemplados cujo repasse de verba foi associado a *ações complementares*² em diversas áreas, tais como educação; saúde, nutrição e segurança alimentar; habitação; e capacitação profissional.

Organizada em duas etapas, com a análise comparativa dos resultados de cada grupo³ pesquisado, a **pesquisa quantitativa** enfatiza os impactos das intervenções complementares sobre a qualidade de vida das famílias beneficiárias dos programas Bolsa Família (Governo Federal), Renda Cidadã (Governo do Estado de São Paulo) e Renda Mínima (programa de âmbito municipal), avaliando se a combinação de múltiplas ações pela extensão de programas federais, estaduais e municipais resultaria em um valor agregado para esses grupos, ou seja, em benefícios maiores do que a transferência de renda isoladamente.

Os resultados do estudo – elaborado com base em amostras de 900 entrevistas efetuadas em dois momentos distintos de 2008 e 2009 – foram compilados em dez dimensões: renda domiciliar; trabalho/emprego; consumo domiciliar; nutrição; educação; saúde; condições de moradia; condições de maior vulnerabilidade; condicionalidades; e atitudes.

Por sua vez, o **estudo qualitativo**, realizado entre 2010 e 2011, buscou complementar os resultados obtidos do levantamento **quantitativo**, de maneira a enriquecer a compreensão a respeito do efeito conjugado de programas sociais

2 Nesta pesquisa utiliza-se a terminologia *ações complementares* – ou programas complementares – para se referir tanto às ações realizadas pelos municípios nas áreas de saúde e educação, que estão vinculadas às condicionalidades dos programas de transferência de renda, quanto às ações exercidas em outras esferas, como habitação, nutrição, segurança alimentar e capacitação profissional, que são adotadas pelas prefeituras de acordo com a rede de serviços existentes nos municípios.

3 Os resultados do estudo foram consolidados em três relatórios analíticos: relatório de resultados da segunda rodada do levantamento (Survey II), com 271 páginas; relatório final com a análise comparativa dos resultados das duas etapas do estudo, as quais foram realizadas em 2008 e 2009, com 38 páginas; e Anexos I e II da Survey II, com 113 páginas. As conclusões foram comparadas para dimensionar o impacto dos programas de repasse de renda sobre a condição de vida dos grupos pesquisados.

sobre as condições socioeconômicas de famílias e indivíduos pobres residentes na RMSP.

Esse estudo consistiu na realização de grupos focais com famílias da RMSP em condições de alta e muito alta vulnerabilidade social que participaram dos dois *surveys*⁴ feitos na 1ª e 2ª fases da coleta **quantitativa**. Essa etapa da pesquisa reuniu 12 grupos: oito constituídos por beneficiários de programas de transferência de renda que participavam de ações complementares em diversas áreas, entre as quais educação e saúde; dois formados por pessoas que recebiam somente programas de transferência de renda; e dois integrados por não beneficiários inscritos nos cadastros sociais e com perfil para acesso aos programas de transferência de renda.

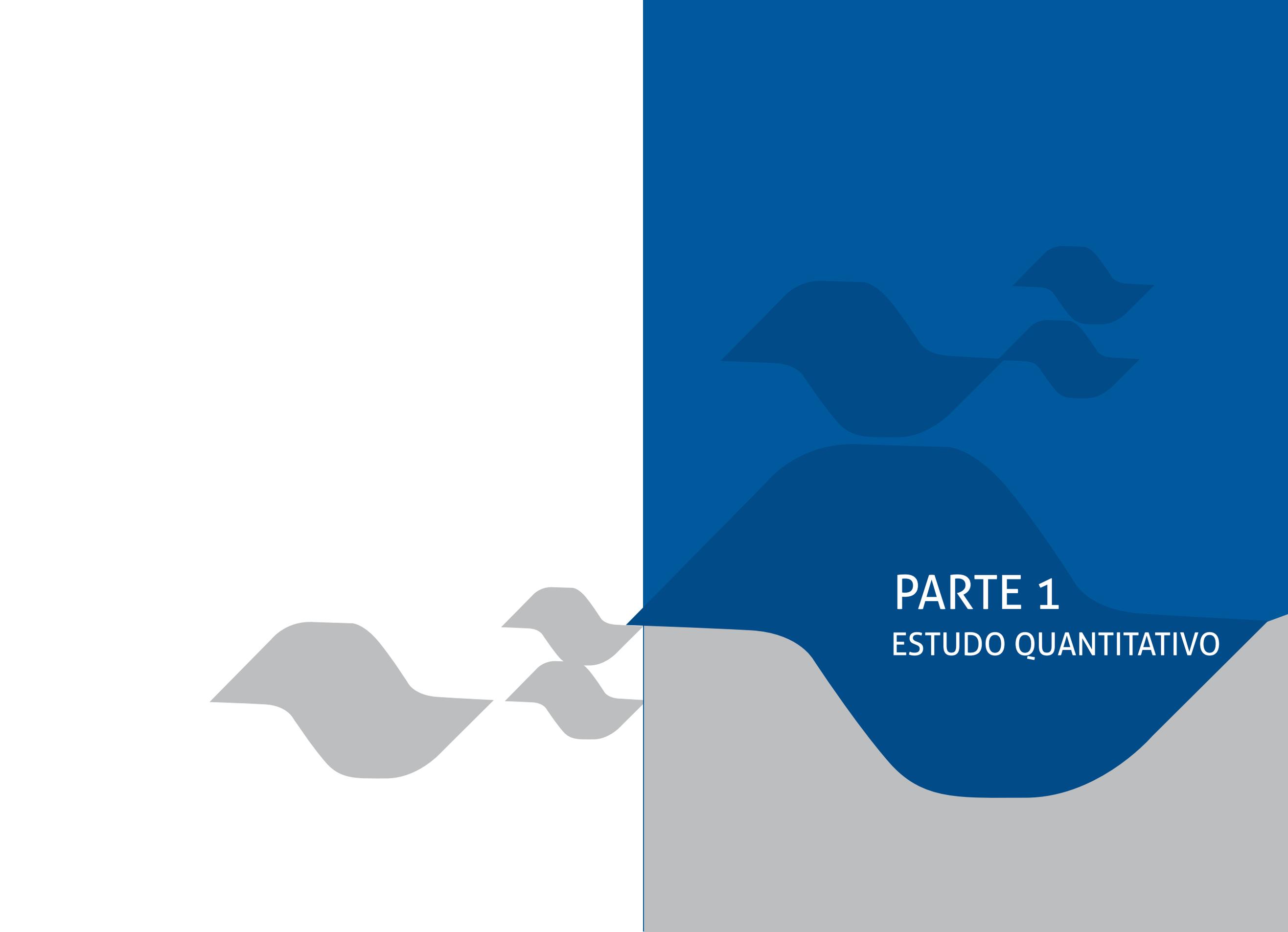
Os participantes desses grupos foram escolhidos com base nos dados fornecidos pela **pesquisa quantitativa**. A seleção foi aleatória, por meio de um sorteio. Cada um dos 12 grupos concentrou de 8 a 12 participantes.

O **estudo quantitativo** foi elaborado pelo consórcio formado pelas fundações Instituto de Administração e Instituto de Pesquisas Econômicas (FIA/Fipe), e o **qualitativo**, pela empresa Ação Social e Políticas Públicas⁵.

Com a sistematização dessas informações em uma publicação técnico-científica, a CGE vem contribuir para a disseminação de informações produzidas pela Seds no âmbito das pesquisas e dos estudos.

4 Survey é um método de entrevista aplicada na qual se realiza o levantamento de informações sobre características, ações ou opiniões de uma amostra representativa da população ou, no caso do censo, de toda ela, por meio de aplicação de questionário.

5 O consórcio FIA/Fipe e a empresa Ação Social e Políticas Públicas foram contratados para a realização de etapas distintas da pesquisa (respectivamente, os estudos quantitativo e qualitativo), por meio de participação em Solicitações de Propostas (SDPs) elaboradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).



PARTE 1
ESTUDO QUANTITATIVO

1.

ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA

O conceito de pobreza pode abarcar diversas interpretações, conforme o contexto sócio-histórico de cada país. Por esse motivo, pontua Draibe (2005b), sua apreensão não pode ser literal. De uma concepção inicialmente vinculada à pobreza de renda, a ideia de pobreza passou a incorporar outras dimensões e mecanismos de reprodução. Além da formulação geral de pobreza relativa e absoluta¹, a autora cita dez dimensões de mal-estar e falta de poder relacionadas a aspectos materiais e não materiais, apresentadas no estudo *Voices of the poor*, baseado na realidade de mais de 60 mil homens e mulheres pobres de 60 países:

Quadro 1

Vozes dos pobres: dimensões do mal-estar e da falta de poder

Capacidades: carências de informação, educação, habilidades, confiança

Condições de vida e patrimônio: precárias, sazonais, inadequadas

Local de moradia: isolado, inseguro, não atendido, estigmatizado

Condições físicas pessoais (corpo): faminto, cansado, doente, má aparência

Relações de gênero: desiguais e sofridas

Relações sociais: discriminadoras e isoladoras

Segurança: falta de proteção e de tranquilidade quanto ao futuro

Comportamentos: indiferença e abusos por parte dos mais poderosos

Instituições: excludentes e desempoderadoras

Organizações dos pobres: fracas e desconectadas

Fonte: Narayan *et. al.*, 2000, *apud* Draibe, 2005b, p. 8.

À medida que a sociedade amplia e refina as formas de entendimento do conceito de pobreza, o seu campo interpretativo passa necessariamente a incluir novas abordagens, tais como a concepção de direitos humanos e noções de inclusão

1 De acordo com Draibe (2005b), a pobreza relativa estabelece-se com a comparação dos níveis de renda de uma determinada sociedade. Já a pobreza absoluta refere-se à capacidade de renda para a obtenção de um nível de consumo que satisfaça as necessidades básicas das pessoas.

social, capacidades humanas e coesão social², bem como vulnerabilidade, instabilidade e insegurança. É nesse prisma que o conceito de “exclusão social” se insere nas múltiplas determinações da pobreza, abrangendo aspectos econômicos, sociais e políticos. Segundo o Conselho da Europa³ de 1994, os excluídos são “os grupos de pessoas que se encontram parcial ou integralmente fora do campo de aplicação efetiva dos direitos humanos” (URB-AL Rede 10, 2004 *apud* Draibe, 2005b, p. 14).

Para Amartya Sen, “o conceito de pobreza define-se simultaneamente como restrição de liberdades e direitos (*entitlements*)⁴, como privação de capacidades, de potencialidades e oportunidades” (*id. ibid.*, p. 14). A garantia dessas liberdades e direitos é fundamental para o *desenvolvimento humano*, processo que é promovido pela efetivação das diferentes capacidades, mediante a postura ativa das pessoas envolvidas. Esses conceitos de pobreza têm a vantagem de incorporar a ideia de dinamicidade, em contraposição, segundo Draibe (*op. cit.*), ao conceito de exclusão. O quadro 2 é um resumo que equaciona as diversas dimensões da pobreza com base na abordagem do desenvolvimento humano.

Quadro 2

Dimensões da pobreza enquanto desenvolvimento humano insuficiente

Dimensões do bem-estar	Dimensões econômicas		Dimensão social	Dimensão cultural	Dimensão política	Dimensão ética
Formas da pobreza	Monetária	Condições de vida				
Pobreza de acesso (falta ou ausência de satisfação)	Falta de acesso ao emprego Ausência de ingressos Baixo poder aquisitivo	Falta de acesso à saúde, à alimentação equilibrada, à educação, à habitação, etc.	Exclusão social Ruptura da coesão social Problemas de discriminação de gênero	Não reconhecimento da própria identidade Desenraizamento	Ausência de democracia de participação das decisões	Ausência de normas Corrupção Violência Negação de valores
Pobreza de Potencialidades (ausência de oportunidades de acumulação)	Ausência de capital físico (equipamentos, terrenos, bens duráveis) capital financeiro (poupança, crédito)	Insuficiência de capital humano (baixo nível educacional, pouca saúde)	Insuficiência de capital social (falta de coesão social, relações sociais fracas)	Insuficiência “capital cultural” Ausência de fundo cultural comum Sub cultura	Ausência ou insuficiência de “poder” de meios de expressão, de informações	Insuficiência de normas ou valores compartilhados “capital ético”

Adaptado de Dubois & Mahieu. 2005. La durabilité sociale comme composante du développement humain durable. <http://mapage.noos.fr/RDV/Soutenabilisoc1.htm>

Fonte: Draibe, 2005b, p. 18 – Adaptado de Dubois; Mahieu, 2005.

2 “Coesão social supõe a incorporação dos distintos estratos sociais em um [...] destino comum, caracterizado por mais igualdade de oportunidades, pelo combate à marginalidade e o ataque a situações de pobreza e a deterioração social” (CESPI, 2001, p. 6, *apud* DRAIBE, 2005b, p. 17).

3 Organização internacional, fundada em 1949, cujos propósitos são a defesa dos direitos humanos. Neste foro encontram-se a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

4 Segundo o *Michaelis – Moderno Dicionário Inglês*, a palavra *entitlement* significa, em português, “direito de posse”. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=entitlement>> Acesso em: 27 out. 2010.

Outra forma de entendimento da pobreza diz respeito à sua reprodução. Esse aspecto está vinculado à reunião de vários fatores determinantes da pobreza que, conjuntamente, se reforçam para criar um ciclo vicioso que é muito difícil romper. Por exemplo, fatores como filhos de pais em situação de extrema pobreza (reprodução intergeracional), a situação de desigualdade e discriminação da mulher, a segregação residencial e a desigualdade social condicionam negativamente as condições de acesso e as oportunidades dos pobres (*id. ibid.*, p. 19). A educação e, principalmente, a instrução familiar também assumem grande importância para o entendimento da questão da reprodução da pobreza.

Em 2001, o Banco Mundial publicou um relatório sobre o desenvolvimento mundial⁵ que mostra claramente o caráter multidimensional da pobreza, indicando que quase metade da população mundial vive com menos de dois dólares por dia e um quinto sobrevive com menos de um dólar diariamente. O documento menciona que os pobres habitam em locais com situação precária e, por esse motivo, estão mais susceptíveis a intempéries e desastres naturais. Pelo fato de disporem de piores condições de alimentação e devido à falta de acesso à prevenção de doenças, estão mais expostos a enfermidades. Por sua vez, quando adoecem, lhes faltam condições de acesso a medicamentos e a tratamento especializado. Além disso, estão inseridos precariamente no mercado de trabalho e, muitas vezes, a renda é insuficiente e variável. Ao recorrer aos órgãos governamentais em busca de auxílio, são hostilizados e vítimas de arbitrariedades. O ambiente familiar dos pobres é marcado pela desintegração. O relatório constata ainda que, à exceção do leste da Ásia, a pobreza e a diferença social aumentaram no mundo nos últimos 40 anos.

O reconhecimento de que sociedades com altos índices de desigualdade merecem uma atuação essencial do Estado provoca uma reflexão obrigatória sobre a situação brasileira, que, como bem se sabe, possui um dos mais elevados índices mundiais de desigualdade social.

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (BARROS et al., 2000a), que analisa a pobreza, o Brasil ocupa o 9º lugar em renda *per capita*, entre os países em desenvolvimento, mas cai para o 25º lugar quando se fala em proporção de pobres. Isso coloca o Brasil entre os países de alta renda e alta pobreza. Ao mesmo tempo em que está entre os 10% mais ricos, integra a metade mais pobre dos países em desenvolvimento, sendo um dos primeiros do mundo em desigualdade social. Aqui, 1% dos mais ricos se apropria do mesmo valor que os 50% mais pobres. Há no País 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e, dessas, 24,7 milhões vivem em extrema pobreza. (IBGE, 2003; Gomes, Pereira, 2005, p. 359)

5 “Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001 – luta contra a pobreza”.

2.

A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

As décadas de 40 a 70 do século 20 foram marcadas por grandes mudanças econômicas e sociais no Brasil. A economia do país, primordialmente agrária, passou por um acelerado processo de industrialização, especialmente nos anos 50, que motivou a instalação de importantes indústrias, o crescimento dos centros urbanos, a expansão dos sistemas de transportes e a ampliação dos meios de comunicação de massa.

As transformações estruturais ocorridas nesse período foram acompanhadas pelo rápido crescimento da população no espaço urbano-industrial, que ultrapassou, pela primeira vez, a população rural – na segunda metade do século 20, a massa urbana brasileira saltou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes. Isto quer dizer que, a cada ano, em média, 2.378.291 habitantes eram acrescidos à população urbana do país⁶. Nesse período, também aumentou muito a participação das mulheres no mercado de trabalho.

À expansão econômica alcançada pelo país, no entanto, seguiu-se a ampliação da desigualdade social, realidade cujo impacto não foi absorvido pelas políticas sociais.

Portanto, o país viu durante os seus “Anos Gloriosos” aumentar a sua heterogeneidade social. Não se tratava mais de um país de senhores, escravos e classe média. Havia uma considerável diferença entre patrões e empregados; entre os trabalhadores rurais e urbanos; os formais e os informais; entre os trabalhadores do setor privado e do setor estatal; entre as diversas categorias profissionais, algumas mais protegidas que outras; entre migrantes, negros e brancos; homens e mulheres; que são alguns exemplos das inúmeras diferenciações possíveis. (Guerra, 2005, p. 33)

O próprio processo de redemocratização, instaurado no início dos anos 80, apesar dos avanços de representação política, foi marcado pela desestruturação das políticas sociais. O esvaziamento de projetos nessa área ocorreu, em grande

⁶ Conforme BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Estudos avançados, vol. 20, nº 57, São Paulo, Mai./Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200017&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 jun. 2010.

medida, devido a um “vácuo” legislativo no país, até que a Constituição Federal de 1988 fosse promulgada, em substituição à Carta Magna imposta pelo regime militar em 1967, e novas garantias sociais começassem a ser desenhadas. A forte crise econômica, associada à desintegração de instituições e à pulverização de seu corpo burocrático, a exemplo do Banco Nacional de Habitação (BNH), também contribuiu para a desarticulação de políticas sociais efetivas no período.

A Constituição de 1988 trouxe inovações ao campo da proteção social ao incorporar a noção de seguridade social e instituir cláusulas que previram o financiamento e a estruturação de diversas políticas sociais, como a universalização do acesso às políticas de saúde e educação e a concepção de assistência social como um direito. Em sua “Seção IV – Da Assistência Social”, artigo 203, a Lei Maior dispõe que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), criada em 1993, estabelece, em seu Capítulo IV, benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social⁷. A partir desse novo arcabouço legal surgiu, na década de 1990, uma outra organização das políticas sociais, pautada na descentralização de políticas de saúde e educação, na constituição dos serviços de assistência social em rede e na formação dos conselhos gestores de políticas, a fim de aumentar a participação social na gestão das políticas e a transparência na alocação de recursos. Em síntese, a Loas tornou obrigatória a institucionalização da assistência social por todos os entes federados.

3. A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA FAMILIAR E DE GÊNERO PARA A PROTEÇÃO SOCIAL

Nas últimas décadas, a família brasileira vem passando por diversas transformações que incentivaram a pensá-la não mais como um modelo único de família, porém como vários tipos de famílias. Entre as causas dessas mudanças destacam-se a ascendente participação da mulher no mercado de trabalho, o crescimento da proporção de famílias monoparentais⁸, o aumento da chefia feminina nas famílias e o maior acesso das mulheres à formação educacional. As modificações no cenário econômico também influenciaram a composição das famílias e o crescente papel da mulher como cuidadora e provedora, acarretando uma nova configuração às condições e aos modos de vida dos brasileiros.

Segundo Kaloustian & Ferrari (apud Gomes; Pereira, 2005, p. 358), a família, independentemente do arranjo ou da forma como vem se estruturando, é a responsável pela proteção e garantia de sobrevivência de seus filhos e membros. É o espaço decisivo de educação formal e informal que propicia os aportes afetivos e materiais, bem como a assimilação dos valores éticos e morais. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. Esse grupo é o primeiro no qual o indivíduo se insere socialmente, e a experiência primordial de fazer parte de um núcleo maior marcará suas experiências futuras em sociedade.

As famílias em situação de extrema pobreza, no entanto, reduzem sobremaneira suas capacidades de influenciar positivamente o desenvolvimento de seus membros, remetendo à noção de reprodução da pobreza⁹.

Para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. Segundo Gomes (2003), quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que essa família não dispõe de

⁷ O Capítulo IV da Loas (Lei 8.742) estipula as seguintes ações: garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais (segundo o art. 34 da Lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso –, o qual modificou o requisito etário de 67 para 65 anos) que, comprovadamente, não possuam meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la subsidiada por sua família (benefício de prestação continuada); pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto do salário mínimo (benefícios eventuais); atividades continuadas voltadas à melhoria de vida da população, tais como programas de amparo às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social e às pessoas que vivem em situação de rua (serviços assistenciais); ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais (programas de assistência social); investimento econômico-social em grupos populares, para subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, preservação do meio ambiente e sua organização social (projetos de enfrentamento da pobreza). O texto na íntegra está disponível nos Arts. 20, 22, 23 e 24, do Capítulo IV, da Loas.

⁸ Segundo a Constituição brasileira, família monoparental é a entidade familiar conceituada como “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. De acordo com LEITE (2003, p.22) “uma família é monoparental quando a pessoa considerada (homem ou mulher) encontra-se sem cônjuge, ou companheiro, e vive com uma ou várias crianças”. Assim, a família monoparental feminina constrói-se sob esta denominação, muitas vezes, devido à separação dos cônjuges.

⁹ Esta noção foi mencionada no tópico “1. Estratégias para o enfrentamento da pobreza”.

redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados. (Gomes; Pereira, 2005, p. 359)

A centralidade da família para o desenho de políticas públicas eficazes é apontada por Gomes e Pereira (2005) em relação à proposição de ações que atendam a esse núcleo, devendo ser observados os seguintes princípios:

- desfazer a ideia de família sonhada, tendo a família real como alvo. A família pode ser fonte de afeto e também de conflito, o que significa considerá-la um sistema aberto, vivo, em constante transformação;
- olhar a família no seu movimento, na sua vulnerabilidade e fragilidade, ampliando o foco sobre ela;
- valorizar a escuta da família, reconhecendo sua heterogeneidade;
- olhar a família não de forma fragmentada, mas trabalhar com o conjunto de seus membros; se um membro está precisando de assistência, sua família também estará necessitando;
- centrar as políticas públicas na família, reconhecendo-a como potencializadora dessas ações e como sujeito capaz de maximizar recursos;
- o Estado não pode substituir a família; portanto a família tem de ser ajudada;
- não é possível falar de políticas públicas sem falar de parceria com a família.

4.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA

Os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs) vêm sendo desenvolvidos de forma crescente em países da América Latina e do Caribe pelo fato de terem custos operacionais geralmente menores do que outros programas. As avaliações têm indicado que os PTCRs melhoram diversos aspectos das vidas das famílias beneficiadas, tais como a educação e a saúde, além de reduzir a pobreza e a mortalidade e o trabalho infantil (Soares, 2007).

“A redução da pobreza absoluta por meio de transferência de renda focalizada é vista de forma crescentemente consensual, como um instrumento efetivo de política social” (Rocha, 2003, P. 179 Apud Marques; Torres, 2004, P. 37). Esse consenso está pautado na convergência da noção de que para se ter o real acesso aos direitos sociais, tais como educação e saúde, alguns mínimos sociais¹⁰ precisam ser assegurados, como os referentes à segurança alimentar. Em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade, “a redistribuição de renda torna-se instrumento estratégico de preservação do tecido social e reforço da solidariedade” (Lavinias, 1998, p. 12).

Atualmente, doze países na América Latina e no Caribe possuem programas de transferência de renda, entre os quais se destacam Brasil (Bolsa Família), México (Progres/Oportunidades), Argentina (Plan Família), Chile (Chile Solidario), Colômbia (Famílias en Acción), Costa Rica (Superémonos), República Dominicana (Solidaridad), Peru (Juntos) e El Salvador (Red Solidaria). Os mais abrangentes são o Bolsa Família, que beneficia atualmente mais de 13 milhões de famílias¹¹, e o Oportunidades, com aproximadamente 5 milhões de famílias contempladas no México.

¹⁰ A Loas, em seu Parágrafo Único do Capítulo I, propõe a garantia dos “mínimos sociais”, isto é, o mínimo necessário para o indivíduo ter acesso a condições dignas de vida, que perpassem o limite de subsistência no limiar da pobreza absoluta. O conceito de “mínimos sociais”, segundo os preceitos da Política Nacional de Assistência Social, deve circunscrever-se no campo da proteção social articulada a outras políticas sociais sob a responsabilidade estatal, para promover a garantia de direitos e a universalização dos acessos.

¹¹ Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/marco/tereza-campello-fala-no-bom-dia-ministro-sobre-reajuste-e-atualizacao-cadastral-do-bolsa-familia-e-programas-de-seguranca-alimentar>> Acesso em: 31 mar. 2011.

4.1. Bolsa Família

O Bolsa Família¹² é um programa nacional de transferência direta de renda criado em 2003 para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito delas à alimentação. Destinado a núcleos familiares com renda mensal de até R\$ 140 por pessoa¹³ inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), mantido pelo Governo Federal, o Bolsa Família unificou quatro programas de repasse de renda existentes anteriormente: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

O benefício articula três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: a promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias; o cumprimento de condições relacionadas ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, visando a romper o ciclo da pobreza entre as gerações; e a coordenação de programas complementares voltados ao desenvolvimento das famílias, como a geração de trabalho e renda, a alfabetização de adultos e o fornecimento de registro civil e demais documentos.

Os valores pagos às famílias contempladas variam atualmente de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, de acordo com o tipo de benefício recebido¹⁴: Básico, Variável ou Variável Vinculado ao Adolescente, Variável Gestante e Variável Nutriz. Essas modalidades são estipuladas conforme a renda mensal familiar por pessoa e outros critérios nos quais as famílias devem se enquadrar, como o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos frequentando a escola.

4.2. O papel dos estados e dos municípios no Bolsa Família

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os Estados exercem, na estrutura do Programa Bolsa Família, a função de promotores do desenvolvimento das atribuições municipais, estimulando as ações locais qualificadas e fornecendo o suporte técnico necessário ao planejamento e à consolidação do programa. Entre diversas competências, os coordenadores estaduais do programa realizam capacitações de agentes municipais e estaduais responsáveis pela gestão de benefícios em parceria com o MDS. Já os governos municipais são os principais gestores do programa com as famílias, cabendo-lhes, entre outras atribuições, a identificação e a inscrição dos núcleos familiares no Cadastro Único (CadÚnico), bem como a garantia do acesso dos beneficiários aos serviços de educação e saúde, em articulação com as esferas federal e estadual. A meta, tanto dos estados como dos municípios, é proporcionar a promoção e inclusão social às famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.

12 Informações constantes no site Programa Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

13 A renda da família é calculada com base na soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo-se, assim, a renda *per capita* da família.

14 Segundo o Decreto nº 7.447, publicado no Diário Oficial da União de 02/03/2011. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=02/03/2011>> Acesso em: 31 mar. 2011.

5.

A POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP) E A CAPACIDADE DE GESTÃO MUNICIPAL PARA SEU ENFRENTAMENTO

A Política Nacional de Assistência Social, ao estabelecer como um de seus principais pressupostos a territorialização, destaca, entre outros fatores, a importância do conhecimento da realidade local das comunidades, de modo que se estabeleçam com exatidão os desafios a serem enfrentados para a superação da situação de vulnerabilidade social presente.

5.1. Espacialização da pobreza: a vulnerabilidade na RMSP

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2007 a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) concentrava 20 milhões de habitantes, ou seja, aproximadamente 47% da população do Estado e 11% dos indivíduos do país. Em termos de vulnerabilidade, quase 55% dos pobres¹⁵ do Estado de São Paulo residiam nessa área.

A pobreza metropolitana tem características específicas, uma vez que o custo de vida nessas áreas tende a ser muito maior que em outras regiões e essa população praticamente não dispõe de condições de prover seu próprio sustento senão pela via monetária. A comparação de diferentes indicadores socioeconômicos da RMSP demonstra que a configuração espacial das principais carências sofridas pela população é muito semelhante. Portanto, é possível distinguir claramente uma área central com melhores condições socioeconômicas e uma área circundante, à qual se denomina genericamente de periferia, com sobreposições de carências retratadas sinteticamente por esses índices.

Os menores valores de rendimento nominais, as maiores taxas de desemprego, o elevado número de crianças e jovens fora da escola, a falta de infraestrutura

15 Consideram-se pobres as famílias com renda *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo.

para cultura e lazer, as piores condições de moradia, os dados mais alarmantes de violência, todos esses fatores agregados distanciam grande parte da população da RMSP das condições satisfatórias de vida.

De acordo com Marques e Torres (2004), a superposição de carências na região não é completa, por causa da sua heterogeneidade social. No entanto, em seus estudos sobre áreas metropolitanas, os autores concluíram que existem zonas – denominadas de hiperperiferias – muito susceptíveis a riscos e situações negativas que implicariam uma retroalimentação da pobreza. Para os pesquisadores, o enfrentamento dessa situação e a quebra do ciclo de reprodução da pobreza dependem do desenvolvimento de políticas sociais de base territorial: “[...] ser pobre numa área com alta concentração de pobres é substancialmente diferente de ser pobre numa região com presença de famílias de renda mais elevada” (2004, p. 32).

5.2. Aspectos positivos e negativos da territorialização

Ao analisar a adoção de critérios territoriais para o desenho de políticas sociais, em especial para as de transferência de renda e os cadastramentos que lhes dará suporte, Marques e Torres (2004, p. 33) ressaltam pontos positivos e negativos desse parâmetro.

Os autores mencionam três potenciais ganhos com o recorte territorial: *a redução da subdeclaração de renda*, já que a probabilidade de encontrar famílias efetivamente pobres é muito maior nas áreas pré-selecionadas; *o aumento da probabilidade de o cadastro incluir os superpobres*, uma vez que as ações, ao se aproximarem fisicamente de seus locais de residência, reduzem o custo de cadastramento para os beneficiários e elevam as chances de a informação chegar a essas famílias; e *a transformação substancial dos locais de moradia*, por meio dos programas de transferência de renda combinados a outras ações integradas às políticas sociais que atuam sobre o nível de renda da comunidade e contrabalançam as “externalidades negativas”.

Apesar de reconhecer que o desenho das políticas de transferência de renda deva considerar o aspecto territorial para melhor identificar a população a ser beneficiada, Marques e Torres (2004, p. 36) apontam possíveis efeitos negativos associados a esse critério. Entre os prováveis fatores contraproducentes destacam-se *o potencial estigma em virtude da imagem de “local de pobreza”*; *a decorrente desvalorização imobiliária da região*; *os impactos discriminatórios no mercado de trabalho para trabalhadores provenientes dessa região* e, por fim, a tendência ao aumento de homogeneização social, fato que acabaria contribuindo para a manutenção e o reforço do ciclo de pobreza que se pretendia romper.

Os pesquisadores concluíram que em áreas onde a concentração de carências é dominante – como na Região Metropolitana de São Paulo –, a integração de políticas de transferência de renda com outras políticas sociais é o caminho mais promissor para a real mudança das condições de vida dessa população e para o rompimento do ciclo vicioso de pobreza.

O enfrentamento e a superação da condição de vulnerabilidade da população, no entanto, requer o envolvimento de diversos agentes – públicos e privados – que potencializem esforços em ações complementares e integradas. A assistência social, que busca prover os mínimos sociais para a garantia do atendimento às necessidades básicas dos indivíduos, desempenha um papel central na tarefa de superação da pobreza, por meio da inclusão e promoção social. Por esse motivo, é fundamental conhecer as condições administrativas que amparam a atuação dos municípios na área de assistência social.

6.

CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DOS MUNICÍPIOS DA RMSP NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Examinar a efetividade das políticas sociais desenvolvidas nos estados e executadas nos municípios pressupõe – além do conhecimento sobre o problema social a ser resolvido – o entendimento de como o sistema nacional de assistência social está organizado e as especificidades locais que constroem ou impulsionam o desenvolvimento das políticas públicas na área.

A Constituição Federal¹⁶ e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)¹⁷ estabelecem que as ações governamentais na área da assistência social devem se organizar com base em diretrizes que enfoquem a *descentralização político-administrativa*¹⁸, a *participação da população* e a *primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social*.

Como condição para o repasse de recursos, a Loas determina, em seu artigo 30, que os estados, os municípios e o Distrito Federal mantenham em funcionamento a seguinte estrutura: *Conselho de Assistência Social*, de caráter deliberativo e composição paritária entre governo e sociedade civil; *Fundo de Assistência Social*, com orientação e controle dos respectivos conselhos de assistência social; *Plano de Assistência Social*; *comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social*; e *organização e gestão da rede de inclusão e de proteção social*.

Em 1997, quatro anos após a publicação da Loas, somente 33% dos municípios brasileiros faziam parte do sistema descentralizado de assistência social (Arretche, 1999)¹⁹. Em 2004, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, com os pressupostos de territorialização, descentralização e intersetorialidade,

¹⁶ No artigo 204.

¹⁷ No artigo 5º.

¹⁸ A coordenação e as normas gerais da descentralização político-administrativa cabem à esfera federal, enquanto a coordenação e execução dos programas sociais ficam a cargo, respectivamente, dos Estados e municípios, em parceria com entidades beneficentes e de assistência social.

¹⁹ Ainda segundo ARRETCHÉ (1999), em agosto de 1997, somente 7% dos municípios paulistas tinham aderido ao programa descentralizado de assistência social.

incentivou a participação mais efetiva da esfera municipal nas políticas de assistência social. No ano seguinte, com a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), 99,7% dos municípios haviam aderido a essa ferramenta de gestão (IBGE, 2006).

A capacidade de os municípios desenvolverem políticas sociais, como assinala Arretche (2000), depende diretamente da existência de infraestrutura organizativa, bem como de recursos financeiros e humanos que favoreçam o planejamento e a execução de programas públicos.

A pesquisa “Avaliação de impacto de efeito conjugado de programas de transferência de renda e complementares na RMSP” analisou 39 municípios que compõem a região, apresentando resultados referentes a toda a área, e não a cada município especificamente. No entanto, considerou oportuno examinar a situação regional também em sua escala municipal e, em alguns casos, intraurbana, a fim de ressaltar a heterogeneidade da área.

A capacidade administrativa de esses municípios desenvolverem políticas, programas e ações sociais foi avaliada com base no Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2005, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O estudo fornece dados que, em conjunto, permitem compor um perfil das diretrizes administrativas adotadas pelos municípios.

Para auxiliar a leitura dos dados e discernir o quanto os municípios da RMSP estão preparados para enfrentar a grave questão da vulnerabilidade social, expressa pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), buscou-se classificá-los de acordo com a presença ou não de atributos relativos à sua capacidade administrativa.²⁰

6.1. A capacidade dos municípios da RMSP de desenvolverem políticas sociais

De acordo com o Suplemento de Assistência Social da Munic 2005, nesse ano todos os municípios da RMSP possuíam estruturas específicas – pertencentes à administração direta – para gerir a política pública no campo da assistência social. Das 39 cidades da região, trinta tinham secretarias exclusivas de assistência social, três contavam com secretarias associadas a outras políticas setoriais e seis estavam com a área subordinada à chefia do executivo.

²⁰ Em 2007, Marta Arretche coordenou um importante trabalho que se propôs a medir a capacidade administrativa dos municípios brasileiros para o enfrentamento das necessidades habitacionais no país. Apesar de também utilizar dados da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE, o trabalho focaliza informações que têm sido coletadas há mais tempo, propiciando o trabalho com séries históricas e permitindo a análise do critério por eles denominado “estabilidade”, por meio do qual se observam a evolução das capacidades administrativas. Como 2005 foi o primeiro ano em que dados relativos à assistência social foram coletados, a análise aqui empreendida se limitará a essa consulta.

Para que o município execute as ações de assistência social é necessário, conforme mencionado anteriormente²¹, que possua, além de estrutura organizacional, instrumentos específicos – como decretos, portarias e regulamentações – e um processo participativo de gestão.

Em 2005, as cidades da RMSP apresentavam, em suas leis orgânicas e em outros instrumentos legais, disposições sobre a área de assistência social. Também contavam com Conselho Municipal de Assistência Social, em caráter deliberativo e paritário, e Fundo Municipal de Assistência Social, regulamentados por lei. Apesar de somente 28 cidades possuírem políticas municipais de assistência social, todas dispunham de planos para essa área em 2005, monitorados e avaliados em periodicidades variadas.

Por outro lado, somente 13 municípios da RMSP dispunham, legalmente, de percentual do orçamento municipal destinado à assistência social. A média de recursos dirigidos a essa área, em relação ao total do orçamento na região, era de 2,7%. Já a proporção de recursos voltada a essa atividade, em relação ao total do orçamento municipal em 2005, variava de 0,6% (em Itapevi) a 8,3% (em Carapicuíba). Por sua vez, o gasto *per capita* na assistência social oscilava, naquele ano, de R\$ 4,20 (em Itapevi) a R\$ 115,10 (em Santana de Parnaíba). A média de gasto *per capita* na função de assistência social na região era de R\$ 26,43.

Em síntese, verificou-se que, em 2005, todos os municípios da RMSP possuíam:

- órgão gestor da área de assistência social ligado à administração direta;
- lei orgânica e outro instrumento legal que regulamenta a assistência social; Conselho Municipal, de caráter deliberativo e paritário;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Plano Municipal de Assistência Social submetido a acompanhamento e avaliações;
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Saúde.

Enquadrados nestes parâmetros, todos os municípios da RMSP estavam, em 2005, aptos a receber diretamente recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), conforme disposto no artigo 30 da Loas. Naquele ano, também, as 39 cidades da RMSP ajustavam-se ao mínimo do nível de gestão expresso na NOB/Suas (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social).

No entanto, as informações constantes no Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2005 não permitem verificar se todos os requisitos constantes da NOB/Suas para os patamares de gestão básica e plena são atendidos pelos municípios da RMSP.

21 A condição para o repasse de recursos aos estados, municípios e Distrito Federal é que esses mantenham uma estrutura tal como é determinada no artigo 30 da Loas, conforme detalhado no terceiro parágrafo do tópico “6. Atuação dos municípios da RMSP na área de assistência social”.

7.

MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES DO ESTUDO

O modelo teórico proposto para a realização da pesquisa pode ser definido, de forma resumida, como um projeto pré-experimental constituído por sete grupos de intervenção de programas sociais e dois grupos de controle, elaborado com um conjunto de indicadores de impacto e duas coletas de dados: a primeira efetuada em 2008, e a segunda, em 2009.

O quadro 3 ilustra a composição dos *grupos de controle* – formado pelo *grupo de controle básico* (constituído por famílias que não recebem programas sociais) e *grupo experimental I* (composto por famílias beneficiárias de apenas programas de transferência de renda) – e *experimentais* – representados por sete segmentos de intervenção (*grupos experimentais 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8*) para a pesquisa nas duas coletas de dados.

O quadro a seguir permite observar as hipóteses da pesquisa testadas e apresentadas a seguir, com suas respectivas notações (I = indicador de impacto ou de variação do indicador; N = nenhum programa social; R = transferência de renda; S = benefício na área de saúde/nutrição/segurança alimentar; E = benefício na área de educação/capacitação; D = outros tipos de programas ou benefícios sociais):

H1: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social – e que não recebem nenhum programa social (*grupo de controle*) – não apresentam melhoria nos indicadores de condições de vida da coleta de dados do período t_1 em relação ao período t_0 ($\Delta I_N = 0$).

H2: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem algum programa social (transferência de renda ou outra ação complementar – *grupos experimentais*) apresentam melhoria nos indicadores de impacto da coleta de dados do período t_1 em relação ao período t_0 ($I_R, I_S, I_E, I_D \rightarrow 0$).

H3: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda apresentam indicadores de impacto ou de condições de vida mais elevados que aqueles que não são contemplados por nenhum programa ou benefício social ($I_N \leftarrow I_R$).

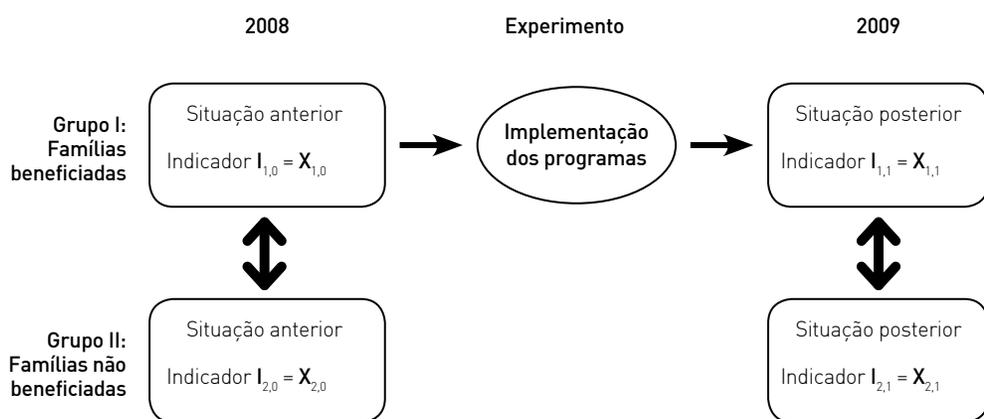
H4: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda e mais algum benefício específico nas áreas de saúde/nutrição/segurança alimentar ou educação/capacitação, ou outro tipo de benefício, apresentam indicadores de impacto mais elevados que domicílios com famílias que recebem apenas o benefício de transferência de renda e domicílios com famílias que não recebem nenhum programa social ($I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_S$; $I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_E$; $I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_D$).

H5: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda mais combinações de outros dois tipos de programas sociais apresentam indicadores de impacto mais elevados que domicílios com famílias que recebem o benefício de transferência de renda e apenas outro tipo de benefício social ($I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_S \leftarrow I_{S+E}$ ou I_{S+D} ; $I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_E \leftarrow I_{E+S}$ ou I_{E+D} ; $I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_D \leftarrow I_{D+S}$ ou I_{D+E}).

H6: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda mais combinações de outros três tipos de programas sociais apresentam indicadores de impacto mais elevados que domicílios com famílias que recebem o benefício de transferência de renda e combinações de dois outros tipos de programas sociais ($I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_S \leftarrow I_{S+E} \leftarrow I_{S+E+D}$; $I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_S \leftarrow I_{S+E}$ ou $I_{S+D} \leftarrow I_{S+E+D}$; $I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_D \leftarrow I_{D+S}$ ou $I_{D+E} \leftarrow I_{D+S+E}$).

A figura a seguir representa o modelo de análise dos efeitos de impacto dos programas:

Modelo de Avaliação de Impactos



Quadro 3

Caracterização dos grupos experimentais* e de controle

Estrato	Famílias não beneficiadas por Programas Sociais	Famílias beneficiadas por Programas Sociais							
		Transferência de Renda		Saúde, Nutrição e Segurança Alimentar		Educação e Capacitação		Demais Tipos de Programa	
Grupo de Controle (grupo de controle 1 ou básico)	X								
Grupo Experimental 1 (grupo de controle 2)		X							
Grupo Experimental 2		X	X						
Grupo Experimental 3		X				X			
Grupo Experimental 4		X						X	
Grupo Experimental 5		X	X			X			
Grupo Experimental 6		X				X		X	
Grupo Experimental 7		X	X					X	
Grupo Experimental 8		X	X			X		X	X
Período de Tempo		T ₀	T ₁	T ₀	T ₁	T ₀	T ₁	T ₀	T ₁
Indicador I1		I _N	I _R	I _S	I _E	I _D			
Efeito Líquido Nível 1		$I_N \leftarrow I_R$		-	-	-			
Efeito Líquido Nível 2		-	-	$I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_S$	$I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_E$	$I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_D$			
Efeito Líquido Nível 3		-	-	$I_N \leftarrow I_R \leftarrow I_S + I_E + I_D$					

* A título de padronização da publicação, adotou-se a nomenclatura grupo experimental para a terminologia grupo de tratamento, utilizada nas versões dos relatórios da pesquisa.

8.

UNIVERSO DA PESQUISA

O estudo apresentado nesta publicação é o resultado de uma pesquisa domiciliar realizada por amostragem em dois momentos distintos, em 2008 e 2009, os quais permitiram aferir os impactos produzidos pelas combinações de programas de transferência de renda com programas complementares em diferentes grupos, conforme a natureza dos programas.

8.1. Desenho da pesquisa

O método de pesquisa adotado é o de *survey*²² combinado com um estudo pré-experimental do tipo antes-depois com grupo de controle, inserido, portanto, em um conceito de estudo longitudinal, no qual serão realizadas duas pesquisas domiciliares por amostragem.

O modelo da pesquisa considera, assim, a avaliação em dois momentos distintos no tempo e permite definir quais foram os impactos produzidos pelas combinações de programas de transferência de renda com programas complementares nos grupos experimentais.

Em linhas gerais, as 900 famílias que compuseram a amostra foram previamente divididas em dois grandes grupos: *grupo de controle*²³, formado por 100 famílias que não recebiam nenhum programa social do governo durante a coleta de dados na primeira etapa do levantamento, e grupo experimental, constituído por 800 famílias beneficiadas por algum programa de renda nesse mesmo período, compreendendo 100 contempladas somente por programas de transferência de renda (*grupo experimental I*) e 700 que participavam também de outros programas complementares (*grupo experimental II*).

De forma mais detalhada, o modelo de análise dos efeitos de impacto dos programas pressupôs a organização do grupo de controle em dois subgrupos: *grupo de controle 1* (definido como básico), constituído pelas 100 famílias não benefi-

ciárias de nenhum programa social, conforme mencionado no parágrafo anterior, e *grupo de controle 2*, representado pelas famílias do *grupo experimental I*, beneficiárias de ao menos um dos programas de transferência de renda com condicionalidades fixadas – Bolsa Família (Federal), Renda Cidadã (Estadual) ou Renda Mínima (de âmbito municipal) –, porém não contempladas por nenhum programa complementar.

A existência de um *grupo de controle* não contemplado por nenhum tipo de programa (*grupo de controle 1*) – seja de transferência de renda ou de ação complementar – possibilitou conhecer o efeito ambiente, ou seja, as mudanças nos indicadores independentemente da ação de qualquer benefício social. A inclusão deste *grupo de controle*, não prevista inicialmente na proposta da pesquisa, foi efetuada em atenção a uma solicitação da Seds.

O *grupo experimental I* – que recebia exclusivamente programas de transferência de renda –, também incluído na categoria de *grupo de controle (grupo de controle 2)*, serviu de base para avaliar o impacto das ações complementares agregadas em três macroáreas: a) saúde, nutrição e segurança alimentar; b) educação e capacitação; c) programas de outras naturezas, como habitação, transporte, esporte etc.

O *grupo experimental II* foi definido como o segmento de intervenção cujas combinações de programas sociais de transferência de renda restrita (Bolsa Família, Renda Cidadã ou Renda Mínima) com programas complementares referem-se às áreas de saúde/nutrição/alimentação/segurança alimentar; educação/capacitação profissional; e outros tipos de programas, como habitação, transporte, esporte etc.

8.2. Definição do universo da pesquisa: foco na vulnerabilidade social

O universo da pesquisa constituiu-se de domicílios localizados em qualquer um dos 39 municípios que compõem a RMSP e pertencentes aos grupos 5 e 6 do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que representam, respectivamente, a alta e a muito alta vulnerabilidade social, conforme definido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

A população total da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em 2007, correspondia a 19.586.265 habitantes, dos quais 1.839.240 representavam o estrato social não sujeito a nenhum grau de vulnerabilidade social. Da parcela restante de 17.747.094 habitantes que apresentam algum grau de vulnerabilidade social, a distribuição por gradação dessa condição é apresentada na tabela 1:

²² Método de levantamento de informações sobre características, ações ou opiniões de uma amostra representativa da população ou, no caso do censo, de toda ela, por meio de aplicação de questionário.

²³ Grupos de indivíduos que, num determinado experimento ou pesquisa, são comparados com outros para que se possam julgar os resultados. Só servem de parâmetro às variáveis a quais se submete o grupo experimental.

Tabela 1

Distribuição da população com algum grau de vulnerabilidade social – 2008

Grau de vulnerabilidade	População	%
Muito baixo	4.215.577	23,8
Baixo	4.768.715	26,9
Médio	5.511.564	31,1
Alto	922.842	5,2
Muito alto	2.328.397	13,1
Total	17.747.094	100,0

Fonte: Fundação Seade.

8.3. População-alvo

O universo da pesquisa foi definido pelo conjunto de moradores agrupados em domicílios localizados na RMSP, pertencentes às subpopulações de alto e muito alto grau de vulnerabilidade social, totalizando 3.251.239 pessoas, ou seja, 16,6% da população total residente na região e 18,3% dos habitantes dessa área com algum grau de vulnerabilidade.

A tabela 2 apresenta a distribuição da população-alvo da pesquisa nos 39 municípios que compõem a RMSP, segundo os diferentes níveis de vulnerabilidade social. Pelos resultados, pode-se observar que o município de São Paulo representa 43% da população com alta e muito alta vulnerabilidade na região, seguido por Guarulhos (5,9%), Itaquaquecetuba (5,1%), Francisco Morato (3,9%) e São Bernardo do Campo (3,6%). Em contrapartida, 16 municípios representam tão somente 6,8% da população-alvo a ser pesquisada.

Por outro lado, considerando a participação dos dois grupos com alta e muito alta vulnerabilidade no total da população com algum grau de vulnerabilidade, os municípios que apresentam as maiores proporções da população-alvo da pesquisa são Salesópolis (78,8%); São Lourenço da Serra (76,6%); Biritiba Mirim (74,9%), Francisco Morato (73,7%), Juquitiba (68,7%), Vargem Grande Paulista (66,0%) e Santa Isabel (61,6%).

Tabela 2

Distribuição da população-alvo da pesquisa – 2008

Município (i)	População com algum grau de vulnerabilidade (A)	População com alto e muito alto grau de vulnerabilidade (B)	(B/A) (em %)	$B_i / \sum_{i=1}^{39} B_i$ (*)
São Paulo	9.332.618	1.399.784	15,0	43,05
Guarulhos	1.242.524	191.435	15,4	5,89
Itaquaquecetuba	364.730	164.288	45,0	5,05
Francisco Morato	172.889	127.441	73,7	3,92
São Bernardo do Campo	688.784	118.338	17,2	3,64
Suzano	285.128	93.327	32,7	2,87
Mogi das Cruzes	352.803	81.569	23,1	2,51
Osasco	677.426	81.479	12,0	2,51
Itapevi	205.136	79.268	38,6	2,44
Mauá	407.067	69.972	17,2	2,15
Embu	250.532	68.871	27,5	2,12
Diadema	386.624	65.164	16,9	2,00
Carapicuíba	386.589	60.780	15,7	1,87
Itapeverica da Serra	175.882	60.691	34,5	1,87
Ferraz de Vasconcelos	181.929	57.704	31,7	1,77
Santo André	647.895	56.980	8,8	1,75
Santana de Parnaíba	85.127	43.000	50,5	1,32
Taboão da Serra	222.785	41.513	18,6	1,28
Franco da Rocha	126.273	39.502	31,3	1,21
Cotia	172.528	34.321	19,9	1,06
Embu-Guaçu	76.639	33.307	43,5	1,02
Vargem Grande Paulista	48.408	31.954	66,0	0,98
Santa Isabel	47.944	29.543	61,6	0,91
Mairiporã	76.364	28.146	36,9	0,87
Barueri	254.751	26.210	10,3	0,81
Biritiba Mirim	30.625	22.938	74,9	0,71
Juquitiba	32.277	22.169	68,7	0,68
Cajamar	64.874	18.110	27,9	0,56
Arujá	76.547	17.587	23,0	0,54
Guararema	25.064	14.302	57,1	0,44
Salesópolis	16.672	13.144	78,8	0,40
São Lourenço da Serra	16.874	12.932	76,6	0,40
Pirapora do Bom Jesus	16.639	9.243	55,6	0,28
Poá	108.651	9.170	8,4	0,28
Rio Grande da Serra	42.601	8.333	19,6	0,26
Ribeirão Pires	119.192	8.104	6,8	0,25
Caieiras	96.643	6.441	6,7	0,20
Jandira	111.226	4.179	3,8	0,13
São Caetano do Sul	119.837	0	0,0	0,00
Total	17.747.094	3.251.239	18,3	100,00

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

(*) Percentual da população com alto e muito alto grau de vulnerabilidade em relação ao total desta população nos 39 municípios da RMSP.

8.4. Amostras

As amostras da pesquisa constituíram-se de 900 entrevistas realizadas em cada uma das coletas de dados, que foram distribuídas nos 39 municípios da RMSP conforme a participação de cada um no total da população com alta e muito alta vulnerabilidade. O plano da amostra da segunda etapa do segundo estudo foi estruturado com base em três controles amostrais adotados no primeiro levantamento:

- população inserida nos grupos 5 e 6, os quais indicam, respectivamente, a alta e muito alta vulnerabilidade social do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)²⁴, estabelecida de forma proporcional entre os 39 municípios da RMSP que registram habitantes nessas condições;
- amostra distribuída da seguinte forma: 50% composta por domicílios com até duas crianças/adolescentes de 0 a 18 anos e 50% constituída por residências com mais de três crianças/adolescentes nessa faixa etária;
- divisão proporcional dos 900 domicílios pesquisados em 9 grupos, dos quais um delimitou-se como grupo de controle (grupo de controle 1, composto por famílias que não recebiam nenhum benefício social) e outro como grupo experimental, dividido em oito subgrupos: um formado por famílias beneficiárias somente de programas de transferência condicionada de renda (Bolsa Família, Renda Cidadã e/ou Renda Mínima) – também denominado de grupo de controle 2; três com famílias contempladas por repasse de renda e mais um benefício (saúde/nutrição, educação/capacitação ou outros); três constituídos por famílias beneficiadas por transferência de renda e mais duas ações complementares (saúde/nutrição e educação/capacitação ou outros) e, por fim, um composto por famílias inseridas em todos os tipos de programas.

A tabela 3 demonstra a distribuição estimada da amostra total e a divisão real efetivada no primeiro levantamento, em 2008, cuja estrutura foi utilizada na segunda coleta, realizada em 2009.

Tabela 3 – Distribuição da amostra total e por estrato por município da RMSP – 2008

Município (i)	População com alto e muito alto grau de vulnerabilidade (B)	$\frac{B_i}{\sum_{i=1}^{39} B_i}$ (*)	Distribuição estimada da amostra total	Distribuição real coleta de 2008
São Paulo	1.399.784	43,05	387	406
Guarulhos	191.435	5,89	54	38
Itaquaquecetuba	164.288	5,05	45	47
Francisco Morato	127.441	3,92	36	36
São Bernardo do Campo	118.338	3,64	36	36
Suzano	93.327	2,87	27	27
Mogi das Cruzes	81.569	2,51	27	32
Osasco	81.479	2,51	27	27
Itapevi	79.268	2,44	18	17
Mauá	69.972	2,15	18	17
Embu	68.871	2,12	18	19
Diadema	65.164	2,00	18	15
Carapicuíba	60.780	1,87	18	15
Itapeçerica da Serra	60.691	1,87	18	17
Ferraz de Vasconcelos	57.704	1,77	18	18
Santo André	56.980	1,75	18	17
Santana de Parnaíba	43.000	1,32	9	10
Taboão da Serra	41.513	1,28	9	9
Franco da Rocha	39.502	1,21	9	9
Cotia	34.321	1,06	9	12
Embu-Guaçu	33.307	1,02	9	8
Vargem Grande Paulista	31.954	0,98	9	9
Santa Isabel	29.543	0,91	9	8
Mairiporã	28.146	0,87		
Barueri	26.210	0,81		
Biritiba Mirim	22.938	0,71		
Juquitiba	22.169	0,68	27	26
Cajamar	18.110	0,56		
Arujá	17.587	0,54		
Guararema	14.302	0,44		
Salesópolis	13.144	0,40		
São Lourenço da Serra	12.932	0,40		
Pirapora do Bom Jesus	9.243	0,28	27	25
Poá	9.170	0,28		
Rio Grande da Serra	8.333	0,26		
Ribeirão Pires	8.104	0,25		
Caieiras	6.441	0,20		
Jandira	4.179	0,13		
São Caetano do Sul	0	0,00	0	0
Total	3.251.239	100,00	900	900

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

(*) Percentual da população com alto e muito alto grau de vulnerabilidade em relação ao total desta população nos 39 municípios da RMSP.

24 Conforme definido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade).

8.4.1. Seleção das amostras

As amostras para o estrato 1 (potenciais beneficiários) e o estrato 2 (beneficiários do Bolsa Família, Renda Cidadã ou Renda Mínima) foram selecionadas pelo método aleatório simples, já que houve disponibilidade do nome individual de cada potencial ou efetivo beneficiado.

Em ambos os casos, adotou-se o procedimento de particionar os bancos de dados por município da grande São Paulo. Em seguida, numerou-se, sequencialmente, cada um dos potenciais beneficiários inscritos para atendimento futuro (estrato 1) e os usuários então cadastrados nos programas de transferência de renda (Bolsa Família, Renda Cidadã ou Renda Mínima), em ordem decrescente da data mais antiga em que recebem pelo menos um dos benefícios. Por fim, utilizou-se um gerador aleatório de números, extraindo-se três amostras: uma titular e duas reservas.

As amostras reservas foram utilizadas nas seguintes situações: o pesquisador de campo não encontrou o domicílio do potencial beneficiário ou usuário efetivo; as famílias mudaram de local e o novo endereço não era conhecido pelos vizinhos do bairro cadastrado; recusa em participar da pesquisa; ausência da pessoa a ser entrevistada, em duas datas de retorno ao domicílio, agendadas pelo pesquisador; e, por fim, o beneficiário não estava mais participando de nenhum dos três programas de transferência de renda considerados.

De outra parte, a seleção da amostra para cada um dos sete estratos de intervenção múltipla (transferência de renda e combinações de programas de saúde/alimentação, educação/capacitação e outros tipos de ações) foi realizada com as amostras reservas, agrupando-se os beneficiários segundo a região de atuação de cada entrevistador e, também, de forma complementar, pelo método denominado “bola de neve”.

Esse método é um critério de seleção amostral empregado para situações em que há acentuada dificuldade para a realização de entrevistas, seja por questões de acesso (dificuldade de entrada em favelas e em edifícios), seja por dificuldade de participação na pesquisa (baixo nível de colaboração da pessoa a ser entrevistada, recusa ou medo de responder ao questionário temendo a perda do benefício etc.). Essa triagem foi feita por meio da seleção de respondentes nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) existentes nos municípios que compõem a amostra.

Com o intuito de resguardar o máximo possível o caráter aleatório da pesquisa, os nomes da base de dados formada pela seleção de domicílios inscritos nos Cras só foram empregados nos casos em que a realização de entrevistas das listagens reservas não se mostrou eficaz para o fechamento do dimensionamento amostral de cada um dos sete *grupos experimentais* que recebiam benefícios e participavam de ações complementares.

8.5. Coleta de dados

O estudo foi realizado com base em duas coletas de dados. A primeira, denominada de linha de frente, correspondeu ao trabalho de campo efetuado no segundo semestre de 2008. Já a segunda foi levada a cabo no segundo semestre de 2009, para efeito de avaliação incremental. Nessa etapa, foram pesquisados os mesmos grupos que compuseram os estratos sociais da amostra colhida na pesquisa inicial. No entanto, na área delimitada, foi possível entrevistar a maior parte das famílias originárias da primeira coleta, e não a sua totalidade.

Das 900 famílias pesquisadas no levantamento primordial, 839 foram entrevistadas na segunda etapa. As 61 famílias restantes não encontradas novamente no mesmo local²⁵ foram substituídas por grupos do cadastro reserva que pertenciam ao mesmo estrato social e apresentavam características semelhantes às famílias anteriormente pesquisadas. Para tanto, utilizou-se o mesmo procedimento adotado na seleção de famílias durante a primeira fase.

Na segunda coleta de dados, o pesquisador procurou a mesma pessoa entrevistada na primeira etapa. Se o indivíduo tivesse falecido ou deixado de morar com a família, identificava-se a pessoa que melhor atendesse aos critérios estabelecidos para a escolha do respondente no domicílio. Esse parâmetro foi adotado para efeito de comparação dos resultados e de avaliação da evolução dos indicadores que expressam as condições de vida dessas famílias.

8.5.1. Migrações entre beneficiários de programas sociais

O segundo momento da pesquisa, realizado em 2009, detectou migrações de famílias entre os grupos beneficiados por programas sociais. Em outras palavras, no período ocorrido entre as duas fases do estudo identificaram-se famílias do *grupo de controle* (não beneficiárias de nenhum tipo de programa) que passaram a receber os benefícios de programas sociais; famílias depositárias de programas que deixaram de obtê-los; e famílias que migraram para outros programas. No entanto, para efeito de comparação dos resultados, as análises realizadas na segunda fase da pesquisa consideraram os grupos originais das famílias informados durante a primeira etapa.

Os resultados da segunda fase indicam que 45,8% das famílias se mantiveram em seus estratos originais exatamente como se apresentavam em 2008. Entre as que não foram contempladas por programas sociais em 2008, 74% continuaram a não receber programas de transferência de renda em 2009, enquanto 26% – pouco mais de um quarto – passaram a contar com os benefícios de ações de repasse de renda. Dessas famílias, 19 receberam somente transferência de

²⁵ Essas famílias mudaram de município ou seus domicílios sofreram grandes transformações estruturais na sua composição, em função de moradores que deixaram a residência ou devido à chegada de novos moradores.

renda e sete foram beneficiadas por repasse de renda e ações complementares, das quais a maior parte eram programas de saúde. Entretanto, das 74 famílias que continuaram sem os benefícios de programas de transferência de renda, 28 foram inseridas em algum programa complementar entre 2008 e 2009.

As tabelas 4 e 5 mostram as migrações entre os nove estratos da pesquisa e seus agrupamentos, conforme a seguinte classificação: *grupo de controle*; *grupo experimental I* (somente programas de transferência de renda); *grupo experimental II* (programas complementares aos de repasse de renda); e um novo grupo contendo as famílias que passaram a participar somente de programas complementares em 2009.

Tabela 4 – Migração das famílias entre os estratos de acordo com o recebimento de programas sociais

Estratos em 2008	Estratos em 2009										Total
	GC (*) Não recebem programas sociais	GE1 Somente transferência de renda	GE2 Renda + Saúde	GE3 Renda + Educação	GE4 Renda + Demais	GE5 Renda + Saúde + Educação	GE6 Renda + educação + Demais	GE7 Renda + Saúde + Demais	GE8 Todos	Apenas Programas Complementares	
GC Não recebem programas sociais	46	19	6	0	0	1	0	0	0	28	100
GE1 (*) Somente transferência de renda	14	66	5	2	4	0	4	1	1	3	100
GE2 Renda + Saúde	2	25	55	1	2	2	1	1	0	11	100
GE3 Renda + Educação	2	7	0	56	0	10	11	1	2	11	100
GE4 Renda + Demais Tipos	5	23	4	3	39	1	6	9	2	8	100
GE5 Renda + Saúde + Educação	1	0	3	13	0	53	3	1	11	15	100
GE6 Renda + Educação + Demais Tipos	1	10	0	26	4	4	37	1	5	12	100
GE7 Renda + Saúde + Demais Tipos	6	13	18	1	9	3	2	27	6	15	100
GE8 Todos	0	0	5	12	2	20	9	4	33	15	100
Total	77	163	96	114	60	94	73	45	60	118	900

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

(*) As siglas GC e GE significam, respectivamente, grupo de controle e grupo experimental.

Tabela 5 – Migração das famílias entre os agrupamentos de controle e experimentais

Agrupamentos em 2008	Agrupamentos em 2009				Total
	Não recebem programas	Transferência de renda	Transferência e complementares	Somente complementares	
Não recebiam programas	46	19	7	28	100
Transferência de renda	14	66	17	3	100
Transferência de renda e complementares	17	78	518	87	700
Total	77	163	542	118	900

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

8.5.2. Entrevistados nos domicílios

A pesquisa selecionou, nos domicílios participantes, a mulher responsável pela casa como a pessoa preferencialmente a ser entrevistada em duas condições: como chefe da família em famílias monoparentais e como esposa do chefe de família em famílias não monoparentais. Desse modo, procurou-se manter o máximo de homogeneidade no processo de coleta de dados.

Além desses pré-requisitos, diversos estudos mostram que a mulher exerce papéis relevantes na casa, como o envolvimento maior com a educação dos filhos e com os tratamentos de saúde dos membros da família; o conhecimento mais apurado de detalhes do partilhamento do orçamento familiar; o hábito de realizar compras mais vezes; e a maior dedicação ao preparo da alimentação no lar, entre outros atributos.

Para facilitar o processo de coleta de dados, o pesquisador explicou à dona de casa o real propósito do estudo, cujo objetivo seria colher elementos que possibilitassem melhorar cada vez mais os programas sociais e saber como essas ações estão ajudando as famílias beneficiadas. O entrevistador também esclareceu que a pesquisa não teria nenhum caráter fiscalizador, nem de ganho ou perda do benefício, e que todas as informações obtidas com as 900 famílias entrevistadas seriam estudadas de maneira agregada, sem nenhuma identificação dos grupos familiares.

9.

CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES

As informações colhidas a respeito de 4.319 moradores nos 900 domicílios pesquisados durante a segunda etapa do levantamento serviram de base para a organização de um banco de dados com as mesmas 1.414 variáveis presentes na coleta realizada na primeira fase. Para facilitar a análise dos resultados, o estudo construiu indicadores que ampararam as consultas e os cruzamentos realizados no banco de dados.

A criação dos indicadores partiu do pressuposto de que os impactos monetários e não monetários da conjugação dos programas sociais deveriam ser mensurados, englobando os aspectos objetivos e subjetivos. A família, por ser o foco de atenção principal da rede socioassistencial, deveria ser considerada como fator essencial na avaliação dos efeitos gerados pelas políticas sociais. Por esse motivo, os indicadores levaram em conta as características, atitudes, os comportamentos, o bem-estar geral e a inserção social dos *grupos experimentais e de controle*, bem como as suas percepções sobre os benefícios obtidos.

Os indicadores objetivos representam os fenômenos que podem ser medidos na pesquisa, como o peso médio de crianças beneficiadas com alimentação ou o aumento na renda domiciliar em função dos benefícios recebidos de determinado programa social. Já os índices subjetivos estabelecem medidas referenciadas na percepção, a exemplo da opinião de pessoas beneficiárias sobre a importância de um programa na melhoria da qualidade de vida da família.

9.1. Dimensões e indicadores de impacto

De acordo com o plano de codificação da pesquisa, os indicadores foram agrupados em dez grandes dimensões (*renda domiciliar; trabalho/emprego; consumo domiciliar; nutrição; educação; saúde; condições de moradia; condições de maior vulnerabilidade; condicionalidades; atitudes*)²⁶ e em duas bases de informações (*domiciliar e morador*). Sempre que possível, no entanto, os dados foram referenciados no domicílio. O quadro 4 apresenta a relação de indicadores estabelecidos segundo a dimensão e a referência de informação.

Quadro 4
Indicadores construídos para análise da pesquisa

DIMENSÃO	INDICADORES	BASE DE INFORMAÇÃO
RENDA DOMICILIAR	R1 – Renda domiciliar	Domiciliar
	R2 – Renda domiciliar per capita	Domiciliar
	R3 – Porcentagem de renda proveniente das transferências governamentais	Domiciliar
	R4 – Posição em relação à Linha de Pobreza	Domiciliar
	R5 – Inadimplência de contas de utilidades	Domiciliar
	R6 – Inadimplência	Domiciliar
	R7 – Comprometimento de renda com dívidas	Domiciliar
	R8 – Capacidade de poupança	Domiciliar
	R9 – Suficiência de renda	Domiciliar
	R10 – Frequência de suficiência de renda	Domiciliar
TRABALHO/EMPREGO	T1 – Autonomia econômica	Domiciliar
	T2 – Razão de dependência	Domiciliar
	T3 – Atividade econômica	Domiciliar
	T4 – Emprego formal	Domiciliar
	T5 – Emprego regular	Domiciliar
	T6 – Trabalho infantil	Domiciliar
	T7 – Remuneração média	Domiciliar
	T8 – Salário médio	Domiciliar
	T9 – Carga horária de trabalho	Domiciliar
	T10 – Tempo desempregado	Moradores/ Domiciliar
	T11 – Condições de empregabilidade do chefe de família	Domiciliar
CONSUMO DOMICILIAR	G1 – Gastos correntes médios do domicílio	Domiciliar
	G2 – Estrutura de gastos por categoria	Domiciliar
	G3 – Posse de itens de conforto doméstico	Domiciliar
	G4 – Classificação socioeconômica do domicílio	Domiciliar
NUTRIÇÃO	N1 – Índice de estado nutricional familiar 1 (Baixo peso corporal – IMC ≤ 18,5)	Moradores/ Domiciliar
	N2 – Índice de estado nutricional familiar 2 (Elevado peso corporal – IMC ≥ 25)	Moradores/ Domiciliar
	N3 – Escala de incremento na quantidade consumida de alimentos	Domiciliar
	N4 – Aumento no consumo por classes de alimentos	Domiciliar

²⁶ Estas dez dimensões são as mesmas consideradas no primeiro levantamento.

DIMENSÃO	INDICADORES	BASE DE INFORMAÇÃO
EDUCAÇÃO	E1 – Índice de autonomia potencial	Moradores/ Domiciliar
	E2 – Frequência escolar	Moradores/ Domiciliar
	E3 – Evasão/abandono	Moradores
	E4 – Domicílios com crianças em creche	Domiciliar
	E5 – Domicílios com crianças em pré-escola	Domiciliar
	E6 – Adultos que não chegaram a completar o ensino médio	Domiciliar
	E7 – Alimentação escolar	Domiciliar
	E8 – Aula de reforço complementar	Domiciliar
	E9 – Retenção	Domiciliar
	E10 – Boletim de frequência	Domiciliar
	E11 – Local onde faz a lição de casa	Domiciliar
	E12 – Se traz livros da biblioteca	Domiciliar
SAÚDE	S1 – Mortalidade infantil	Domiciliar
	S2 – Vacinação	Moradores/ Domiciliar
	S3 – Desnutrição	Moradores/ Domiciliar
	S4 – Obesidade	Moradores/ Domiciliar
	S5 – Controle de pesagem/medição/exames	Moradores/ Domiciliar
	S6 – Posse do Cartão do SUS	Moradores/ Domiciliar
	S7 – Utilização dos serviços de saúde	Moradores/ Domiciliar
	S8 – Porcentagem de moradores com necessidade de medicamentos de uso contínuo	Moradores/ Domiciliar
	S9 – Acesso a medicamentos	Moradores/ Domiciliar
CONDIÇÕES DE MORADIA	M1 – Condições de vulnerabilidade físico-ambiental do entorno do domicílio	Domiciliar
	M2 – Condições de vulnerabilidade infraestrutural domiciliar	Domiciliar
	M3 – Disposição de infraestrutura básica	Domiciliar
	M4 – Melhorias habitacionais	Domiciliar
	M5 – Grau de congestionamento domiciliar	Domiciliar
	M6 – Adensamento	Domiciliar

DIMENSÃO	INDICADORES	BASE DE INFORMAÇÃO
CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE	P1 – Mulheres chefes de família	-
	P2 – Mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos de até 15 anos	-
	P3 – Grau de escolaridade do chefe da família	-
	P4 – Famílias monoparentais	-
	P5 – Mulheres chefes de família que tiveram filhos na adolescência	-
CONDICIONALIDADES	C1 – Gestantes	Domiciliar
	C2 – Posse do cartão de gestante	Domiciliar
	C3 – Participação em palestras/eventos educacionais	Domiciliar
	C4 – Participação política e social	Domiciliar
	C5 – Bolsa Família	Domiciliar
	C6 – Renda Cidadã	Domiciliar
	C7 – Renda Mínima de São Paulo	Domiciliar
ATITUDES	A1 – Pobreza de Acesso <ul style="list-style-type: none"> • Econômica/Monetária • Econômica/Condições de Vida • Social • Cultural • Política • Ética 	Domiciliar
	A2 – Pobreza de Potencialidades <ul style="list-style-type: none"> • Econômica/Monetária • Econômica/Condições de Vida • Social • Cultural • Política • Ética 	Domiciliar

Os resultados da pesquisa foram sintetizados com base nessas dez macrodimensões e ordenados segundo os *grupos de controle e experimentais* utilizados na primeira etapa do levantamento. Para efeito de análise, as famílias continuaram a ser classificadas nesses grupos de acordo com o recebimento ou não dos programas sociais durante a coleta de dados na primeira fase do estudo.

10.

PERFIL DOS GRUPOS DE CONTROLE E EXPERIMENTAIS

Na análise dos dados da pesquisa foram considerados os 9 grupos que amparam a criação da amostra, com base na alteração da situação das famílias não beneficiadas (*grupo de controle*) e beneficiadas (*grupos experimentais*) por programas sociais, assim identificados detalhadamente:

- Grupo de Controle
- GE1²⁷ – Transferência de Renda
- GE2 – Transferência de Renda + Programa de Saúde/ Nutrição/ Segurança Alimentar
- GE3 – Transferência de Renda + Programa de Educação/ Capacitação Profissional
- GE4 – Transferência de Renda + Demais Programas
- GE5 – Transferência de Renda + Programa de Saúde/ Nutrição/ Segurança Alimentar + Programa de Educação/ Capacitação Profissional
- GE6 – Transferência de Renda + Programa de Educação/ Capacitação Profissional + Demais Programas
- GE7 – Transferência de Renda + Programa de Saúde/ Nutrição/ Segurança Alimentar + Demais Programas
- GE8 – Todos os Programas

Os programas verificados para os grupos beneficiados por ações complementares nas áreas de Saúde/ Nutrição/ Segurança alimentar (GE2, GE5, GE7 e GE8) foram:

- Agente de Saúde/ Programa Saúde da Família
- Acompanhamento psiquiátrico e psicológico/Consulta psicológica à Pastoral da Criança

- Programa de acompanhamento para portadores de HIV
- Tratamento odontológico no CSU (Centro Social Urbano)
- Remédio em Casa (prefeitura)
- Acompanhamento de fonoaudiólogo
- Acompanhamento médico-nutricional
- Tratamento de obesidade
- Acompanhamento com fisioterapia
- Acompanhamento neurológico para deficiente mental
- Programa Rede da Cidade (anemia falciforme)
- Cesta Básica
- Bom Prato/Restaurante Popular/Restaurante Solidário
- Leite/ Viva Leite/ Leve Leite/ Leite da Igreja Evangélica/ Leite Lar Escola
- Multimistura – Pastoral da Criança
- Sopa
- Almoço/Almoço e lanche
- Cartão Alimentação/ Vale Alimentação
- Segurança Alimentar

Os programas avaliados para os grupos beneficiários de Educação/ Capacitação profissional (GE3, GE5, GE6 e GE8) referem-se a cursos de:

- Idiomas/ Inglês/ Espanhol
- Reforço escolar/ Português/ Matemática/ História
- Corte e Costura
- Artesanato/ Vagonite/ Bordado/ Fabricação de chinelo/ Pintura em tecido/ Tecelagem/ Cerâmica/ Crochê/ Tricô/ Tear/ Bijuteria
- Informática/ Computação/ Montagem de PC/ Digitação/ Manutenção de micros
- Auxiliar de escritório/ Recepcionista/ Telefonista/ Secretariado/ Noções de RH
- Telemarketing/ Operador de atendimento ao cliente
- Culinária/ Auxiliar de cozinha
- Administração/ Auxiliar administrativo/ Plano de negócios/ Assistente administrativo

27 A sigla GE corresponde a Grupo Experimental, os quais são oito nesta pesquisa.

- Panificação/ Confeitaria
- Design de jóias
- Logística
- Cabeleireira/ Manicure/ Depiladora
- Serviços gerais/ Auxiliar de limpeza
- Curso de embalagens
- Eletricista/ Pintor/ Hidráulica/ Encanador/ Eletrotécnico
- Garçom
- Jardinagem
- Curso de dança
- Restauração de livros
- Hotelaria/ Turismo
- Reciclagem
- Auxiliar de ortopedia
- Marcenaria
- Confecção de material de limpeza
- Educadora infantil

As ações observadas para os grupos que recebem os demais programas (GE4, GE6, GE7 e GE8) foram:

- Ginástica/ Ginástica olímpica
- Capoeira/ Dança/ Balé
- Bolsa Transporte/ Passe Social/ Bilhete especial
- Atividades esportivas/ Esportes/ Futebol/ Judô/ Caratê/ Jiu-Jitsu/ Vôlei/ Natação/ Basquete/ Handball
- Atividades Culturais/ Música/ Teatro/ Canto
- Artesanato/ Pintura/ Bordado/ Crochê/ Tricô
- Palestras/ Programa de Atenção Integral à Família (Paif)/ Ação Família/ Planejamento Familiar (Cras)
- Inclusão Digital/ ACESSA São Paulo
- CDHU/ Mutirão da Casa Própria/ COHAB/ Locação Social/ Auxílio Aluguel
- Jogos/ Brincadeiras/ Recreação

- Adolescente Aprendiz
- Projeto “Tá Bonito” – pintura de fachada de casas
- Ação Jovem/ Gente Jovem/ Projovem/ Agente Jovem/ Jovem Cidadão/ Grupo Jovem
- Brava Gente
- Circo Escola/ Cama elástica/ Artes Circenses
- Religião
- Escotismo
- Frente de Trabalho/ Bolsa Trabalho
- BPC²⁸ Idoso
- BPC²⁹ Deficiente
- Educriança
- Bolsa Creche
- Loas (Lei Orgânica da Assistência Social)
- Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)

A tabela 6 oferece informações agrupadas com a descrição desses grupos em relação ao número de moradores e sua estrutura etária na segunda coleta de dados. A amostra foi composta por 100 questionários em cada grupo.

Tabela 6 – Estrutura etária dos moradores componentes da amostra – 2009

ESTRUTURA ETÁRIA	GRUPO DE CONTROLE	GE1 TRANSF. RENDA	TRANSFERÊNCIA DE RENDA + UM BENEFÍCIO			TRANSFERÊNCIA DE RENDA + DOIS BENEFÍCIOS			GE8 TODOS
			GE2 SAÚDE	GE3 EDUCAÇÃO	GE4 DEMAIS TIPOS	GE5 SAÚDE + EDUCAÇÃO	GE6 EDUCAÇÃO + DEMAIS	GE7 SAÚDE + DEMAIS	
	n= 100	n= 100	n= 100	n= 100	n= 100	n= 100	n= 100	n= 100	
De 0 a 5 anos	87	65	101	50	45	68	31	81	60
De 6 a 14 anos	111	139	144	130	166	177	139	189	191
De 15 a 24 anos	58	60	59	110	88	96	149	86	120
De 25 a 59 anos	152	166	153	159	170	162	161	169	180
60 anos ou mais	5	5	1	3	8	3	8	6	8
Total de moradores	413	435	458	452	477	506	488	531	559

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

²⁸ BPC Idoso (Benefício de Prestação Continuada ao Idoso)

²⁹ BPC Deficiente (Benefício de Prestação Continuada ao Deficiente)

Ao confrontar os dados de estrutura etária com as informações gerais da população residente na RMSP, nota-se que, em 2009, a presença de crianças e jovens de 0 a 14 anos é maior no levantamento amostral do que no censitário. Por sua vez, o comparecimento da população adulta e idosa é bem menor na amostra pesquisada (1,1%) do que a fatia desse grupo na RMSP (10,7%). A tabela 7 permite comparar a participação percentual dos grupos de idade em ambas as populações.

Tabela 7 – Comparação da participação dos grupos de idade na população da RMSP e na população amostral

Grupos de idade	População RMSP (%)	População Amostral (%)
De 0 a 14 anos	22,7	45,7
De 15 a 24 anos	17,1	19,1
De 25 a 59 anos	49,5	34,1
60 anos ou mais	10,7	1,1

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

Essas diferenças são decorrentes da decisão de técnicos e consultores da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) de delimitar como população-alvo da pesquisa domicílios que tivessem crianças³⁰, entre os quais 50% deles com 1 ou 2 crianças e 50% com 3 ou mais. Aqueles que apresentaram um número mais elevado de menores, em geral, eram os que mais sofriam com os problemas de vulnerabilidade social. Esse dado influenciou na análise de alguns indicadores, especialmente nos grupos GE2 e GE7.

Quanto ao número de moradores por domicílio, a média obtida foi de 4,8 residentes, com variação de 2 a 10 pessoas, assim distribuídos:

³⁰ A definição de a amostra conter somente famílias com crianças baseia-se na condicionalidade adotada por muitos programas sociais.

Tabela 8 – Frequência de domicílios segundo número de moradores

Moradores	Frequência
2	43
3	152
4	245
5	216
6	114
7	64
8	30
9	15
10	21
Média	4,8
Mediana	5,0

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

A média de filhos por domicílio foi de 2,8 menores, com variação de 1 a 8 filhos:

Tabela 9 – Frequência de domicílios segundo o número de filhos

Filhos	Frequência
1	149
2	275
3	223
4	128
5	64
6	30
7	15
8	5
Média	2,8
Mediana	3,0

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

11.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS

O critério de classificação das famílias na pesquisa foi elaborado aplicando-se uma técnica cujo propósito é identificar quais indicadores, considerados simultaneamente em termos de suas intercorrelações, diferencia os dois grupos amostrais descritos (*controle e experimental*). Desse modo, estimou-se uma função com 84 indicadores que fosse capaz de classificar as famílias de acordo com o conhecimento prévio de seus grupos originais (*controle e experimentais 1 e 2*).

Na análise da segunda etapa da pesquisa foram utilizados os mesmos indicadores considerados durante a primeira fase, para efeito de comparação dos resultados. Dessa forma, repetiu-se o método adotado na análise dos resultados do primeiro momento do estudo, utilizando o procedimento de *estimação completa*³¹ dos indicadores, em vez da técnica *stepwise*³², tendo em vista que o propósito da análise não é de caráter preditivo³³, mas de natureza explicativa dos indicadores mais relevantes na diferenciação dos grupos.

11.1 Diferenças entre o grupo de controle e o grupo de famílias que recebia programas de transferência de renda

Como resultado da aplicação da função de classificação estimada, partindo-se de probabilidades iguais de classificação em cada um dos dois grupos, 75,8% das 900 famílias foram classificadas corretamente, o que denota que, também sobre o aspecto preditivo, o modelo apresenta um significativo poder de classificação.

A tabela 10 apresenta o peso de cada indicador na função de classificação, em ordem decrescente de importância, e a média verificada em cada grupo para cada uma das variáveis consideradas.

31 O procedimento estatístico *estimação completa* leva em consideração o conjunto inteiro de variáveis independentes e suas diferentes funções de discriminação (HAIR et al., 1998, pp. 220-1).

32 O método *stepwise*, ao sequenciar as variáveis independentes, seleciona um elenco entre elas conforme a relevância da sua função discriminante (Idem, ibidem).

33 Expressão que se refere, em diversos campos do conhecimento, a um tipo de análise cujo objetivo é elaborar prognósticos.

Tabela 10 – Importância das variáveis para a função de classificação

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Não Recebiam Programas de TR	Recebiam Programas de TR
1	M2_B – Número de fatores de vulnerabilidade do domicílio	0,278	0,89	0,55
2	R5_AL – Situação do domicílio em termos de pagamento de água e luz	0,263	2,0	2,3
3	S8 - % de moradores com necessidade de medicamentos de uso contínuo	0,215	7,8%	12,8%
4	PP_CULT – Pobreza Potencial Cultural	0,213	4,1	4,0
5	R5_B_AGUA – Situação do domicílio que paga água e está com dívida ou não	0,194	2,3	2,5
6	N5_LAT – frequência de consumo de laticínios	0,187	2,9	3,1
7	PP_ECOCV – Pobreza Potencial Econômica / Condições de Vida	0,169	4,9	4,6
8	E13 - % de moradores que estudam e que tomam emprestados livros na biblioteca	0,168	16,1%	23,3%
9	R13 – Classificação socioeconômica	0,163	2,5	2,7
10	R12 – Escala de Posse de Itens de Conforto Doméstico	0,153	2,2	2,5
11	R1 – Renda domiciliar mensal em reais	0,152	649,3	756,8
12	PA_POL – Pobreza de Acesso Política	0,151	3,5	3,7
13	S9_B - % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldade de acesso por falta de dinheiro	0,148	46,2%	62,4%

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Não Recebiam Programas de TR	Recebiam Programas de TR
14	M4_C – Valor gasto com melhorias habitacionais em 2008 e 2009	0,146	51,0	220,4
15	R10 – Frequência de suficiência de renda	0,145	1,4	1,6
16	P3 – Grau de escolaridade do chefe da família	0,143	2,8	2,6
17	N5_GUL – frequência de consumo de guloseimas	0,125	2,5	2,7
18	QV_EDU – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Educação	0,123	3,0	3,1
19	QV_HAB – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Habitação	0,120	3,1	3,2
20	T8 – Salário médio	0,120	661,4	610,6
21	R6 - % de inadimplência total em relação a renda domiciliar mensal	0,120	39,0%	98,2%
22	R14 - % Aquisições Recentes de Bens	0,116	15,7%	17%
23	P2 – Mulher é a chefe de família sem cônjuge e com filhos de até 15 anos	0,114	30,0%	37,5%
24	M5 – Grau de congestionamento domiciliar – cômodos	0,112	121,0%	130,62%
25	QV_PROF – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Capacitação Profissional	0,112	2,7	2,8
27	P1 – Mulher é a chefe da família no domicílio	0,111	35,0%	42,5%
28	S9_A - % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldades de acesso	0,110	43,3%	41,3%

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Não Recebiam Programas de TR	Recebiam Programas de TR
29	M6 – Grau de adensamento domiciliar - quartos	0,109	326,3%	348,58%
30	R11 – Gastos per capita	0,096	157,5	146,7
31	QV_ALIM – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Alimentação	0,092	3,3	3,4
32	PA_SOC – Pobreza de Acesso Social	0,090	3,4	3,5
33	T7 – Remuneração média	0,089	476,3	423,4
34	PP_ETI – Pobreza Potencial Ética	0,084	4,4	4,5
35	R5_C_LUZ – Número médio de meses em atraso de contas de luz	0,080	0,2	0,7
36	R15 - % de moradores com renda, exclusive TR sobre total de moradores	0,079	34,2%	32,1%
37	T9 – Carga horária de trabalho	0,078	26,6	23,8
38	T1 – Autonomia econômica	0,076	32,2%	30,2%
39	R5_B_LUZ – Situação do domicílio que paga luz e está com dívida ou não	0,075	2,3	2,4
40	NN - % de moradores com peso normal(a)	0,073	57,5%	60,2%
41	NS - % de moradores com sobrepeso ou obesos	0,071	37,2%	34,5%
42	T6 - % de crianças que trabalham	0,069	0,25%	0,97%
43	T2 – Razão de dependência	0,067	1,17	1,26
44	QV_LAZER – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Lazer	0,067	3,1	3,2
45	R7 - % de comprometimento da renda domiciliar com dívidas a vencer	0,066	167,1%	223,8%
46	N5_VEG – frequência de consumo de vegetais	0,064	3,0	3,1

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Não Recebiam Programas de TR	Recebiam Programas de TR
47	M3 – Número de itens de infraestrutura básica presentes no domicílio	0,062	5,4	5,5
48	QV_GERAL – Melhoria de Qualidade de Vida em Geral	0,062	3,0	3,0
49	QV_FINANC – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Situação Financeira	0,056	3,4	3,5
50	PA_ECOCV – Pobreza de Acesso Econômica / Condições de Vida	0,056	3,2	3,2
51	M1_B – Número de fatores de vulnerabilidade físico-ambiental do entorno do domicílio	0,054	0,61	0,55
52	PP_ECOM – Pobreza Potencial Econômica / Monetária	0,053	4,6	4,5
53	S7_C - % de moradores que se consultaram cuja última consulta foi preventiva	0,049	59,0%	56,6%
54	PA_ETI – Pobreza de Acesso Ética	0,049	4,7	4,7
55	N5_MAS – frequência de consumo de massas	0,049	4,0	4,1
56	E3 - % média de faltas na escola	0,048	5,5%	5,0%
57	T12 – Empregabilidade do Chefe Família – escala ordinal	0,047	2,7	2,6
58	R5_C_AGUA – Número médio de meses em atraso de contas de água	0,044	0,8	0,5
59	QV_BENS – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Posse de Bens	0,043	3,2	3,2
60	T4 – Emprego formal	0,041	20,2%	18,7%

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Não Recebiam Programas de TR	Recebiam Programas de TR
61	PP_SOC – Pobreza Potencial Social	0,036	4,2	4,2
62	QV_SAU – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Saúde	0,035	3,3	3,2
63	R9 - % de insuficiência de renda domiciliar mensal (gastos / renda)	0,035	118,5%	128,0%
64	S6 - % de moradores que possuem o cartão SUS	0,031	86,0%	87,2%
65	S7_B - % de moradores que se consultaram cuja última consulta foi curativa	0,028	40,8%	42,2%
66	QV_TRAB – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Trabalho	0,028	3,0	3,0
67	T3 – Atividade econômica	0,028	61,1%	59,9%
68	R8 - % da renda domiciliar que é poupada	0,024	0,55%	0,84%
69	PP_POL – Pobreza Potencial Política	0,024	3,4	3,4
70	S7_A - % de moradores que já se consultaram com médico	0,022	99,5%	99,6%
71	PA_CULT – Pobreza de Acesso Cultural	0,021	3,5	3,5
72	N5_CER – frequência de consumo de cereais	0,018	3,2	3,2
73	R2 – Renda domiciliar mensal per capita	0,018	158,6	161,3
74	N5_PROT – frequência de consumo de proteínas	0,017	2,8	2,8
75	R4 – Posição da família em relação a linha de pobreza	0,017	2,4	2,5

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Não Recebiam Programas de TR	Recebiam Programas de TR
76	QV_VEST – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Vestuário	0,015	3,1	3,1
77	S9_C - % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldade de acesso por falta de medicamento	0,015	53,8%	37,6%
78	PA_ECOM – Pobreza de Acesso Econômica / Monetária	0,014	2,6	2,6
79	T5 – Emprego regular	0,009	40,3%	39,9%
80	P6 - % de moradores até 15 anos sobre o total de moradores	0,009	47,4%	47,1%
81	QV_TRANS – Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Transporte	0,008	3,1	3,1
82	E1 – Índice de autonomia potencial	0,008	93,8%	93,6%
83	T10 - % de desempregados sobre PEA domiciliar	0,006	19,2%	19,4%
84	ND - % de moradores desnutridos	0,001	5,3%	5,3%

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

Na tabela 10, quanto maior o módulo da carga de um indicador para a função de classificação, mais importante é o indicador para diferenciar (classificar) as famílias que recebiam programas de transferência de renda daquelas que não eram beneficiárias.

Eis os dez indicadores que apresentaram a maior influência para diferenciar as famílias contempladas por programas de transferência de renda daquelas que não eram beneficiárias:

- **Fatores de vulnerabilidade do domicílio** – as famílias que não recebiam programas de transferência de renda tendiam a apresentar domicílios em condições mais precárias de construção;

- **Situação do pagamento de contas de água e luz** – as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda tendiam a ser melhores pagadoras de contas de água e luz;
- **Necessidade de medicamentos de uso contínuo** – as famílias que recebiam programas de transferência de renda tendiam a apresentar maior percentual de moradores que necessitavam de medicamentos de uso contínuo;
- **Pobreza potencial cultural** – as famílias contempladas por programas de transferência de renda mostravam-se menos preocupadas com questões relacionadas à higiene e à qualidade da comida em detrimento da quantidade, e não acreditavam tão fortemente quanto às que não recebiam esses benefícios que a dedicação exclusiva das crianças aos estudos é importante;
- **Dívidas de contas de água** – a existência de dívidas de contas de água era menos comum entre as famílias que recebiam programas de transferência de renda;
- **Frequência de consumo de laticínios** – as famílias beneficiadas por programas de transferência de renda tendiam a consumir laticínios com mais frequência;
- **Pobreza potencial em termos de condições de vida** – as famílias que recebiam transferência de renda mostravam-se menos conscientes acerca da importância de aspectos relacionados à saúde e à educação e apresentaram menos expectativa de melhoria futura de sua vida;
- **Empréstimo de livros em bibliotecas** – as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda apresentavam percentual maior de moradores que estudavam e pegavam livros emprestados em biblioteca;
- **Situação socioeconômica** – as famílias que recebiam programas de transferência de renda tendiam a apresentar melhor situação socioeconômica de acordo com a classificação do Critério Brasil 200³⁴;
- **Posse de Bens de Conforto Doméstico** – as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda tendiam a possuir um número maior de itens de conforto doméstico.

34 Criado na década de 1970 pelo Governo Federal, o Critério Brasil é um sistema que classifica socioeconomicamente, por pontuação, os domicílios com base em cálculo que considera diferentes valores, conforme a quantidade e posse dos seguintes itens: automóveis, aparelhos de TV em cores, rádios, banheiros, empregadas domésticas, máquina de lavar roupa, geladeira e freezer, vídeo cassete ou DVD. A esses valores são somados os pontos relativos ao grau de instrução do chefe da família, e, dessa forma, é possível estabelecer uma divisão em oito classes socioeconômicas. Os dados para a RMSP apresentam a seguinte distribuição: 0,7% da população na classe E; 20,7% na classe D; 21,5% na classe C2; 22,4% na classe C1; 19% na classe B2; 10,6% na classe B1; 4,5% na classe A2 e 0,6% na classe A1. A pesquisa demonstrou estes resultados para a amostra: 2,9% dos domicílios na classe E, 42,6% dos domicílios na classe D, 39,7% na classe C2, 14% na classe C1, 0,8% na classe B2 e 0,1% na classe B1. As conclusões da segunda etapa do levantamento apontam para aumentos de pontuações nas classes C2 e C1, em detrimento da classe D, e uma elevação muito pequena na classe E e na classe B2, entre as famílias respondentes.

11.2 Diferenças entre o grupo de famílias que recebia somente programas de transferência de renda e o grupo de famílias beneficiado por programas complementares

Como resultado da aplicação da função de classificação, 71,9% das 800 famílias foram classificadas corretamente nos agrupamentos, tendo como base probabilidades iguais de pertencimento a cada um dos grupos. Isso evidencia que há famílias que recebiam apenas programas de transferência de renda, mas que têm perfil para ser beneficiárias de programas complementares.

A tabela 11 apresenta os resultados obtidos e o número de famílias classificadas em cada grupo.

Tabela 11 – Importância das Variáveis para a Função de Classificação

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Somento TR	Programas Complementares
1	R5_C_LUZ – Número médio de meses em atraso de contas de luz	0,264	2,16	0,54
2	E13 – % de moradores que estudam que tomam emprestados livros na biblioteca	0,250	15,7%	24,4%
3	S8 - % de moradores com necessidade de medicamentos de uso contínuo	0,246	8,7%	13,4%
4	N5_MAS – frequência de consumo de massas	0,226	3,90	4,10
5	R1 – Renda domiciliar mensal em reais	0,223	645,3	772,8
6	S7_A - % de moradores que já se consultaram com médico	0,201	99,0%	99,7%
7	PP_CULT - Pobreza Potencial	0,188	4,79	4,59
8	T12 – Empregabilidade do Chefe Família – escala ordinal	0,168	1,30	1,26
9	M5 – Grau de congestionamento domiciliar – cômodos	0,166	120,6%	132,0%
10	QV_SAU - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Saúde	0,164	3,09	3,23

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Somento TR	Programas Complementares
11	R13 – Classificação socioeconômica	0,151	2,58	2,71
12	S7_C - % de moradores que se consultaram cuja última consulta foi preventiva	0,147	51,5%	57,3%
13	S7_B - % de moradores que se consultaram cuja última consulta foi curativa	0,143	47,1%	41,5%
14	M2_B – Número de fatores de vulnerabilidade do domicílio	0,138	0,44	0,57
15	ND – % de moradores desnutridos	0,130	3,8%	5,5%
16	R12 – Escala de Posse de Itens de Conforto Doméstico	0,127	2,34	2,50
17	PP_ETI - Pobreza Potencial Ética	0,112	4,62	4,51
18	R2 – Renda domiciliar mensal per capita	0,111	149,7	162,9
19	N5_VEG – frequência de consumo de vegetais	0,108	3,00	3,10
20	R10 – Frequência de suficiência de renda	0,106	1,48	1,61
21	QV_VEST - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Vestuário	0,105	3,05	3,12
22	T6 – % de crianças que trabalham	0,104	0,17%	1,09%
23	N5_PROT – frequência de consumo de proteínas	0,100	2,80	2,80
24	T5 – Emprego regular	0,099	43,2%	39,4%
25	QV_EDU - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Educação	0,098	3,41	3,48
26	P1 – Mulher é a chefe da família no domicílio	0,095	38%	43%
27	T3 – Atividade econômica	0,094	62,8%	59,5%
28	R9 – % de insuficiência de renda domiciliar mensal (gastos / renda)	0,094	109,0%	131,0%

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Somento TR	Programas Complementares
29	T10 - % de desempregados sobre PEA domiciliar	0,094	16,7	19,8%
30	R5_C_AGUA - Número médio de meses em atraso de contas de água	0,094	0,10	0,61
31	R5_B_AGUA - Situação do domicílio que paga água e está com dívida ou não	0,092	2,53	2,46
32	PA_ECOM - Pobreza de Acesso Econômica / Monetária	0,090	2,56	2,64
33	S6 - % de moradores que possuem o cartão SUS	0,088	84,8%	87,5%
34	PA_SOC - Pobreza de Acesso Social	0,086	3,45	3,51
35	R7 - % de comprometimento da renda domiciliar com dívidas a vencer	0,082	173,0%	231,0%
36	QV_GERAL - Melhoria de Qualidade de Vida em Geral	0,073	3,13	3,19
37	PA_ECOCV - Pobreza de Acesso Econômica / Condições de Vida	0,072	3,57	3,53
38	QV_FINANC - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Situação Financeira	0,070	3,06	3,00
39	N5_GUL - frequência de consumo de guloseimas	0,070	2,60%	2,70
40	R8 - % da renda domiciliar que é poupada	0,068	0,23%	0,93%
41	PP_ECOM - Pobreza Potencial Econômica / Monetária	0,066	4,48	4,56
42	N5_LAT - frequência de consumo de laticínios	0,064	3,10	3,10
43	PP_POL - Pobreza Potencial Política	0,063	3,49	3,42
44	S9_C - % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldade de acesso por falta de medicamento	0,061	33,3%	38,1%

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Somento TR	Programas Complementares
45	NS - % de moradores com sobrepeso ou obesos	0,057	36,0%	34,3%
46	M1_B - Número de fatores de vulnerabilidade físico ambiental do entorno do domicílio	0,057	0,51	0,56
47	E1 - Índice de autonomia potencial	0,055	94,5%	93,5%
48	M4_C - Valor gasto com melhorias habitacionais em 2008 e 2009	0,053	174,4	221,0
49	PP_ECOCV - Pobreza Potencial Econômica / Condições de Vida	0,053	4,00	3,96
50	P4 - Família é monoparental	0,051	36%	39%
51	QV_TRAB - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Trabalho	0,049	3,03	2,99
52	P6 - % de moradores até 15 anos sobre o total de moradores	0,049	48,0%	47,0%
53	P3 - Grau de escolaridade do chefe da família	0,049	2,64	2,60
54	E3 - % média de faltas na escola	0,048	5,3%	5,0%
55	T8 - Salário médio	0,047	586,4	614,0
56	QV_PROF - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Capacitação Profissional	0,047	3,09	3,12
57	T7 - Remuneração média	0,046	419,0	424,1
58	PA_CULT - Pobreza de Acesso Cultural	0,046	3,13	3,18
59	S9_A - % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldade de acesso	0,046	51,5%	40,2%
60	N5_CER - frequência de consumo de cereais	0,044	3,20	3,20

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Somento TR	Programas Complementares
61	QV_ALIM - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Alimentação	0,044	3,33	3,36
62	R11 – Gastos per capita	0,042	143,4	147,1
63	T2 – Razão de dependência	0,039	130,1%	125,7%
64	PA_ETI - Pobreza de Acesso Ética	0,038	4,71	4,75
65	R5_AL – Situação do domicílio em termos de pagamento de água e luz	0,038	2,28	2,31
66	P2 – Mulher é a chefe de família sem cônjuge e com filhos de até 15 anos	0,032	36%	38%
67	QV_TRANS - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Transporte	0,027	3,09	3,07
68	T4 – Emprego formal	0,024	19,3%	18,6%
69	QV_HAB - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Habitação	0,023	3,21	3,23
70	T1 – Autonomia econômica	0,021	30,6%	30,2%
71	R14 – % Aquisições Recentes de Bens	0,019	17,0%	17,0%
72	PA_POL - Pobreza de Acesso Política	0,017	3,70	3,71
73	S9_B - % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldade de acesso por falta de dinheiro	0,015	66,7%	61,9%
74	R15 – % de moradores com renda, exclusive TR sobre total de moradores	0,013	31,9%	32,1%
75	PP_SOC - Pobreza Potencial Social	0,013	4,24	4,22
76	M3 – Número de itens de infraestrutura básica presentes no domicílio	0,011	5,49	5,50

Importância	Indicador	Carga na Função	Média	
			Somento TR	Programas Complementares
77	QV_LAZER - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Lazer	0,009	2,79	2,80
78	T9 – Carga horária de trabalho	0,007	23,3	23,9
79	QV_BENS - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Posse de Bens	0,006	3,19	3,19
80	M6 – Grau de adensamento domiciliar – quartos	0,006	349,5%	348,5%
81	R6 – % de inadimplência total em relação à renda domiciliar mensal	0,006	96,0%	99,0%
82	R4 – Posição da família em relação à linha de pobreza	0,003	2,46	2,46
83	NN – % de moradores com peso normal (a)	0,001	60,2%	60,2%
84	R5_B_LUZ – Situação do domicílio que paga luz e está com dívida ou não	0,000	2,39	2,39

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

Na segunda etapa da pesquisa, há dez indicadores que apresentaram a maior influência para diferenciar as famílias beneficiadas por programas complementares daquelas que recebiam apenas programas de transferência de renda, conforme demonstrado a seguir:

- **Contas de luz em atraso há meses** – famílias que recebiam somente programas de transferência de renda apresentavam, em média, número maior de contas de luz em atraso (durante meses);
- **Empréstimo de livros em bibliotecas** – famílias beneficiárias de programas complementares aos de renda demonstravam, em média, percentual maior de moradores estudantes que tomavam livros emprestados na biblioteca;
- **Necessidade de medicamentos de uso contínuo** – famílias contempladas por programas complementares aos de renda tendiam a apresentar percentual maior de moradores que necessitavam de medicamentos de uso contínuo;

- **Frequência no consumo de massas** – famílias que participavam de programas complementares aos de renda tendiam a apresentar uma frequência maior no consumo de massas;
- **Renda domiciliar total** – famílias beneficiárias de programas complementares aos de renda tendiam a apresentar, em média, renda domiciliar quase 20% maior;
- **Consultas médicas** – famílias contempladas por programas complementares aos de renda tendiam a apresentar um percentual maior (quase a totalidade) de moradores que já se consultaram com um médico, apesar de a diferença ser pequena em relação aos outros grupos pesquisados;
- **Pobreza potencial cultural** – famílias que participavam de programas complementares aos de transferência de renda mostravam-se menos preocupadas com questões relacionadas à higiene, à qualidade da comida em detrimento da quantidade, e à dedicação exclusiva das crianças aos estudos;
- **Situação de emprego** – famílias beneficiadas por programas complementares aos de transferência de renda apresentavam chefes de família em piores condições de emprego;
- **Congestionamento domiciliar** – famílias contempladas por programas complementares aos de transferência de renda apresentavam mais pessoas por cômodo em seus domicílios, indicando maior congestionamento domiciliar;
- **Melhoria da qualidade de vida em termos de saúde** – famílias que participavam de programas complementares aos de transferência de renda apresentavam percepção mais forte de que a condição de saúde dos moradores de seu domicílio melhorou.

12.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados estatísticos compilados na pesquisa demonstram como as ações complementares aos programas de transferência de renda impactaram nas condições de vida das famílias beneficiadas. Para realizar a análise dos dados obtidos na segunda etapa do estudo, as famílias participantes foram divididas nos mesmos três macrogrupos delimitados no primeiro levantamento:

- **Grupo de controle** » 100 famílias elegíveis, mas que não participavam de programas sociais;
- **Grupo experimental I** » 100 famílias beneficiadas apenas por programas de transferência de renda;
- **Grupo experimental II** » 700 famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e combinações de diversas ações, distribuídas nas áreas de educação, saúde e em outros tipos de programas sociais.

As análises comparativas dos resultados obtidos nas duas etapas do estudo, em 2008 e 2009, são apresentadas neste capítulo de acordo com as dimensões e as circunstâncias nas quais as famílias estavam inseridas no momento do levantamento. Para tanto, os resultados foram agrupados com base nas mesmas dez macrodimensões consideradas no primeiro levantamento (renda domiciliar; trabalho/emprego; consumo domiciliar; nutrição; educação; saúde; condições de moradia; condições de maior vulnerabilidade; condicionalidades e atitudes), as quais correspondem às seguintes categorias de análise de diferentes aspectos relacionados às condições de vida dos grupos: renda e consumo; trabalho; nutrição; educação; saúde; moradia; vulnerabilidade; percepção sobre pobreza de acesso; percepção sobre pobreza potencial e percepção sobre qualidade de vida.

A comparação dos levantamentos, baseada nos indicadores que expressam diversos aspectos objetivos e subjetivos sobre as condições de vida das famílias pesquisadas, foi efetuada entre os três agrupamentos estudados: *grupo de controle* (famílias que não recebiam nenhum benefício), *grupo experimental I* (famílias contempladas somente por programas de transferência de renda) e *grupo experimental II* (famílias beneficiadas por programas complementares aos de transferência de renda).

12.1. Análise fatorial das principais variáveis de atitude em relação à pobreza

A análise fatorial é uma das técnicas mais usuais do que se convencionou chamar de análise multivariada. Este tipo de estudo é frequentemente empregado nas ciências sociais quando existe o interesse no comportamento de grupos de variáveis correlacionados com outros. É útil para detectar regularidades no comportamento de duas ou mais variáveis e para testar modelos alternativos de associação entre elas, considerando quando e como dois ou mais grupos diferem em seu perfil multivariado.

Nas análises anteriores, as variáveis correspondentes a atitudes, valores e crenças relacionadas com a pobreza foram agrupadas segundo o modelo proposto por DUBOIS & MAHIEU (2005 apud DRAIBE, 2005, p. 18), apresentado no tópico "1. Estratégias para o enfrentamento da pobreza", segundo os conceitos de pobreza de acesso e pobreza potencial e suas dimensões.

A análise fatorial de componentes principais, calculada com base na matriz de correlações entre as variáveis, possibilitou extrair as dimensões existentes e a carga das variáveis associadas a cada uma delas. Em outros termos, a análise fatorial permitiu identificar as dimensões ou os conceitos latentes aos itens que constituem o bloco de atitudes do questionário, os quais são apresentados na tabela 12. Para o exame do perfil dos agrupamentos de famílias de acordo com o recebimento de programas sociais, foram utilizados os mesmos fatores obtidos na primeira fase da pesquisa.

Tabela 12 – Análise fatorial das atitudes – cargas fatoriais e médias – 2009

Dimensão Latente	Indicador	Carga na Função
Melhoria de Qualidade de Vida	A vida da minha família é bem melhor hoje do que era há dois anos atrás.	0.720
	Nos últimos tempos eu e minha família temos nos alimentado bem melhor.	0.646
	A qualidade da vida da minha família melhorou com a ajuda dos programas governamentais.	0.547
	Na minha família ninguém passa fome.	0.474
	Tenho muito mais oportunidades de trabalho hoje do que tinha há dois anos atrás.	0.398
	Nossa casa tem muito conforto.	0.318

Dimensão Latente	Indicador	Carga na Função
Baixa Atenção do Governo à Saúde	Passa ano, entra ano, não vejo melhoria nos serviços de saúde do governo.	0.660
	Não acho que somos bem tratados e atendidos nos postos de saúde/hospitais públicos.	0.630
	O governo cuida pouco da saúde da população.	0.629
	As solicitações de melhoria para a região onde moro não têm sido atendidas pelos governantes.	0.440
Situação Financeira	Dá para viver bem sem a ajuda dos programas do governo.	0.753
	É fácil criar filhos, mesmo sem ajuda do governo.	0.643
	Na minha família, o que ganhamos com o nosso trabalho já daria para viver bem.	0.459
Insuficiência de Renda	A verdade é que dá para comer bem, mesmo com pouco dinheiro.	0.389
	As compras de comida na minha casa não duram o mês todo.	0.618
	Quase sempre falta dinheiro para comprar todos os remédios que minha família precisa.	0.610
Baixa consciência e informação em saúde e meio ambiente	O dinheiro que temos mal dá para nos sustentar.	0.597
	Hoje se fala muito sobre meio ambiente, mas eu não sei bem a importância disso.	0.696
	Esse negócio de meio ambiente é um problema do governo e não nosso.	0.620
	Eu não entendo quase nada que os médicos me falam.	0.424
Preocupação com higiene e a saúde	Aqui em casa a gente só cuida da saúde quando fica doente.	0.351
	Sou extremamente preocupada com a limpeza da minha casa.	0.749
	Fico muito atento(a) para que todo mundo aqui em casa cuide bem da sua higiene pessoal.	0.594
	Estou muito satisfeito(a) com o número de filhos que tenho.	0.481
	Eu me preocupo muito com saúde.	0.381

Dimensão Latente	Indicador	Carga na Função
Boa Qualidade do Ensino	Acho que as escolas dão um ensino muito bom às crianças e jovens de hoje.	0.759
	A educação nas escolas públicas melhorou muito nesses últimos anos.	0.677
	Estou muito feliz com o ensino que meus filhos/netos têm tido nas escolas.	0.672
Baixa Preocupação com Nutrição e Ações Governamentais	Quando faço comida para minha família, não fico pensando muito se ela é mais saudável ou não.	0.770
	Não ligo tanto para a qualidade da comida; prefiro que todos na minha casa possam comer mais quantidade.	0.715
	Não gostaria de ter mais informações sobre as ações que o governo tem feito no meu bairro e na minha cidade.	0.392
Harmonia com o local de moradia	Eu me sinto muito seguro(a) aqui onde moro.	0.759
	Eu gosto muito do bairro, do local em que vivo com minha família.	0.728
	Eu me sinto bem aceito(a) por meus conhecidos/vizinhos nos locais que frequento.	0.420
Expectativa de um futuro melhor	Tenho certeza que o futuro dos meus filhos/netos vai ser tão bom quanto o futuro de filhos de famílias mais ricas.	0.659
	Eu me sinto plenamente respeitado(a) em relação a meus direitos.	0.607
	Tenho certeza que a minha vida e a da minha família irá melhorar bastante no futuro.	0.525
	Considero ter tantas chances de conseguir um bom emprego quanto qualquer outra pessoa.	0.354
Atenção com a Rotina Escolar	Atualmente, meus filhos/netos estão faltando bem menos na escola.	0.745
	Eu cuido bastante da rotina, dos horários e tarefas dos meus filhos.	0.687

Dimensão Latente	Indicador	Carga na Função
Falta de Atenção Governamental	A sociedade/ as pessoas não ligam para os deficientes físicos.	0.740
	Os deficientes físicos não têm muito apoio do governo.	0.699
	Acho que ainda tem poucos programas do governo para ajudar a gente.	0.394
Decisão de Compra	Na minha casa, sou sempre eu quem decide o que comprar de alimentos.	0.865
	Na minha casa, sou sempre eu quem decide o que comprar de roupas e eletrodomésticos.	0.859
Baixa Consciência para a Educação	Não temos tempo de acompanhar o estudo dos nossos filhos/netos.	0.755
	Não sabemos muito bem como acompanhar o estudo dos nossos filhos/netos.	0.702
	Acho que dá para meus filhos irem à escola e também fazerem alguma atividade/bico que dê um dinheiro todo mês para ajudar nas despesas da família.	0.402
Consciência de Direitos	Estou sempre muito bem informado(a) sobre meus direitos.	0.727
	Quando algum dos meus direitos é desrespeitado, recorro aos órgãos do governo.	0.629
Participação Comunitária	Minha família sempre participa de reuniões e atividades comunitárias no bairro, igrejas, escolas, associações etc.	0.676
	Quando algum dos meus direitos é desrespeitado, recorro às associações de moradores do meu bairro.	0.601
Importância do Estudo	Se eu tivesse mais estudo teria uma condição melhor de trabalho.	0.725
	Faz muita diferença ter pouco ou muito estudo.	0.342
Falta de Harmonia Familiar	Tem briga em casa por falta de dinheiro.	0.732
	Minha família não é uma família muito feliz.	0.442
	Gostaria de participar mais das decisões políticas relacionadas à melhoria das condições de vida para minha família.	0.382

Dimensão Latente	Indicador	Carga na Função
Apoio Financeiro	Gostaria de me vestir melhor.	0.654
	Em caso de dificuldades pessoais ou financeiras, sei que posso contar com o apoio de amigos.	0.551
Falta de Lazer Externo	Na minha família, não temos muitas atividades de lazer, de sair para passear.	0.761
	Sempre falta dinheiro para sair nos finais de semana.	0.407
Importância da Educação Familiar	A educação que os pais dão é muito mais importante do que aquilo que as crianças aprendem na escola.	0.763
	Acredito que as crianças e jovens de hoje não têm tido a educação familiar que deveriam ter.	0.501
Dependência de Programas	Eu me sinto muito mal tendo que receber ajuda desses programas do governo.	0.724
	Vai ser muito difícil ter condições de morar em um local bem melhor do que moro hoje.	0.424

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

Com base nas dimensões latentes obtidas pela análise fatorial efetivada durante a primeira etapa do levantamento, realizou-se, utilizando a técnica de análise de correspondência, um mapeamento perceptual dos três agrupamentos analisados: controle, grupo experimental I e grupo experimental II. O objetivo foi traçar o perfil dos grupos de famílias pesquisadas em função dos valores para estas dimensões, obtidos com base nos dados da segunda fase da pesquisa, realizada em 2009. Essa técnica permite verificar quais são as dimensões mais correlacionadas com cada um dos três grupos avaliados.

12.1.1. Famílias não beneficiadas por programas sociais

Os resultados do levantamento, em 2009, mostram que as famílias não contempladas por nenhum programa de transferência de renda durante a primeira fase da pesquisa se caracterizam, principalmente, por apresentar menor participação comunitária no local onde residem e menos consciência de seus direitos, pois são menos informadas e recorrem menos a órgãos governamentais quando são desrespeitadas.

As famílias do *grupo de controle* pesquisadas, como era de se esperar, apresentaram menor dependência dos programas sociais do governo e não se sentiram tão mal quanto os demais em receber esse auxílio, uma vez que esse núcleo

possui um percentual menor de famílias beneficiadas por essas ações governamentais. No entanto, essas famílias exprimiram uma percepção mais forte de que a sua renda é insuficiente.

Apresentaram, também, um pouco mais de preocupação com a educação do que os demais grupos, demonstrando mais tempo para acompanhar o estudo dos filhos e netos. Além disso, rejeitaram mais fortemente a ideia de que é possível conciliar a escola dos filhos com alguma atividade ou bico que dê um dinheiro todo mês para ajudar nas despesas da família. Esses respondentes se mostram mais céticos que os demais em relação aos serviços de saúde do governo, ao tratamento nos postos de saúde e hospitais públicos e ao cuidado que o governo dispensa à saúde da população.

As famílias não beneficiadas por programas sociais estão entre as que acreditam ter menos atividades de lazer, como sair para passear, e as que percebem sempre, com mais intensidade, a falta de dinheiro para sair nos fins de semana. Esse núcleo é também o que tem as menores expectativas acerca de um futuro melhor.

12.1.2. Famílias que recebem somente programas de transferência de renda

Ainda que as famílias de todos os grupos se percebam em situação financeira difícil, as famílias beneficiadas por transferência de renda acham ainda um pouco mais difícil que as demais criar seus filhos, especialmente sem a ajuda do governo. Para os integrantes desse agrupamento, o que ganham não é o suficiente para viver bem, pois se veem, de certa forma, dependentes dos programas do governo, e o pouco dinheiro acaba impactando também na alimentação de sua família. Os respondentes desse estrato acreditam que em suas famílias existe um pouco mais de brigas por causa de dinheiro, menos harmonia e um menor grau de felicidade do que nos demais grupos.

Os pesquisados desse núcleo, ainda que sejam os decisores do que é comprado em seus domicílios, não centralizam tão fortemente quanto os demais grupos a decisão sobre a compra de alimentos, de roupas e de eletrodomésticos. Em geral, essas famílias mostram-se mais satisfeitas que as demais com o ensino que seus filhos e netos têm nas escolas. Acreditam que, de certa maneira, a educação nas escolas públicas melhorou nos últimos anos e que essas dão um ensino razoável às crianças e aos jovens de hoje. Por outro lado, os respondentes desse grupo, assim como dos demais (*controle e experimental II*), entendem que os serviços de saúde e a atenção do governo a essa área deixam a desejar, porém não tão incisivamente quanto os pesquisados dos *grupos de controle* e daqueles que também participavam de programas complementares durante a primeira etapa da pesquisa.

12.1.3. Famílias beneficiadas por ações complementares aos programas de transferência de renda

De acordo com os resultados da pesquisa em 2009, essas famílias são as que apresentam maior participação comunitária e mais consciência de seus direitos, além de estarem mais informadas e procurarem o governo sempre que julgam necessário.

Esse grupo é o que mais se incomoda em receber os benefícios de programas sociais e o que mais acredita que será difícil ter condições de morar em um local melhor do que o atual. Essas famílias se sentem, ainda, mais desamparadas, bem como percebem menor apoio financeiro de amigos que os demais grupos. Nesse núcleo, a mulher é quem decide o que se compra de alimentos, roupas e eletrodomésticos. Mesmo apontando uma fortíssima dificuldade para realizar atividades de lazer fora de sua casa, encontram um pouco menos de dificuldade que os demais grupos nesse quesito.

Todos os grupos demonstraram um nível razoável de preocupação com a educação de seus filhos, porém os respondentes de famílias inseridas em programas complementares não rejeitam tão fortemente quanto os demais estratos a ideia de que é possível conciliar a escola dos filhos com alguma atividade ou trabalho informal que forneça dinheiro todo mês para ajudar nas despesas da família, uma vez que parecem ter um pouco menos de capacidade e tempo para acompanhar a educação de seus filhos.

Enquanto esta análise focou os aspectos atitudinais – subjetivos – associados a cada um dos três grupos amostrais, a análise a seguir foi feita, dentro do mesmo enfoque de identificação de dimensões latentes, sob uma matriz de indicadores objetivos.

12.2. Análise fatorial das principais variáveis dos indicadores objetivos da pesquisa

A matriz de correlações entre os indicadores possibilitou a extração dos componentes principais e a rotação deles, de forma a maximizar a explicação da variância em cada fator. Os resultados obtidos em 2008, durante o primeiro momento do levantamento, estão sintetizados na tabela 13. Em 2009, para efeito de comparação, utilizaram-se os mesmos fatores colhidos na primeira etapa da pesquisa, para os quais foram atualizados os valores com base nos resultados da pesquisa em 2009.

Tabela 13 – Análise fatorial dos indicadores objetivos – cargas fatoriais e médias – 2009

Dimensões	Indicador	Carga na Função
Aumento no Consumo de Itens de Alimentação	N3 - % de itens da alimentação cujo consumo aumentou	0.993
	N4_MAS - % de itens de massas cujo consumo aumentou	0.873
	N4_GUL - % de itens de guloseimas cujo consumo aumentou	0.864
	N4_VEG - % de itens de vegetais cujo consumo aumentou	0.855
	N4_PROT - % de itens de proteínas cujo consumo aumentou	0.848
	N4_CER - % de itens de cereais cujo consumo aumentou	0.792
	N4_LAT - % de itens de laticínio cujo consumo aumentou	0.755
Renda Potencial	T3 - Atividade econômica	0.878
	T1 - Autonomia econômica	0.852
	R15 - % de moradores com renda, exclusive TR sobre total de Moradores	0.847
	R16 - Número de fontes de renda por morador, incluindo TR	0.720
	T10 - % de empregados sobre PEA domiciliar	0.661
	T5 - Emprego regular	0.525
	R2 - Renda domiciliar mensal per capita	0.516
Emprego	T4 - Emprego formal	0.888
	T8 - Salário médio	0.855
	T12 - Empregabilidade do Chefe Família	0.688
Menor Vulnerabilidade Familiar	P4 - Família não é monoparental	0.903
	P1 - Mulher não é a chefe da família no domicílio	0.892
	P2 - A chefe de família não é mulher sem cônjuge e com filhos de até 15 anos	0.855

Dimensões	Indicador	Carga na Função
Independência de Programas de Transferência de Renda	R3A - % da renda domiciliar proveniente de fontes que não BF-RC-RM	0.720
	R3B - % da renda domiciliar proveniente de fontes que não as transferências governamentais	0.708
	T7 - Remuneração média	0.647
	T9 - Carga horária de trabalho	0.625
	R4 - Posição da família em relação à linha de pobreza	0.519
	R1 - Renda domiciliar mensal em reais	0.392
Frequência de Consumo de Itens de Alimentação	N5_GUL - frequência de consumo de guloseimas (escala 0 a 6)	0.748
	N5_VEG - frequência de consumo de vegetais (escala 0 a 6)	0.712
	N5_LAT - frequência de consumo de laticínios (escala 0 a 6)	0.679
	N5_PROT - frequência de consumo de proteínas (escala 0 a 6)	0.641
	N5_MAS - frequência de consumo de massas (escala 0 a 6)	0.578
	N5_CER - frequência de consumo de cereais (escala 0 a 6)	0.477
Menor Dependência Econômica	P6 - % de moradores com mais de 15 anos sobre o total de moradores	0.832
	T2 - Razão de dependência	0.727
	R11 - Gastos per capita	0.399
Infraestrutura Básico Domicílio	R5_AL - Situação do domicílio em termos de pagamento de água e luz (1 a 3)	0.779
	M3 - Número de itens de infraestrutura básica presentes no domicílio (0 a 6)	0.774
	M2_B - Número de fatores de vulnerabilidade do domicílio (0 a 5)	0.732

Dimensões	Indicador	Carga na Função
Capacidade de Pagamento de Contas de Água e Luz	R5_C_LUZ - Número médio de meses em atraso de contas de luz	0.713
	R5_C_AGUA - Número médio de meses em atraso de contas de água	0.702
	R5_B_AGUA - Situação do domicílio que paga água e está com dívida ou não (1 a 3)	0.676
	R5_B_LUZ - Situação do domicílio que paga luz e está com dívida ou não (1 a 3)	0.637
Baixa Necessidade e Dificuldade de Acesso a Medicamentos de Uso Contínuo	S9_B - % de moradores que necessitam de medicamentos que não tem dificuldade de acesso por falta de dinheiro	0.897
	S9_A - % de moradores que necessitam de medicamentos que não tem dificuldade de acesso	0.860
	S8 - % de moradores que não tem necessidade de medicamentos de uso Contínuo	0.638
Baixo Endividamento e Inadimplência	R7 - % de comprometimento da renda domiciliar com dívidas a vencer	0.833
	R6 - % de inadimplência total em relação à renda domiciliar mensal	0.788
	R9 - % de suficiência de renda domiciliar mensal	0.626
Situação socioeconômica	R12 - % de Posse de Itens de Conforto Doméstico (1 a 4)	0.767
	R13 - Classificação socioeconômica (1 a 5)	0.722
	R14 - % Aquisições Recentes de Bens	0.647
Baixo Congestionamento/ Adensamento Domiciliar	M5 - Grau de congestionamento domiciliar - cômodos	0.789
	M6 - Grau de adensamento domiciliar - quartos	0.748

Dimensões	Indicador	Carga na Função
Educação	E13 - % de moradores que estudam que tomam emprestado livros na Biblioteca	0.698
	E3 - % média de presença na escola	0.541
	E1 - Índice de autonomia potencial	0.454
Disponibilidade de medicamento de uso contínuo	S9_C - % de moradores que necessitam de medicamentos sem dificuldade de acesso por falta de medicamento	0.914
Suficiência de Renda	R10 - Frequência de suficiência de renda (1 a 4)	0.719
	R8 - % da renda domiciliar que é poupada	0.572
	S6 - % de moradores que possuem o cartão SUS	0.349
Consciência do IMC	NN - % de moradores com peso normal	0.738
	P3 - Grau de escolaridade do chefe da família	0.512
Gasto com Melhorias Habitacionais	M4_C - Valor gasto com melhorias habitacionais em 2008 e 2009	0.763
Consultas com Médicos	S7_A - % de moradores que já se consultaram com médico	0.835
Atenção à Saúde	S7_C - % de moradores que se consultaram cuja última consulta foi Preventiva	0.698
	M1_B - Número de fatores de vulnerabilidade físico ambiental do entorno do domicílio	0.575

Fonte: Seds; Consórcio FIA/Fipe.

12.2.1. Famílias não beneficiárias de programas sociais

As famílias do *grupo de controle* apresentaram, em 2009, menor dependência de programas de transferência de renda, tal como foi verificado na primeira fase da pesquisa. Por outro lado, demonstraram as piores condições de infraestrutura básica de domicílio, um percentual menor de famílias que pagam água e luz, um número maior de fatores de vulnerabilidade da residência – relacionados com o local no qual a casa está localizada, a qualidade da construção, entre outros aspectos – e menos gastos para realizar melhorias habitacionais.

Esse agrupamento expressou uma proporção menor de famílias em classes socioeconômicas de melhor poder aquisitivo e um número menor de domicílios que possuem um conjunto mais amplo de itens de conforto doméstico. Também exibiu, em comparação com os demais grupos, um nível de gastos um pouco menor de contas não pagas em relação à sua renda mensal e um patamar mais baixo de endividamento com as dívidas a vencer, que representou um percentual menor da renda domiciliar.

O *grupo de controle* demonstrou uma incidência um pouco menor de famílias monoparentais, nas quais as mulheres são os chefes de família e cuidam de filhos com menos de 15 anos. Esse agrupamento apresentou, geralmente, índices de emprego formal e salário médio das pessoas ocupadas ligeiramente mais elevados. As famílias do *grupo de controle* também exprimiram um grau ligeiramente menor de adensamento e congestionamento domiciliar, com uma relação menos estreita entre número de moradores e de cômodos.

12.2.2. Famílias que recebiam somente programas de transferência de renda

As famílias beneficiárias apenas de programas de transferência de renda (*grupo experimental I*) durante a primeira etapa da pesquisa, em 2009, residiam, em média, em domicílios com infraestrutura ligeiramente melhor, considerando aspectos de localização e qualidade construtiva. Também exprimiram uma proporção um pouco menor de famílias que não pagam água e luz. Esse grupo demonstrou um potencial discretamente maior de geração de renda, com um percentual menor de desempregados e maior número de pessoas entre 16 e 59 anos com emprego regular e com renda gerada por alguma atividade econômica.

No entanto, em relação ao núcleo de famílias que durante a primeira fase do estudo era beneficiado por programas complementares aos de transferência de renda (*grupo experimental II*), o *grupo experimental I* apresentou uma concentração ligeiramente maior de domicílios nas classes D e E, ou seja, em pior situação socioeconômica, com menos itens de conforto doméstico em seu domicílio e níveis um pouco menores de poupança e de suficiência de renda. As famílias do *grupo experimental I* também expressaram maiores níveis de dependência econômica, com uma proporção maior de pessoas consideradas economicamente dependentes (menores de 16 anos e maiores de 59 anos) em relação à população potencialmente produtiva no domicílio, e percentual um pouco mais elevado de indivíduos com até 15 anos de idade.

As famílias desse grupo declararam consumir com frequência ligeiramente menor os itens alimentares pesquisados. Entretanto, um percentual um pouco

maior de famílias desse núcleo percebeu também que o recebimento dos programas sociais possibilitou o aumento do consumo de algumas categorias, especialmente massas e proteínas.

O grupo beneficiário apenas de programas de transferência de renda exprimiu maior renda, níveis mais elevados de suficiência de renda, melhores condições de emprego, com mais indivíduos com emprego formal, salário médio mais alto, melhor circunstância de empregabilidade do chefe da família, melhor infraestrutura básica do domicílio e maiores gastos com melhorias habitacionais.

Apesar desse perfil, esse estrato é o que apresenta estrutura familiar com maior vulnerabilidade e número de famílias monoparentais, nas quais a mulher é chefe do domicílio, não tem cônjuge e possui filhos de até 15 anos. Nessas famílias, a dependência econômica também é maior, com mais elevada razão de dependência e número de integrantes com menos de 15 anos de idade. Há, ainda, uma incidência mais alta de faltas entre os indivíduos que estudam, apesar de esse ser um requisito de condicionalidade a ser atendido.

12.2.3. Famílias beneficiadas por ações complementares aos programas de transferência de renda

As famílias contempladas por ações complementares aos programas de transferência de renda foram as que se mostraram, em 2009, com os níveis mais elevados de dependência, apresentando valores médios maiores para o percentual da renda domiciliar proveniente destes programas governamentais.

Também exibiram os maiores patamares de gastos e de graus de endividamento com dívidas a vencer em relação à sua renda, mas, por outro lado, expressaram níveis ligeiramente maiores de poupança e de suficiência de sua renda nos meses imediatamente anteriores à segunda etapa da pesquisa. Em média, essas famílias retrataram uma melhor situação socioeconômica, com a posse de um número de itens de conforto doméstico, em geral, maior que o dos demais grupos. Além disso, uma proporção um pouco menor desses domicílios foram classificados nas classes D e E.

No entanto, o *grupo experimental II* possui uma proporção levemente maior de famílias monoparentais com mulheres chefes e filhos menores de 16 anos, aspectos que denotam uma maior incidência em situações de vulnerabilidade familiar. Esses domicílios mostraram um percentual menor de chefes de família com boas condições de emprego, com trabalho regular e carteira assinada, bem como menor incidência de emprego formal. Apresentaram, ainda, maiores níveis de adensamento e congestionamento domiciliar, com mais pessoas por cômodos do que o verificado nos demais grupos.

O grau de autonomia potencial revelou-se ligeiramente inferior, mas muito próximo do patamar dos outros agrupamentos. A pesquisa apontou que cerca de 94% das crianças e dos jovens em idade escolar que moram em residências pertencentes a esse núcleo estão estudando. Indicou, também, nesse estrato, uma menor incidência de faltas na escola e uma proporção maior de alunos que costumam pegar livros emprestados em bibliotecas.

Por fim, essas famílias caracterizam-se por uma maior incidência de indivíduos que necessitam de medicamentos de uso contínuo, e os níveis de dificuldade verificados para a obtenção desses remédios tornaram-se um problema, especialmente por falta de dinheiro. A boa notícia é que quase a totalidade dessas pessoas já passou por consultas médicas, das quais 57% foram preventivas. Na frequência de consumo das categorias de alimentos pesquisadas, demonstrou médias ligeiramente maiores especialmente para vegetais, guloseimas e massas.

12.3. O impacto de diferentes programas sociais na vida das famílias

12.3.1. Renda e consumo

Os avanços mais significativos no quesito renda e consumo para as famílias pesquisadas no período de 2008 a 2009 foram observados no *grupo de controle*, o qual abrangeu os domicílios com famílias não beneficiadas por programas sociais durante a primeira fase da pesquisa. Este agrupamento concentrou o maior crescimento de renda domiciliar média, tanto para o cômputo geral da residência como para a renda *per capita*, além de ter demonstrado expressiva elevação no percentual médio de indivíduos com renda no domicílio e no número médio de fontes de renda por residente.

Tal resultado sugere que as famílias efetivamente beneficiadas por programas sociais do governo, em contraste com as que não os recebiam, estavam, em geral, em condições de maior vulnerabilidade, em termos do potencial de geração de renda familiar sem auxílio governamental.

O *grupo de controle* apresentou, nos dois levantamentos, um percentual maior de domicílios acima da linha de pobreza, ou seja, com 57% em 2008, e com 62% em 2009, apesar de indicar uma proporção maior de residências abaixo da linha de indigência. Se por um lado o *grupo de controle* demonstrou mais avanços em termos de renda entre os dois momentos da pesquisa, por outro o núcleo de famílias contemplado por programas sociais continuou expressando, em 2009, rendas domiciliar e *per capita* superiores às do agrupamento de controle, espe-

cialmente as famílias beneficiadas por ações complementares aos programas de transferência de renda.

Além desse panorama, na segunda etapa do estudo, os nichos de famílias beneficiárias de programas sociais, apesar de ter apresentado menor proporção de indivíduos com renda, expressou, em média, um número maior de fontes de renda por morador e uma proporção menor de famílias abaixo da linha de indigência. Apesar de o *grupo de controle* ter concentrado uma menor proporção de famílias abaixo da linha de pobreza, as famílias contempladas por programas complementares avançaram mais neste indicador, reduzindo a diferença entre 2008 e 2009. Em outros termos, um percentual maior de famílias no grupo familiar beneficiado por ações complementares deixou de estar abaixo da linha da pobreza entre as duas fases do levantamento.

As famílias que participavam de programas complementares aos de transferência de renda também apresentaram maiores índices médios de crescimento, para as rendas domiciliar e *per capita*, que aquelas que recebiam apenas repasses governamentais. Da mesma forma que houve um aumento na renda das famílias do *grupo de controle* quando comparadas com as dos demais estratos, verificou-se também uma elevação nos gastos *per capita* dessas famílias entre 2008 e 2009. Isso quer dizer que o *grupo de controle* não apresentou a maior renda por pessoa em 2009, mas o maior volume de gastos por cada familiar.

O *grupo de controle* demonstrou um crescimento no percentual de comprometimento de sua renda com dívidas a vencer, uma elevação do número de famílias nas quais a renda foi insuficiente em todos os três meses anteriores à segunda etapa da pesquisa e um decréscimo no percentual do capital poupado. Já o grupo de famílias que participava de programas complementares expressou um aumento no percentual dos rendimentos poupados. Os gastos realizados pelas famílias do *grupo de controle* indicaram aumentos na aquisição recente de itens de bens de conforto e uma redução um pouco maior do que a verificada nos outros agrupamentos do número de famílias nas classes D e E, conforme classificação no Critério Brasil 2008³⁵.

No entanto, mesmo com a redução de cerca de 6% entre 2008 e 2009, o grupo de famílias beneficiado por programas complementares continuou sendo aquele que exprimia a menor proporção de famílias nas classes D e E, e maior número nas classes C e B. Entre os dois levantamentos, o *grupo experimental II* (núcleo contemplado por programas de transferência de renda e combinações de outras ações) – que já expressava o maior percentual de famílias que possuíam 14 ou mais dos itens de conforto pesquisados – apresentou também o maior crescimento na proporção de núcleos familiares da escala de posse de bens que haviam adquirido recentemente mais produtos que as famílias dos demais grupos:

17,4% dos artigos pesquisados contra 17,2% das famílias que recebiam apenas transferência de renda e 15,7% das famílias do *grupo de controle*.

De todos os indicadores relacionados com a situação socioeconômica, a suficiência de renda e o consumo domiciliar pesquisados, o estrato de famílias contemplado somente por transferência de renda apresentou situação mais favorável que o *grupo de controle* em pelo menos seis indicadores e desfavorável apenas em dois dos indicadores: poupança e gastos *per capita*.

O grupo de famílias beneficiado por ações complementares também demonstrou situação mais favorável do que o *grupo de controle* em pelo menos seis indicadores e desfavorável em apenas três: gastos *per capita*, taxa de redução das classes D e E, e aumento no percentual de bens adquiridos. No entanto, esse estrato ampliou, em 2009, a capacidade de poupar, e reduziu a proporção de famílias nas quais a renda foi insuficiente nos três meses anteriores à pesquisa. Essas famílias, situadas nas classes D e E, adquiriram e possuíram mais itens de conforto doméstico, bem como apresentaram maior crescimento na poupança e elevação na proporção de famílias que tinham um número superior de artigos de conforto. Entre 2008 e 2009, este grupo também avançou mais do que o núcleo de famílias beneficiário apenas de programa de transferência de renda em cinco indicadores.

Por outro lado, o núcleo de famílias contemplado por ações complementares manteve a proporção de domicílios que pagam água (68,7%) e expressou um pequeno aumento nos domicílios que saldaram luz (62,7%), ou seja, que não têm ligações clandestinas. Já nos demais agrupamentos houve uma queda na proporção de famílias que quitam contas de utilidades. Por sua vez, no *grupo de controle* ocorreu uma redução de 10% na proporção de famílias pagadoras de água e de 1% na proporção de saldadoras de luz. Nesse estrato, em 2009, cerca de metade dos domicílios não pagava as faturas de água e também metade não quitava as de luz.

Entre os domicílios que pagavam água, a maioria não apresentava contas em atraso. A maior incidência dessas faturas atrasadas foi verificada entre as famílias do *grupo de controle*. O número de devedores de contas de água neste grupo aumentou no período de 2008 a 2009, enquanto nos demais agrupamentos houve redução na proporção de inadimplentes, principalmente nas famílias que recebiam apenas repasses dos programas de transferência de renda.

Embora o *grupo de controle* expresse a maior proporção de devedores de água, junto com as famílias beneficiadas apenas por programas de transferência de renda, em 2009 demonstrou a menor proporção de inadimplentes de contas de luz (18%) entre os que possuem fornecimento regular. Entretanto, os resultados

35 A respeito dessa noção, ver a nota 38.

da pesquisa indicam que essa proporção é menor que em 2008. Por seu turno, o grupo de famílias beneficiado por programas complementares apresentou, naquele ano, 23% de devedores de contas de luz entre os que dispunham de fornecimento regular. Em 2009, essa proporção reduziu-se em quatro pontos percentuais, aproximando este agrupamento dos demais.

Na avaliação de contas devidas pelas famílias pesquisadas, a exemplo das cobranças de água e de luz, entre outras tarifas, o *grupo de controle* apresentou um aumento de 5% na proporção de domicílios que possuíam faturas em atraso. Já o núcleo de famílias beneficiado somente por transferência de renda expressou um aumento de apenas 1%, enquanto as famílias contempladas por ações complementares demonstraram uma redução de 4,6% na proporção de inadimplentes no período entre as duas etapas da pesquisa.

Apesar de o *grupo de controle* apresentar a maior proporção de famílias com contas em atraso, o volume médio da inadimplência total em relação à renda é menor neste núcleo do que nos demais. Entre 2008 e 2009, o valor total das contas em atraso quanto à fonte de capital subiu 4,4%, crescimento que revela um aumento nos níveis de inadimplência desse grupo, porém bem abaixo da elevação de 27% verificada no estrato de famílias beneficiadas por programas complementares, as quais exprimiram o maior volume médio de dívidas em relação à renda familiar. O grupo de famílias que recebia apenas programas de transferência de renda foi o único que apresentou redução (1,4%) no indicador da relação entre a dívida total e a renda domiciliar.

Dos seis indicadores de inadimplência e pagamento de contas de utilidade, os *grupos experimentais* que compreendem as famílias beneficiadas por programas sociais apresentaram evolução mais favorável para cinco deles. O grupo de famílias contemplado apenas por programas de transferência de renda revelou, em 2009, indicadores de inadimplência, em geral, melhores que os outros agrupamentos. Por outro lado, ao comparar os dois *grupos experimentais (I e II)*, o núcleo de famílias beneficiário de programas complementares aos de transferência de renda exprimiu maior evolução em quatro dos seis indicadores, mesmo tendo demonstrado resultados piores para o volume da dívida em relação à renda média domiciliar.

12.3.2. Trabalho

Nos indicadores que expressam os níveis de atividade e autonomia econômicas nos domicílios, a renda cresceu mais fortemente entre as famílias do *grupo de controle*. De 2008 a 2009, esse estrato mostrou um menor crescimento dos níveis de desemprego e apresentou um aumento do número de membros da família entre 16 e 59 anos com rendimento gerado por alguma atividade econômica, em

relação ao total de pessoas nessa faixa etária e de indivíduos dos domicílios pesquisados, considerando, respectivamente, a atividade e a autonomia financeiras.

Entre os membros do grupo de famílias contemplado por programas complementares, esses dois indicadores expressaram uma redução na proporção de adultos com rendimento. No entanto, ambos os grupos beneficiários de programas sociais revelaram, no período entre os dois levantamentos, uma redução maior da sua razão de dependência, enquanto o *grupo de controle* expressou um aumento de quase 12%.

Em todos os estratos pesquisados, houve um aumento na proporção de indivíduos formadores da chamada População Economicamente Ativa (PEA) domiciliar que estão desempregados, possivelmente devido à recente crise econômica mundial. O aumento dos níveis de desemprego foi maior nas famílias contempladas por programas sociais, principalmente para as beneficiárias de ações complementares.

Por sua vez, os demais indicadores de emprego evoluíram mais entre as famílias beneficiadas apenas por programas de transferência de renda. Nesses núcleos, houve um crescimento maior no percentual de domicílios nos quais o chefe de família trabalha com regularidade e com carteira assinada. Ambos os grupos de famílias beneficiárias de programas sociais demonstraram uma maior evolução na proporção de indivíduos da População Economicamente Ativa (PEA) que possuem emprego formal. Já o grupo de famílias que participava de programas complementares apresentou, entre todos os grupos, a maior evolução para o emprego formal.

Em resumo, as famílias beneficiadas por ações complementares expressaram os piores resultados no período de 2008 a 2009 para os índices de desemprego entre seus membros e para o nível de empregabilidade do chefe da família. Por outro prisma, mostraram a maior evolução entre os agrupamentos para o emprego formal. O grupo de famílias contemplado somente com programas de transferência de renda também evoluiu menos favoravelmente para o nível de desemprego, porém avançou mais que o *grupo de controle* nos indicadores que revelam a empregabilidade do chefe da família e no nível de emprego formal entre seus membros.

Segundo os resultados da pesquisa, em 2009, as famílias do *grupo de controle* trabalharam mais, demonstrando carga horária e remuneração médias superiores entre os trabalhadores, em relação aos outros grupos. O estudo considerou não somente o salário dos empregados formais, mas também o ganho de quem desempenha alguma atividade econômica. No entanto, a remuneração média entre os indivíduos que trabalham evoluiu mais nos domicílios contemplados por

programas complementares e menos nos que recebiam somente transferência de renda.

O salário médio dos trabalhadores formais cresceu mais no grupo de controle, apesar de o aumento salarial dos empregados beneficiados por programas complementares ter ficado próximo em pontos percentuais, ambos acima de dois dígitos. Já o grupo de famílias que recebia somente ações de transferência de renda apresentou uma redução de pouco mais de 3% para a média do salário entre os trabalhadores formais.

Em termos da carga horária de trabalho, os indivíduos do *grupo de controle* mostraram um aumento de quase 7% na carga média, enquanto os trabalhadores de famílias dos grupos beneficiados por programas sociais tiveram uma redução de horas. Essa diminuição foi bem mais forte para as famílias que recebiam apenas programas de transferência de renda.

No período de 2008 a 2009, foi verificada uma redução do trabalho infantil nos grupos que participavam de programas sociais, especialmente nas famílias beneficiadas apenas por transferência de renda. Esse estrato registrou uma redução de mais de 2% no labor de menores, o que resultou no índice mais baixo de crianças que trabalhavam em 2009 entre os três grupos pesquisados.

12.3.3. Nutrição

De acordo com os resultados da segunda etapa do estudo, as famílias beneficiárias de programas sociais apresentaram integrantes, principalmente crianças com menos de 5 anos de idade, em melhor estado nutricional, conforme valores para o seu índice de massa corporal (IMC), do que aquelas que não recebiam esses programas. Entre 2008 e 2009, os grupos familiares contemplados por programas complementares aos de transferência de renda expressaram melhorias mais acentuadas nestes indicadores.

O *grupo de controle* revelou um aumento na proporção de pessoas com baixo peso corporal, enquanto as famílias contempladas por programas de transferência de renda indicaram reduções na proporção de integrantes nesta condição. Já as famílias inseridas em programas complementares demonstraram uma diminuição nos indicadores de baixo peso corporal e sobrepeso, expressando o maior aumento entre os grupos para a proporção de pessoas com peso normal. As famílias do *grupo de controle*, por seu lado, apresentaram redução na proporção de membros nesta condição.

Os estratos que participavam de programas sociais tiveram melhorias, tanto na proporção de pessoas com baixo peso corporal quanto na de indivíduos com so-

brepeso, em praticamente todas as faixas etárias, principalmente na que engloba crianças com até 5 anos de idade. Os ótimos resultados do *grupo de controle* foram expressos pelas exceções: reduções significativas nos índices de sobrepeso das crianças entre 6 e 14 anos de idade, além de menor aumento de adultos de 25 a 59 anos com peso elevado.

Uma proporção maior de famílias beneficiárias de programas complementares considerou suficiente a quantidade de comida consumida por seus familiares semanalmente, inclusive nos fins de semana. Por sua vez, o *grupo de controle* registrou a menor proporção de famílias que apontou como suficiente a quantidade de alimento consumido por seus entes. A pesquisa revela, também, que o grupo de famílias beneficiado por ações complementares retratou um aumento nessa proporção no período de 2008 a 2009, enquanto os demais agrupamentos exprimiram reduções, especialmente os membros do *grupo de controle* em relação à disponibilidade de comida nos fins de semana.

Ainda que a diferença entre os grupos seja bem pequena, o núcleo de famílias beneficiado por programas complementares aos de transferência de renda também apresentou média ligeiramente maior na percepção da qualidade da comida consumida por seus familiares. Nesse aspecto, todos os grupos melhoraram no período de 2008 a 2009.

12.3.4. Educação

O grupo de famílias beneficiado apenas por programas de transferência de renda foi o que mais evoluiu no quesito educação, entre as duas fases da pesquisa. Esse estrato apresentou melhorias em relação aos demais agrupamentos em cinco dos seis indicadores investigados. Por sua vez, o núcleo de famílias que participou de programas complementares demonstrou avanços mais modestos e até pequenos retrocessos.

Por outro lado, as famílias desse grupo foram as que revelaram, em 2009, as melhores condições em quatro dos seis indicadores educacionais analisados: menor percentual médio de faltas entre os que estudam; menor proporção de adultos fora da escola e sem o ensino médio completo (indicador para o qual apresentou melhoria em relação ao *grupo de controle*); maior percentual de alunos do ensino fundamental que tem alguma aula complementar ou reforço; e maior percentual dos que estudam e tomam emprestados livros na biblioteca.

Dos dois indicadores menos favoráveis desse estrato, em relação aos demais grupos, somente o de autonomia potencial apresentou estagnação em relação ao agrupamento de controle. Quanto ao índice de alunos do ensino fundamental

que já estiveram retidos ou foram reprovados em alguma série, tanto esse estrato quanto o agrupamento de controle tiveram aumento na proporção de estudantes nestas condições, a qual, no entanto, foi maior no *grupo de controle*.

12.3.5. Saúde

No período de 2008 a 2009, todos os grupos tiveram crescimento na proporção de pessoas que possuem o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), com aumento aproximado de dois dígitos para os três estratos (*controle*, *experimental I* e *experimental II*). No entanto, o grupo de famílias beneficiário de programas complementares foi o que apresentou a maior quantidade de indivíduos detentores do cartão, embora o crescimento do número de habitantes com o documento tenha sido maior nas famílias dos grupos contemplados apenas por programas de transferência de renda e, principalmente, nas do *grupo de controle*.

Até a segunda etapa da pesquisa, também cresceu nesses grupos a proporção de indivíduos que já haviam se consultado com médicos, principalmente o número de integrantes do núcleo de famílias contemplado por programas complementares. Ambos os relatórios de análise dos resultados da primeira e segunda fases do levantamento indicaram que esse agrupamento apresentava um contingente maior de pessoas com mais necessidade de cuidados de saúde. Tanto é assim que, em 2009, esse estrato concentrou uma maior quantidade de indivíduos com o cartão do SUS. Além disso, a quase totalidade de seus integrantes já havia se consultado com médicos (99,7%), teve mais necessidade de consultas curativas do que os membros do *grupo de controle* e precisou mais de medicamentos de uso contínuo.

As famílias que participavam de programas sociais também tiveram, entre 2008 e 2009, uma maior elevação no percentual de pessoas cuja última consulta foi preventiva, especialmente o estrato que recebia apenas transferência de renda. No período que abrange os dois momentos do estudo, todos os agrupamentos apresentaram uma redução no percentual de integrantes que precisavam de medicamentos de uso contínuo. Porém, os *grupos experimentais* e, principalmente, o núcleo de famílias participante de programas complementares apresentou menor redução. Este resultado indica que o uso contínuo de medicamentos pode estar relacionado com condições de vulnerabilidade na saúde e fazer parte de critérios de seleção de alguns programas complementares na área de saúde. Essa hipótese é fortalecida pelas análises que apontam para a dificuldade de obtenção desses remédios.

O núcleo de famílias beneficiado por programas complementares apresentava, em 2008, um percentual consideravelmente maior de integrantes com dificulda-

de de acesso a medicamentos de uso contínuo. Contudo, entre as duas etapas da pesquisa, enquanto os *grupos de controle* e de beneficiados apenas por transferência de renda indicavam, respectivamente, um crescimento de 9,2% e 12,9% na proporção de pessoas com dificuldade de acesso a remédios, o agrupamento que participava de programas complementares expressava uma redução de 8,6% no número de indivíduos com dificuldade de acesso aos medicamentos de uso contínuo.

Entretanto, a maior dificuldade dessas famílias foi a falta de dinheiro, embora, no período entre os dois levantamentos, tenha ocorrido uma diminuição no percentual de pessoas desse núcleo com dificuldade de acesso a medicamentos devido à falta de recursos financeiros.

12.3.6. Moradia

No quesito moradia, o *grupo de controle* demonstrou maior vulnerabilidade devido a um pequeno aumento no número de fatores de risco físico-ambiental no entorno das residências, como lixões e áreas sujeitas a enchentes e desmoronamento, além de domicílios em piores condições de instalações básicas (cozinha, banheiro, tratamento de água, esgoto), baixa qualidade construtiva e pouca infraestrutura básica disponível (rede elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação etc.).

Já nos grupos que participavam de programas sociais, especialmente nos beneficiários de transferência de renda, houve redução dos fatores de risco do entorno. Também ocorreu, nesses estratos, uma forte redução nos indicadores das condições de instalações do domicílio (cômodos, circunstâncias de higiene e qualidade construtiva), ou seja, de 24,5% para as famílias participantes de ações complementares e de 34,3% para as beneficiadas somente por programas de repasse de renda.

As melhorias verificadas nos *grupos experimentais* podem estar relacionadas com o aumento dos gastos em melhorias habitacionais ocorridas em alguns domicílios entre 2008 e 2009. A despesa média das famílias que realizaram reparos em suas residências foi menor em 2009 no *grupo de controle* e maior nos agrupamentos experimentais, especialmente nas famílias beneficiárias de programas complementares.

Quanto ao atendimento das necessidades básicas de infraestrutura (coleta de lixo, iluminação pública, abastecimento de água, rede elétrica etc.), houve um aumento do seu provimento em todos os grupos. Nesse indicador, as famílias do *grupo de controle* tiveram crescimento mais acentuado, ainda que, em 2009, continuassem sendo as que menos receberam cobertura por essa infraestrutura.

Os resultados das duas fases da pesquisa indicaram que as condições de adensamento e congestionamento domiciliar (relação entre o número de moradores e de cômodos do domicílio) são mais severas nos *grupos experimentais*, principalmente no núcleo que participava de programas complementares – dado que aponta para um quadro de maior vulnerabilidade familiar. No entanto, entre o primeiro e o segundo momento do levantamento, todos os grupos tiveram reduções nos índices de adensamento e congestionamento.

O grupo de famílias inserido em programas complementares, que em 2008 se encontrava em condições de maior adensamento e congestionamento, reduziu um pouco esses indicadores em relação ao *agrupamento de controle*, especialmente no grau de adensamento (relação entre o número de moradores e de cômodos). Nesse quesito, o maior avanço foi observado nas famílias contempladas por programas de repasse de renda. Já no indicativo congestionamento (relação entre o número de moradores e cômodos), esse núcleo teve menos reduções que os demais agrupamentos, mas, em 2009, apresentou o mesmo grau do grupo de famílias beneficiário de ações complementares.

12.3.7. Vulnerabilidade familiar

Os resultados do estudo, em 2009, indicam que o *grupo de controle* apresentou um percentual menor de famílias em pior situação de vulnerabilidade de estrutura familiar. Isso quer dizer que houve menos ocorrência de famílias monoparentais, nas quais a mulher é a chefe da família, sem cônjuge, com melhor nível de escolaridade e com filhos menores de 15 anos de idade. A diferença desse grupo para os que recebiam programas de transferência de renda era maior em 2008 e diminuiu em função do aumento mais intenso da participação de famílias em condições de maior vulnerabilidade nesse grupo.

Entre os quatro indicadores pesquisados, o único no qual as famílias do *grupo de controle* apresentaram resultados melhores em 2009 do que em 2008, quando comparadas com as demais famílias, foi o indicativo do percentual de domicílios em que o chefe da família possui o ensino médio completo, e o número cresceu mais nas famílias do *grupo de controle*.

12.3.8. Pobreza de acesso

As famílias do *grupo de controle* apresentaram, em 2008 e 2009, médias um pouco superiores na maioria dos indicadores que exprimem a pobreza percebida pelos pesquisados em relação ao acesso a diversos aspectos da vida dos cidadãos (dimensão monetária, condições de vida, social, política e ética), exceto a pobreza de acesso cultural. Por outro lado, a diferença de média nesse indicador entre

todos os agrupamentos era muito pequena e, no período de 2008 a 2009, reduziu-se nos núcleos que participavam de programas complementares em relação aos de transferência de renda.

O maior avanço nas famílias do *grupo de controle* em relação às demais é observado na redução da percepção de pobreza de acesso econômico na dimensão monetária, confirmando os resultados da dimensão renda, os quais apontaram uma evolução mais forte nessas famílias.

Nas famílias inseridas em programas sociais, as maiores evoluções no intervalo de 2008 a 2009 foram observadas nos grupos contemplados somente por programas de transferência de renda, ainda que as diferenças tenham sido muito pequenas e os níveis de pobreza percebida por todos os agrupamentos sejam muito próximos entre si.

12.3.9. Pobreza potencial

Os indicadores de pobreza potencial têm a mesma lógica que os de pobreza de acesso, ou seja, quanto maior o valor para esse indicador, maior a pobreza percebida pelos respondentes da pesquisa em termos de suas potencialidades em relação às dimensões selecionadas pela pesquisa (monetária, condições de vida, social, cultural, política e ética).

Na segunda etapa do estudo, os melhores resultados para a pobreza de potencialidades percebida pelos respondentes foram observados no *grupo de controle*, nas dimensões econômicas (monetária e de condições de vida) e cultural. Esse dado também foi verificado nas famílias do núcleo beneficiado apenas por programas de transferência de renda, ainda que com percepção muito próxima a das famílias contempladas por ações complementares, nas dimensões social, política e ética, para as quais o *grupo de controle* apresentou os piores resultados durante a segunda etapa do levantamento.

Já entre 2008 e 2009, o *grupo de controle* expressou reduções mais fortes na percepção de pobreza potencial para as dimensões de condições de vida, cultural e ética. Por outra parte, enquanto os agrupamentos de controle e de transferência de renda tiveram aumento nos índices que indicam a percepção de pobreza social, o grupo de famílias beneficiário de programas complementares aos de renda apresentou uma redução na percepção de pobreza em relação a esse aspecto, indicando uma percepção de maior capacidade de participação social e comunitária entre essas famílias.

Por sua vez, o núcleo participante de ações complementares demonstrou um crescimento ligeiramente menor na percepção de pobreza potencial na dimen-

são política, se comparado com as famílias beneficiadas somente por programas de transferência de renda, reduzindo, dessa forma, a diferença nesse indicador entre os dois grupos em 2009.

12.3.10. Melhoria da qualidade de vida

Os resultados da pesquisa, em 2009, indicam que as famílias inseridas em programas complementares aos de transferência de renda continuaram percebendo, com um pouco mais de intensidade do que os demais núcleos, que sua vida tinha melhorado, especialmente em relação às famílias do *grupo de controle*.

Porém, entre 2008 e 2009, as diferenças na intensidade das melhorias observadas entre os grupos se reduziram, em função de avanços nas avaliações dos agrupamentos de famílias beneficiários apenas de transferência de renda e, principalmente, das famílias do *grupo de controle*. Dos doze indicadores de melhoria de qualidade de vida, as famílias contempladas por programas complementares apresentaram níveis um pouco maiores em sete deles, enquanto o grupo contemplado por transferência de renda demonstrou em três deles e o de controle em apenas dois (melhoria na saúde e na posse de bens).

A evolução, entre 2008 e 2009, no *grupo de controle* foi mais favorável em nove dos doze indicadores, se comparado ao núcleo que recebia apenas transferência de renda, exceto pelos indicadores de qualidade de educação, trabalho e capacitação profissional. Em relação ao núcleo de famílias contemplado por programas complementares, o *grupo de controle* apresentou evolução mais favorável em onze dos indicadores, exceto pela dimensão habitação, que praticamente não expressou diferenças na evolução de ambos os agrupamentos entre as duas etapas da pesquisa. Nesse aspecto, os dois grupos expressaram menores valores para o índice percentual de melhoria da qualidade de vida.

13. CONCLUSÕES

O estudo que originou esta publicação é uma síntese de dois levantamentos decorrentes da pesquisa "Avaliação de Impacto do Efeito Conjugado de Programas de Transferência de Renda e Complementares na Região Metropolitana de São Paulo", realizada em 2008 e 2009. Os resultados obtidos nas duas etapas da investigação foram cotejados a fim de verificar as diferenças na evolução de diversos indicadores de impacto sobre a condição de vida de grupos de domicílios com famílias participantes do levantamento.

O objetivo, previsto no modelo teórico proposto, era promover uma avaliação incremental do conjunto desses indicadores, cuja linha de base estabeleceu-se durante a primeira rodada de coleta de dados, realizada em 2008. Alcançada a meta inicial, o produto final foi apresentado pelo consórcio FIA/FIPE à Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) em dois grandes relatórios que compõem o escopo do Projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo.

Em linhas gerais, entre 2008 e 2009, a pesquisa revelou que o *grupo de controle* foi o que mais avançou na dimensão trabalho, apresentando as melhores condições nos doze indicadores relacionados a esse quesito, quando comparado com o núcleo de famílias beneficiado por ações complementares. Também se destacou em sete indicadores em relação ao estrato que recebia somente programas de transferência de renda. Os principais avanços do *grupo de controle* são decorrentes da composição dos domicílios, que conquistou maior crescimento na autonomia econômica e aumento mais forte da População Economicamente Ativa (PEA).

Além desses avanços, o *grupo de controle* demonstrou, em relação aos demais agrupamentos, a menor evolução do desemprego e o aumento do trabalho regular, do salário formal médio e da carga horária de trabalho. Esses indicadores podem estar relacionados com a elevação de renda dessas famílias, entre 2008 e 2009, mais forte quanto ao número de fontes de renda, de renda total e *per capita* do domicílio, bem como em termos de redução na quantidade de famílias abaixo da linha de indigência.

Por outro lado, os demais agrupamentos apresentaram, no período de 2008 a 2009, resultados melhores nos quesitos trabalho e renda, relacionados com alguns indicadores importantes. Ambos os grupos contemplados por programas sociais (*experimental I e II*) exprimiram crescimento mais forte de trabalhadores formais, especialmente o núcleo beneficiário de programas complementares. Esses núcleos também apresentaram reduções no percentual de crianças que trabalham, porém a diminuição foi mais forte no agrupamento que recebia somente programas de transferência de renda. Os *grupos experimentais*, especialmente os que participavam de programas complementares, exibiram resultados melhores também no comprometimento da renda com dívidas, na suficiência da renda domiciliar, na poupança das famílias e na inadimplência dos domicílios com contas em atraso.

A pesquisa indicou, ainda, que as famílias beneficiadas por programas sociais apresentaram, em 2009, em quase todas as faixas etárias, um melhor estado nutricional que as famílias do *grupo de controle*. O núcleo contemplado por ações complementares avançou mais nesse aspecto, demonstrando um incremento maior no percentual de indivíduos com peso normal, além de exprimir melhores resultados para as crianças de 0 a 5 anos em relação ao baixo peso e ao sobrepeso.

Essas famílias evoluíram mais na percepção de suficiência da quantidade e da qualidade da comida consumida em seus domicílios. Já os avanços mais efetivos em termos de quantidade e qualidade foram observados, respectivamente, nas famílias beneficiárias de ações complementares e nas contempladas somente por programas de transferência de renda. No entanto, as famílias que participavam de programas complementares mostraram, em 2009, uma percepção mais forte de que a comida consumida em seu domicílio era suficiente e de boa qualidade.

Nos indicadores de educação, o núcleo de famílias beneficiado somente por programas de transferência de renda apontou resultados melhores que o *grupo de controle* em cinco de seis indicadores pesquisados na transição entre 2008 e 2009. Essas melhorias refletiram-se no aumento do índice de autonomia potencial, na redução do percentual de faltas à escola, na elevação de adultos que estão cursando o ensino médio ou o tem completo, no incremento de alunos em aulas de reforço e nas reduções dos níveis de reprovação.

As famílias inseridas em programas complementares tiveram menos avanços e até pequenas pioras em alguns indicadores entre as duas fases da pesquisa. Por outro lado, mantiveram-se como o grupo com os melhores resultados absolutos, em 2009, em quatro de seis indicadores: percentual menor de faltas; taxa maior de adultos que possuem ou estão cursando o ensino médio; índice mais elevado de alunos em aulas de reforço; e nível mais alto de estudantes que pegam livros emprestados em bibliotecas. O ponto negativo neste grupo foi a redução, ainda

que pequena, do índice de autonomia potencial, que indica o percentual de alunos em idade escolar que estão estudando.

No campo da saúde, houve um grande aumento na proporção de indivíduos detentores do cartão do SUS (Sistema Único de Saúde). Essa elevação foi um pouco maior nas famílias do *grupo de controle*, seguidas pelos núcleos que recebiam somente transferência de renda. Porém o estrato de famílias beneficiado por programas complementares continuou apresentando a maior concentração de pessoas que possuem o cartão do SUS.

Entre 2008 e 2009 também houve crescimento na proporção de indivíduos que se consultaram com médicos. A evolução entre os dois levantamentos foi menor nas famílias contempladas por programas complementares que já indicavam proporção próxima a 100% e continuaram demonstrando uma maior quantidade em 2009. Entretanto, a participação em atendimentos preventivos em detrimento de curativos, no total de consultas, cresceu mais entre os grupos que participaram de programas sociais.

Os resultados obtidos na segunda etapa da pesquisa, em 2009, confirmaram o maior grau de vulnerabilidade das famílias beneficiárias de programas complementares no quesito saúde, conforme observado em 2008, com uma proporção maior de indivíduos que necessitavam de medicamentos de uso contínuo. No período que englobou as duas fases do estudo, as diferenças entre os grupos se intensificaram, reforçando a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre esse resultado, que pode ser efeito de pré-condições de saúde existentes nas famílias elegíveis para programas na área de saúde.

Em contrapartida, se em 2009 houve um aumento na proporção de pessoas com necessidade de medicamentos de uso contínuo nas famílias beneficiadas por programas complementares, também ocorreu uma forte redução em pontos percentuais daqueles que têm dificuldade de acesso a esses medicamentos. Já nos demais grupos, a dificuldade de acesso entre os que necessitavam aumentou fortemente, com variações de cerca de dois dígitos. Em 2008, as famílias que participavam de ações complementares eram as que tinham a maior dificuldade de acesso a medicamentos, porém, em 2009, foram as que apresentaram a menor dificuldade.

Em relação à questão da moradia, os agrupamentos contemplados por programas sociais tiveram, entre 2008 e 2009, os maiores avanços, além das melhores condições, em 2009, em cinco dos sete indicadores analisados. Para as famílias do *grupo de controle*, os indicadores de adensamento e congestionamento domiciliar foram os únicos com valores mais favoráveis. Porém apresentaram evoluções mais fortes, no período entre as duas fases da pesquisa, para as famílias que participavam de ações complementares.

Estas famílias exprimiram também, em seus domicílios, melhoria significativa no quesito infraestrutura básica (luz, coleta de lixo, abastecimento de água, esgoto, pavimentação etc.) e aumentaram a diferença, em relação aos demais grupos, dos gastos realizados com melhorias habitacionais. Essas despesas foram mais reduzidas, entre 2008 e 2009, nas famílias do grupo de controle.

Os resultados da primeira etapa da pesquisa revelaram que os grupos beneficiados por programas sociais, principalmente os participantes de ações complementares à transferência de renda, expressavam uma maior incidência de vulnerabilidade familiar. Nesses agrupamentos havia mais ocorrência de famílias monoparentais, predominância de mulheres chefes de família, mais chefes de família com menor escolaridade e maior incidência de filhos menores de 15 anos.

Em 2009, essa situação se manteve. No entanto, as diferenças reduziram-se entre os dois momentos do estudo, uma vez que houve um aumento considerável das condições de vulnerabilidade nas famílias do *grupo de controle*. Os resultados mais favoráveis na transição, entre 2008 e 2009, foram verificados nas famílias que recebiam apenas programas de transferência de renda.

Os 72 indicadores objetivos analisados indicam, a respeito das condições de vida das famílias, um claro avanço dos grupos inseridos em programas sociais em relação às famílias do *grupo de controle*. O núcleo beneficiado por programas sociais apresentou evolução em mais indicadores do que o *grupo de controle*. As famílias beneficiárias de programas de transferência de renda também avançaram mais do que o *grupo de controle* em 43 indicadores e evoluíram menos em 24 deles. Já o grupo de famílias contemplado por programas complementares caminhou mais que o *grupo de controle* em 41 indicadores e recuou em 27 indicadores.

Os avanços observados entre 2008 e 2009 foram maiores nos grupos que participavam de programas sociais em todas as dimensões de indicadores objetivos, exceto nos quesitos trabalho e saúde. Alguns indicadores desses aspectos, entretanto, como o percentual de consultas preventivas e a dificuldade no acesso a medicamentos de uso contínuo, evoluíram mais nas famílias beneficiárias de programas de ações complementares.

As famílias beneficiárias de ações complementares, durante a primeira etapa da pesquisa, avançaram mais nas dimensões de renda, nutrição, moradia e em indicadores-chave da área de saúde, em comparação com as contempladas apenas por transferência de renda. Esse resultado confirma que a participação em programas complementares tem um efeito de melhoria, no curto prazo, nas condições de vida das famílias. Por outra parte, o grupo com esse perfil apresentou menores evoluções nos quesitos trabalho, vulnerabilidade familiar na composi-

ção do domicílio e educação. Porém, as famílias contempladas por programas complementares demonstraram, em 2009, os melhores indicadores de educação entre todos os grupos, mesmo que a diferença tenha se reduzido pouco entre 2008 e 2009.

Em relação às condições de vida das famílias, expressas pelos indicadores objetivos analisados, nota-se um claro avanço entre as beneficiadas por programas sociais, em especial para as que participavam de programas complementares aos de renda. Por outro lado, observa-se, também, que a diferença de percepção entre os grupos de pobreza em relação ao acesso das famílias e a suas potencialidades reduziu-se no período entre as duas fases do levantamento. A mesma situação verifica-se na percepção de melhoria das condições de vida em diversas dimensões pesquisadas. Essa redução na diversidade de percepção deve-se, principalmente, aos avanços verificados no *grupo de controle*.

No entanto, apesar da redução das diferenças entre os grupos em 2009, as famílias beneficiárias de programas sociais continuaram apresentando menores níveis de pobreza potencial e de acesso, além de percepções mais fortes de melhoria da qualidade de vida. Nesse caso, o núcleo beneficiado por programas complementares exprimiu os menores níveis de pobreza de acesso e a percepção mais significativa sobre a melhoria de qualidade de vida. Já as famílias do *grupo de controle* tiveram percepções mais favoráveis para as potencialidades econômica e cultural, enquanto as impressões positivas do agrupamento que recebia somente transferência de renda voltaram-se para as potencialidades social, política e ética.

Os resultados obtidos com a análise comparativa das duas fases da pesquisa forneceram elementos indicativos de que as hipóteses H3 e H4 não podem ser rejeitadas³⁶. Não se deve descartar a hipótese de que domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social e beneficiadas por ações de transferência de renda apresentariam indicadores de impacto ou de condições de vida mais elevados que aqueles que não eram contemplados por nenhum programa ou benefício social ($IN \leftarrow IR$). Da mesma maneira, não é possível descartar a ideia de que domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social, contempladas por programas de transferência de renda mais algum benefício específico, como saúde/nutrição/segurança alimentar ou educação/capacitação, ou ainda outro tipo de benefício, expressariam indicadores de impacto, em geral, mais elevados que os domicílios com famílias beneficiadas apenas por transferência de renda e os domicílios com famílias não beneficiárias de nenhum tipo de programa social, principalmente para aspectos-chave das condições de vida de suas famílias ($IN \leftarrow IR \leftarrow IS$; $IN \leftarrow IR \leftarrow IE$; $IN \leftarrow IR \leftarrow ID$)³⁷.

36 As hipóteses da pesquisa estão descritas detalhadamente no tópico "7.1. Modelo teórico e hipóteses do estudo".

37 Essas notações, conforme já foi descrito no tópico "7.1. Modelo teórico e hipóteses do estudo", significam: I = indicador de impacto ou de variação do indicador; N = nenhum programa social; R = transferência de renda; S = benefício na área de saúde/nutrição/segurança alimentar; E = benefício na área de educação/capacitação; D = outros tipos de programas ou benefícios sociais.

14.

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados do estudo quantitativo foram consolidados com base na análise comparativa de amostras de 900 entrevistas realizadas em duas coletas: a primeira efetuada em 2008, e a segunda, em 2009. Foram pesquisados três perfis de grupos no universo de famílias beneficiárias ou não dos programas Bolsa Família (Governo Federal), Renda Cidadã (Estado de São Paulo) e Renda Mínima (âmbito municipal), residentes em domicílios de municípios pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP):

- 1) famílias em situação de vulnerabilidade social, mas não beneficiárias de programas de transferência de renda;
- 2) beneficiários de programas de transferência de renda;
- 3) beneficiários de programas de transferência de renda que participaram de ações complementares em áreas como educação; saúde, nutrição e segurança alimentar; habitação e capacitação profissional.

A análise dos dados obtidos na segunda etapa do estudo dividiu as famílias participantes nos mesmos três macrogrupos delimitados no primeiro levantamento:

- **Grupo de controle** » 100 famílias elegíveis, mas que não participavam de programas sociais;
- **Grupo experimental I** » 100 famílias beneficiadas apenas por programas de transferência de renda;
- **Grupo experimental II** » 700 famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e combinações de diversas ações, distribuídas nas áreas de educação, saúde e em outros tipos de programas sociais.

Os resultados estatísticos compilados na pesquisa demonstram como as ações complementares aos programas de transferência de renda impactaram nas condições de vida das famílias beneficiadas. Para tanto, o estudo descreve dez macrodimensões de impacto, conforme segue:

Macrodimensões de impacto abordadas nos diferentes grupos

Macroindicadores	Significado
I	Renda Domiciliar
II	Trabalho/Emprego
III	Consumo Domiciliar
IV	Nutrição
V	Educação
VI	Saúde
VII	Condições de Moradia
VIII	Condições de Vulnerabilidade
IX	Atendimento a Condições dos Programas
X	Valores, Crenças e Atitudes

Essas dimensões correspondem às seguintes categorias de análise de diferentes aspectos relacionados às condições de vida dos grupos nos dois momentos do levantamento: renda e consumo; trabalho; nutrição; educação; saúde; moradia; vulnerabilidade; percepção sobre pobreza de acesso; percepção sobre pobreza potencial e percepção sobre qualidade de vida.

Resultados nas principais dimensões:

Trabalho

- Crescimento maior no percentual de domicílios em que o chefe de família trabalha com regularidade e com carteira assinada entre as famílias que recebem programas de transferência de renda.
- Redução do trabalho infantil nos grupos que recebiam programas sociais.

Nutrição

- Famílias que recebiam programas sociais apresentaram melhor estado nutricional em termos dos valores para o seu índice de massa corporal (IMC).
- Percepção da melhoria de qualidade para a comida que a família consome ligeiramente maior nos grupos que recebiam programas sociais.

Moradia

- Redução dos fatores de risco físico-ambiental no entorno, como lixões e área sujeitas a enchente e desmoronamento, para os grupos que recebiam programas sociais.
- Aumento de gastos médios dessas famílias em melhorias habitacionais.

Saúde

- Aumento de consultas preventivas em relação às consultas curativas nas famílias que recebiam programas sociais.
- Redução para o percentual de moradores que precisam de medicamento de uso contínuo, especialmente nas famílias que recebiam programas complementares.

Educação

- Confirmação da tendência de universalização do acesso à educação, particularmente entre os beneficiários dos programas de transferência de renda.

Percepção de Melhoria da Qualidade de Vida

- Melhor entre as famílias que recebiam programas complementares aos de transferência de renda.

15.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta (coord.). *Capacidades administrativas, déficit e efetividade na política habitacional*. São Paulo/ Brasília: Centro de Estudos da Metrópole – Cebrap/ Secretaria Nacional de Habitação – Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <www.centrodametropole.org.br/mc/assets/pdfs/capacidades_web.pdf>.

_____, Marta. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____, Marta. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000200009&lng=pt&nrm=iso>.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 – Luta contra a Pobreza*. Washington: Banco Mundial, 2001. Documento on-line. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/Poroverv.pdf>>.

BOWLES, Samuel; DURLAUF, Steven N.; HOFF, Karla (ed.). *Poverty traps*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil - 1988*. Documento on-line. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>.

BRASIL. *Lei 8.742, de 7/12/93. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social*. Documento on-line. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8742.htm>.

BRITO, Ana Lúcia de Siqueira; YAZAKI, Lúcia Mayumi; MAIA, Paulo Borlina. Vulnerabilidade ao nascer no espaço metropolitano. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 18-32, jan./mar. 2006.

CODES, Ana Luiza Machado de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. *Texto para Discussão - n. 1.332*. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1332.pdf>.

CONTRERAS, Dante. Chile y políticas sociales hoy: pobreza, desigualdad, oportunidades, movilidad, vulnerabilidad. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL IPEA. *O desafio da redução da desigualdade e da pobreza*, Brasília, 2006. Documento on-line. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/noticias/brasil.ppt>.

CORTÉS, Fernando. Desigualdad en la distribución del ingreso y pobreza. México 1992 a 2005. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL IPEA. *O desafio da redução da desigualdade e da pobreza*, Brasília, 2006. Documento on-line. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/noticias/Brasilia_Nov.2006.ppt>.

DRAIBE, Sônia M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto et al. (orgs.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

_____. Desenvolvimento humano e bem-estar social: orientações e estratégias de política social. *Cadernos de Pesquisa do NEPP*, Campinas, n. 72, 2005a.

_____. Cooperação descentralizada e redução da pobreza. *Cadernos de Pesquisa do NEPP*, Campinas, n. 66, 2005b.

_____. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas – Políticas Sociais e Organização do Trabalho*. Brasília: IPEA, 1989.

FERNANDES, Reynaldo; FELÍCIO, Fabiana de. Impacto dos programas oficiais de transferência de renda sobre a pobreza nas unidades da federação brasileira. *Caderno de Finanças Públicas*, Brasília, n.6, p. 61-81, maio/2005.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (2), p. 357-363, 2005.

GUERRA, Alexandre. As experiências internacionais de inclusão social. In: GUERRA, Alexandre; CAZZUNI, Dulce; COELHO, Rodrigo (Orgs.). *Atlas da exclusão social de Osasco - Alternativas de desenvolvimento, trabalho e inclusão*. Osasco: SDTI/PMO, 2007.

HAIR, Joseph; ANDERSON, Rolph; BLACK, Willian; TATHAM, Ronald. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. *Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <www.mds.gov.br/suas/publicacoes/munic_2005_a_socialv2.pdf>.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, fev./2003.

LAVINAS, Lena. Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras. *Texto para Discussão*, IPEA, Brasília, n. 596, out./1998.

_____. Transferir renda para quê? *Plantão*, ago./2006. Documento on-line. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaomat/2006/08/11/285236256.asp>.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Famílias monoparentais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MARQUES, Eduardo C.; TORRES, Haroldo G. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 28-38, out./dez. 2004.

MARQUES, Eduardo (coord.). *Assentamentos precários no Brasil urbano*. São Paulo/ Brasília: Centro de Estudos da Metrópole – Cebrap/ Secretaria Nacional de Habitação – Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/mc/assets/pdfs/assentamentos_web.pdf>.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. *Texto para Discussão*, IPEA, Brasília, n. 852, dez/2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME/ SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS/SNAS, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/concursos/pss-2008/pnas_final.pdf>.

_____. *Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/legislacao-1/nob/nob-versao_final.zip/view>.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEDESOL – SECRETARÍA DE DESARROLLO SOCIAL. *Oportunidades – um programa de resultados*. México, 2007. Documento on-line. Disponível em: <http://www.oportunidades.gob.mx/e_oportunidades/publicaciones/Oportunidades_un_programa_de_Resultados_2007_PDF.pdf>.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países. *Notas de Avaliação do Centro Internacional de Pobreza*, PNUD, n. 1, dez/2007. Documento *on-line*. Disponível em: [←http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf→](http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf).

SOARES, Sergei; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Fábio Veras; MEDEIROS, Marcelo; ZEPEDA, Eduardo. Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade. *Texto para Discussão*, IPEA, Brasília, n. 1.293, jul./2007.

TORNAROLLI, Leopoldo. Políticas sociales y la reducción de la desigualdad y la pobreza. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL IPEA. *O desafio da redução da desigualdade e da pobreza*, Brasília, 2006. Documento *on-line*. Disponível em: [←http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/desigualdadeepobreza\(argentina\).pdf→](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/desigualdadeepobreza(argentina).pdf).

PARTE 2

ESTUDO QUALITATIVO

1.

A POLÍTICA SOCIAL DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os programas de transferência de renda ainda estão lastreados no conceito de welfare state disseminado a partir da metade do século XX, cuja característica central reside no *Estado-providência – ou Estado de bem-estar social*¹, responsável por garantir e oferecer direitos sociais, como o acesso à educação, à saúde, à habitação etc. Implementados por meio de políticas sociais universais ou focadas, têm a intenção de combater as ineficiências do mercado e proporcionar, de forma genérica, a inclusão social daqueles que os recebem.

Essa concepção de inclusão social, por sua vez, é baseada nas ideias do sociólogo inglês T. H. Marshall, que a vincula ao conceito de “cidadania”. Para esse autor, a cidadania divide-se em três elementos distintos e concretizados na seguinte ordem cronológica:

- o elemento civil, “[...] composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça” (Marshall, 1967, p. 63). Direitos conquistados no século XVIII;
- o elemento político, composto pelo direito de participar, no exercício do poder político, como eleitor ou como eleito. Esse direito teria sido conquistado no século XIX;
- o elemento social, conquistado somente no século XX, que, segundo o autor, se refere:

(...) a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a

¹ Segundo Ivanete Boschetti, assistente social e professora da Universidade de Brasília (UnB), é importante conhecer as diferenciações dos conceitos “[...] Welfare State (anglo saxão), Etat-Providence (francês) e Sozialstaat (alemão) e sua distinção do termo seguridade social. São conceitos elaborados em cada nação para designar determinadas formas de intervenção estatal na área social e econômica e muitas vezes incorporados ou traduzidos sem o devido cuidado na sua precisão e explicitação. É comum encontrar na literatura anglo-saxônica a utilização do termo welfare state para designar genericamente os países que implementaram políticas sociais sob a orientação fordista-keynesiana, ainda que os próprios não se caracterizem como tal, como é o caso da França e da Alemanha. [...] Também é usual encontrar na literatura brasileira este mesmo tratamento, ou então utilizar sua tradução (Estado de Bem-Estar) para explicar a realidade brasileira. Encontra-se ainda, mas de modo menos frequente, também a utilização do termo Estado-Providência para designação genérica da ação social do Estado. [...]” trecho extraído de BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. *Psicologia & Sociedade*, vol. 15, nº 1, Belo Horizonte, Jan./Jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000100005> Acesso em: 09 abr. 2012 [grifos do editor].

vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (Marshall, 1967, p. 63-64).

A teoria de Marshall, de acordo com Marco Antonio Coimbra (1994), é equivocada quando transpõe para outros países uma evolução que foi eminentemente inglesa. Assim, a sucessão de direitos e conquistas observada na Inglaterra é considerada uma linha natural em uma sequência evolutiva de conquistas sociais que não foi – e, na visão de Marshall, deveria ter sido – observada em outras partes do mundo.

Essa generalização acaba por desproblematizar a questão da transformação de sociedades essencialmente diferentes em sociedades mais igualitárias, processo sempre conturbado, conflituoso e próprio de cada realidade social.

Marshall não se destaca pela descrição do processo evolutivo do desenvolvimento das sociedades, mas por ter colocado a política social no mesmo espaço da conquista da cidadania, ampliando o conceito de cidadania que até então estava restrito aos elementos civil e político. Coimbra confirma essa valorização da política social na obra do sociólogo inglês:

Marshall lhe assegurava [à política social] uma posição prestigiosa, trazendo-a para o plano das instituições mais valorizadas da sociedade contemporânea. Para ele, os serviços educacionais e sociais deveriam ser vistos em pé de igualdade a instituições das quais o pensamento moderno com toda a razão se orgulhava e se orgulha: a imprensa livre, o sistema de justiça, os parlamentos de representação universal. Dessa forma ele notabilizava os serviços sociais e propunha que não fossem mais tratados como aspectos de importância secundária na sociedade. (Idem, 1994, p. 83)

Entretanto, o tratamento que Marshall dispense às políticas sociais é pouco preciso. Se ao elemento civil e político vincula direitos muito bem especificados – como o direito de ir e vir, o de propriedade, o de votar, ser votado etc. –, ao elemento social relaciona direitos vagos e pouco definidos, como o direito a um “mínimo de bem-estar”, a “participar por completo da herança social” e a “levar a vida de um ser civilizado de acordo com padrões que prevalecem na sociedade”. Por essa razão, Coimbra questiona:

Mas o que seria esse ‘mínimo’ de bem-estar e segurança? O que exatamente quer dizer ‘participar, por completo, na herança social’? O que é a ‘vida de um ser civilizado’? Segundo que padrões ela é fixada? Quem fixa tais critérios? (Idem, 1994, p. 84).

Tais definições são tão vagas e imprecisas que correm o risco de ser relativizadas

a ponto de se poder julgar que todas as sociedades terão atingido a cidadania e os direitos sociais. Como esses direitos não são fixados, todos os indivíduos acabam se tornando cidadãos desde que sejam válidos os critérios que estabeleceram determinado padrão como “mínimo”.

A vagueza dessas definições, no entanto, acabou por se tornar a maior contribuição da teoria de Marshall, qual seja: a noção de que a igualdade entre todos os indivíduos é inseparável da ideia de cidadania.

O conceito de cidadania, assim, não se resume à posse de determinado conjunto de direitos, que podem variar de sociedade para sociedade de acordo com suas diferenças concretas. Antes, ela implica possuir os mesmos direitos, na esfera do civil, do político e do social. Implica, portanto, que todos tenham iguais condições de acesso ao mínimo que a sociedade, no estágio de desenvolvimento em que estiver, aceita como tolerável. (Idem, 1994, p. 85, grifos do autor)

Conquistados ou, ao menos, ampliados os direitos civis e políticos no Brasil, a inclusão social passa a ser o último elemento para a conquista plena da cidadania. Tal vínculo encontra-se na apresentação do Programa Bolsa Família:

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa integra o Fome Zero, que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome².

Já o Programa Renda Cidadã estabelece como consequência da pobreza um conjunto mais amplo de problemas:

Este programa [Renda Cidadã] de transferência de renda surge com o propósito de enfrentar o processo de empobrecimento de uma parcela significativa da população, que tem alterado profundamente a estrutura da família, seu sistema de relações e os papéis desempenhados. Um grande número de famílias vivencia processo de vulnerabilidade em decorrência do desemprego ou subemprego, falta de qualificação profissional, analfabetismo, situação precária de saúde, falta de moradia ou moradias precárias, falta de saneamento básico, violência, dependência química, separações e perdas na família, migração, assentamentos e reassentamentos³.

No Brasil, a exclusão social não se dá somente por questões econômicas, pois está relacionada a muitas causas. O preconceito, o mandonismo, as estruturas sociais estratificadas, a proximidade do poder, a dificuldade de acesso aos servi-

ços do Estado, entre outras causas, somam-se à pobreza. Em suma, são muitas as veredas que levam à exclusão social no País.

Reconhecer que a exclusão social decorre de inúmeras causas não significa reduzir o papel preponderante da pobreza nesse processo. Contudo, deve-se admitir que o Estado de São Paulo já poderia ter propiciado a todos os seus habitantes alguns elementos próprios do que Marshall nomeou como “padrões de civilização que prevalecem em nossa sociedade”. A pobreza não pode ser considerada a causa de má qualidade na educação, nem de falta de segurança, nem de ausência de condições dignas de moradia e de saneamento básico.

Os programas de transferência de renda são programas sociais e têm como objetivo auxiliar as pessoas em seu processo de inclusão social. Esses programas, entretanto, não substituem os programas econômicos de expansão de emprego. Os programas Bolsa Família, Renda Cidadã ou Renda Mínima não devem ser considerados como substitutos do emprego, porém como apoiadores do processo de retomada ou conquista da autonomia do beneficiário.

Resta saber se esses programas auxiliam na inclusão social das pessoas e se a associação desses com outros programas complementares potencializa essa inclusão. Essa é a grande pergunta que esta pesquisa quer ajudar a responder.

2 Conforme informa o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 11 set. 2011.

3 De acordo com informações do site da Seds. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/porta1.php/rendacidada>> Acesso em: 11 set. 2011.

2.

MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES DO ESTUDO

O modelo teórico proposto neste estudo qualitativo pautou-se na metodologia denominada de grupo focal – também conhecida como grupo de discussão. O levantamento foi realizado com famílias que compuseram a base de amostras e que participaram das entrevistas do estudo quantitativo, formando os sub-tratos amostrais de pelo menos uma das duas *surveys*⁴ – ou fases – do referido levantamento.

A seleção amostral do estudo quantitativo constituiu-se de famílias residentes em qualquer um dos 39 municípios integrantes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que estivessem em situação de *vulnerabilidade social alta*⁵ e muito alta, de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)⁶.

Além de incorporar as dimensões de vulnerabilidade apontadas pelo IPVS, as amostras consideraram em sua composição famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda Bolsa Família (Federal), Renda Cidadã (Estado de São Paulo) e Renda Mínima (prefeituras da RMSP), bem como participantes de programas públicos complementares, agrupados em três grandes categorias: **1)** saúde, nutrição e segurança alimentar (descritos genericamente durante a pesquisa como programas complementares de saúde); **2)** programas complementares de educação e capacitação profissional (considerados genericamente como programas complementares de educação); e **3)** programas complementares para grupos que participavam de demais programas (mencionados genericamente como outros programas complementares). O estudo partiu das seguintes hipóteses iniciais, conforme já apresentado detalhadamente no tópico “**7. Modelo teórico e hipóteses do estudo**” e no “**Quadro 3**” do **estudo quantitativo, Parte I** desta publicação.

4 *Survey*, tal como foi descrito na Parte 1 desta publicação, é um método de entrevista aplicada, na qual se realiza o levantamento de informações sobre características, ações ou opiniões de uma amostra representativa da população ou, no caso do censo, de toda ela, por meio de aplicação de questionário.

5 *Vulnerabilidade Alta*: engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas. Vulnerabilidade Muito Alta: o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_01.pdf> Acesso em: 05 abr. 2012.

6 O IPVS considera a congregação de diversos fatores sociais para avaliar o nível de vulnerabilidade, entre os quais, renda, escolaridade, idade, ciclo de vida familiar, acesso a bens e serviços públicos (saúde, educação, saneamento, esporte, lazer, cultura), segregação espacial, entre outros.

H1: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social – e que não recebem nenhum programa social (grupo de controle) – não apresentam melhoria nos indicadores de condições de vida da coleta de dados do período t_1 em relação ao período t_0 ($\Delta I_N = 0$).

H2: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem algum programa social (transferência de renda ou outra ação complementar – grupos experimentais) apresentam melhoria nos indicadores de impacto da coleta de dados do período t_1 em relação ao período t_0 (IR, IS, IE, ID \rightarrow 0).

H3: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda apresentam indicadores de impacto ou de condições de vida mais elevados do que aqueles que não são contemplados por nenhum programa ou benefício social (IN < IR).

H4: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda e mais algum benefício específico nas áreas de saúde/nutrição/segurança alimentar ou educação/capacitação, ou outro tipo de benefício, apresentam indicadores de impacto mais elevados do que domicílios com famílias que recebem apenas o benefício de transferência de renda e domicílios com famílias que não recebem nenhum programa social (IN<IR<IS; IN<IR<IE; IN<IR<ID).

H5: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda mais combinações de outros dois tipos de programas sociais apresentam indicadores de impacto mais elevados do que domicílios com famílias que recebem o benefício de transferência de renda e apenas outro tipo de benefício social (IN<IR<IS<IS+E ou IS+D; IN<IR<IE<IE+S ou IE+D; IN<IR<ID<ID+S ou ID+E).

H6: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda mais combinações de outros três tipos de programas sociais apresentam indicadores de impacto mais elevados do que domicílios com famílias que recebem o benefício de transferência de renda e combinações de dois outros tipos de programas sociais (IN<IR<IS<IS+E<IS+E+D; IN<IR<IS<IS+E ou IS+D < IS+E+D; IN<IR<ID<ID+S ou ID+E < ID+S+E).

A pesquisa qualitativa foi elaborada durante o ano de 2011 e consistiu na realização de 12 grupos focais, cujos temas e características estão descritos na tabela 1:

Tabela 1 – Tema, região geográfica e quantidade de grupos focais

Tema	Região geográfica dos participantes	Quantidade de grupos
Transferência de renda e programas complementares de saúde / nutrição / segurança alimentar	Moradores da cidade de São Paulo	2
	Moradores de outras cidades da RMSP	1
Transferência de renda e programas complementares de educação / capacitação profissional	Moradores da cidade de São Paulo	2
	Moradores de outras cidades da RMSP	1
Transferência de renda e outros programas complementares	Moradores da cidade de São Paulo	1
	Moradores de outras cidades da RMSP	1
Somente transferência de renda	Moradores da cidade de São Paulo	1
	Moradores de outras cidades da RMSP	1
Grupos de controle (não participantes de programas de transferência de renda nem de programas complementares)	Moradores de outras cidades da RMSP	2

Cada grupo foi composto com o mínimo de oito e o máximo de 12 pessoas. Os participantes, com exceção dos que integravam os grupos de controle, já haviam participado da pesquisa quantitativa, constituída de duas etapas de pesquisa comparativa realizadas em 2008 e 2009.

As reuniões foram gravadas somente em áudio e, posteriormente, transcritas. Os textos foram analisados com base nas teorias do campo de estudo Análise do Discurso (AD)⁷. O foco não se encontra na análise dos conteúdos manifestos nos grupos, mas sim no discurso que permite inferir o sentido oculto, as representações ideológicas, os valores e os afetos vinculados ao tema investigado. A premissa é a de que os pequenos grupos tendem a reproduzir nos jogos de conversação o discurso ideológico das relações macrossociais.

7 Análise do Discurso, ou AD, é um campo de estudo das ciências humanas cujas bases teóricas são provenientes da linguística, psicanálise e sociologia. A AD analisa os discursos correntes em busca dos processos de produção de sentidos e suas determinações histórico-sociais, reconhecendo que há uma historicidade inscrita na linguagem que não permite “pensar na existência de um sentido literal, já posto, e nem mesmo que o sentido possa ser qualquer um, já que toda interpretação é regida por condições de produção”, conforme explica o Glossário de Termos do Discurso. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html#A>> Acessado em: 13 abr. 2012.

3.

UNIVERSO DA PESQUISA

O estudo qualitativo foi elaborado com a finalidade de ampliar a compreensão dos dados obtidos no estudo quantitativo, explorando alguns pontos contraditórios – ou aparentemente contraditórios –, trazendo subsídios para enriquecer a compreensão dos dados obtidos pela pesquisa quantitativa, a fim de aperfeiçoar os programas sociais implementados pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds).

Este levantamento também buscou – como objeto secundário, mas não menos importante – delinear o trajeto institucional percorrido pelos beneficiários dos programas de transferência de renda e dos programas complementares para acessá-los. Tal delimitação decorreu da constatação de que essa informação poderia gerar subsídios importantes à Seds, por melhorar o modelo de acesso e comunicação de seus programas sociais para a população de baixa renda.

Nessa perspectiva, os objetivos deste estudo focaram-se em:

- explorar, nos grupos de famílias beneficiárias e não beneficiárias de programas sociais, os resultados mais relevantes indicados nas duas surveys do estudo quantitativo;
- gerar subsídios que permitam a incorporação das conclusões do estudo qualitativo ao projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo.

É importante ressaltar, no entanto, que o estudo qualitativo não se restringiu ao cruzamento das informações ou dos resultados obtidos nas duas surveys⁸ – ou fases – do estudo quantitativo, realizado entre 2008 e 2009. O levantamento adotou alguns critérios com base na metodologia de grupos focais, visando a avaliar o impacto conjugado dos programas de transferência de renda e complementares para o público-alvo demarcado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)⁹.

8 Conforme descrito na Parte I desta publicação, survey é um método de levantamento de informações sobre características, ações ou opiniões de uma amostra representativa da população ou, no caso do censo, de toda ela, por meio de aplicação de questionário.

9 Convênio firmado entre a Seds e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a assessoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no período de 2005 a 2011, com a meta de melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade da política de desenvolvimento social no Estado de São Paulo.

3.1. Desenho da pesquisa

A pesquisa qualitativa estabeleceu os seguintes parâmetros para conduzir o estudo:

- a) realização de grupos focais com famílias em condições de vulnerabilidade social alta e muito alta da RMSP, compreendendo no mínimo 8 e no máximo 12 membros de diferentes famílias;
- b) os grupos focais foram compostos por famílias que participaram de, ao menos, uma das surveys (etapas) do estudo quantitativo;
- c) os grupos focais foram preferencialmente compostos por mulheres responsáveis pelo domicílio na condição de chefe da família, em domicílios monoparentais, ou na condição de esposa do chefe da família, em domicílios não monoparentais;
- d) cada grupo focal foi composto de forma a representar um agrupamento homogêneo de famílias, ou seja, foi distribuído em função do recebimento de programas sociais, do local de residência das famílias (grupos com famílias que residem na cidade de São Paulo e grupos de famílias que residem em outros municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo).

O universo de famílias que participou do estudo quantitativo estava dividido em três grandes grupos: **1)** saúde, nutrição e segurança alimentar; **2)** educação e capacitação; **3)** programas de outras naturezas. Fazem parte de cada grupo os participantes dos seguintes programas complementares:

Programas complementares de saúde, nutrição e segurança alimentar (considerados genericamente durante a pesquisa como Programas Complementares de Saúde)

- Agente de Saúde/Programa Saúde da Família (PSF)
- Acompanhamento psiquiátrico/Psicológico/Consulta psicológica na Pastoral da Criança
- Programa de acompanhamento para portadores de HIV
- Tratamento odontológico no Centro Social Urbano (CSU)
- Remédio em Casa (prefeitura)
- Acompanhamento de fonoaudiólogo
- Acompanhamento médico nutricional

Programas complementares de saúde, nutrição e segurança alimentar *continuação*

- Tratamento de obesidade
- Acompanhamento com fisioterapia
- Acompanhamento neurológico para deficiente mental
- Programa Rede da Cidade (anemia falciforme)
- Cesta Básica
- Bom Prato/Restaurante Popular/Restaurante Solidário
- Leite/Viva Leite/Leve Leite/Leite da Igreja Evangélica/Leite Lar Escola
- Multimistura – Pastoral da Criança
- Sopa
- Almoço / Almoço e lanche
- Cartão Alimentação / Vale Alimentação
- Segurança Alimentar

Programas complementares relacionados com educação e capacitação profissional (mencionados genericamente como programas complementares de Educação)

- Idiomas/Inglês/Espanhol
- Reforço escolar/Português/Matemática/História
- Corte e Costura
- Artesanato/Vagonite/Bordado/ Fabricação de chinelo/Pintura em tecido/ Tecelagem
- Cerâmica/Crochê/Tricô/Tear/Bijuteria

Programas complementares relacionados com educação e capacitação profissional *continuação*

- Informática/Computação/Montagem de PC (computador pessoal; do inglês "personal computer") / Digitação/Manutenção de micros/Auxiliar de escritório/Recepcionista/Telefonista/Secretariado/Noções de RH
- Telemarketing / Operador de atendimento ao cliente
- Culinária/Auxiliar de cozinha
- Administração/Auxiliar administrativo/Plano de negócios/ Assistente administrativo
- Panificação/Confeitaria
- Design de jóias
- Logística
- Cabeleireira/Manicure/Depiladora
- Serviços gerais/ Auxiliar de limpeza
- Curso de embalagens
- Eletricista/Pintor/Hidráulica/Encanador/Eletrotécnico
- Garçom
- Jardinagem
- Curso de dança
- Restauração de livros
- Hotelaria / Turismo
- Reciclagem
- Auxiliar de ortopedia
- Marcenaria
- Confecção de material de limpeza
- Educadora infantil

Programas complementares para grupos que participavam de demais programas (descritos genericamente como outros Programas Complementares)

- Ginástica/Ginástica Olímpica
- Capoeira/Dança/Balé
- Bolsa Transporte/Passage Social / Bilhete especial
- Atividades esportivas/Esportes/Futebol/Judô/Caratê/Jiu-Jítsu/Vôlei/Natação
- Basquete/Handebol
- Atividades Culturais / Música/Teatro / Canto
- Artesanato/Pintura/Bordado/Crochê/Tricô
- Palestras/Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)/Ação Família
- Planejamento Familiar (CRAS)
- Inclusão Digital/Acessa São Paulo
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU)/Mutirão da Casa Própria/Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab)/Locação Social/Auxílio Aluguel/Jogos/Brincadeiras/Recreação
- Adolescente Aprendiz
- Projeto "Tá Bonito" – pintura de fachada de casas
- Ação Jovem/Gente Jovem/Projovem/Agente Jovem/Jovem Cidadão/Grupo Jovem
- Brava Gente
- Circo Escola / Cama elástica / Artes Circenses
- Religião
- Escotismo
- Frente de Trabalho / Bolsa Trabalho
- BPC Idoso¹⁰
- BPC Deficiente¹¹
- Educiança
- Bolsa Creche
- LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social)
- PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)

¹⁰ BPC Idoso (Benefício de Prestação Continuada ao Idoso)

¹¹ BPC Deficiente (Benefício de Prestação Continuada ao Deficiente)

O estudo qualitativo determinou, também, a realização de 10 grupos focais, divididos da seguinte forma:

- dois grupos focais de famílias não beneficiárias de programas sociais, compreendendo um grupo com famílias da cidade de São Paulo e outro com famílias de outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP);
- dois grupos focais de famílias beneficiárias apenas de programas de transferência de renda, constituídos por um grupo com famílias da cidade de São Paulo e por um grupo com famílias de outros municípios da RMSP;
- dois grupos focais de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e programas sociais complementares de saúde, nutrição e segurança alimentar, formados por um grupo com famílias da cidade de São Paulo e por um grupo com famílias de outros municípios da RMSP;
- dois grupos focais de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e programas sociais complementares de educação e capacitação, integrados por um grupo com famílias da cidade de São Paulo e por um grupo com famílias de outros municípios da RMSP;
- dois grupos focais de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e programas sociais complementares de outras naturezas, compostos por um grupo com famílias da cidade de São Paulo e por um grupo com famílias de outros municípios da RMSP.

Para os grupos focais constituídos por famílias da cidade de São Paulo foram selecionados participantes residentes nas diversas áreas geográficas da cidade (centro expandido e regiões Norte, Sul, Leste e Oeste). Nos grupos formados por famílias residentes fora da cidade de São Paulo, houve participantes de municípios de pequeno, médio e grande portes.

3.2. Plano Metodológico

A precisão e a validade dos resultados de uma pesquisa, seja ela qualitativa ou quantitativa, estão ligadas de forma intrínseca ao plano metodológico preparado para seu desenvolvimento. A definição desse plano implica a compreensão clara dos objetivos da pesquisa, das especificidades do tema e do público-alvo, das ferramentas empregadas na execução do estudo e da metodologia de análise dos dados obtidos em campo.

O plano metodológico deste estudo qualitativo foi composto de diversas fases, algumas de caráter operacional e outras estratégicas, decisivas para o resultado da pesquisa. Dessa forma, houve metodologias específicas para as seguintes fases estratégicas:

- Preparação dos roteiros para os grupos focais;
- Definição e seleção dos componentes dos grupos focais;
- Realização dos grupos focais;
- Análise dos resultados obtidos pela pesquisa.

3.2.1. Preparação dos roteiros para os grupos focais

A preparação dessa metodologia específica foi realizada com base em três ações:

- realização de entrevistas preliminares;
- análise em profundidade dos resultados da pesquisa quantitativa;
- reunião com integrantes da Seds para avaliação dos resultados obtidos na análise da pesquisa e nas entrevistas preliminares e definição de pontos de abordagem pelos grupos focais.

A análise detalhada do estudo de impacto quantitativo, das pesquisas preliminares e das reuniões com a equipe da Seds permitiu definir questões e temas abordados nos grupos focais para a pesquisa de profundidade.

3.2.1.1. Entrevistas preliminares

Para auxiliar na definição do roteiro dos grupos focais, realizou-se, preliminarmente, algumas entrevistas individuais em profundidade.

Essas entrevistas tiveram como objetivo coletar novos subsídios que, somados às informações obtidas na pesquisa de impacto e nas reuniões com os servidores da Seds, puderam contribuir para a análise e a adequação das hipóteses iniciais, para o levantamento de novas hipóteses, para a preparação dos facilitadores que conduziram os grupos focais e para a elaboração do roteiro dos grupos focais.

A proposta de realização de pesquisas preliminares foi baseada na abordagem multimétodo de Creswell (2003), na qual se empregam “estratégias que envol-

vem a coleta de dados tanto simultaneamente ou sequencialmente para melhor entender os problemas de pesquisa”.

As entrevistas preliminares, nessa perspectiva, tiveram três funções principais: **1)** apontar os melhores caminhos que foram percorridos pelos roteiros dos grupos focais; **2)** mostrar os temas mais improdutivos ou que geram polêmicas desnecessárias (ou até mesmo constrangimentos) na condução da pesquisa qualitativa; **3)** indicar, sem esgotar, abordagens que facilitam ou que dificultam a condução da pesquisa qualitativa.

As entrevistas individuais foram realizadas por pesquisadores da empresa Ação Social & Políticas Públicas, contratada para conduzir o estudo qualitativo. Foram entrevistadas três mulheres integrantes do universo pesquisado, escolhidas aleatoriamente para auxiliar a definição das hipóteses de condução dos grupos focais.

Esse tipo de entrevista, apesar de ser absolutamente exploratória, seguiu uma linha de condução previamente ajustada de modo a manter alguma coerência em termos de comparação entre as três mulheres entrevistadas. Definiram-se duas abordagens iniciais: a primeira foi apresentar para as entrevistadas algumas conclusões do estudo quantitativo, principalmente aquelas que mostravam alguma diferença entre os resultados esperados e os resultados constatados. A segunda linha foi explorar os caminhos percorridos pelas pessoas para alcançar os programas dos quais as entrevistadas participaram.

Com as entrevistas realizadas, transcritas e distribuídas, integrantes da empresa e da Seds reuniram-se para discutir os temas que seriam levados aos grupos focais.

A preocupação inicial durante as entrevistas foi estabelecer uma aproximação minimizando qualquer tipo de indução, a fim de garantir o comportamento mais natural possível das participantes. A princípio, as participantes falaram um pouco de suas vidas e depois foram estimuladas a falar como se deu a participação delas nos programas sociais.

Os pesquisadores destacaram que esse foi o primeiro ponto interessante das entrevistas preliminares. De acordo com eles, as participantes¹² relataram rapidamente o processo de participação nos programas sociais de transferência de renda, entretanto fez-se necessário estabelecer muitas conversas para que se lembrassem de outros programas sociais dos quais participavam ou os indicassem.

Depois de algum tempo, outros programas sociais, diversos dos quais de transferência de renda, surgiram na conversa de forma pontual, sem que as entrevi-

tadas indicassem perceber qualquer articulação entre os programas de transferência de renda e os programas sociais complementares. Esse fenômeno também foi recorrente nos grupos focais, como se pode observar adiante.

Segundo um dos entrevistadores, esse dado poderia apontar para uma hipótese a ser verificada na pesquisa: o fato de as pessoas darem pouca importância a outros programas sociais ou não apresentarem clareza sobre sua participação nos mesmos.

Seria interessante avaliar o conhecimento que os participantes dos programas sociais complementares aos de transferência de renda possuem por estar participando de mais de um programa e qual é o resultado dessa participação do ponto de vista da elevação ou melhoria da condição social.

Além disso, seria importante avaliar se as pessoas percebem algum nível de articulação entre os programas e se, na percepção delas, essa articulação contribuiria para melhorar sua vida.

Notou-se que entre as três participantes de programas sociais entrevistadas de forma preliminar, apenas uma mostrou capacidade de articulação política e social mais estruturada, em razão de sua participação em movimentos políticos e comunitários. As outras duas tiveram alguma dificuldade para lembrar a forma como se inscreveram nos programas de transferência de renda. Uma delas afirmou ter sido avisada e estimulada por vizinhas e, por conta disso, procurou uma escola para se inscrever. A outra declarou que “pessoas do governo” foram à sua casa e fizeram a inscrição. Uma das consultoras que trabalha próximo à residência dessa entrevistada relatou que houve um “cadastramento” realizado na região pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com base nos relatos das participantes, os programas parecem atingir as pessoas independentemente de sua articulação social mais alta ou mais baixa. Articulação social mais alta, nesse caso, significa a participação voluntária em movimentos políticos e de reivindicação e a organização de pessoas com os mesmos interesses.

Além disso, num primeiro momento, as participantes destacaram que “conheciam alguém que não merecia receber o auxílio”, mas em momento algum souberam explicar por que essas famílias não mereceriam receber o auxílio, até por desconhecerem os critérios de inclusão nos programas de transferência de renda. Essa percepção, no caso de uma das entrevistadas, deve-se ao que ela “viu de denúncias na televisão sobre políticos e outras pessoas que não deveriam receber o auxílio e que estavam recebendo. Que havia fraude”, mas não indicou nenhum caso de conhecimento pessoal.

12 Neste estudo qualitativo, optou-se por usar, em alguns trechos, o gênero feminino para se referir a quem participou da pesquisa – as participantes –, enfatizando a participação das mulheres no levantamento, uma vez que este contou com apenas dois homens nos doze grupos focais (GFs).

Por fim, todas as entrevistadas acharam que todo mundo que é necessitado deveria receber o auxílio, sem especificar claramente o que significa ser “necessitado”, uma vez que, como elas disseram, “cada um é que sabe de seus problemas e de suas dificuldades”. Essa postura pode denotar, uma vez mais, o receio de que a entrevista pudesse significar alguma forma de fiscalização.

Os pesquisadores destacaram ainda que toda vez que o tema “renda familiar” entrava na discussão, surgia uma resistência em abordar o assunto por parte das entrevistadas. Por parte delas, sempre se manifestava a preocupação de que a entrevista pudesse ser uma forma de fiscalização do governo, e havia um medo muito grande em ser cortado do programa. Uma das entrevistadas informou que chegou a ser desligada do programa de transferência de renda após passar por um processo de cadastramento. Os pesquisadores sugeriram que não se perguntasse o nível de renda das participantes, uma vez que essa informação, além de difícil de obter, não pode ser checada, ocupa um tempo precioso do debate e pode causar constrangimento no grupo.

Ainda na reunião entre os técnicos da empresa e da Seds, os integrantes consideraram que a informação sobre o nível de renda das participantes dos grupos focais não deveria ser abordado, para evitar constrangimentos e dificuldades na busca de informações consideradas mais importantes.

Houve destaque, também, para a baixa informação ou compreensão por parte das participantes dos programas sociais de transferência de renda e dos demais sobre os critérios para a inclusão ou exclusão nesses programas e também sobre as normas que definem os valores do benefício.

Apenas uma das entrevistadas indicou um fato efetivo gerador de exclusão dos programas de renda, que é o erro no cadastramento, o qual ocorreria com ela. No caso específico, sua idade foi lançada incorretamente, indicando que ela tinha 111 anos de idade. Por essa razão, ela foi temporariamente excluída do programa.

Diante do exposto, foi decidido em conjunto que, em todos os grupos focais, buscar-se-ia avaliar o nível de conhecimento que as participantes possuíam sobre os critérios para participação em programas sociais, em especial nos de transferência de renda.

O conhecimento das participantes sobre os critérios para inclusão/exclusão dos programas e a forma de as pessoas tomarem conhecimento desses programas podem gerar importantes subsídios para melhorar o modo de comunicação sobre os programas à população por parte dos governos e instituições.

O cadastramento foi outro ponto destacado nas entrevistas preliminares. Ao que tudo indica, o cadastramento é algo muito temido pelas participantes, apa-

rentemente pelo fato de elas não dominarem os critérios para a exclusão dos programas ou para a mudança no valor do auxílio.

Os pesquisadores mostraram preocupação quanto à possibilidade de esse “medo do cadastramento” provocar algum viés na pesquisa. Para a equipe de pesquisa ficou claro que uma das preocupações no trabalho com os grupos seria enfatizar ao máximo que não se trataria de cadastramento, mas sim de um estudo que teria por objetivo atender melhor os participantes dos programas sociais.

3.2.1.2. Análise em profundidade dos resultados da pesquisa quantitativa

A análise aprofundada do estudo quantitativo e de suas dimensões de impacto foi outro ponto de partida para a elaboração do roteiro dos grupos focais. Para tanto, foram utilizados três documentos, todos preparados pelo consórcio FIA/Fipe:

- Relatório VI: Workshop I – Survey I – Relatório V (Final) de dezembro de 2008 (Rel. VI);
- Relatório VIII: Relatório de Resultados – Survey II – de novembro de 2009 (Rel. VIII);
- Relatório IX: Relatório Final – Análise Comparativa dos Resultados das Pesquisas (2008–2009) (Rel. IX).

As hipóteses iniciais da pesquisa eram:

H1: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que não recebem qualquer programa social (transferência de renda e programas sociais complementares – grupo de controle) não apresentam melhoria nos indicadores de condições de vida da coleta de dados do período T1 em relação ao período T0 ($IN = 0$).

H2: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem algum programa social (transferência de renda ou outro programa social complementar – grupos experimentais¹³) apresentam melhoria nos indicadores de impacto da coleta de dados do período T1 em relação ao período T0 ($IR, IS, IE, ID \rightarrow 0$).

H3: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda apresentam indicadores de impacto ou de condições de vida mais elevados que aqueles que não recebem qualquer programa ou benefício social ($IN < IR$).

H4: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que

13 Tal como já foi citado na Parte I – Estudo Quantitativo deste livro, adotou-se, a título de padronização editorial, a nomenclatura grupo experimental para a terminologia grupo de tratamento, utilizada nas versões dos relatórios da pesquisa.

recebem o benefício de transferência de renda e mais algum benefício específico do tipo saúde/nutrição / segurança alimentar ou do tipo educação/capacitação ou outro tipo de benefício apresentam indicadores de impacto mais elevados que domicílios com famílias que recebem apenas o benefício de transferência de renda e dos domicílios com famílias que não recebem nenhum tipo de programa social (IN<IR<IS; IN<IR<IE; IN<IR<ID).

H5: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda mais combinações de outros dois tipos de programas sociais apresentam indicadores de impacto mais elevados que domicílios com famílias que recebem o benefício de transferência de renda e apenas um outro tipo de benefício social (IN<IR<IS<IS+E ou IS+D; IN<IR<IE<IE+S ou IE+D; IN<IR<ID<ID+S ou ID+E).

H6: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda mais combinações de outros três tipos de programas sociais apresentam indicadores de impacto mais elevados que domicílios com famílias que recebem o benefício de transferência de renda e combinações de dois outros tipos de programas sociais (IN<IR<IS<IS+E<IS+E+D; IN<IR<IS<IS+E ou IS+D < IS+E+D; IN<IR<ID<ID+S ou ID+E < ID+S+E).”

O teste das hipóteses foi apresentado no Relatório IX: Relatório Final – Análise Comparativa dos Resultados das Pesquisas¹⁴. Para realizar esse estudo, a pesquisa quantitativa dividiu sua amostra em nove grupos: dois grupos de controle e sete grupos experimentais, conforme citado a seguir:

Os dois grupos de controle constituem-se por:

- famílias não beneficiadas por qualquer programa social de governo (grupo de controle incluído na pesquisa em atenção à solicitação feita pela Seds);
- famílias beneficiadas exclusivamente por ao menos um dos seguintes programas de transferência de renda de caráter universal e com condicionalidades fixadas: Bolsa Família (BF – nível federal), Renda Cidadã (RC – esfera estadual) ou Renda Mínima (RM – nível municipal), conforme previsto no Termo de Referência. Para efeito de compreensão das análises a serem apresentadas, este grupo foi também denominado de grupo experimental 1.

Os sete grupos de intervenção foram combinações de programas sociais de transferência de renda restrita (Bolsa Família, Renda Cidadã ou Renda Mínima) e de programas complementares referentes às seguintes áreas: saúde; nutrição; alimentação; segurança alimentar; educação; capacitação profissional; e outros tipos de programas, como habitação; transporte; esporte etc.

Para efeito das análises realizadas, o conjunto de famílias compreendendo todos os sete grupos de intervenção foi denominado *grupo de tratamento* 2.¹⁵ (Mazon, 2009, p. 4)

Os grupos experimentais originalmente previstos eram os seguintes:

Tabela 2 – Caracterização dos grupos na pesquisa quantitativa

Estrato / Grupo	Famílias não beneficiadas por programas sociais	Famílias beneficiadas por programas sociais			
		Transferência de renda	Saúde, nutrição e segurança alimentar	Educação e capacitação	Demais tipos de programas
Controle	X				
Experimental 1		X			
Experimental 2		X	X		
Experimental 3		X		X	
Experimental 4		X			X
Experimental 5		X	X	X	
Experimental 6		X		X	X
Experimental 7		X	X		X
Experimental 8		X	X	X	X

A modelagem da pesquisa é apresentada no Relatório VI e diz o seguinte:

Considerando-se os objetivos estabelecidos pela Seds/BID para a realização deste trabalho, o método de pesquisa adotado é o de survey combinado com estudo pré-experimental do tipo antes-depois com grupo de controle - dentro, portanto, de um conceito de estudo longitudinal, no qual serão realizadas duas pesquisas domiciliares por amostragem. O modelo de pesquisa proposto considera, assim, a avaliação em dois momentos distintos no tempo e permite definir quais foram os impactos produzidos pelas combinações de programas de transferência de renda com os programas complementares nos grupos experimentais. A existência de um grupo de controle que não recebe nenhum tipo de programa – nem de transferência de renda, nem complementar – possibilitou conhecer o efeito ambiente, ou seja, mudanças nos indicadores independentemente da ação de qualquer programa social. A inclusão deste grupo de controle, não prevista inicialmente na proposta, foi efetuada em atenção a uma solicitação da Seds. O grupo de controle originalmente previsto – o de famílias que recebem exclusivamente programa(s) de transferência de renda

14 Mazon, J. A (coord.)- Relatório IX: Relatório Final – Análise Comparativa dos Resultados das Pesquisas (2008-2009).

15 Conforme citado anteriormente na nota de rodapé 12 deste estudo qualitativo, empregou-se na edição deste livro a terminologia grupo experimental no lugar de grupo de tratamento (grifo do editor).

(BF, RC ou RM) – possibilitou servir de base para avaliar o impacto das ações de programas complementares agregados em três grandes grupos (saúde; nutrição; segurança alimentar; educação; capacitação; e programas de outras naturezas). (idem, p. 19)

Em seguida, como diz o Relatório VI, p. 54, foi elaborado um conjunto de indicadores e variáveis de impacto para análise dos programas de transferência de renda e dos programas complementares. A análise do impacto contempla dois tipos de indicadores:

“**Indicadores objetivos:** indicadores cuja medida é inerente ao fenômeno que se está medindo, como peso ou altura média das crianças beneficiadas com alimentação; o aumento da renda domiciliar em função dos benefícios recebidos de um particular programa; bens ou serviços adquiridos com recursos de transferência de renda etc.

Indicadores subjetivos: são indicadores cuja medida decorre de uma percepção, como, por exemplo, a opinião de pessoas beneficiárias quanto à importância de um dado programa na melhoria da qualidade de vida da família.

Os resultados de impacto que se busca mensurar são relativos a 11 dimensões, com a quantidade de indicadores apresentada em parênteses:

- | | |
|-----------------------------|--|
| 1. Renda domiciliar (10) | 8. Condições de maior vulnerabilidade (5) |
| 2. Trabalho e emprego (11) | 9. Atendimento a condicionalidades dos programas (7) |
| 3. Consumo domiciliar (4) | 10. Atitudes relativas à pobreza de acesso e pobreza de potencialidades (67) |
| 4. Nutrição (4) | 11. Atitudes sobre melhoria de qualidade de vida (11)” |
| 5. Educação (12) | |
| 6. Saúde (9) | |
| 7. Condições de moradia (6) | |

Algumas dessas dimensões de análise vinculam-se diretamente a um ou outro conjunto de programas complementares. Outras, entretanto, têm vínculo mais distante com os programas complementares analisados. Assim, é natural que se busquem relações diretas entre famílias que recebem programas complementares agrupados sob a rubrica “Educação e Capacitação” – grupos experimentais 3, 5, 6 e 8 – e seu desempenho nas Dimensões “Educação” e “Trabalho e Emprego” de análise.

O mesmo se dá com os programas complementares de “Saúde, Nutrição e Segurança Alimentar” – grupos experimentais 2, 5, 7 e 8 – e o desempenho dessas famílias nas dimensões “Saúde” e “Nutrição”. Merece destaque, no entanto, o fato de que, embora subjacente na hipótese 4 apresentada anteriormente, esses vínculos não estejam explícitos entre as hipóteses do trabalho.

O modelo adotado de duas pesquisas com o mesmo público em dois momentos distintos não previu a falta de controle sobre os universos pesquisados. A análise apresentada no Relatório VIII (2009) foi feita com resultados levantados pela segunda onda da survey, realizada com as mesmas famílias selecionadas em 2008, respeitando o modelo adotado. Essa segunda pesquisa quantitativa, entretanto, experimentou dificuldades causadas pela própria dinâmica social, que possibilitou a migração das famílias entre programas e, conseqüentemente, entre os grupos de controle e experimentais.

A análise de 2009 considerou a classificação que as famílias tinham em 2008 (Mazon, Rel. VIII, p. 123) e não sua nova condição. Ocorre que houve migração

Tabela 3 – Comparação de famílias nas duas ondas da pesquisa quantitativa

Estrato / grupo de trabalho	Quantidade de famílias em 2008	Quantidade de famílias em 2009	Quantidade de famílias que permaneceram na mesma condição em 2008 e 2009
GC – Não recebiam programas sociais	100	77	46
GE1 – Somente transferência de Renda	100	163	66
GE2 – Renda + Saúde	100	96	55
GE3 – Renda + Educação	100	114	56
GE4 – Renda + Demais Tipos	100	60	39
GE5 – Renda + Saúde + Educação	100	94	53
GE6 – Renda + Educação + Demais Tipos	100	73	37
GE7 – Renda + Saúde + Demais Tipos	100	45	27
GE8 – Todos	100	60	33
Somente programas complementares	-	118	-

Dessa forma, os resultados apresentados pelo relatório VIII de 2009 devem ser vistos com alguma reserva, uma vez que as conclusões ali apresentadas não refletem necessariamente os programas aos quais as famílias estavam efetivamente vinculadas no momento da pesquisa. Dos nove grupos abordados na pesquisa – dois grupos de controle e sete experimentais – apenas quatro mantiveram mais de 50 famílias, da base original de 100, nas mesmas condições existentes em 2008. No GE 7, por exemplo, apenas 27 famílias encontravam-se nas mesmas condições de 2008.

Por esse motivo, a comparação entre as duas ondas da pesquisa ficou, no entendimento da empresa contratada para dar continuidade ao estudo, prejudicada, uma vez que os dados da segunda onda sofreram “contaminação” originada pela migração das famílias entre os projetos sociais.

Acredita-se que também tenha sido esse o motivo que levou o relatório de comparação a abolir a análise específica dos programas complementares e agrupou o grupo de controle e os grupos experimentais 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, no qual foram classificadas preliminarmente as famílias, em apenas três categorias: famílias do grupo de controle (chamadas de grupo “C”); famílias que recebiam apenas transferência de renda (chamadas de grupo “T1”); e famílias que recebiam transferência de renda e um ou mais programas complementares (chamadas de grupo “T2”). Tal procedimento já havia sido adotado nos relatórios de 2008 e 2009 como etapas de testes das amostras, mas tanto em 2008 quanto em 2009 houve apresentação de cada dimensão e de seus múltiplos indicadores para todos os nove grupos.

As conclusões apresentadas no Relatório IX, comparativo entre as duas ondas, referem-se, por exemplo, à dimensão Educação:

Entre 2008 e 2009, o grupo de famílias que recebia apenas transferência de renda foi o que apresentou, em geral, a maior evolução para os indicadores relacionados com a educação, apresentando melhorias mais fortes que os demais cinco dos seis indicadores pesquisados, enquanto que o grupo de famílias que recebiam programas complementares apresentou melhorias mais modestas ou mesmo pequenos retrocessos. Nota-se, no entanto, que as famílias desse grupo são as que apresentam, em 2009, as melhores condições em quatro dos seis indicadores analisados: menor percentual médio de faltas entre os moradores que estudam; menor proporção de adultos fora da escola e sem o ensino médio completo (indicador para o qual apresentou melhoria em relação ao grupo de controle); maior percentual de alunos do ensino fundamental que tem alguma aula complementar / reforço; e maior percentual dos moradores que estudam e tomam emprestados livros na biblioteca.

Dos dois indicadores para os quais o grupo de famílias que recebiam programas complementares apresenta valores menos favoráveis que os demais grupos em 2009, somente para o indicador de autonomia potencial esse grupo apresentou estagnação em relação ao grupo de controle. Para o indicador de alunos do ensino fundamental que já estiveram retidos / reprovados em alguma série, tanto esse grupo quanto o grupo de controle apresentaram aumento na proporção de alunos nessa condição que, no entanto, foi maior no grupo de controle. (Mazon, Rel. IX, p. 23-24).

Mesmo considerando-se que o ensino fundamental está universalizado ou muito próximo disso, que o ensino médio atende a 80% da população na idade adequada na cidade de São Paulo¹⁶, o que faz parte das condicionalidades dos programas de transferência de renda, esperava-se uma análise específica dos grupos experimentais 3, 5, 6 e 8 para avaliar se programas complementares de “Educação e Capacitação” têm alguma interferência na dimensão “Educação” de análise.

Quando comparados os desempenhos, nas duas etapas da pesquisa, dos grupos experimentais 3, 5 e 6 com os grupos de controle e os de transferência de renda tem-se o seguinte:

Tabela 4 – Resultados comparativos de questões da dimensão Educação

Tabela	Pergunta	GE – Controle		GE1 - Transf. Renda		GE3 - Educação		GE5 - Saúde + Educação		GE6 - Educação + Demais	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
42	Frequenta escola/ creche (%)	93,8	93,9	93,0	92,7	91,9	93,8	93,4	93,6	94,9	93,0
44	Alunos que não faltam à aulas (%)	43,0	45,3	42,2	45,9	46,1	54,2	67,1	67,9	53,7	56,8
46	Recebe boletins/ informações para todos os moradores entre 6 e 15 anos (%)	82,3	77,3	83,8	84,2	86,9	81,7	87,1	65,9	88,1	76,6
47	Crianças e jovens em idade escolar fora da escola que não se matricularam ou que abandonaram a escola no meio do ano (quant.)	8	8	11	9	15	12	14	14	12	15

16 Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 25 set. 2011.

Ainda que os itens de comparação tenham sido pinçados de forma aleatória, não se pode dizer que haja uma relação de causa e efeito entre a participação das famílias em programas complementares de educação e capacitação e o desempenho dessas famílias na dimensão Educação de análise.

Já a pesquisa de 2008 (Rel. VI), planejada originalmente para constituir a linha base dos dois estudos, traz informações consideradas imprescindíveis para a comparação entre os diferentes programas complementares e a realização da presente pesquisa qualitativa.

O próprio planejamento geral da avaliação do Projeto BRA/05/018 previa que a presente pesquisa qualitativa fosse realizada em um intervalo entre as duas ondas quantitativas e o workshop realizado em 04 de dezembro de 2008, quando foram apresentados os primeiros resultados.

O Projeto (por meio do estudo quantitativo) coletou subsídios para o Termo de Referência desta presente pesquisa. A seguir, algumas das recomendações que nortearam esse trabalho:

- “considerar grupos focais homogêneos de beneficiários, levando em consideração os substratos amostrais da pesquisa;
- considerar grupos focais tanto de beneficiários da cidade de São Paulo quanto de outros municípios que fazem parte da correspondente região metropolitana;
- considerar também a possibilidade de fazer entrevistas em profundidade junto a gestores de programas de municípios da Grande São Paulo;
- identificar os resultados mais impactantes da primeira survey que requeiram uma discussão com beneficiários visando ao aprofundamento da compreensão de causas que potencialmente expliquem esses resultados. Como exemplo, o porquê de crianças de famílias beneficiadas com programas de transferência de renda estarem trabalhando;
- não limitar, contudo, o Termo de Referência, às questões relativas à primeira survey efetuada;
- considerar na seleção dos participantes para os grupos as mesmas famílias amostradas na primeira survey;
- identificar quais programas beneficiam os participantes dos grupos focais, de forma a fazer grupos mais homogêneos em termos de programas municipais, estaduais e federais;
- avaliar como se dará a ‘convocatória’, ou seja, os procedimentos para seleção e estímulo à participação dos grupos focais (Mazon, Rel. VI, p. 116)”.

Como se vê, as recomendações apresentadas na apresentação dos resultados da primeira etapa (survey) da pesquisa – estudo quantitativo – foram incorporadas, em sua maioria, ao Termo de Referência que balizou a contratação do presente estudo qualitativo. Mais do que isso, como dito acima, o Relatório VI traz um conjunto de informações importantes e metodologicamente consistentes, que permitem a comparação entre os diversos grupos experimentais e os grupos de controle, uma vez que essas foram coletadas sob a égide de um único critério de classificação das famílias pesquisadas.

Considerando os problemas que se apresentaram nas duas ondas da pesquisa quantitativa e na difícil comparação entre elas, trabalhou-se, nos grupos focais, priorizando as conclusões apresentadas no Relatório VI.

Entre os temas tratados como conclusões da pesquisa, destacam-se alguns que podem contribuir para a melhoria dos programas complementares, em vista da percepção de que a participação das famílias nesses programas induz a melhorias e à inclusão social, e também se ressaltam outros, que aparentemente apresentam resultados não esperados.

Como descrito acima, espera-se uma relação positiva entre os tipos de programas dos quais as famílias participaram e o desempenho dessas famílias nessas dimensões de análise. Alguns impactos positivos, entretanto, são encontrados em grupos com diferentes programas complementares. A primeira que merece destaque, apresentada na p. 253, diz:

[...] os domicílios que recebem programas complementares aos de renda [qualquer tipo de programa] percebem com maior intensidade do que os demais grupos (famílias que recebem somente transferência de renda e famílias que não recebem programas sociais) melhoria de sua qualidade de vida em termos de capacitação profissional, fator esse que, além de apresentar média maior para as famílias que recebem programas complementares, se apresenta como o fator mais importante na função de classificação obtida na análise discriminante para diferenciar essas famílias das demais. [...]. Para as famílias que recebem programas complementares, esse constructo (trabalho) foi o que apresentou maior influência, dentre os constructos objetivos para a formação da percepção de melhoria da qualidade de vida, apresentando influência maior que constructos como renda, nutrição, saúde, educação etc.

Ressalte-se que o relatório não trata de uma relação entre as famílias que passaram por programas de capacitação e seu desempenho nos grupos focais da atual pesquisa, no que tange ao tema trabalho. Trata-se de mostrar a atuação de famílias que passaram por quaisquer tipos de programas e seu desempenho no constructo trabalho. Corroborando, portanto, a ideia de que a participação das

peças ou famílias em programas sociais (qualquer um) protege e emancipa essas peças ou famílias, resgatando-as da exclusão social.

Assim, o primeiro tema tratado em todos os grupos sociais foi:

Como a participação em programas complementares auxiliou as peças ou membros da família a buscar outros serviços, processos de melhoria, caminhos de inclusão em outros espaços institucionais, além dos próprios programas complementares? Em outras palavras, quais foram as melhorias originadas pelos programas complementares.

Outro tema de destaque do primeiro relatório e que se manteve entre os principais temas também na segunda onda foi a questão nutricional. Houve diversificação do cardápio das famílias pesquisadas. Trata-se de efeito que se encontra em todos os grupos experimentais, com resultados muito parecidos. Em 75% das famílias pertencentes aos grupos experimentais houve aumento na quantidade de itens alimentares consumidos.

Não há destaque significativo entre os grupos, nem mesmo entre as famílias que participaram de programas complementares da área de Saúde e Nutrição (Grupos de Trabalho 2, 5 e 7), como mostra a tabela a seguir. Ainda de acordo com o relatório citado, “observa-se que o maior aumento no total de domicílios que recebem transferência de renda foi para a categoria frutas/verduras/legumes” (p. 154).

Tabela 5 – Escala de incremento na quantidade de alimentos consumida

Grupos e quantidade		Nenhum alimento	De um a três itens	De quatro a seis itens	De sete a dez itens	De onze a vinte itens	Mais de vinte itens
GE 1	n = 100	25,0%	29,0%	7,0%	16,0%	16,0%	7,0%
GE 2	n = 100	30,0%	16,0%	16,0%	12,0%	20,0%	6,0%
GE 3	n = 100	32,0%	24,0%	14,0%	14,0%	16,0%	0,0%
GE 4	n = 100	26,0%	21,0%	15,0%	15,0%	18,0%	5,0%
GE 5	n = 100	24,0%	18,0%	21,0%	13,0%	18,0%	6,0%
GE 6	n = 100	21,0%	21,0%	12,0%	14,0%	23,0%	9,0%
GE 7	n = 100	20,0%	21,0%	17,0%	16,0%	16,0%	10,0%
GE 8	n = 100	21,0%	18,0%	13,0%	14,0%	25,0%	9,0%
2 + 5 + 7	n = 300	24,7%	18,3%	18,0%	13,7%	18,0%	7,3%
1 + 3 + 4 + 6	n = 400	26,0%	23,8%	12,0%	14,8%	18,3%	5,3%
Média total	n = 800	24,9%	21,0%	14,4%	14,3%	19,0%	6,5%

O que interessou, nessa atual pesquisa, foi determinar os itens incorporados ao cardápio das famílias e se houve distinção entre famílias participantes de diferentes programas complementares. Essa questão foi proposta em todos os grupos.

A dimensão de análise da saúde tem vínculo direto com os grupos experimentais 2, 5 e 7, por serem grupos que participaram de programas complementares de saúde e nutrição. Um aspecto nesses grupos merece destaque. Há uma quantidade maior, ainda que modesta, de peças com cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) entre famílias que participam desses programas quando comparadas com aquelas que participaram de outros programas complementares – 79,04% contra 76,89%. Mas tanto as peças que participam de programas de saúde e nutrição quanto as que participaram de outros grupos têm um número de usuários cadastros no SUS muito maior que o grupo de controle.

O Cartão do SUS é um indicador de acesso às políticas públicas de saúde. Ainda que o tempo decorrido entre a primeira fase da pesquisa quantitativa e a atual realização dos grupos focais seja de dois anos – portanto em meio a um cenário de expansão das políticas públicas de saúde –, certamente há um diferencial entre participar de programas complementares, principalmente de saúde e nutrição, e não participar.

Assim, um dos pontos abordados nos grupos focais, formados por peças que participaram de programas complementares de saúde e nutrição, foi: em que medida a participação de programas complementares os levou a buscar os serviços públicos de saúde e qual o desempenho desses serviços?

Tabela 6 – Acesso ao Cartão do SUS

Grupo	Nº	Pessoas com Cartão SUS	%
GC	429	301	70,16%
GE1	447	343	76,73%
GE2	462	352	76,19%
GE3	449	353	78,62%
GE4	468	337	72,01%
GE5	509	416	81,73%
GE6	502	402	80,08%
GE7	527	416	78,94%
GE8	553	425	76,85%
2 + 5 + 7	1.498	1.184	79,04%
Outros GEs	2.419	1.860	76,89%

Base: peças

Ainda no campo da saúde, é pertinente voltar à questão nutricional com um tema importante: a questão da obesidade. Nota-se, em todos os grupos, nas duas ondas de pesquisa, uma alta taxa de pessoas consideradas obesas. Ou seja: com Índice de Massa Corporal (IMC) acima de 30 (IMC \rightarrow 30). Esse tema foi levado para os grupos focais com a pergunta: há, na sua família, alguma pessoa obesa? Isso é causa de preocupação ou cuidado?

A análise da dimensão educação na pesquisa também foi importante porque há grupos experimentais – 3, 5 e 6 – que participaram de programas complementares de educação e capacitação. Por esse motivo, era esperado que houvesse relação entre os inputs (programas complementares) e os outputs (melhor desempenho das famílias nessa dimensão).

Quando se examinou esses grupos, percebeu-se os pontos que mereceram investigação nos grupos focais. O primeiro que chamou a atenção foi a participação das crianças entre 0 e 5 anos na educação infantil. Na creche, a participação das crianças, dos diferentes grupos experimentais, é a seguinte:

Tabela 7 – Frequência em creche

Grupo	n	Nenhuma criança entre 0 e 3 anos frequenta creche	
		Quantidade	%
GC	56	50	89,3%
GE 1	37	35	94,6%
GE 2	51	37	72,5%
GE 3	28	21	75,0%
GE 4	28	23	82,1%
GE 5	44	30	68,2%
GE 6	17	12	70,6%
GE 7	45	26	57,8%
GE 8	30	21	70,0%
3 + 5 + 6	89	63	70,8%
Outros GEs	191	142	74,3%

Base: domicílios

Na pré-escola a participação das crianças é a seguinte:

Tabela 8 – Frequência na Pré-escola

Grupo	n	Nenhuma criança entre 4 e 5 anos frequenta pré-escola	
		Quantidade	%
GC	23	10	43,5%
GE 1	24	13	54,2%
GE 2	35	12	34,3%
GE 3	12	6	50,0%
GE 4	20	10	50,0%
GE 5	22	8	36,4%
GE 6	15	4	26,7%
GE 7	34	12	35,3%
GE 8	33	10	30,3%
3 + 5 + 6	49	18	36,7%
Outros GEs	146	57	39,0%

Base: domicílios

No primeiro caso (creches) e no segundo caso (pré-escola) observa-se que as famílias que participaram dos programas complementares de educação conseguem um índice de matrícula de suas crianças um pouco superior ao das famílias que não participam de programas complementares de educação.

Destaque-se, entretanto, que no grupo de controle dos dois casos, a matrícula das crianças na educação infantil é bem menor que nos grupos experimentais; assim, eis um dos pontos que se levou para os grupos focais: em que medida a participação em programas de educação leva maior quantidade de crianças à educação infantil?

Outro ponto importante que mereceu destaque diz respeito às informações que as famílias recebem da escola sobre o desempenho de suas crianças.

Tabela 9 – Informações escolares

Grupo	n	Recebe informações / boletim sobre todos os moradores com idade entre 6 e 15 anos	
		Quantidade	%
GC	62	51	82,3%
GE 1	74	62	83,8%
GE 2	80	64	80,0%
GE 3	84	73	86,9%
GE 4	92	79	85,9%
GE 5	85	74	87,1%
GE 6	84	74	88,1%
GE 7	84	73	86,9%
GE 8	86	74	86,0%
3 + 5 + 6	253	221	87,4%
Outros GEs	416	352	84,6%

Base: domicílios

Novamente constatou-se que as famílias participantes de programas complementares de educação têm um desempenho levemente superior aos das famílias que participaram de outros programas, mas todas têm desempenho superior aos dos grupos de controle e das famílias que não participam de nenhum programa complementar. Portanto, o segundo tema levado aos grupos focais com famílias que participaram de programas complementares de educação e capacitação foi: qual o vínculo entre o recebimento de informações sobre o desempenho de seus filhos e a participação em programas de educação e capacitação? Trata-se de uma maior cobrança, por parte dos pais, por essas informações ou são programas que disseminam essas informações e tentam, com essa estratégia, trazer os pais para dentro das escolas?

Os programas complementares aos de renda, classificados na categoria “Outros Programas Complementares” (grupos experimentais 4, 6 e 7), foram os mais difíceis de analisar por meio de questões específicas, tendo em vista a dispersão e a heterogeneidade dos temas tratados. Esses programas tampouco se destacaram por seu desempenho.

3.2.1.3. Reunião com integrantes da Seds

Também foi considerada fundamental, para a boa condução da pesquisa, a realização de várias reuniões de trabalho, com caráter exploratório, com a equipe da Seds. Esses encontros tiveram como objetivo definir melhor os temas específicos das dimensões de impacto a serem pesquisadas em profundidade.

A primeira reunião ocorreu no dia 28 de janeiro de 2011, em São Paulo, quando foram apresentados os resultados obtidos pelas pesquisas preliminares de campo e pela análise aprofundada da pesquisa quantitativa (realizada entre os anos de 2008 e 2009).

Após a apresentação dos dados obtidos a partir das pesquisas preliminares, a equipe da Seds incluiu alguns temas para serem contemplados nos grupos focais. Uma dessas preocupações era acerca da visão dos participantes sobre a não perenidade dos programas, em especial os de transferência de renda.

Esse tema em especial gerou debate entre os participantes da reunião. A equipe de pesquisa considerou temerária essa abordagem direta, uma vez que o foco do estudo eram pessoas com grandes dificuldades financeiras, e esse tipo de abordagem pode sugerir que a pesquisa visa acabar com os projetos sociais.

É importante destacar que a pesquisa foi realizada em momento de transição governamental, em especial nas esferas estadual e federal. A abordagem de tal tema poderia causar preocupação geral no grupo e inviabilizar a realização adequada dos grupos focais.

Após o debate, chegou-se a um consenso de que tal pergunta não deveria ser feita de forma explícita, mas que, de alguma forma, era importante verificar se as pessoas tinham conhecimento de que os programas de transferência de renda são ações temporárias e que visam contribuir para mudar o patamar social das famílias, para que elas no futuro não tenham mais que depender desses programas.

3.2.2. Temas abordados

Em todos os grupos focais buscaram-se informações comuns, acrescidas de temas específicos para os grupos com participantes de programas complementares de saúde, educação e outros. As questões comuns a todos os grupos são as que seguem:

- a) Verificar como os participantes chegaram aos programas sociais. Qual a fonte de informação? Qual a porta de entrada para programas? Como se inscreveram nos programas?

- b) Averiguar se os participantes são capazes de identificar de qual esfera de governo é o programa do qual participam, ou seja, se é um programa federal, estadual ou municipal.
- c) Se os participantes têm conhecimento sobre as condicionalidades para permanecer nos programas dos quais participam ou para a mudança no valor do auxílio.
- d) Examinar quais melhorias efetivas e claras que os programas proporcionaram à vida dos participantes. Devem ser citados exemplos efetivos.
- e) Verificar qual a expectativa futura sobre os programas. Como as pessoas imaginam que os programas vão contribuir para seu futuro.
- f) Verificar, na opinião dos participantes, o melhor momento para os beneficiários saírem dos programas de transferência de renda.

3.2.3. Definição dos grupos

O universo da pesquisa foi constituído de quatro categorias de pessoas pesquisadas. O primeiro era formado pelas pessoas que participaram do grupo de controle da pesquisa quantitativa e repetiram esse papel na pesquisa qualitativa. São pessoas que, apesar de terem o perfil, não participaram de nenhum programa de transferência de renda ou complementar. O segundo grupo foi constituído de pessoas que participaram apenas de programas de transferência de renda. O terceiro grupo foi constituído por pessoas que participaram de um único programa complementar, além do programa de distribuição de renda. O último grupo foi constituído por pessoas que recebem mais de um programa complementar, além da distribuição de renda.

Em reunião com técnicos da Seds, realizada em 5 de janeiro de 2011, foi definido o seguinte critério para a escolha dos participantes dos grupos focais: nos dois primeiros grupos acima descritos não haveria problemas na definição dos grupos. O primeiro, que não recebeu benefícios, e o segundo, que recebeu apenas transferência de renda, constituíram, cada qual, seu próprio grupo focal.

Ocorre que, passado tanto tempo do início da avaliação, não foram encontradas famílias inscritas nos programas e não contempladas por nenhum programa. Por esse motivo, a lista do grupo de controle foi refeita (com base em novas listagens passadas pela Seds). Sob o ponto de vista metodológico, o grupo que não recebeu nenhum benefício pode ter qualquer origem, não interferindo no resultado final.

Em outras palavras, o grupo de controle, constituído por pessoas inscritas nos cadastros sociais e não beneficiárias de programas de transferência de ren-

da, não precisa ter origem na listagem das famílias originalmente inscritas e pesquisadas pela pesquisa quantitativa. Como grupo de controle, entretanto, é necessário respeitar os critérios do perfil socioeconômico para receber um dos programas de transferência de renda e não ter sido contemplado.

Nos grupos focais experimentais (transferência de renda mais programa complementar), usou-se o critério de sorteio entre as pessoas que receberam apenas um dos benefícios, ou seja, Transferência de Renda (TR) + Saúde, TR + Educação ou TR + outros.

De acordo com a primeira metodologia acordada com os técnicos da Seds, um critério geográfico (além da divisão entre participantes da cidade de São Paulo e de outras cidades da RMSP) deveria ser adotado na montagem dos grupos focais. Primeiro deveriam ser escolhidas pessoas de uma mesma região geográfica que participaram de apenas um programa complementar, além da transferência de renda.

Esgotadas essas pessoas em região geograficamente definida, se não tivesse sido completada uma quantidade suficiente para composição de um grupo focal, a região geográfica seria ampliada e seriam chamadas outras pessoas com o mesmo perfil (mesmo que de outras regiões). Sempre respeitando, porém, o critério de ser morador do município de São Paulo ou de outras cidades da RMSP.

Somente se não fosse completada a quantidade de pessoas para a formação do grupo focal (GF) é que seriam convidadas pessoas que receberam mais de um benefício, dentre eles aquele que estivesse sendo discutido no grupo focal correspondente.

Não foi possível cumprir o critério geográfico. As pessoas da pesquisa anterior estavam muito espalhadas por São Paulo e pelas outras cidades da Região Metropolitana. Em nenhum dos casos foi possível montar um GF com pessoas de uma mesma região. Por isso, estabeleceu-se um critério de sorteio de ordem de convite e, mais de uma vez, quando não se conseguiu formar um grupo focal apenas com os participantes de um programa complementar, montou-se uma segunda lista com pessoas participantes de dois programas complementares.

Por exemplo, quando não conseguimos formar um grupo apenas com pessoas beneficiadas com programas de transferência de renda e “educação”, ampliou-se a busca para as pessoas beneficiadas com transferência de renda, mais “educação” e mais “outros programas”. Tal critério foi observado tanto para os grupos focais realizados na cidade de São Paulo quanto na Região Metropolitana de São Paulo.

Na reunião do dia 5 de janeiro de 2011, os técnicos da Seds alertaram, ainda, para o cuidado no respeito à regra de inclusão de representantes de pequenos muni-

cípios nos grupos focais. Houve atenção para tal detalhe, e a regra foi cumprida a contento.

Para definir a ordem de convite de cada família para os diferentes grupos focais foi feito um sorteio eletrônico, por meio da funcionalidade estatística do sistema MS Excel, da Microsoft, e foi definida a ordem de chamada de cada família. Essa seleção foi feita entre as famílias que compuseram cada um dos grupos experimentais da pesquisa quantitativa, isto é, a amostra do estudo quantitativo foi o universo do qual se selecionou os participantes dos grupos focais (GFs).

Entrou-se em contato com esses indivíduos, na ordem definida pelo sorteio, até atingir o número de 18 pessoas para cada grupo (sem esquecer que os grupos focais deveriam ter de 8 a 12 participantes), já antecipando que parte das pessoas faltaria ao GF apesar de confirmar a presença. As famílias foram contatadas por telefone e foi dada uma explicação do projeto, com referência à pesquisa anterior da qual as pessoas já haviam participado.

Foi ressaltada a importância da participação das pessoas e foi informado sobre o ressarcimento das despesas com condução, incluindo eventuais acompanhantes (embora ressaltando que os acompanhantes não poderiam participar do grupo focal). Também se colocou à disposição das famílias uma recreadora infantil, com espaço, lanche especial e material de recreação para cuidar das crianças, caso as mulheres convidadas não tivessem com quem deixá-las. Em todas as reuniões houve mães que levaram crianças.

Foi informado que a participação não traria nenhum benefício ou prioridade de participação em programas. Também se informou que a não participação não acarretaria nenhum dano ou comprometimento quanto à participação em programas presentes ou futuros.

Somente depois de as pessoas confirmarem sua participação (quando confirmavam), elas eram avisadas de que seria oferecido um presente como forma de agradecimento pela participação na pesquisa (sobretudo pelo incômodo causado pela necessidade de deslocamento).

Foram oferecidas três possibilidades: um kit de perfumes do Boticário, um jogo de lençóis ou a quantia de R\$ 60,00. Tanto o kit de perfume quanto o jogo de lençóis custavam R\$ 60,00. Também foi oferecido às pessoas um número de telefone para que pudessem eventualmente ligar e confirmar a veracidade das informações dadas no primeiro contato. Muitas das pessoas abordadas desconfiaram da ligação e pediram para que técnicos da assistência social ou parentes mais familiarizados com programas sociais e com o trato da questão pública nos telefonassem para confirmar a veracidade das informações dadas. Também

foi comum que pessoas, amigas das selecionadas, telefonassem se oferecendo para participar dos grupos focais.

Depois que as pessoas confirmavam sua participação, faziam-se várias ligações até a véspera da realização dos grupos focais como forma de garantir sua presença.

3.2.4. Grupos de controle

A formação dos grupos de controle teve dois objetivos: o primeiro foi estabelecer uma base de referência que permitisse a comparação com os outros grupos (chamados experimentais). A comparação entre os grupos experimentais e os grupos de controle mostraria se havia diferenças entre os participantes e os não participantes dos programas, na percepção da eficácia e da importância desses programas como instrumentos de inclusão social. A segunda preocupação foi conhecer o motivo pelo qual as pessoas dos grupos de controle não são atendidas pelos programas de transferência de renda ou complementares.

Com esses objetivos, as perguntas que foram realizadas aos grupos de controle foram variantes das perguntas gerais idealizadas pelos técnicos da Seds, obviamente adaptadas à condição de não participantes:

- a)** Verificar por que os participantes não chegaram aos programas sociais. Houve informação? Qual a porta de entrada para os programas? Como você se inscreveu no (s) programa(s)?
- b)** Verificar se os participantes são capazes de identificar de qual esfera de governo são os programas de transferência de renda e complementares, ou seja, se são programas federais, estaduais ou municipais.
- c)** Averiguar se os participantes têm conhecimento sobre as condicionantes para participar dos programas ou permanecer neles.
- d)** (não cabe).
- e)** Examinar se há expectativas dos participantes sobre uma possível participação nos programas e, em caso positivo, quais são elas. Como as pessoas imaginam que os programas poderiam contribuir para sua vida caso fossem incluídos neles?
- f)** Verificar o melhor momento para a saída dos programas de transferência de renda, na opinião dos participantes.

3.2.5. Realização dos grupos focais

Ao realizar grupos focais é possível compreender as análises de FERN (2001), de que a discussão nos grupos é fortemente afetada pela influência social, que se manifesta no indivíduo de diversas formas, como medo da desaprovação do grupo, o que comprometeria a sinceridade das opiniões.

Além disso, em contextos de discussões grupais, as pessoas comparam suas opiniões, crenças, valores, estereótipos, preconceitos e atribuições e, ao constatar inconsistência, podem assumir comportamentos mais extremados, positivos ou negativos. Para FERN, as instruções do moderador poderiam amenizar a influência social ao ressaltar a importância das manifestações individuais, contra ou a favor, assim como a inexistência de respostas certas.

Partindo deste referencial, foram iniciadas as atividades nos grupos focais pelas narrativas de vida, metodologia que contribuiu grandemente com o trabalho do facilitador na defesa da “inexistência de respostas certas ou erradas”.

3.2.6. Roteiro dos grupos focais

O resultado do trabalho e a confiabilidade dos resultados de um grupo focal recaem sempre sobre a habilidade, a competência e o rigor do pesquisador (Patton, 2002). Uma de suas tarefas é levar os participantes a se sentirem confortáveis para manifestar ideias, opiniões e experiências de forma espontânea.

Para estimular essa espontaneidade, foi preparado um ambiente acolhedor que iniciava com a recepção das pessoas que participariam dos grupos. A coordenadora de trabalho de campo, que já havia mantido contato telefônico com as mulheres, recebia cada uma delas de forma respeitosa, agradecendo pela presença.

Quando estavam acompanhadas, a acolhida era estendida aos acompanhantes. Quando as participantes levavam crianças, a monitora de recreação infantil, após a recepção inicial, iniciava atividades lúdicas com elas em local apropriado.

Quando o grupo estava completo, a moderadora convidava todos a iniciar os trabalhos e dava explicações e esclarecimentos iniciais sobre os objetivos da pesquisa, a equipe técnica presente, o objetivo da gravação, a importância da participação de todos e de outros fatores inerentes à pesquisa.

Como dito anteriormente, os grupos eram formados com base na política complementar a que todos tinham sido vinculados na primeira etapa da pesquisa quantitativa de 2008. Nas primeiras reuniões, essa informação não era transmi-

tida às mulheres participantes. Elas eram informadas somente de que estavam reunidas por terem participado da pesquisa anterior, sem, contudo, se entrar em detalhes sobre o grupo experimental a que pertenciam.

Ficava a cargo do moderador introduzir o tema específico do grupo focal: somente TR, TR + Saúde, TR + Educação, TR + Outros ou Grupo de controle (sem TR nem programas complementares) e abordar os temas específicos de cada grupo. Depois da quarta reunião, o moderador ou moderadora passou a informar que a participação ocorrera devido ao fato de elas terem participado de programas complementares específicos e quais eram esses programas ou grupos de programas. Em razão dessa alteração, foram realizados dois grupos focais além dos inicialmente previstos, contemplando duas áreas que não se repetiriam.

Além desse, um motivo complementar levou à repetição do grupo de TR + Saúde. Os técnicos da Seds julgaram, com base na leitura da transcrição do Grupo Focal de TR + Saúde, realizado com moradores da cidade de São Paulo, que os temas próprios dos programas complementares de saúde não haviam sido abordados pelo moderador. Para que não houvesse dúvida sobre a condução, foi repetido este grupo focal específico com novos participantes e novo moderador.

Depois, o moderador falava sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que entregava a todos os participantes e que em seguida lia, solicitando sua assinatura no TCLE, no caso de concordância. A moderadora esclarecia ainda que uma cópia ficaria com cada participante e outra com quem estava realizando a pesquisa. Duração da fase de apresentação e informação: cerca de 10 minutos.

O moderador convidava então todos a iniciar uma atividade de relaxamento e de integração grupal, utilizando algumas técnicas e exercícios. Duração: cerca de 20 minutos.

A terceira etapa tratava da discussão dos temas anteriormente elencados, que repetimos a seguir:

- a) Verificar como os participantes chegaram aos programas sociais. Qual a fonte de informação? Qual a porta de entrada para programas? Como você se inscreveu no(s) programa(s)?¹⁷
- b) Averiguar se os participantes são capazes de identificar em qual esfera de governo tem origem o programa do qual participa, ou seja, se o programa é federal, estadual ou municipal.
- c) Examinar se os participantes têm conhecimento das condicionantes para permanecer nos programas dos quais participam ou para mudança no valor do auxílio.

¹⁷ As questões de “a” até “f”, nos grupos de controle, foram adequadas para pessoas não contempladas pelos programas sociais avaliados.

- d) Verificar quais as melhorias efetivas e claras que os programas proporcionaram à vida dos participantes. Devem ser citados exemplos efetivos.
- e) Verificar qual a expectativa futura sobre os programas. Como as pessoas imaginam que os programas vão contribuir com seu futuro?
- f) Constatar o melhor momento para a saída dos programas de transferência de renda, na opinião dos participantes.
- g) Como a participação em programas complementares auxiliou as pessoas ou membros da família na busca de outros serviços, em processos de melhoria de vida e em caminhos de inclusão em outros espaços institucionais, além dos próprios programas complementares? Em outras palavras, trata-se de investigar quais as melhorias estimuladas pelos programas complementares.
- h) Quais foram os itens incorporados ao cardápio das famílias e se houve distinção entre famílias participantes de diferentes programas complementares.
- l) (Saúde) Em que medida a participação de programas complementares os levou a buscar os serviços públicos de saúde e qual o desempenho desses serviços?
- j) (Saúde) Há, na família, alguma pessoa obesa? Isso é causa de preocupação ou cuidado?
- k) (Educação) Em que medida a participação em programas de educação leva maior quantidade de crianças à educação infantil?
- l) (Educação) Qual o vínculo entre o recebimento de informações sobre o desempenho de seus filhos e a participação em programas de educação e capacitação? Trata-se de uma maior cobrança, por parte dos pais, por essas informações ou são programas que disseminam essas informações e tentam, com essa estratégia, trazer os pais para dentro das escolas?

3.2.7. Outros elementos importantes na pesquisa qualitativa

Depois do plano metodológico definido, estabelecendo, inclusive, as formas de seleção e convite das participantes, e após definida a forma de abordagem, recepção e tratamento delas, houve um grande aprendizado com as respostas obtidas ainda durante a fase de convite.

Os documentos internos, os depoimentos das mulheres, as conversas com as pessoas que as convidavam à participação, as dúvidas e todo o restante do pro-

cesso de realização dos grupos focais formaram uma espécie de diário de campo, que trouxe importantes elementos que se incorporaram na própria metodologia e também nos resultados do estudo.

As pessoas que participaram das reuniões têm uma história de exclusão, e essa história, obviamente, esteve presente nas manifestações observadas nos grupos focais (ou até mesmo antes disso). Seguem algumas situações ocorridas durante esse trabalho. A ideia é exemplificar o que os pesquisadores envolvidos no estudo entenderam como evidências ou sinais da chamada exclusão.

As reuniões foram realizadas num hotel no centro da cidade de São Paulo porque era o local de mais fácil acesso a todos os participantes. Aconteciam duas reuniões, sempre aos sábados; uma pela manhã e outra à tarde. As reuniões do período da manhã eram destinadas aos grupos de moradores da cidade de São Paulo. As da tarde, aos moradores das outras cidades da RMSP.

Quando as mulheres moravam muito longe ou tinham problemas de transporte, por conta da idade ou de gravidez, a equipe oferecia a contratação de um táxi para que elas fossem à reunião. A viabilização da presença da pessoa disposta a participar, na ordem do sorteio realizado, era a garantia de manutenção do critério de seleção.

Foram inúmeras as pessoas às quais se ofereceu táxi como meio de condução e que se recusaram a aceitar essa opção. Houve casos de pessoas com problemas de locomoção que só se tornaram do conhecimento dos pesquisadores no dia da reunião. As técnicas insistiam na oferta de um táxi para o retorno e muitas resistiram ou recusaram essa oferta. Alegavam que seria um desperdício.

Na sala de reuniões havia sempre uma mesa com lanches, bolachas, água, café e sucos. Em alguns grupos foi notado que as pessoas se serviam de forma contida ou até mesmo constrangida. Também se notou constrangimento em solicitar alteração da temperatura do ar condicionado, mesmo quando essa era prejudicial à saúde da pessoa.

Esses casos mostram que muitas das participantes se sentiam deslocadas no ambiente no qual foi realizado essa etapa da pesquisa. A exclusão social não se resume à falta de dinheiro nem obedece à lógica da racionalidade econômica. A pobreza é apenas um dos elementos da exclusão. A exclusão se manifesta no trato com essas pessoas, nos serviços prestados a elas por agentes públicos e privados, na falta de oportunidades e na restrição de opções ao longo de sua vida.

A equipe contratada estava orientada para tentar diminuir ao máximo qualquer possibilidade de tratamento discriminatório. Não bastava uma “isenção ou afastamento científico”, era necessário demonstrar proximidade e acolhimento na recepção das participantes dos grupos focais.

O processo de seleção, como já foi dito, insistiu na informação de que aceitar ou recusar o convite de participação nos grupos focais não teria nenhuma influência na continuidade ou na permanência nos programas de transferência de renda (ou na sua inclusão, no caso dos grupos de controle). Usou-se o argumento de que a participação seria importante para aprimorar os programas e que a participação das inscritas poderia ajudar outras pessoas.

Apesar disso, a resposta mais comum, dentre as pessoas que aceitaram o convite foi: “Nenhuma influência? Sei ... mas é melhor ir, né?”

Ainda que a equipe – das recrutadoras às moderadoras – tenha procurado agir da forma mais isenta possível, é inegável que essas pessoas representavam, na visão dos participantes, o Estado. Quando os participantes se manifestam, dirigem-se ao governo. Quando reclamam, reclamam ao governo. Quando sugerem, sugerem ao governo.

Depois de formados os grupos focais, voltou-se a ligar para algumas mulheres que haviam confirmado a presença, mas que não haviam comparecido. Não foi um procedimento universalmente adotado, mas tentou-se entender e aprimorar o processo de convite. Todas as pessoas ausentes, apesar de confirmadas, tiveram problemas efetivos que impossibilitaram sua presença.

Houve casos de mulheres que telefonaram para a empresa justificando e se desculpando pela ausência e, muitas vezes, querendo saber como havia sido o grupo focal e quais os temas tratados, inclusive sobre os problemas vividos por elas. Essas informações não foram gravadas, nem transcritas, nem analisadas, mas certamente influíram nas conclusões deste trabalho.

3.2.8. Análise dos resultados da pesquisa

A metodologia usada na análise dos grupos focais foi baseada no referencial teórico-metodológico da Psicologia Social Discursiva, com ênfase na análise das práticas discursivas (Potter; Wetherell, 1987; Spink, 1996; 1999; Potter; Edwards, 2001).

A Psicologia Social Discursiva é a aplicação de ideias da análise do discurso em tópicos de interesse em Psicologia Social. Desenvolve uma forma particular de análise originalmente elaborada por Potter e Wetherell (1987). A Psicologia Social Discursiva considera o modo como os textos e as falas são utilizados em sequências de interação, orientadas para ambientes institucionais e identidades, e postas juntas retoricamente ¹⁸ (Figueiredo, 2010).

Já as práticas discursivas, termo que advém de Michel Foucault (1996; 2000) para expressar as condições de uso de discursos, conjuntos de enunciados ou formações discursivas, possibilitam o exercício de conhecimentos que operam e instituem acontecimentos em campos estratégicos. Seu estudo não se restringe a palavras e frases ou aos significados que elas possuem, mas se volta também para a compreensão das relações de poder que perpassam os discursos e suas condições de produção.

Segundo o referencial teórico-metodológico adotado neste trabalho, a explicitação dos passos de análise constitui parte fundamental, uma vez que a escolha e o uso das ferramentas nos procedimentos de análise buscam tanto dar visibilidade ao rigor metodológico do pesquisador/analista quanto dar voz às pessoas pesquisadas, função primeira deste trabalho.

Nessa perspectiva, é relevante descrever as pessoas que participaram dos grupos focais:

- (A) Mulheres¹⁹ – apenas dois homens integraram os grupos focais;
- (B) Beneficiários de programas sociais de transferência de renda ou de programas complementares – em dez dos doze grupos realizados;
- (C) Não beneficiários – em dois grupos de controle (ou seja: somente em dois dos grupos realizados).

Nos grupos focais, os moderadores propuseram temas específicos, para que as participantes debatessem, discutissem, respondessem, esclarecessem, opinassem etc. As respostas e opiniões das participantes foram dadas em forma de narrativa, diálogo, perguntas, silêncio, debate, dicas, troca de informações e conversa. Cada participante tem relação com o lugar a que pertence – (A) ou (B) –, com a interanimação dialógica do grupo e o modo como se posicionam ou são posicionadas em relação a determinados temas no debate – chamado de posicionamento interativo-reflexivo (Davies; Harré, 1990).

Na dinâmica das conversações, temos o posicionamento interativo, ou seja, como o outro me posiciona a partir de uma fala e o posicionamento reflexivo que diz de como me posiciono em relação à fala do outro. Essa noção permite focar as práticas discursivas presentes nas relações cotidianas das pessoas, em que novos sentidos são produzidos e negociados constantemente por quem fala (speakers) e por quem escuta (hearers). (Nascimento, 2002, p. 11)

¹⁸ O autor que melhor desenvolveu a importância dos argumentos retóricos na Psicologia Social foi Michael Billig, principalmente em seu livro *Argumentando e Pensando*, publicado em 2008, sendo um dos fundadores da Psicologia Social Discursiva.

¹⁹ Conforme já mencionado na nota de rodapé 12, este estudo qualitativo optou por usar, em alguns trechos, o gênero feminino para se referir a quem participou da pesquisa – as participantes –, a fim de demarcar a presença majoritária das mulheres nos doze grupos focais (GFs), os quais contaram com a participação de apenas dois homens.

Como esperado, no início ou no encerramento de muitos grupos, houve questionamentos sobre a participação daquelas pessoas naqueles grupos. Algumas mulheres que faziam parte da turma de beneficiárias (B) manifestaram receio de perder o benefício, enquanto aquelas que faziam parte da turma de não beneficiárias (C) viam na pesquisa uma possibilidade de ampliar suas chances de serem agraciadas por algum programa, mesmo tendo sido informadas, no convite, que sua participação ou recusa não teria efeito nenhum sobre sua inclusão ou exclusão de qualquer programa.

Pode-se localizar de onde essas pessoas falam e a quem endereçam suas falas: beneficiárias e candidatas a beneficiárias têm suas falas endereçadas ao governo ou àquele que é visto como “representante do governo”, no caso, o moderador.

A noção de endereçamento é importante quando se trata da análise de práticas discursivas, ou seja, da linguagem em uso, pois se compreende que nossas falas são sempre endereçadas a alguém e produzidas em contextos diferentes. Assim, na interação face a face, na interanimação dialógica²⁰, que acontece no grupo entre todos (as) os (as) participantes (incluindo moderador (a), observador (a) e, às vezes, até equipe de gravação), a fala é sempre endereçada a alguém.

3.2.9. Procedimentos de análise

Os grupos focais (GFs) foram conduzidos por um total de quatro moderadores: Dra. Vanda Lúcia V. do Nascimento (6 GFs), Ms. Marli de Oliveira (4 GFs), Ms. Pedro Paulo Viana Figueiredo (1 GF) e Ms. Bruna Barreto de Souza (1 GF), sendo que três deles – Vanda, Pedro e Bruna – integraram também a equipe de pesquisadores que realizaram a análise.

Todas as reuniões dos grupos focais foram gravadas em áudio e transcritas por equipe especializada. A equipe de analistas recebeu os CDs com áudio e transcrição integral (degravação) de cada um dos 12 grupos realizados.

Na análise dos grupos focais realizaram-se as seguintes etapas:

1ª) Numeração dos grupos. Foi dada uma numeração para cada grupo focal, de acordo com a data, o período de sua realização e respectivo foco, conforme demonstrado na tabela a seguir.

É importante destacar a existência de dois tipos de grupo: dez grupos experimentais e dois grupos de controle, que receberam tratamentos levemente distintos, conforme explicado mais adiante.

²⁰ Foi Mikhail Mikhailovich Bakhtin quem propôs o termo “interanimação dialógica”, entendida como o processo que acontece numa conversação, em que os enunciados (um elo em uma corrente de outros enunciados, na cadeia de comunicação) de uma pessoa são endereçados a uma ou mais pessoas (Spink; Medrado, 1999).

10 – Realização dos grupos focais

DATA	PERÍODO	Nº do Grupo	FOCO do GRUPO
05.02.11	Manhã	G1	Transferência de Renda e Outros (SP)
05.02.11	Tarde	G2	Transferência de Renda e Saúde (SP)
12.02.11	Manhã	G3	Transferência de Renda e Educação (SP)
12.02.11	Tarde	G4	Transferência de Renda e Educação (CIDADES)
14.05.11	Manhã	G5	Transferência de Renda (SP)
14.05.11	Tarde	G6	Transferência de Renda e Saúde (CIDADES)
04.06.11	Tarde	G7	Transferência de Renda e Outros (CIDADES)

2ª) Transcrição integral (TI). Foi feita a transcrição do material gravado durante a realização do grupo focal. Durante a gravação, há uma pessoa de apoio ao moderador/facilitador que identifica as pessoas que falam, para, mais tarde, durante a análise efetiva, reconhecer cada participante.

3ª) Transcrição sequencial (TS). Foi desenvolvida com o objetivo de identificar temas ou categorias para a construção do mapa dialógico (ver adiante, item 4ª). Foi feita a partir da escuta do áudio de cada grupo. Na transcrição, o analista busca, de forma simples e sintética, identificar quem fala, para quem fala, a sequência em que cada participante fala e os assuntos/temas presentes. Com o uso dessa primeira ferramenta realizou-se a identificação:

- a)** dos participantes dos grupos. Em alguns casos não foi possível reconhecer devidamente quem falava, mas a transcrição sequencial possibilitou preencher várias lacunas, identificando as falas nos diálogos, na interação social. Nesses casos, os participantes foram identificados como “Pni” – pessoas não identificadas – mantendo-se a ordem em que aparecem na transcrição integral, ou seja, Pni1, Pni2 etc.;
- b)** das pessoas envolvidas em cada trecho de conversa;
- c)** da ordem das falas;
- d)** dos assuntos abordados, mais debatidos, menos discutidos e, consequentemente, que mais mobilizaram os participantes.

A transcrição sequencial permitiu também perceber quando se tratava de um diálogo ou narrativa, de uma informação mais embasada ou de apenas uma opinião. Após a escuta das falas dos participantes, as linhas das transcrições integrais foram numeradas para uso na transcrição sequencial.

Para síntese das falas e dos temas da TS, elaborou-se um quadro com três colunas, que correspondem respectivamente: **1ª)** à linha de localização na transcrição integral (L); **2ª)** ao participante que fala – identificado por P (participante) ou M (moderador), de acordo com a TI; **3ª)** ao tema em torno do qual ocorre o debate.

Quadro 1

Modelo de quadro de transcrição sequencial

L	Quem fala	Tema

Para os dez grupos experimentais, além da TS de cada um dos grupos, foi elaborado um quadro com os temas mais comuns a todos os dez grupos e outro para os dois grupos de controle, para obter uma melhor definição das categorias que deveriam ser usadas nos mapas dialógicos e na discussão das informações pesquisadas (Quadro 2).

Quadro 2

Modelo de quadro dos temas das transcrições sequenciais nos grupos

Categoria	Descrição	Grupos

4ª) Elaboração do mapa dialógico (MD). É um recurso que possibilita dar visibilidade aos temas mais relevantes identificados na análise de um grupo, às diversas vozes presentes e aos argumentos, narrativas, diálogos e jogos de posicionamentos. A partir da identificação dos temas na transcrição sequencial e da leitura da transcrição integral (TI), e em consonância com os objetivos da pesquisa, foram definidas categorias para a elaboração do mapa, que foi dividido em colunas (temas) e linhas (falas ou diálogos sobre temas copiados da TI).

O mapa dialógico é composto de várias colunas. A primeira (L) identifica a linha em que a manifestação começa na transcrição integral. A segunda coluna identifica o grupo em que a manifestação se encontra e a pessoa que se manifestou (GxPx). As colunas seguintes são as categorias temáticas. Essas categorias foram identificadas com base na própria manifestação dos participantes dos grupos focais.

É por esse motivo que os temas saúde e educação aparecem no mapa dialógico como equiparados a outros temas. Saúde e educação aparecem em todos os grupos focais, independentemente de terem sido abordados pelos moderadores. Dos doze grupos focais, seis trataram desses temas (três sobre transferência de renda e educação e três sobre transferência de renda e saúde).

Quadro 3

Modelo de mapa dialógico dos grupos experimentais

MAPA DIALÓGICO									
L	GxPx	Acesso aos programas	Sobre os critérios	Benefícios dos programas	E o futuro?	Sobre os programas e Governo	Saúde	Educação	Sugestões

Quadro 4

Modelo de mapa dialógico dos grupos de controle

MAPA DIALÓGICO							
L	GxPx	Acesso aos programas	Sobre os critérios	Benefício do benefício	E o futuro?	Sobre os programas e Governo	Sugestões

Para a construção de cada mapa, foram realizadas leituras das transcrições integrais e recortes guiados pelas categorias selecionadas (como indicado nas colunas nos Quadros 3 e 4), respeitando sempre a ordem em que as falas e os diálogos aconteceram ao longo da conversa sobre os temas focais.

Com a conclusão dos mapas dialógicos, deu-se continuidade ao processo analítico, discutindo as informações pesquisadas, embasados no referencial teórico-metodológico da Psicologia Social Discursiva e norteados pelo Plano Metodológico, mais especificamente pelos objetivos e pelas questões específicas referentes aos programas.

4.

ANÁLISE DOS GRUPOS FOCAIS

4.1. Acesso, permanência e exclusão nos programas

Essas categorias temáticas dizem respeito à análise das respostas dos participantes sobre o modo como acessaram os programas – tanto os de Transferência de Renda (TR) como os Complementares – e se os participantes conheciam os critérios de inclusão ou exclusão de um programa específico, incluindo aqueles contemplados para permanecer no programa.

Para melhor compreensão dessa categoria temática, ela foi subdividida em seis subcategorias, que serão mais bem detalhadas a seguir:

1. Modo de inscrição para ingressar em determinado programa: local em que se inscreveu e quando, para qual benefício etc.;
2. Fonte de informação de que dispunham sobre os benefícios: como recebê-lo, onde acessá-lo etc.;
3. Programas ou cursos de que puderam participar em razão do benefício que recebem;
4. Conhecimento dos critérios de inclusão de um benefício;
5. Conhecimento dos critérios de permanência de um benefício;
6. Conhecimento dos critérios de exclusão de um benefício.

4.2. Ingresso nos programas e as fontes de informação

As pessoas relataram que conseguem acessar os programas em diferentes locais e com representantes do poder público de diversas esferas, tais como: centros de juventude, escolas, postos de saúde, CRAS, prefeituras do município em

que residem, assistentes sociais que visitam as comunidades etc. A seguir, a transcrição de alguns trechos de diferentes grupos para ressaltar a diversidade de locais a que as pessoas recorreram ou como foram acionadas para se beneficiarem de determinado programa.

Centros da Juventude

G1P1 - (...) dizem que eu estou cadastrada, que eu recebo desde 2006, mas não é. Eu comecei a receber em 2008, entrei naquele programa lá do Bolsa Família para me inscrever e tudo. (...) todo mundo da minha rua passou, menos eu (...) o meu filho B. foi num tal de CJ, que é um tal de Telecentro que tem lá e ele deu os dados.

G1M1 - CJ é lá na tua comunidade?

G1P1 - Minha comunidade, onde eles fazem curso de computação, essas coisas todas. Aí chegou cartão para mim, sem mais nem menos, um cartão do Bolsa Família, e aí eu comecei a receber. Desde 2008.

Assistência social ²¹

G1P3 - O meu foi que o pessoal estava passando lá nas casas e estavam fazendo essas perguntas. Aí depois chegou o cartão em casa.

G1M1 - E você sabe quem é o pessoal?

G1P3 - Não.

G1M1 - Quem cadastrou?

G1P3 - Não sei nem o nome lá do...

G1M1 - Do governo, da empresa...

G1P3 - Ela ia fazendo as perguntas, entrava na casa das pessoas.

G1P4 - Eu recebo Bolsa Família, passaram na porta de casa pegando os nossos dados e foi [incompreensível]. Recebo desde 2008.

G1P5 - No meu caso também (...) passaram na porta de casa. Na época que fiz o cadastro essa minha filha mais velha estava separada do meu genro há 3 meses.

G1P8 - O meu também é o Renda Mínima. Ação Família, na época, foi em 2008, passava nas casas, e como eu tinha acabado de ganhar o J. e ele era lactante, eu fui ver se me encaixava em algum programa, e quando foi em outubro de 2008 eu comecei a receber.

²¹ Não se sabe quem fez os cadastramentos domiciliares relatados pelas depoentes. A atividade pode ter sido realizada por assistentes sociais ou por cadastradores sem formação profissional específica. Definimos essa categoria como "Assistência Social" por ser uma atividade típica da política pública de assistência social.

Escola

G1P7 - Eu fui na escola, estava fazendo o cadastro (...), aí, com uns 2 meses, mandaram me avisar para pegar o cartão (...), depois mandaram um cartão do Bolsa Família, eu recebi acho que, mais ou menos, 1 ano, aí, no ano passado, também cortaram, aí só recebo o Renda Mínima.

G2P7 - Mas você vai fazer no posto de saúde? Porque estava fazendo no posto.

G2P8 - Esse daí, a primeira vez que eu fiz foi na escola.

G2P7 - Tem gente que fez no posto, tem gente que fez em casa, tem gente que fez na escola (...)

G5P2 - Eu fiz na escola o programa Renda Mínima e o restante dos programas.

Posto de Saúde

G7P5 - Eu fiz minha inscrição do Bolsa Família no posto de saúde, demorou 2 meses e eu comecei a receber

Prefeitura

G8P2 - Eu fui, pegava o leite na prefeitura porque eu tinha as criança pequena, lá mesmo eles me indicaram para mim se inscrever no bolsa família.

G8M - Você se inscreveu lá mesmo?

G8P2 - Foi na prefeitura mesmo, na época que eu fiz foi dentro da prefeitura mesmo.

Assistência Social (CRAS)

G11P6 - O meu foi através do CRAS que eu fiz, muita gente perto da minha casa estava fazendo, uma sobrinha minha fez e falou para mim fazer o cadastro. Daí eu fui tentar ver se eu fazia o cadastro porque no tempo meu marido não era registrado, não trabalhava registrado. Daí fui e consegui fazer o cadastro. Daí falou que se eu fizesse o cadastro, depois de um tempo eles ia na casa para ver se a pessoa precisava mesmo, né? Daí eu pensei que demoraria, foi até rápido o meu.

As experiências relatadas nos grupos de controle corroboram as informações dadas nos grupos experimentais: não há distinção de acesso entre os dois perfis (contempladas e não contempladas).

No grupo de controle G12:

G12P6 - Eu tenho filhos, né? Depois que eu sofri o meu acidente, eu vim para cá, consegui a minha prótese, graças a Deus, né, e estou tentando de novo entrar no benefício. (...) Eu me inscrevi no CRAS. Eu fui lá, a moça falou: não, você tem direito. Aí eu fui no CRAS, fiz a inscrição, a moça falou: olha, você vai ter que ir no outro CRAS de Suzano para estar transferindo meu cartão para Suzano. Aí eu estou esperando.

G12M - E você sabe dizer assim, tempo de inscrição? Quanto tempo você está inscrita assim no programa?

G12P6 - Olha, demorou bastante para eu, porque eu fiquei assim, eu não vou, sabe, eu não ia conseguir...

G12M - (...) você também está inscrita?

G12P1 - No Bolsa Família (...) Eu participei de uma reunião, né (...) Lá em Suzano, no bairro mesmo. Aí falaram para eu ir no CRAS de Palmeiras fazer a inscrição. Aí eu fui e fiz a inscrição, recebi um número e falou para eu estar sempre entrando em contato e dar aquele número de inscrição, já vai fazer 3 meses também, está sempre ocupado. Aí já vai para 3 meses que eu estou esperando que saia alguma coisa, mas ainda não saiu nada.

No grupo de controle G10:

G10M - Você fez a inscrição onde?

G10P3 - Eu fiz lá no Edifício Nacional, que tem em frente ao fórum de Suzano.

G10P6 - É. Nós fizemos no CRAS que é...

G10P3 - Eu sei, na Portugal Freire.

G10P6 - Isso.

G10P2 - Do Bolsa Família foi uma mulher na minha casa com um livro, não era nem uma folha só, ela fez 1 milhão de perguntas, ela visitou a minha casa, a casa da minha mãe que é na frente, ela viu tudo, perguntou quais os gastos que eu tinha com a minha família, quais os benefícios que ela tinha e parou, nunca mais tive contato e eu também não fui atrás, porque eles falaram que entrava em contato.

Algumas das pessoas que participaram dos grupos souberam da existência de um programa de interesse em um espaço diferente do que usaram para acessar o programa em si, como se pode conferir no trecho abaixo, destacado do G5:

G5P5 - Fiquei sabendo na escola (...). Em 2008 estava passando na rua onde eu moro, estavam fazendo a pesquisa²² e fizeram. Depois que fizeram a pesquisa e entraram na minha casa que comecei a receber. Aí já tinha meus outros dois.

Ou seja, o conhecimento da existência de um determinado programa não implicava necessariamente conhecimento dos critérios para ingresso no programa, do qual muitas vezes julgavam-se excluídos, a priori. No exemplo anterior, a participante diz que já conhecia o programa através da escola, mas só se inscreveu quando agentes recrutadores passaram em sua casa e a inscreveram.

Houve casos de participantes contemplados com diferentes benefícios ao longo dos anos, saltando de um programa para outro, conforme se alteravam ou fossem sendo extintos:

G8P7 - Quando eu conheci, na época era Bolsa Escola e foi na escola mesmo que eu fui chamada quando matriculei minhas filhas na escola. A L. estava no pré e o L. já foi para a 1ª série. A escola mandou bilhetinho que a gente comparecesse na escola com os documentos, e daí, lá mesmo já fez a inscrição. Daí marcou uma data, eu recebi o cartão da Bolsa Escola. Foi no ginásio, ele foi inaugurado e o prefeito foi lá dar o cartãozinho para a gente. Foi assim e até hoje eu recebo, agora é Bolsa Família.

G8M - Então você já tinha desde o Bolsa Escola.

G8P7 - Já, meu filho tinha 6 anos, hoje ele tem 16.

G8P6 - Eu recebi o Renda primeiro.

G8M - Renda Mínima ou Renda Cidadã?

G8P6 - Renda Cidadã, daí uma colega minha foi lá, chamou e fui fazer inscrição... Casa Comunitária que tem lá no bairro, daí eu consegui, fiz 4 meses e depois veio o cartão do Bolsa Família.

No trecho do G11, a seguir, percebe-se que o modo de acesso ao benefício dos programas relatado pela participante ocorreu de modo diferente daqueles já citados:

22 Devido à dinâmica criada pelo ambiente dos grupos focais, em que foi explicitado que aquela era "uma pesquisa que complementava uma pesquisa anterior", muitas vezes as participantes chamam de "pesquisa" a entrevista ou visita domiciliar que foi realizada com elas para participarem dos programas.

G11P3 - Eu comecei pegar o Renda Mínima que foi com negócio da pesagem. O meu foi na igreja católica que eles fazia todo mês a pesagem.

G11M - Daí pesagem é sua ou da sua filha?

G11P3 - Minha filha.

G11M - Você lembra há quanto tempo esse trabalho começou, por exemplo?

G11P3 - Eu acho que tem uns 4 anos.

G11M - E esses 4 anos você está no Renda Mínima.

G11P3 - Não, agora estou no Bolsa Família, fiquei no Renda dois anos e daí fiz Bolsa Família.

Foi através da vizinha, que trabalhava na Pastoral da Criança, organização ligada à Igreja Católica, que a participante conseguiu participar da pesagem de crianças e acompanhamento nutricional da Pastoral e obter informações para se inscrever no Programa Renda Mínima, como se pode ver na continuação do trecho anterior com base nas perguntas da moderadora:

G11M - A partir dessa participação você fez aonde? Por onde começou? Tem algum lugar que você participa de atividades sociais.

G11P3 - Eu ia na reunião que tinha todo mês.

G11M - E você fez a inscrição lá, eu estou te ajudando porque estou tentando acompanhar seu raciocínio. Você participava lá e tinha palestras que a F. já falou, também tinha palestras. E como você, quem falou para você que então você está aqui nas palestras e vai para pesagem do seu filho. Como foi a passagem?

G11P3 - Foi minha vizinha que trabalhava na pastoral, daí eu comecei pensar e me inscrever.

Uma das hipóteses de acesso aos programas sociais é a de que eles beneficiam pessoas mais articuladas na comunidade, política ou socialmente. Haveria, segundo essa hipótese, um privilégio para essas pessoas – que por sua capacidade de articulação necessitariam menos de programas sociais do que outras menos articuladas.

Contudo, tomando-se como base os depoimentos colhidos, essa hipótese não se sustenta. Os programas sociais aparentemente atingem a todos indistintamente. Tanto os mais quanto os menos articulados socialmente.²³

23 Para refutar completamente essa hipótese, teríamos que fazer uma pesquisa somente entre os não inscritos nos programas.

As portas de entrada para os programas de transferência de renda são múltiplas, institucionalizadas ou pessoais. O público-alvo é procurado em sua residência, indicado pela escola, pelos CRAS, por entidades assistenciais benemerentes, por programas de inscrição etc.

Como se pode observar adiante, por vezes essas fontes são cruzadas, apresentando maior ou menor grau de institucionalização, fazendo com que inscritos nos programas acessem outros programas complementares e programas complementares indiquem programas de transferência de renda. Além dessas entradas, as pessoas interessadas procuram as instituições capazes de incluí-las nos programas, a exemplo do que é mostrado no próximo tópico.

Não se distinguiu diferenças de informação nem no acesso aos programas entre os grupos experimentais e os grupos de controle. Ambos compartilham do mesmo tipo de conhecimento.

4.3. Fontes de informação

No que diz respeito a informações sobre como procurar os benefícios, as pessoas da vizinhança e as amigas estavam entre as mais mencionadas:

G1P4 - Eu fiquei sabendo pelo vizinho que estavam fazendo o cadastramento... cadastrando as pessoas para receber esse benefício quem não tinha salário, né, quem estava desempregado. (...) aí deram o endereço no Parque Dom Pedro, aí fui lá com minha mãe, um monte de pessoas de onde a gente mora e fizeram o cadastro.

G4M - Como vocês sabem das informações de como procurar Bolsa Família, de como procurar cursos? Como ficam sabendo?

G4P2 - Através dos vizinhos, passa na televisão.

G6M - (...) para chegar ao serviço o fato de vocês participarem, estarem nos programas aí dos benefícios do governo? Como é isso?

G6P1 - (...) eu consegui através de uma amiga que eu conheci pela internet, ela me colocou num programa que saiu agora, você faz a inscrição naquele Emprega São Paulo, aí você faz um curso...

G8P8 - O meu foi minha sogra, que hoje Deus põe ela no lugar que ela merece porque ela foi muito boa para mim. Foi ela que pediu para mim fazer, só que nós fizemos junto, ela conseguiu pegar e eu não. Daí, depois fui para o plano Renda Cidadã e pegava a Renda Cidadã. Depois que saiu a Bolsa Família, eu cancelei o Renda Cidadã e fiquei só com a Bolsa Família. Mas foi indicado pela minha sogra.

G8P3 - Eu foi uma vizinha que pegava Bolsa Família e me indicou, falou para ir na assistente social.

G8M - E assistente social de onde?

G8P3 - De Cajamar, daí ela me indicou para ir lá e eu fui. Como eu sou separada, já vai fazer três anos.

G8M - No caso foi num CRAS?

G8P3 - Isso, no CRAS.

G11M - (...) Como vocês acessam o programa?

G11P2 - Eu foi minha vizinha que falou e eu fui lá e consegui.

G10M - (...) Eu tinha perguntado como vocês ficam sabendo dos programas.

G10Pni1 - O acesso é mais o boca a boca mesmo.

G10P3 - Mas você sabia que a melhor propaganda é o boca a boca mesmo, a gente fica sabendo rapidinho.

Como se pode perceber pelo último trecho, nos grupos de controle as fontes de informação sobre como acessar os programas são semelhantes aos relatados em outros grupos.

Por exemplo, no G10, a vizinha também foi mencionada com fonte de informação para o ingresso nos programas. Outra fonte de informação mencionada, no G7 e no G11, foram anúncios sobre o Bolsa Família que passaram na televisão:

G7P1 - Eu soube porque devido a tanta divulgação do Bolsa Família na época, fiz várias inscrições, nunca tinha sido chamada.

G7M - Divulgação aonde?

G7P1 - Pela televisão, pelo comentário do pessoal, porque na época não existia o CRAS ainda, quando começou Bolsa Família (...), e era meio que restrito, a gente via na televisão, em rádio, na própria propaganda política a gente ouviu muito. Então fiz várias vezes inscrição e nunca tinha chamado (...).

G11P4 - (...) Depois do Renda Cidadã aí que eu fui para o programa do Bolsa Família, mas, no caso, tudo foi assim, eu consegui da assistente social. Se eu acho que tivesse chegado até lá eu não ia ficar sabendo.

G11M - Essa assistente social saiu da onde?

G11P4 - Ah, a assistente social, no caso, eu vi falar da televisão, e fui procurar aonde era a assistente social do meu município.

G11M - E você encontrou ela aonde?

G11P4 - No meu bairro?

G11M - Você encontrou na igreja, no posto de saúde, encontrou ela aonde?

G11P4 - Eu vi pela televisão que tinha assistente social, se a pessoa precisasse de alguma ajuda. Eu fui até a prefeitura e me falaram do endereço: é tal, daí cheguei até lá, de lá que tudo começou.

A multiplicidade de informações é relatada em outros grupos:

G4P6 - Quando esse colega meu me levou para fazer o cadastro, eu falei isso para a assistente social e ela falou “não existe isso”. Ela me perguntou quem tinha me falado, falei que liguei no 156...

G4M - Como vocês souberam do 156?

G4Pni1 - O pessoal fala “qualquer sugestão, qualquer reclamação, liga no 156 da prefeitura”.

G4P2 - Mesmo ligando no 156, elas não explicam, não falam direto.(...)

G9P8 - Eu acho que a Bolsa Família não tem nada a ver com a idade porque tem vizinhos meus já de idade, de 18, 20 anos, que pega o benefício Bolsa Família, até mais do que eu que tenho filho.

G9P9 - Por exemplo, se cortar, você liga no 156 e eles informam para você que é por causa da idade. Mas isso acontece.

No grupo de controle G12, as pessoas reclamaram que as informações sobre os programas não eram passadas para a população de modo satisfatório, sendo por esse motivo, ou por não haver pessoas que pudessem informá-las corretamente, que elas encontravam mais dificuldades para acessar os benefícios.

Os trechos a seguir ilustram esse fato. O primeiro é um diálogo que aconteceu quando as participantes discutiam as informações do programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Já o segundo é uma narrativa de indignação sobre não conseguir obter uma informação adequada quando se é da “população carente”:

G12P6 - Eu creio da maneira que veio esse projeto, né, ele não passou com clareza para o povo, você está entendendo? Porque se fosse para cadastrar, pegar cachorro, papagaio, todo mundo cadastrava, entendeu? Ah, é do governo, eu tenho direito, eu sou cidadão, tenho direito de me cadastrar, entendeu? Então assim, se você me perguntar o que é, eu não sei, entendeu? Fui, me cadastrei porque eu tinha direito, disseram que eu tinha direito, eu fui e me cadastrei. Mas se você me perguntar o que é, para que serve, eu estou mentindo se eu falar, entendeu? Então assim: eu acho que da maneira que o governo está passando certo tipo de programa não está tendo informativo, comparo com o povo.

G12P2 - Eu acho que precisa ter um pouco mais de clareza sim.

G12P1 - Informação, né?

G12P2 - Exatamente. Informação. Eu tenho uma vizinha lá. Está saindo, vai pegar a chave da Minha Casa Minha Vida, né, ela se inscreveu há pouco tempo e já vai pegar.

G12P3 - Mas o que falta na população é pessoas qualificadas para dar as informações. As pessoas sabem que elas se qualificaram para trabalhar com o povo e a pessoa não informa o povo. Você chega lá, vai pedir, você chega no posto de saúde... Centro de saúde é a mesma coisa. Se você chegar na prefeitura é a mesma coisa. Em qualquer lugar que você vai, ali você não tem uma informação correta do que você foi procurar. Se você não brigar... Chama a reportagem? Tudo acontece assim num passe de mágica. Porque o povo não sabe trabalhar com a população carente mesmo. (...) Sabe que a população é carente, se você foi ali é porque você quer uma informação. Você não vai largar o seu serviço e vai lá no médico para brincar. Ai, doutor, eu acho que dói aqui. Eu mesma não vou. Aí você vai falar com a enfermeira e ela vai falar se você precisa ou não passar no médico (...) Eu sei que é difícil trabalhar com a população, muito difícil porque têm pessoas muito carentes que você fala A e eles interpretam o B, o C e muito mais. É difícil. Mas eu acho que se você perder dez minutos do seu tempo explicando para uma pessoa exatamente o que ela tem que fazer quando ela precisa realmente, o seu dia não vai se perder com isso.

As informações têm o mesmo padrão das portas de entrada dos programas (sua multiplicidade, variedade e heterogeneidade). O problema maior é a lacuna que se verifica na rede institucionalizada – pública ou privada – acessada pelos usuários dos programas. Essa falta de informação sobre os programas é um problema que acompanha os usuários da inscrição ao desligamento.

A falta de informações apareceu na pesquisa desde as entrevistas preliminares. As pessoas conhecem muito pouco sobre os critérios de inclusão, sobre as

condicionalidades de permanência e sobre as regras que definem o término dos programas de transferência de renda. Em outras palavras, as informações são desconstruídas, nem sempre verdadeiras e acessíveis, e muitas vezes vindas unicamente através de conhecidos e vizinhos.

Isso não seria problema se houvesse uma fonte confiável de informações que se transformasse em referência para todos os usuários. Mas, pelo relato dos participantes, até mesmo as instituições públicas ou privadas, que deveriam dispor de informações corretas, não as têm.

É digno de nota que apenas em 2 dos 12 grupos – G4 e G9 – alguns participantes relataram conhecer o número 156, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, como fonte de informação, ainda que com ressalvas sobre sua eficiência.

4.4. Programas complementares e cursos acessados via benefício

As formas de as participantes acessarem diferentes programas complementares são múltiplas e cruzadas, quer através de informações no próprio local de inscrição, quer cumprindo condicionalidades dos programas de transferência de renda. Há também um aspecto cruzado interessante, quando a condicionalidade é participar de reuniões e palestras nos CRAS e também em outros locais que cadastram e apoiam a população participante dos programas de transferência de renda. Esses lugares passam a ser fonte de informações para outros programas e cursos.

Durante os grupos focais, foram presenciadas diversas manifestações de pessoas que conhecem e participam dos programas e cursos oferecidos, algumas exemplificadas nesta e em outras partes deste relatório, mas cujo conhecimento não significa necessariamente o usufruto desses cursos e programas. A seguir, exemplo de uso dos mesmos:

G1M1 - Então, o que eu vou percebendo assim, né, que vocês vão falando, por exemplo, do programa e a parte da questão do recebimento e fazendo parte de alguns dos programas, teve essa oportunidade, a possibilidade do curso e tudo mais, né? E pensando um pouco na região de vocês, que todo mundo foi comentando na apresentação, por exemplo, da família, agora com relação à questão dos programas, estou pensando um pouco, que aí acho que tem a ver um pouco com nosso foco também, a questão dessa circulação de vocês no território, na comunidade de vocês, vamos

pensar na comunidade de um modo geral. O que tem de serviço perto de cada um? Quais são os serviços que tem ali na comunidade de vocês?

G1P1 - Você fala a respeito da assistência social?

G1M1 - Educação, assistência social, o que vocês forem lembrando que tem de serviço ali. Não de serviço de emprego, serviços assim a serem acessados que nem curso ou CJ, que nem você falou.

G1P1 - Tem CJ, tem Telecentro, tem um posto de saúde.

G1P2 - Perto da minha casa tem o CEU da Jacu Pêssego, tem bastante... tem natação, tem várias coisas.

No trecho desse grupo (G1), que tinha como foco “Transferência de Renda e Outros Programas”, as pessoas apontaram os serviços que existiam nas proximidades de sua comunidade, tais como Centros da Juventude (CJ) e Centros Educacionais Unificados (CEU). O conhecimento desses centros, entretanto, não implicou na participação dessas pessoas nas atividades oferecidas.

A participante G1P1 relata que seu filho participava do Telecentro no CJ de sua comunidade, que, como visto anteriormente, foi o local que lhe possibilitou acesso ao Bolsa Família. Por sua vez, a participante G1P2 fala que tem o CEU próximo de sua casa, mas não relata se acessa o serviço.

No trecho a seguir do G2, que tinha como foco “Transferência de Renda e Saúde”, percebe-se que as pessoas relatavam utilizar os serviços presentes nas suas comunidades ou arredores:

G2P5 - Na minha tem uma Ação Família. Eu gosto muito do Ação Família. Não sei se vocês aqui conhecem o Ação Família. Têm palestras toda quinta-feira, toda segunda-feira, muito bom. Ensina bastante coisas, fala bastante coisa assim....assistente social...(…), e lá ele recebe as pessoas assim do bairro, muito bom.

G2M - Ação Família é um programa do governo? O que é o Ação Família?

G2P5 - É um programa do governo, não sei se vocês conhecem.

G2P1 - Eu já participei, achei legal isso.

G2P5 - Muito bom, muito legal.

G2M - Nas outras regiões tem?

G2Pni1 - No meu bairro ainda não chegou.

G2P2 - Bom, o meu eu desenhei a escola, o prezinho, fizeram agora para a criança e ponto de ônibus novos também, que não tinha, era longe.

G201 - Eles têm Ação Família?

G2P2 - Lá tem também o Ação Família.

G2M - Você faz parte do programa?

G2P2 - Faço.

O Programa Ação Família é uma iniciativa da prefeitura Municipal de São Paulo, desenvolvida em parceria com entidades beneficentes da cidade. A moderadora pergunta acerca da existência do programa em outras regiões, que G2Pni1 diz não ter chegado ao seu bairro, e G2P2 traz o desenho que fez como modo de falar sobre a existência do programa em seu bairro, apontando as inovações proporcionadas por ele.

A interação continua a seguir, em que a participante G2P4 fala da inexistência do programa em seu bairro, mas menciona os serviços de que dispõe em sua comunidade:

G2P4 - (...) Esse programa que ela falou não tem lá e a gente tem uma escola de futebol lá, uma escolinha de futebol que faz parte do Pinheirinho D'água, um parque que foi feito há pouco tempo, um projeto que já vem há muitos anos, mas só foi feito agora há pouco.

G2P4 - (...) Essa Ação Jovem não tem lá. Um lugar que as crianças possam durante a semana estar se divertindo, brincando, até mesmo para não estar na rua, não tem, e a gente tem que falar das coisas boas, mas falar das coisas ruins também, o que o bairro não oferece, e lá não oferece nada disso, nem uma Ação, nem uma associação para ajudar essas crianças que necessitam, que são muitas que ficam na rua quando as mães precisam ir trabalhar. Nada do governo chegou lá. As pessoas recebem o Renda Mínima e é só o que o governo, a prefeitura ajuda o nosso bairro, com isso. Não tem nada para mulheres, adolescentes que engravidam e não tem recursos nenhum, não tem nada.

A participante reclama da falta de programas que as crianças possam frequentar durante a semana, da inexistência de algo específico para mulheres ou adolescentes grávidas, comentando que só o Renda Mínima não seria suficiente. É seguida pela participante G2P3, que logo na sequência fala sobre as coisas que existem em seu bairro, que também não é contemplado pelo Ação Família, e fala da existência do Circo Escola:

G2P3 - O meu bairro tem igreja, tem condomínio... só que na Ação, como se diz, da prefeitura, não tem nada. A única coisa que tem, só que nunca tem vaga, é o Circo Escola, que é na Vila Penteadado. Nunca tem vaga. Você

vai lá e nunca tem. E tem a Renda Mínima, que eu pegava, mas não pego mais porque cortaram minha Renda Mínima.

Em seguida fala G2P7, que menciona atividades desenvolvidas num CEU próximo de sua casa que frequenta há quatro anos:

G2P7 - Lá perto de onde eu moro tem o CEU, que é bem próximo. Já faço há quatro anos atividades [incompreensível] (50:18), faço caminhada, ginástica, participo de bastante coisa e lá também tem bastante benefícios assim para as crianças, entendeu?

No trecho a seguir, a participante G6P1 informa como fez a inscrição em cursos através do Emprega São Paulo. Esse programa, ao contrário do que a participante informa, não está vinculado a programas de transferência de renda e se aplica a qualquer cidadão residente no Estado:

G6P1 - Para você fazer o curso você tem que se inscrever no Emprega São Paulo

G6M - Emprega São Paulo é do estado ou do município?

G6P6 - Do estado. Mas você tem que acessar pela internet, aí você se inscreve. A família tem que ter uma renda que nem do Bolsa Família. (...) Você entra lá, faz o cadastro, eles vão te dar uma senha e eles vão perguntar se você pretende fazer um curso pago pelo governo. Aí eles falam o valor. O total é trezentos e trinta, dependendo do local que eles mandam a pessoa fazer o curso eles dão cento e vinte de vale transporte, que é um cartão BOM e mais duzentos e dez que é um cartão da caixa, onde você pode sacar todo dia vinte.

Nos outros grupos, as participantes também relatam os diferentes programas de que participam e/ou em que seus filhos são incluídos, que têm como objetivo a aprendizagem de um curso e a inserção no mercado de trabalho. O estudo destaca o seguinte trecho:

G5P3 - (...) O Bolsa Família teve aquela frente de trabalho, né? Eu trabalhei nove meses, fiz uns cursos, só que não foi até o final, foi só até a metade. Os outros cursos que aparecem do Bolsa Família eu corri atrás e não consegui nada. Toda vez que aparece um curso, eu vou na subprefeitura, mas chega lá e elas falam "não estou sabendo, ninguém informou". Vamos esperar, vamos aguardar. Como eu já estava trabalhando, eu pedi para os meus filhos um curso, um trabalho, até agora estou esperando e nada.

Há muitas referências sobre programas que não fazem parte das condicionalidades dos programas de TR e que se constituem como políticas públicas autô-

nomas, com sua lógica e execução própria e sem vínculos com outras políticas como o “Jovem Aprendiz”:

G7M - Que outros programas vocês conhecem, puderam participar para levar filhos e vocês também? Pensando na senhora também como idosa. Que outros programas que puderam participar?

G7P6 - Tem o do leite também, perto da minha casa tem uma creche que cadastra pessoas para pegar o leite. Teve uma época que eu peguei assim, daí depois parou, é o mesmo leite, só que hoje eu pego numa igreja, me cadastrei e tal, veio minha fichinha. Eu pego, mas é uma igreja.

G7P10 - Tem o Jovem Aprendiz que minha irmã participa. Três dias na semana ela trabalha e dois ela faz curso e ganha metade de um salário mínimo.

G7M - Que idade tem sua irmã?

G7P10 - 16, você se inscreve, espera, faz visita em casa, vê, avalia, você faz o curso 2 vezes por semana, trabalha 3 dias, 6 horas por dia como aprendiz, ganha meio salário mínimo também. Ganha condução e eles pagam condução.

A questão da inserção no mercado de trabalho é vista como tão importante quanto à possibilidade de participar de cursos, como relatado na continuação do trecho anterior pela participante G7P1:

G7P1 - Eu tive no Poupa Tempo para tirar a carteira profissional dele e a moça perguntou se ele tinha feito inscrição para o Jovem Aprendiz. Eu falei que não, ele fez, mas chamaram para fazer curso, não chamaram ele para trabalhar, a intenção é trabalhar e aprender a ter condições. A moça fez a inscrição dele pela Internet no Poupa Tempo, mesmo. A própria moça fez a inscrição dele e chamaram ele. Ele fez entrevista, passou em todas as entrevista, e daí o setor que era para ele trabalhar no mercado ligou falando que era para ele aguardar porque lá ficava muito contra-mão, ele tinha que pegar 2 conduções e só pode pegar uma, ele teria que pegar duas conduções. Mandou aguardar em casa até aparecer um setor próximo de casa. Mas não vai acontecer esse setor porque a gente mora em Itapeverica da Serra.

A moderadora perguntou se mais alguém do grupo conhecia outros Programas Complementares, e as respostas que seguem continuam dando exemplos de locais que as participantes acessam de forma distinta e não necessariamente vinculadas ao Programa de Transferência de Renda de que participam:

G7M - Tem outro além do Jovem Aprendiz?

G7P2 - Eu conheço Guarda Mirim, meu filho se inscreveu esse ano. Se inscreve com 14 anos, e quando tiver 15 anos ele faz uma avaliação e são escolhidos. É muita gente, só que só vão escolher 200 crianças. Ele está nesse meio e pedindo a Deus que ele seja um deles, porque ele quer muito. Lá faz cursos e se aparecer uma vaga de emprego eles põe a criança. A pessoa só tem que pagar condução 2, 3 dias por semana. Só que ele ainda está esperando, a chamada vai sair dia 16 pela Internet.

G7M - O que mais?

G7P10 - Sacolinha, Banco de Alimento, para colher alimento também que tem na associação, seis meses fornece a sacolinha, verdura, fruta, manda tudo para casa e montam a sacolinha, toda quinta-feira levam na associação e entrega para aqueles que participam desse programa durante seis meses.

Em apenas um dos grupos houve uma participante que relatou saber da existência de cursos diretamente via informações fornecidas pelo programa de que participa:

G4M - Como vocês sabem das informações de como procurar bolsa família, de como procurar cursos? Como ficam sabendo?

G4P2 - Através dos vizinhos, passa na televisão.

G4P5 - Aquele papel que todo mês que vou receber eu recebo na lotérica, vem o extratinho para a gente procurar o CRAS, procurar os cursos que tem no CRAS.

Outras participantes, como a mencionada anteriormente (G11P4), tinham conseguido acessar os cursos se informando na prefeitura da sua cidade:

G11P4 - No meu caso foi a assistente social. Eu cheguei, a princípio fui fazendo alguns cursos, tinha curso corte e costura, alguns cursos que estavam oferecendo para a gente, e nesses cursos a gente tinha várias palestras. daquelas palestras já foi passando para o Renda Cidadã, daí do Renda Cidadã não, que no caso foi dois anos, mas durante esses dois anos do Renda sempre tinha que estar indo lá fazendo palestra. Foi aí que foi a pesquisa que no caso consegui a pesquisa lá que na época não recebi o Bolsa, eu recebia o Renda. Mas o pessoal foi lá para poder pesar as crianças, a mãe, o pai, pessoal da família.

As informações sobre os programas habitacionais aparecem somente nos grupos de controle, como mostram os exemplos a seguir:

G10P6 - Na verdade, fazia tempo que a gente estava... eu consegui o meu apartamento aqui na Tiradentes, São Paulo, mas daí eu me divorciei, meu marido não queria dar o divórcio e eu dei o apartamento pra ele, passei pra ele o apartamento porque eu queria o divórcio. Estava até indo atrás de uma outra coisa, não deu certo, fui para o aluguel e eu entrei nessa também, que é um programa, o programa CDHU. Na verdade eu faço uns bicos com o Isaias que é do programa Pró Moradia de Suzano e ele falou para eu me inscrever, já que eu ajudava ele. Ficamos dois anos trabalhando, que era mutirão. Eu consegui provar que eu era estagiária do escritório. Então consegui provar a renda. E lá também, como eu trabalho com ele, nós estamos com vários programas Minha Casa Minha Vida também, que é um programa maravilhoso. Se alguém aqui tiver interessado vai lá, no Isaias do Pró Moradia, de repente, conseguir o apartamento de vocês, porque não é fácil não.

G12M - O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, vocês sabem se é estadual, municipal, federal...

G12P2 - Federal.

G12P6 - Eu creio da maneira que veio esse projeto, né, ele não passou com clareza para o povo, você está entendendo? Porque se fosse para cadastrar, pegar cachorro, papagaio, todo mundo cadastrava, entendeu? Ah, é do governo, eu tenho direito, eu sou cidadão, tenho direito de me cadastrar, entendeu? Então assim, se você me perguntar o que é, eu não sei, entendeu? Fui, me cadastrei porque eu tinha direito, disseram que eu tinha direito, eu fui e me cadastrei. Mas se você me perguntar o que é, para que serve, eu estou mentindo se eu falar, entendeu? Então assim, eu acho que da maneira que o governo está passando certo tipo de programa, não está tendo informativo, comparo com o povo.

G12P2 - Eu acho que precisa ter um pouco mais de clareza sim.

G12P1 - Informação, né.

G12P2 - Exatamente. Informação. Eu tenho uma vizinha lá, está saindo, vai pegar a chave da Minha Casa Minha Vida, né, ela se inscreveu há pouco tempo e já vai pegar.

G12M - Outros programas de moradia a gente conhece?

G12P2 - Não. Tem o Cingapura aqui em São Paulo. Lá eu nunca ouvi falar do Cingapura.

G12P6 - Tem as casas populares, né, que já são mais destinadas, igual eu morava em cidade pequena, né? Então a prefeitura fazia as casas populares.

Duas ideias subjazem aos programas complementares. A primeira é a criação de uma porta de saída para os programas de transferência de renda. Por essa visão, os programas complementares privilegiariam a capacitação profissional e, através da frequência a esses cursos, as pessoas se qualificariam ao mercado de trabalho e a transferência de renda superaria a faceta econômica da exclusão social. Permitiria que a pessoa se capacitasse para enfrentar o mercado de trabalho e auferir renda superando uma parte do problema.

Ocorre que o enfrentamento do mercado de trabalho também tem muitos aspectos além da capacitação profissional. Cursos de qualificação profissional não criam demanda por empregos. E os empregos que a economia da Região Metropolitana de São Paulo exige, muitas vezes, não são condizentes com o tipo de qualificação oferecida.

As experiências apresentadas pelas participantes dos grupos permitem uma percepção de que os cursos que elas, ou algum membro da família, frequentaram, não proporcionou o emprego desejado.

A segunda ideia relacionada aos programas complementares é que, por meio deles, as pessoas conseguiriam articular ou rearticular laços sociais e comunitários e estabelecer vínculos sociais que permitissem a formação de redes de reivindicação, de conquistas sociais e políticas, de conhecimentos de novos programas e benefícios.

Por esse ponto de vista, a simples participação em cursos é positiva, assim como é positiva a reunião escolar (vista mais adiante), os eventuais projetos de ginástica, caminhada e exercício físico. Destaque-se que nenhuma dessas iniciativas foi citada, talvez porque não existam, talvez porque não tenham sido consideradas programas complementares na percepção dos participantes.

Os depoimentos sobre a participação em outros programas e cursos mostram que os programas existem, mas são dispersos, heterogêneos e descontínuos. A informação sobre sua existência acompanha o padrão geral de informação dessas mulheres: eles vêm das mais diferentes fontes, como informações de vizinhos, rádio e televisão, que são muitas vezes a fonte de conhecimento, embora essas fontes nem sempre sejam compartilhadas pelos agentes do Estado que operam esses programas e que deveriam conhecê-los. Algumas vezes programas de entidades privadas são atribuídos ao poder público.

Merece destaque, entretanto, que os programas são considerados "muito bons" por aqueles que os frequentam. Pode ser uma referência à qualidade dos programas, mas também um receio de enfrentar o poder público, representado, na visão dos participantes, na presente pesquisa, pelo moderador de cada grupo.

Por último, é importante mencionar que apenas nos dois grupos de controle (G10 e G12) as pessoas mencionaram programas de habitação: os projetos Cingapura, do município de São Paulo, o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, e os programas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, do Estado de São Paulo. Apesar de serem programas de grande impacto, têm uma lógica e uma dinâmica próprias, sem vínculos com outros programas sociais.

4.5. Conhecimento dos critérios de inclusão nos programas de transferência de renda

Os principais programas que tiveram seus critérios de entrada relatados pelos participantes foram o Renda Mínima e o Bolsa Família (BF). Eles sabem que um dos critérios para o ingresso nesses programas é a renda média per capita da família. Os participantes pareciam compreender bem esse critério, mas, no que diz respeito aos valores, eles não correspondiam ao indicado pelo programa Bolsa Família, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Abaixo um exemplo:

G5P7 - (...) a assistência social pegou pelo meu salário e falou que pelo meu salário e pelos meus filhos poderia ser que Bolsa Família não conseguiria e nem o Renda Mínima, porque eles pegam o salário e dividem pela quantidade de pessoas que tem dentro de casa, se der o valor...

G5P2 - Tem que dar menos de R\$ 70 por pessoa.

G5P7 - Deu R\$ 120 por pessoa. Então, eu não poderia participar desses outros benefícios. Eu acho isso errado. Uma criança ou um adulto vive com R\$120,00?

O Bolsa Família seleciona seus participantes com base nas informações fornecidas por cada município no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Com base nessas informações, o MDS seleciona as famílias, tendo como principal critério a renda familiar de até R\$ 140,00 mensais por pessoa²⁴.

Outro exemplo mostra a compreensão do critério, apesar de a depoente julgar que o valor é baixo:

G5P7 - Na época que fui fazer o cadastro o assistente social falou para mim "eles pegam o salário que você recebe e divide pela quantidade de pessoas que tem dentro de casa, dependendo do valor você não participa mesmo do programa porque tem uma renda". Eles acham que a pessoa

pode se sustentar. É igual eu falo: a chateação desses programas é isso, eles não vê que R\$ 120,00 ... Você tem aluguel para pagar, tem outros tipos de despesas, mas eles não contam.

Nos Grupos de controle (G10 e G12), a renda também continua sendo o critério que os participantes conhecem para serem incluídos nos programas. Mas, assim como nos demais grupos focais, o valor máximo estabelecido por pessoa em cada família continua variando. Como mostra o exemplo a seguir, a participante sabe que não entrou no BF devido a sua renda, mas o valor que ela cita como sendo o limite ainda é abaixo do indicado pelo critério de entrada no programa:

G12P3 - Mais ou menos em 2005, 2006 eu fui tentar fazer, porque mora eu e minha filha, moro de aluguel e aí eu fui tentar fazer. Eu trabalhava, alguém tinha que trabalhar, né, minha filha é menor. Aí ela olhou lá minha renda e falou, ah não pode porque é x cada pessoa, era só eu e minha filha (...) Assim, ah é x, era R\$ 100,00...

G12M - Por pessoa na casa.

G12P3 - É. Eu acho que eu ganhava R\$ 350,00, no máximo R\$ 400,00 na época. Aí ela falou, "não pode". Tá. Aí ficou por isso mesmo. Eu também não tentei mais, porque se era insuficiente, continuou eu e minha filha, né?

Nesse relato aparece o critério da renda, que é um dos critérios para inclusão no programa de transferência de renda. As informações aparecem de maneira não totalmente clara. O relato de outras mulheres apontam como fonte de informação as assistentes sociais ou panfletos distribuídos, conforme descrito a seguir:

Assistente Social

G5M - Vocês estão também opinando como deve ser, o que vocês acham que é justo, correto, para que alguém entre e para que alguém saia (...) Todo mundo sabe dessas condições? Por que entra e por que sai?

G5P7 - Se você vai na assistente social, a assistente social conversa com você sobre isso. Ela fala as condições para você poder entrar. Antes dela encaminhar, ela pergunta o seu salário e lá mesmo faz uma divisão.

Panfletos

G8M - E daí vocês têm alguma ideia, algumas pessoas falaram que antes recebia uma renda que depois virou outra. Ou então que não conseguiu receber o Bolsa Família. Vocês têm alguma ideia do que é preciso para receber tal coisa? Quais são os critérios que eles dão?

24 <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acessado em: 21/08/2011

G8P2 - Eles entregaram uns livrinho, aonde eu moro, lá em Embu Guaçu, explicando bastante coisa.

G8M - No caso, explicando como faz para entrar no benefício

G8P2 - Isso... as pessoas que têm direito, até quantos anos a criança recebe, entendeu? Tudo explicadinho.

Nota-se que, apesar de as pessoas terem acesso às informações sobre os programas, isso não é suficiente para uma compreensão adequada acerca das regras de inclusão. Os participantes continuam com muitas dúvidas sobre os critérios de entrada nos programas. Um exemplo disso é o relato que segue, de uma pessoa que diz ter sido impedida de participar do Bolsa Família porque seus filhos não estavam na idade indicada:

G5P6 - (...) a moça falou para mim que eu não tinha direito de receber porque meu filho não estava na primeira série. Nem meu filho, nem a minha filha.

G5P2 - E as mães que têm os filhos e têm direito ao programa, e a criança não está na escola, não está na época de ir para a escola?

Na declaração anterior, não está claro quem é “a moça”, mas aparentemente se trata de alguém que tem o poder de incluir ou excluir as pessoas dos programas.

Ao relatar que o critério básico dos programas de Transferência de Renda era a renda, as participantes não se referiam apenas ao Bolsa Família, mas também a outros programas aos quais elas tinham acesso, como, por exemplo, o Renda Mínima ou o Renda Cidadã.

Além disso, as participantes ressaltaram que, mesmo que a pessoa participe de vários programas, esses serão complementares uns aos outros, como se observa nas falas que estão identificadas como P7 e P1, no G5, sobre conhecimento do desconto quando há recebimento concomitante de outros programas:

G5P7 - É. Vocês podem ir, só que vai ser a mesma questão. O Bolsa Família, Renda Cidadã, Renda Jovem, todos esses têm uma questão, vai do salário. Se você já recebe um, vai complementar com o seu salário, vão fazer essa divisão. Se você tem a Renda Mínima e o Bolsa Família, vão juntar com o seu salário e fazer a divisão, se eles acharem que vai dar um valor suficiente por pessoa, você não recebe todos os benefícios.

G5P5 - Eu recebo Bolsa Família, recebo R\$ 166 de bolsa família. Quando vir renda cidadã já vai descontar, não vai ser R\$ 166.

G5P1 - Eu recebi e na carta está assim “Renda Cidadã R\$ 80, se você estiver recebendo Renda Mínima ou Bolsa Família será descontado”.

G5P2 - A minha renda é R\$ 540, que seria o benefício da minha filha, essa que faz tratamento de câncer, né? É o benefício dela que é apresentado como renda. Eu nunca trabalhei mesmo. É por isso que diminuiu, porque eu não tinha salário antes e agora eu tenho.

G5P7 - Eles vão pegar os R\$ 540 e vão dividir por 5.

Pessoas de qualquer idade, mesmo que não tenham crianças em idade escolar, podem participar do Bolsa Família, desde que sua renda mensal seja de até R\$ 70,00 por pessoa. Famílias com renda até R\$ 140,00 por pessoa só ingressam no programa se possuírem crianças ou adolescentes de até 17 anos²⁴.

Como já foi antecipado, há um conhecimento geral sobre os critérios de inclusão nos programas de transferência de renda, mas esse conhecimento é impreciso. Sabe-se que a renda per capita é um critério, mas não se sabe qual é o patamar dessa renda. Tem-se conhecimento de que a idade dos filhos interfere na inclusão, mas não se sabe qual é essa idade. As condicionalidades variam muito, como se pode observar no próximo tópico.

Isso gera uma noção de personalização no atendimento que, por sua vez, gera a ideia de privilégio no atendimento, no acesso e na manutenção do programa.

4.6. Conhecimento dos critérios de permanência nos programas

Os critérios de permanência relatados pelos participantes podem ser subdivididos em seis pontos: cadastramento, educação, saúde, idade, prazo e participação em reuniões. É importante destacar que esses pontos são classificados como condicionalidades em alguns casos e, em outros, não. Cada ponto será descrito e abordado a seguir:

Recadastramento - Para permanecer nos programas ao qual estão vinculados, os participantes relataram a necessidade de realizar o cadastramento sempre que solicitado pelo órgão responsável pelo benefício. Apesar de todos serem avisados sobre a época correta para realizar tal procedimento, o tempo necessário para realizar o cadastramento diverge de cidade para cidade:

G1P5 - Vem para ir cadastrar, eu vou lá. Sempre que eles pedem para comparecer em algum lugar, eu vou, compareço lá, entendeu?

25 <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acessado em: 21/08/2011

G1M1 - Aí vem o aviso que para você se cadastrar?

G1P5 - Vem. Chega uma carta.

G1M1 - Vem pra todo mundo?

G1P6 - Vem, porque quando a gente tira, embaixo do canhotinho, vem que você precisa se cadastrar.

G8P2 - Lá aonde eu moro é de dois em dois anos para cadastrar.

G8Pni1 - Lá é de dois em dois anos também.

G8Pni2 - Lá aonde moro todo ano tem que cadastrar.

G8P3 - Lá é de seis em seis meses.

G8P2 - Que nem eu estou falando, é de cidade para cidade, de município para município.

G8P3 - Lá na minha cidade eles fazem cadastramento de seis em seis meses.

O cadastramento também aparece nos grupos de controle como um critério necessário para a permanência nos Programas de Transferência de Renda. Principalmente no G10, o cadastramento foi retratado como uma questão de justiça, onde a necessidade de cada pessoa em continuar recebendo o benefício seria avaliada e, dependendo dessa avaliação, ele seria transferido para pessoas mais necessitadas.

G10P2 - A renda depende do benefício e o tempo também.

G10M - Como assim?

G10P2 - Que nem no caso, o Bolsa Família depende, a pessoa pode receber um ou dois anos. Essa renda cidadã, que eu nunca ouvi falar, também um, dois anos, depende de cada família. A assistente social vai lá e verifica a necessidade da família.

G10P1 - Depende da necessidade da pessoa e se tem doença também, porque tem o auxílio doença também. No caso dela, ela teria que receber o auxílio.

G10P3 - Mas acho que é por isso que é importante o cadastramento, porque, tipo assim, hoje eu estou precisando, mas amanhã eu posso não estar precisando mais e eu dou o meu lugar para quem está precisando. Eu acho que é justo. Pra que eu vou receber se tem gente que precisa.

G10Pni1 - Mais do que a gente.

G10P3 - É bom esse cadastramento justamente por isso, porque eu acho que a gente não tem que ficar pensando só na gente, a gente tem que olhar para trás, porque tem gente pior do que a gente. Eu acho importante justamente por isso. Eu nunca tinha feito porque até tal momento eu não estava precisando, hoje eu estou, amanhã se Deus quiser eu não vou estar precisando mais e eu passo para quem estiver precisando.

G10P1 - Eu preciso porque eu não trabalho registrada, porque eu faço tratamento médico também. Hoje eu estou bem, mas amanhã eu não sei.

Educação

As participantes relataram a necessidade de manter as crianças na escola, pois a frequência escolar é um dos principais documentos para realizar o cadastramento. No trecho destacado a seguir, G9P7 demonstra conhecer a frequência mínima que a criança deve ter na escola para permanecer no benefício, bem como os outros participantes reconhecem que a frequência escolar é o principal critério de permanência:

G9P7 - Se tiver 85%, que foi o caso dos meus, aí eles mandam uma cartinha que o pagamento foi bloqueado por falta de 85%, tem que ter mais de 100% de presença.(...) Vocês vão para a escola, nem a boca vocês abrem porque vocês dependem desse dinheiro, porque é um dinheiro que entra, você está contando com aquele dinheiro. Vamos supor, eu quero comprar uma roupa para eles, porque ter 6 filhos não é fácil de criar, e eu sei o quanto que eu ralo para cuidar deles. Então eu falo, vocês nem para abrir a boca vocês prestam. Porque esse dinheiro não é para mim, é para vocês mesmo. E vocês por causa dessa falta de, porque eles vão todo dia, quer chova ou quer faça sol, eles vão para a escola. Aí eu falo, vocês não podem ter, mãe, mas a gente responde e os professores marcam falta lá. Eu falei, caramba, nem para isso vocês prestam, nem para me ajudar. Tem que ter 100% de presença.

G9P1 - Então, o povo fala que não tem nada a ver da escola, né, mas se não tivesse, quando é para a gente renovar, qual que é o primeiro documento que elas pedem?

G9Pni1 - A frequência escolar.

G9P6 - Principalmente Bolsa Família, o que eles mais orientam a gente é o quê? Frequência de criança na escola.

Segundo os participantes, o critério da frequência escolar é cobrado de forma bastante rígida pelo Governo; por isso, as crianças que necessitam faltar às aulas devem justificar todas as ausências, incluindo as que ocorrerem por motivo de doença.

G7P8 - No meu caso tenho 3 filhos, os 3 na escola, graças a Deus. Então se tiver, eles falam assim que se tiver 58% de falta automaticamente é cortado o bolsa.

G7P10 - (...) E não tem todo mês reunião. Você leva duas vezes no posto para pesar, não tem reunião, só vai no dia do cadastramento mesmo, tem que estar levando 2 vezes por ano.

G7P1 - Ela ficou afastada da escola vários dias, mas toda vez que ela se afastava tinha justificativa na escola. Eu recebi uma carta de notificação agora esse mês que ela faltou bastante na escola, entendeu? E que estava com muita falta, que o meu ia ser bloqueado, eu tenho a carta, entendeu? Daí eu fui no CRAS e perguntei e a moça falou que esse ano você não pode deixar ela faltar. Então você me dá uma receita para que ela não fique doente. Porque todas as faltas foi justificada. Então, porque não existe receita para isso, as falta dela foi justificada e ela falou que a escola não passou.

G7P1 - Lá em Itapeverica da Serra é obrigatório participar da reunião, é obrigatório e a pesagem também é obrigatória.

G7Pni1 - Lá não.

G7Pni2 - Pesagem é.

G7P1 - Não, é obrigatório, tenho o calendário do Bolsa Família, está aqui comigo a carteirinha e uma carta de notificação. O ano passado a minha filha ficou doente várias vezes porque ela tem um sério problema de ites lá, rinite, conjuntivite, tudo que for ite ela teve o ano passado.

G7P10 - Eles fala que você tem que tirar a xérox do atestado, dar na escola

G7P8 - Quando eu passo o meu no médico eu peço atestado e levo na escola.

Ainda no âmbito da educação, há programas que exigem a participação dos beneficiários em cursos diversos, mas tal prática não é universal. Houve divergência entre os participantes sobre a obrigatoriedade de frequentar cursos como critério de permanência:

G2M Essas regras aí de participação, elas são regras de participação, todos vocês sabem dessas regras, do Renda Mínima, do Bolsa Família. E quais são as regras, por exemplo, de um modo geral, você tem ideia?

G2P6 - A Renda Mínima é assim, a criança tem que estar na escola direitinho, tem que estudar, não pode faltar na escola. A minha filha, a mais velha, tem que fazer curso, para eles, têm que ter uma prova que está fazendo curso, que está se movimentando na escola para conseguir manter aquela renda, e se a criança não estiver na escola, por exemplo, minha filha que tem 16 anos, que é a primeira que já recebia, se ela não estiver participando de curso de computação, de qualquer coisa assim na prefeitura, que eles veem que está fazendo é cortado.

A necessidade de a criança frequentar a escola é um critério conhecido também pelas pessoas que não tiveram acesso aos programas, como mostra o trecho a seguir, em que a pessoa identificada (P6) do grupo de controle 10 relata conhecer tal critério:

G10P6 - É, porque eles até avisam: "Olha, não pode faltar a criança, porque senão você perde o bolsa família." Isso foi avisado pra mim.

G10M - Mesmo sem você ter ainda, você já está sabendo disso.

G10P6 - Já, porque eles avisam pra nós que se a criança faltar na escola pode acontecer de você perder.

Saúde

Os critérios de saúde são vários e dividem-se em necessidade de pesar toda a família e manter a vacinação das crianças em dia. Seguem alguns trechos em que os participantes relatam esses critérios:

G2P5 - Esses benefícios têm as exigências (...), você tem que estar correto com a pediatra. Se você tiver criança com pediatra você tem que estar todo o mês correto, porque vai uma verba para a prefeitura. Se as mães... eles percebem se está recebendo dinheiro e está gastando com outra coisa, (...) chega a carta falando por qual foi o motivo. Quem recebe essas rendas, a prefeitura, o governo, tudo dá, só que vem nas casas. Você tem que cuidar bem dos seus filhos, que tem 4, 5 filhos, levar para a escola, não deixar na rua, procurar atividade, procurar onde tem cursos...

G4P4 - Não é só até 4 anos não. Minha filha tem 16 e eu me peso e meus 2 filhos também(...). A família inteira, eu e meus 2 filhos tem que pesar, medir e ela anota tudo numa fichinha certinha.

G4P1 - Eu acho que essas partes tudo bem, né? Eu acho que nenhuma mãe vai deixar de vacinar seu filho, é uma obrigação sua. Então o que eles fazem? Já dão uma ajudinha, tem que levar o cartão porque tem mãe relaxada, tem que deixar o cartão em dia, é um incentivo que eles dão.

G3M - Então, vocês sabem por quê? O que faz com que você receba, o que faz com que você deixe de receber, quais são essas regras, essas condições para que alguém passe a ter um benefício deste, ter um benefício? Quando é que alguém entra, quando é que alguém sai? Como é isso?

G3Pni1 - As crianças tem que estar sempre na escola, frequência nos postos de saúde, vacinas estarem em dia e a criança não tendo esses três itens, aí é cortado o benefício.

De acordo com a fala dos participantes, também nos critérios de saúde, as exigências e os procedimentos seriam distintos de cidade para cidade. Em algumas, há procedimentos únicos, tais como pesagem e medição de cintura e realização de reuniões, o que não acontece em outras cidades.

G8M - No caso você está falando da questão dos documentos, alguma coisa que eles pedem ou como você falou que mede a gente, mede o peso e tal.

G8Pni1 - Mede até a cintura da gente não sei para quê.

G8Pni2 - Lá aonde eu passo eles não mede não.

G8Pni3 - Ele mede peso, altura, quadril, busto. Eu pergunto, o governo vai mandar roupa para nós?

G8M - Quando você fala que mede, aonde você vai?

G8P7 - Posto de saúde.

G8P8 - Tem um carro da prefeitura que marca num lugar, tal dia, peso, tal e tal nesse local. Eles leva uma balança, alguém para escrever, mede e pesa a gente no mesmo lugar.

G8M - E vocês passam por esse processo?

G8Pni1 - A gente faz isso também, pesa, mas é no CRAS.

G8P5 - Posto de saúde também.

G8Pni2 - Também posto de saúde e antes o rapaz ia lá na minha casa para pesar. Dois anos que ele foi, eu e minha filha pesamos.

Idade das crianças

O limite de idade das crianças para receber o benefício suscita muitas dúvidas, variando, segundo os relatos, dos 16 aos 18 anos.

G6P3 - Mas o bolsa família é até os 18 anos.

G6P1 - Porque aí quando completa dezesseis entra no Bolsa Jovem.

G7P5 - Única coisa que eu sabia que ia diminuir é quando minha filha fizesse 18 anos que ia diminuir, eu tinha consciência. Agora do resto não sei por que diminuiu.

G7P1 - 18 a 17 que diminui.

G7Pni1 - 17.

G7P1 - Meu filho seria cortado agora com 16. Como eu levei provando que ele continua na escola, entendeu? Daí ele vai receber até os 17.

Prazo

Há confusão sobre o prazo de duração do programa. Alguns acreditam que o Bolsa Família, assim como o Renda Mínima, têm duração determinada, mas não sabem definir qual é ela, enquanto outros conhecem o tempo de duração do Bolsa Família e do Renda Mínima. Outras pessoas ainda misturam o prazo com a idade das crianças (prazo das crianças).

G3M - Tem duração?

G3Pni1 - Renda Mínima tem duração de dois anos, o Bolsa Família é três.

G3Pni2 - Bolsa Família também tem até uma certa idade, a criança...

G3Pni3 - Até 18 pega, depois dos 18 não pega.

G4M - Vocês sabem se tem prazo ou não para ficar recebendo o Bolsa Família, Renda Mínima ou se é indeterminado?

G4P1 - Bolsa Família eu acho que não tem tempo, mas o Renda...

G4P7 - Bolsa é bom porque não tem prazo, tem uma amiga que está há sete anos e eu não sabia, pensava que era igual ao Renda.

G4P3 - Aonde eu moro tem prazo, é 14 anos só.

G4P1 - Até a criança ter 14 anos.

G4P5 - Eu acho que é até os 17.

Participação em reuniões – A participação em reuniões foi outro critério apresentado pelos participantes para a permanência nos programas. Contudo, poucos se manifestaram sobre essa participação. O relato a seguir apresenta claramente este critério:

G7P1- Tem pesagem a cada dois meses de toda família e tem reunião, eu tenho até carteirinha do Bolsa Família com as datas da programação da reunião do ano todo. Todo mês, não pode faltar na reunião, eles chamam de Reunião Socioeducativa. O meu filho fez 16 anos e na reunião do CRAS a orientadora falou para eu ir na escola do meu filho pegar uma declaração da escola e levar para elas. Então eu levei, meu filho recebe mais um auxílio até os 17 anos. Quando ele fizer 17 anos ele vai ser excluído do bolsa família, a parte que seria auxílio dele sai e só fica as duas meninas.

Os critérios de permanência nos programas são conhecidos, ainda que isso represente, em alguns casos, ideias equivocadas, até pelas pessoas não contempladas, que falam sobre as razões que fazem uma pessoa continuar recebendo os benefícios.

O trecho a seguir ilustra uma situação comum nos grupos focais, tanto com mulheres beneficiárias como com não beneficiárias, nos quais as próprias participantes informam umas às outras acerca dos critérios. Nessa parte do G10, o recadastramento, a saúde e educação estão presentes nos relatos das participantes:

G10M - Vocês falaram que tem tempo para ficar, uns têm um tempo limitado, outros podem renovar, é isso?

G10P1 - É isso mesmo. Tem que participar das reuniões ou tem que levar a criança para pesar, ou na frente de trabalho tem que ir no curso que é lá...

G10P3 - Como que a gente sabe a data certa para levar a criança para pesar? São eles que falam?

G10P1 - É marcado no posto de saúde.

G10P3 - Ah. Tá.

G10P1 - Eles falam na reunião que você está participando, que você tem que levar para pesar, recadastrar...

G10P2 - Mas, e se seu filho já faz um acompanhamento com o pediatra, mensal?

G10P1 - Não tem nada a ver. Você vai levar no posto só para pesar.

G10P2 - É de quanto em quanto tempo?

G10P1 - Isso eu não sei.

G10Pni1 - Mas isso é em qual? No Bolsa Família?

G10P1 - É. No Bolsa Família que é um dinheiro que já é para a criança, para alimentação da criança, para tudo que é da criança. E se você deixa o menino faltar na escola e também não leva no posto, aí você também é cortada.

G10P6 - Com certeza.

G10P1 - Porque já é um benefício para a criança. Aí se a mãe não leva a criança para a escola. Isso é para a criança não ficar fora da escola, porque muita criança não quer saber de escola, tem preguiça de levantar cedo, o meu levanta chorando porque é muito cedo e ele quer dormir.

Como relatam as participantes do grupo 10, os principais critérios de permanência são: o recadastramento e a participação em reuniões (quando necessário), além de manter as crianças frequentando a escola, vacinadas e pesadas. Os critérios referidos estão em consonância com as condicionalidades estabelecidas pelo Programa Bolsa Família.

As condições necessárias para a manutenção do Bolsa Família abrangem três áreas: educação, saúde e assistência social. Entre os condicionantes para a permanência nesse programa está a exigência de que, na área de educação, as crianças e os adolescentes com faixa etária de 6 a 15 anos estejam devidamente matriculados e com frequência escolar mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes com idade entre 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75%.

No que diz respeito à saúde, as famílias beneficiárias devem acompanhar o desenvolvimento e a vacinação das crianças menores de 7 anos. Além disso, as mulheres (apenas as mulheres são citadas) entre 14 e 44 anos também devem ser acompanhadas. Em caso de gestação, as mulheres precisam realizar o pré-natal e fazer todo o acompanhamento da saúde dela e do bebê.

Já na área de assistência social estão incluídos crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Nos grupos realizados não houve menção a tal critério.

Um fato interessante discutido nos grupos foi a perda do benefício sem aviso prévio e sem justificativa. No entanto, o governo propõe às famílias que, caso encon-

trem dificuldades em cumprir as exigências do programa, procurem o CRAS ou o CREAS. O bloqueio, a suspensão ou até mesmo o cancelamento seria a última alternativa a ser aplicada. Apesar dessa orientação, não houve relatos de busca desse tipo de ajuda por parte dos participantes.

Além dos critérios necessários para que os beneficiários se mantenham no programa social, surgiram nas narrativas dos participantes reclamações e/ou sugestões sobre as regras de permanência. Entre as principais reclamações, encontra-se o processo de cadastramento, que, segundo os integrantes, se dá de forma desorganizada. Além disso, de maneira um pouco mais pontual, houve reclamação sobre as reuniões que ocorriam no âmbito do programa Renda Mínima, as quais pareciam perda de tempo para os participantes.

G4P2 - Para fazer o cadastramento é muito humilhante (...) Meu Deus do céu, é muita gente, a gente fica um dia inteiro.

G4P3 - Quando eu recebi o Renda, a gente tinha que ir lá, todo mês tinha reunião. Eu acho também um absurdo (...). Tinha dia que ia lá e a assistente social que era responsável pelo grupo, ela falava que hoje estava um dia tão lindo lá fora, vamos lá fora respirar o ar, fazer exercício, era só isso. Hoje a gente vai sentar aqui, vamos falar da vida, vamos inventar uma história para o seu vizinho. Sei lá, para a gente receber R\$ 60,00 a gente não precisa ficar falando da vida do vizinho, fazer exercício (...) Até depois colocaram os cursos e ficou melhor, mas ir na reunião (...) Eu olhava para a cara dele e, moço, eu podia estar procurando emprego, porque a reunião era 8 da manhã.

G4P3 - Do bolsa família (...) a gente chega 9 da manhã e é atendida uma da tarde, é muita gente, o ginásio Tomezão lota aquilo ali. Eles dão 2 pãozinhos, suco para a gente comer para não ficar com fome e fica esperando o prefeito chegar (...). E dá briga, quando começa o cadastramento, começa da fileira daqui e quem chegou primeiro é daqui para cá. "Ah, ela sentou no meu lugar" (...) É umas coisas que eles colocam gente muito nova para fazer cadastramento e fica aquela bagunça, eles ficam conversando e não está nem aí, digita alguma coisa errada e a gente que paga o preço.

Os participantes foram questionados sobre se concordavam ou não com os critérios de permanência estabelecidos pelos programas de transferência de renda. Surgiram palpites principalmente em relação ao critério da obrigatoriedade de as crianças estarem matriculadas e terem frequência na escola. No debate a seguir, ocorrido entre algumas participantes do G4, houve posicionamentos a favor de tal critério, além de insatisfação e sugestão de mudanças:

G4M - Você deixou de receber porque sua filha parou de ir...

G4P5 - Deixei por causa disso. Como não compareci na escola, ela já tinha estourado em falta.

G4M - O que acham da junção de filho ser obrigado a ir para escola, se não for não recebe dinheiro, o que acham disso?

G4P7 - Para mim eu acho justo como um acordo.

G4P1 - Isso é um incentivo, vai, você sabe que a mãe não tem dinheiro e se você for você ajuda, vai comer eu e você. Se você não for para escola é o (mundo) que a gente tem. Então incentivo para ela amadurecer só mais um pouquinho, porque adolescente.

G4P3 - Eu acho que eles têm que saber que é obrigação eles estudarem porque mais tarde vai fazer falta se não estudarem.

G4M - Pelo que eu entendi, vocês não são tão a favor da pessoa ser obrigada a ir para escola para receber o benefício, é isso ou não?

G4P7 - eu sou porque os filhos hoje já não querem grandes coisas, você faz de tudo, você tira de você para dar para eles, se maltrata, trabalha em qualquer serviço, cava barranco para poder manter eles em tudo e eles não dão valor.

G4P7 - Eu acho que ajuda muito, colabora muito na participação dele. Ele vai crescendo e vai vendo que do mês que a gente pega aquele dinheiro, ele vai ter uma comida melhor. No mês que não pegar por causa dele, ele vai sofrer um pouco a mais também.

G4P3 - Não acho justo a mãe não receber por causa dele porque ela também precisa comer. Quando o adolescente entra nessa fase ele só enxerga ele, ele comer na casa de um amigo, tanto faz se a mãe dele está com fome, ele não vai ligar. Eu acho que devia ver os 2 lados de por que a criança não está indo para escola. Depende da idade. Tem filho que não vai mesmo, ainda mais quando o filho é homem.

Ao relatar seu cotidiano nos programas, sejam eles de Transferência de Renda, Saúde e/ou Educação, muitos participantes se referiram a irregularidades, tanto nos critérios de entrada e permanência nos programas como de exclusão deles. No entanto, com a solicitação de esclarecimento por parte da moderação nos grupos, observou-se que, na maioria das vezes, tais afirmações partiam de suposições e percepções. O trecho a seguir ilustra bem isso:

G1P2 - Tem gente que não quer trabalhar para não parar de receber porque se você estiver trabalhando, recebendo salário, não recebe.

G1M1 - Você conhece alguém assim?

G1P2 - Olha, nunca, graças a Deus.

G1M1 - Você tem ideia assim, né? Isso é o que você ouve?

G1P2 - Isso.

Apesar de existirem depoentes com conhecimento mais aprofundado, as informações de que a maioria das mulheres dispõe sobre os critérios de permanência são tão confusas quanto as ideias de inclusão. A única unanimidade acerca desse item é a certeza de que as crianças devem frequentar a escola. Os outros critérios são vagos. As pessoas sabem que a idade das crianças interfere na manutenção, mas não têm conhecimento de qual seria a faixa etária correta.

Sabem que devem se recadastrar periodicamente, mas esse recadastramento se transforma de encaminhamento burocrático do processo de atualização dos dados dos beneficiários numa ameaça à continuidade das mulheres no programa. O receio que as mulheres demonstrem do recadastramento já havia aparecido nas entrevistas preliminares e se confirmou nos grupos focais. Esse medo decorre, provavelmente, da falta de conhecimento sobre os critérios de inclusão e permanência nos programas.

Apesar de ser conhecida a existência de prazo para permanência nos programas, os detalhes de período ou idade dos filhos não são percebidos no relato das participantes. Algumas localidades e instituições exigem que os beneficiários participem de reuniões, mas são temas que também pouco aparecem nos diálogos.

Se o programa de transferência de renda se apresenta como uma oportunidade de inclusão social, essa inclusão deve ser cidadã, e um dos componentes mais importantes da cidadania é a informação. Não foi analisado o tipo nem a qualidade de informação prestada aos participantes ou aos inscritos nos programas de transferência de renda, mas ficou evidente que esses participantes têm informações distorcidas sobre os programas. Somente a informação correta permite que os programas não tenham características de privilégios de alguns indivíduos sobre outros e que as pessoas apresentem recursos contra decisões que julgam contrárias a seus interesses.

Quando há falta, distorções ou ruídos na informação que chega aos participantes há a ideia de tratamento privilegiado, de compadrio de benefício distribuído imerecidamente ou fora dos critérios, como apareceu nesse trecho anterior, mas sem que as pessoas tivessem conhecimento de falcatruas efetivamente realizadas. Esse tema será retomado no item sobre a gestão dos programas, a seguir.

4.7. Conhecimento dos critérios de exclusão de um benefício

Apesar dos critérios sobre permanência nos programas e exclusão deles constituírem uma discussão única, tentou-se manter o presente item separado do anterior porque aqui aparecem às manifestações das mulheres que foram excluídas dos programas ou tiveram o valor das bolsas diminuído. É patente a falta de informação sobre o motivo desse corte. Aparentemente, os dois únicos critérios compartilhados por todas as mulheres é a idade das crianças e a frequência escolar, mas novamente os participantes não têm certeza sobre a idade em que as crianças perdem o direito à bolsa.

G9P2 - (...) aí quando foi para eles encerrarem também, foi por nada, né.

G9P7 - É assim mesmo. O meu Bolsa Família foi assim.

G9P9 - Acho que o único critério que a gente sabe que encerra o benefício é a idade de 17 anos

Ao observar outras falas corroborando o item anterior, notou-se que nem mesmo o critério idade está claro para a maioria das participantes. Talvez por isso a maioria das pessoas, quando já tinha perdido o benefício, dizia não saber o real motivo de sua perda.

G1Pni1 - (...) não sei se eu demorei, eu só sei que eu fui dentro do prazo. Aí eu fui e quando cheguei lá eles falaram: "Acabou o prazo". Só que eu não sei por que eles não fizeram. Aí eles pegaram e pediram para eu ir na Ouvidoria (...) no papel, fizeram o papel que foi falta de... como se tivessem me excluído (...). Tentei ir mais uma vez, eles me mandaram ir na subprefeitura da região, eu fui umas três vezes (...). Foi novembro do ano passado que eu recebi a última, e até hoje. Não consegui fazer o recadastramento até hoje.

G1M1 - Não recadastrou?

G1Pni1 - Eu sempre vou e eles sempre arranjam um jeito de eu não fazer.

G2P1 - (...) fui em um monte de lugar que eles mandaram ir e no final eles falaram que estavam tirando. Meu filho recebe R\$ 22,00, eu receberia R\$ 65,00 (...), acho que ela tinha falado que era isso aí. Aí eu fui atrás, e assim mesmo eles cortaram, mas até agora eu não sei o motivo. Falaram que vai chamar, mas nada.

G9P10 - Esse mês eu fui buscar e diminuiu. Aí aquela mulher lá, eu perguntei para a mulher da Caixa, por que tirou? O meu filho fez 17 anos, ela

falou que agora ele perdeu. Eu falei: eu vou perder também, minha filha faz 15 também em junho. Aí ela falou assim: aí você tem que ver, né? Vai ficar ganhando menos. Diminui.

G9P8 - Eu acho que a Bolsa Família não tem nada a ver com a idade porque tem vizinhos meus já de idade, de 18, 20 anos, que pega o benefício Bolsa Família, até mais do que eu, que tenho filho.

G9P9 - Por exemplo, se cortar, você liga no 156 e eles informam para você que é por causa da idade. Mas isso acontece.

G9P1 - E outra que fala que menino até 20 anos recebe, eu não. Porque desde quando começou (incompreensível), quando vai saindo fora da escola, vai sendo cortado.

G9P10 - É verdade.

G9P1 - Os meus é assim, né? Não sei se é todos também

G9P10 - Então o meu filho foi cortado. Ele tem 17...

G9P7 - É até 17 anos.

G9P7 - Tem pessoas bem mais velhas que recebem o Bolsa Família.

A idade, as faltas não justificadas na escola, o trabalho com carteira registrada, trabalho com ganhos que ultrapassam a renda por pessoa estipulado pelo governo e a mudança de residência foram, para os participantes dos grupos focais, os principais critérios de exclusão citados.

O critério de renda é sempre complicado, e sua compreensão não é clara. Esse foi o segundo critério de exclusão mais lembrado pelos participantes, mas muitos concordaram que ter renda acima da indicada poderia levar ao rebaixamento do valor recebido pela família ou à exclusão da pessoa do programa.

G2P4 - Aí, o que acontece: aí eu recebi dois anos e cortaram. Aí eu recebia o Bolsa Família e também cortaram; Fiquei só com Renda Mínima, e os meus meninos não faltam na escola, assim, não é de faltar mesmo.

G2P8 - (...) Eu com essa idade, eu sou do começo do Bolsa Família e Renda Mínima, eu sou do começo, peguei até dois, três anos atrás. Está bom, então, mas se viesse, era uma boa ajuda, se viesse. Foi bem reaproveitado, mas acontece que tem outras pessoas que precisa entrar, até aí tudo bem.

G2P8 - Agora eu queria saber o motivo, a gente nem sabe, né?

G2M - Isso você não sabe também por que você deixou de receber?

G2P1 - Eles falam assim, tipo assim, conforme a renda. Ele fala assim que cada pessoa de casa tem direito a R\$ 75,00, é isso que eles explicam.

G1M2 - Isso que você contou aí, de quando a renda... como é que é? Quando aumenta a renda, a pessoa não...

G1P1 - Se a pessoa arruma um emprego, dependendo da renda, você perde, eles cortam, você não recebe.

G1M2 - E isso vem pela informação de alguém que você sabe?

G1M1 - Isso nunca foi falado assim: -“Olha...”

G8P3 - O meu abaixou. No caso eu estudava o ano passado e eles pagavam o Bolsa Escola, pagava para mim e para o meu filho. Como meu filho não estuda mais, daí abaixou.

G8M - Abaixou por quê?

G8P3 - Por causa do Bolsa Escola que era, ele estudava e agora não estuda mais.

G8P8 - E a mesma coisa quando você está trabalhando. Se você ganha um pouquinho mais que um salário...

Outro ponto abordado pelos participantes foi a impossibilidade de as pessoas pertencerem a mais de um programa de transferência de renda, como mostra esse trecho de conversa em um dos grupos de controle:

G10M - Para saber quais são os programas que existem, que você pode participar? Porque vocês estão falando que todo mundo aqui sabe do Bolsa Família. Vocês falaram do Renda Mínima, falou do Renda Cidadã.

G10P1 - Na televisão também passa.

G10M - Falou do leite.

G10P3 - Mas quem recebe um, não tem direito de fazer inscrição do outro, não é?

G10M - Como é?

G10P3 - Eu não sei como que funciona isso, mas eu acho assim, que quem faz um, não tem direito de receber o outro.

G10P2 - Quem participa de um, não pode participar de outro.

G10P1 - Só se você estiver recebendo. Se você já está recebendo.

G10P3 - Assim, quando corta, você pode fazer outro, não é?

G10P1 - É. Não em seguida. Tem que dar um tempo também de 1 ano.

G10P6 - É. Porque eles verificam tudo. Eles verificam a sua vida, vão virar de ponta cabeça.

Apesar de não conhecerem o tempo de vigência de cada programa, os participantes demonstraram saber que o benefício não dura a vida toda. Com isso, percebe-se que a ideia de transitoriedade nos programas, muitas vezes esquecidas pelas pessoas quando já estão participando, se encontra presente nas narrativas das mulheres que ainda não participam de nenhum deles, como mostram as manifestações no grupo de controle. No diálogo a seguir, no qual são apontados compromissos que são compreendidos como possibilidades para sair do programa, vale destacar que as pessoas que informam não são beneficiárias dos programas.

G10M - E vocês, o que sabem sobre isso, querem opinar?

G10P5 - Eu não sei mais nada sobre isso.

G10P1 - Ela não sabe porque a filha dela gastava o dinheiro.

G10P5 - Minha filha não, minha nora.

G10P4 - A nora. Gastava o dinheiro e às vezes nem levava a criança para pesar e nem levava para a escola.

G10P4 - E ela trabalhava e ficava com o dinheiro das crianças para ela.

G10P1 - E não é assim. Por isso que tem as reuniões, que é um incentivo para você fazer alguma coisa, porque o governo não vai ajudar o resto da vida, ele está dando uma ajuda, um prazo e pronto. Se você não erguer a mão e contar só com aquele dinheiro, ah, eu tenho aquele dinheiro. Então eu não vou fazer mais nada, vou só receber aquele dinheiro, vou só gastar aquele dinheiro, e não é assim. Você tem que ter motivação, né, e motivação você tem nessas reuniões, nesses cursos.

G10P6 - Porque na verdade quando o Lula, né, foi mais o PT que colocou esse programa, eles falaram que isso aí era uma ajuda para a pessoa sair daquela, não se encostar, mas é uma ajuda, você tem que se esforçar para sair daquela vida, né...

G10P6 - É. Daquela pobreza de não ter isso, não ter aquilo. Então você tem que arregaçar as mangas e não ficar esperando cair do céu.

Foi observado, em algumas falas, que um dos critérios associados à perda do benefício foi a ausência das crianças na escola. Essa informação apareceu em momentos diferentes e pode ser destacada em grupos diversos:

G1P2 - O Bolsa Família eu comecei a receber, aí devido ele faltar e faltar, aí eles foram e cancelaram.

G3Pni1 - Eu conversei com ela porque eu criei quatro filhos com Bolsa Família, graças a Deus. Eu recebo, aí minha filha parou de estudar... saiu da escola...- "Filha, a gente precisa porque tudo que a mãe faz é pouco", aí ela não pega mais. Até briguei com ela: "Por que você saiu da escola? Você vai ter que estudar".

G3M - Sua filha não pega mais o quê?

G3Pni1 - Bolsa Família, cortou.

G3M - Por que ela não pega mais?

G3Pni1 - Porque ela não foi mais para a escola.

Como dito anteriormente, esse item foi mantido porque trata das manifestações das mulheres excluídas dos programas de transferência de renda ou que tiveram o valor de sua bolsa diminuído.

Não há diferença entre a informação que essas mulheres têm e a das mulheres que ainda estão no programa ou daquelas que, inscritas, ainda não foram contempladas. A falta de informação, no caso dessas mulheres, assume um fator mais dramático. Essas mulheres têm apenas suspeitas sobre os motivos que levaram a sua exclusão dos programas, mas não têm a informação correta nem sabem a quem recorrer.

4.8. Benefícios dos programas

Um dos pontos mais importantes desse trabalho é compreender se e como as pessoas se apropriam dos programas. Que diferença esses programas fazem na vida das pessoas, tanto os de transferência de renda quanto os complementares? Tais temas foram abordados pelas moderadoras, mas também surgiram

de forma espontânea nos diversos grupos focais. Foram apontadas várias melhorias na vida dos beneficiários, que será apresentado neste item dividido em:

1. Como usa (ou usaria) o benefício no dia a dia
2. Melhoria na vida por meio de programas complementares

4.8.1. Como usa o benefício no dia a dia

Nos vários grupos realizados foi abordado o modo como as participantes usam o benefício no dia a dia. Ou seja: o direcionamento que dão ao dinheiro dentro do orçamento familiar, que parece não se restringir somente a necessidades entendidas como básicas.

O primeiro ponto que se destacou foi a mudança atribuída à bolsa na vida de algumas mulheres. No Grupo focal 5 – “Transferência de Renda” (SP), em diversos momentos da discussão, as mulheres debateram os programas, os benefícios e os ganhos para elas – mulheres – na relação com filhos e maridos, ex-maridos etc.

Em dado momento, a moderadora as provocou, perguntando se achavam que esses programas eram voltados somente para mulheres. As participantes reagiram com espanto e começaram a citar os homens beneficiários que conheciam e quais deveriam participar dos programas. Esse grupo foi um claro exemplo de que esses programas do governo, direcionados às famílias brasileiras e que têm como protagonista as mulheres/mães dessas famílias, estão notavelmente contribuindo para seu processo de empoderamento.

Nessa mesma linha, observa-se, no relato a seguir, manifestações de autonomia, como comprar um bem, decidir quando comprar e ainda tentativas de “administrar o benefício”. A pessoa identificada como P2, do Grupo Focal 5, ilustra essa questão na narrativa que fez às outras beneficiárias e à moderadora:

G5P2 - Quando eu entrei e meu filho era bebê, eu tive dois bebês, né? Eu tive a minha menina, e com três meses dela nascida, eu engravidei do meu menino. Eu fiz cirurgia e falhou a minha laqueadura, em seguida engravidei do menino. O que me ajudou, me ajudou que meu marido não era e não é uma pessoa ruim, entendeu? Ele é bom. O que ocorre é que ele trabalhava, mas não era um homem de chegar “toma um dinheiro, vai cortar o cabelo”. Quando eu passei a pegar esse benefício que na época era R\$ 290,00 do Bolsa Família - diminuiu, agora é R\$ 70,00 -. eu não trabalhava, nunca trabalhei, sempre dependi dele, fiquei feliz porque era um dinheiro meu, entendeu? Eu falei para ele “é meu”. Se tinha que comprar um pão,

eu não comprava, falei “você vai comprar o pão, eu vou gastar comigo e meus filhos”. Meus filhos queriam Danone, eu comprava. Queriam bolacha, tudo que ele regulava, eu chegava lá e comprava para eles. E passou, levou a carteira dele no dia que fui fazer, que na época era na escola, às 4:30 já tinha fila na escola, achei legal essa parte...

G5M - Você está dizendo como você gastava, como usava esse dinheiro na sua casa, com alimentação...

G5P2 - É. Comprava coisas que não podia comprar, entendeu? Para mim era bom e para eles melhor ainda: “A minha mãe vai comprar”. Para mim foi bom.

Ou ainda como uma melhora pelo bem-estar psicológico produzido em quem recebe o benefício e passa a ter um pouco de dinheiro a mais para se permitir pequenos “luxos”. Para deixar “a mente da gente tranquila”, como disse P2 no G1:

G1M1 - Tá, mas assim. Então vocês entenderam um pouco a reflexão aqui? Como que era antes, pensando no antes do recebimento. Você acha que mudou alguma coisa? Antes de receber o benefício.

G1P2 - Muda o psicológico, muda um monte de coisas, porque você coloca uma coisa na cabeça, você fala assim: “Mesmo eu estando trabalhando, mesmo eu estando desempregada, eu tenho aquele dinheiro para eu comprar um tênis para o meu filho no mês que vem”, eu posso me dar ao luxo de entrar numa prestação que eu vou ter ali aquele dinheiro para eu pagar, entendeu? Deixa a mente da gente tranquila. Não que ele vai suprir todas as necessidades, mas ele ajuda, sim, melhora, sim.

Alguns participantes de outros grupos ressaltaram que os benefícios recebidos nos programas nos quais estão inscritos se devem ao fato de terem filhos e, portanto, devem ser direcionados para o bem-estar dos filhos. Em suma: que as necessidades deles devem ser priorizadas no uso do dinheiro. Os diálogos das participantes dos G7 e G9, transcritos a seguir, ilustram essa preocupação:

G7P9 - Gente, isso daí não é para sustentar uma família nossa, é para ajudar as crianças, isso não é nosso, é das crianças. Isso não é para sustentar nós.

G7P? - Isso daí é para as crianças...

G9P1 - As mães deixam de comprar para os filhos para comprar para elas e isso não é certo. O benefício não é meu, é deles. O que eu posso fazer pelos meus filhos eu faço para eles.

G9P8 - O Bolsa Família é devido às crianças, porque se fosse só a gente, não pegava. O benefício é para crianças.

Uma participante do G3 e outra do G4 destacaram a ajuda dos benefícios na criação dos filhos, dessa maneira também se observa a preocupação em o recurso ser direcionado para crianças e adolescentes.

G3Pi - Eu conversei com ela porque eu criei quatro filhos com Bolsa Família, graças à Deus.

G4P1 - Ia no mercado, comprava Danone para meu filho, fralda, mais do uso dele. Eu não pensava em mim e no meu marido, pensava nele porque ele era o que a gente mais tinha de valioso, o que a gente podia fazer por ele a gente sempre fez, faz até hoje.

No primeiro grupo focal realizado, que abordava o tema “Transferência de Renda e Outros” (SP), os participantes também opinaram que o dinheiro do benefício deveria priorizar as necessidades dos filhos, e relataram como administram e incluem alguns itens no orçamento com a ajuda que recebem.

G1P1 - É uma ajuda, porque quando eu vou no mercado com os meninos eu já falo: - “Dia 15 eu compro”.

G1P2 - É tudo para as crianças, né?

G1P1 - Eles falam: “Mãe, você compra aquilo?”. “Dia 15, se você for para a escola direitinho e eu continuar recebendo, eu te dou”. É um dinheiro que eu não me preocupo de tirar do meu porque é deles, entendeu? Então a gente chega no mercado e não passam vontade, ou o chinelo quebrou, levo para cortar o cabelo, fico esperando o dia 15. Então é um dinheiro que você já conta, entendeu. Para mim mudou muita coisa.

G1P2 - Em casa, como são muitos, então é um mês de cada um. (...)

G1P3 - Faz uma escala.

G1P2 - É uma escala, quem está mais necessitado entra na fila.

G1P4 - Lá em casa também é a mesma coisa.

G1P2 - Não tem jeito.

G1P1 - E agora que está chegando as aulas

G1M - Já está no orçamento, já.

G1P1 - Minha filha hoje falou: “Mãe, e caderno?”. Eu falei: “Calma!”.

Além da prioridade dada aos filhos, demonstrada em alguns diálogos, as escolhas do uso do dinheiro advindo da inserção nos programas são contextualizadas nos relatos dos participantes. Questões ligadas à informalidade e instabilidade financeira e à situação socioeconômica do usuário e da família foram alguns aspectos observados.

Em casos de mulheres que vivem com os filhos ou que convivem com um companheiro que não está empregado ou que está no mercado informal, o benefício parece tender a ser incorporado ao orçamento familiar e a ser utilizado para comprar alimentos e roupas.

As falas das participantes destacadas a seguir abordam situações de desemprego da mulher e informalidade no vínculo de trabalho do esposo:

G3Pi - (...) mas ajuda bastante, um chinelo, um tênis é R\$ 60,00? É R\$ 60,00, mas se não vem aqueles R\$ 60,00, que nem o Renda Mínima, era cento e pouco, cortou, nossa, me fez muita falta. Na época eu estava totalmente desempregada.

G4P2 - Ajuda de custo, ainda mais para quem está desempregada. Agora tem o valor e mais auxílio escola de vinte e poucos e fica R\$ 123,00 e é um auxílio, é uma ajuda bastante para quem está desempregado.

G5P5 - Quando fiquei desempregada foi o Bolsa Família que me ajudou, nem pai e nem ninguém me ajudou.

G6P2 - Hoje meu esposo não está trabalhando assim registrado, está fazendo bico, mas comparando-se à situação inicial, ajuda muito. E agora com esse aumento, glória a Deus. Porque para as crianças agora você sabe que pode oferecer uma fruta, oferecer uma mistura, você pode oferecer um sapato. Planejar: por esse mês não dá, mas no outro...

No trecho a seguir, extraído do terceiro grupo realizado, que teve como foco “Transferência de Renda e Educação”, alguns participantes conversam sobre a ajuda que o benefício representou em seu cotidiano:

G3P8 - (...) O fato é que essa ajuda que o governo dá tem ajudado muita gente mesmo, tanto é que...

G3Pi - Tem ajudado bastante mesmo.

G3M - De que forma vocês acham que isso tem ajudado?

G3Pi - Acho que em tudo.

G3Pi - Em tudo. Bom, eu mesmo, me ajudou porque tem tempo que estava desempregada, né? Eu fiquei com quatro filhos sozinha e Deus. Eu comprava as coisas com... era leite, era fruta, às vezes dava para comprar roupa, quando não dava era a comida deles. Eu me preocupava era com eles, eu não fazia questão, comprava era para eles mesmos, entendeu? Que às vezes eu nem pego esse cartão, o pai deles, meu ex-marido, como ele foi embora, separou de mim, aí foi embora e queria levar o cartão. Eu falei: "Não, deixa o cartão, já que não vai me dar pensão, deixa o cartão para os meus filhos". Foi que ele deixou, aí comecei a pegar.

Outra informação dos participantes sobre o uso do dinheiro dos benefícios recebidos para compor o orçamento familiar está na busca de suprir necessidades básicas, as "despesas de casa", entre as quais: alimentação; mantimentos; feira; mercado; roupas e calçados; gás. Seguem alguns exemplos descritos por participantes dos grupos G2, G3 e G4:

G2P6 - Eu utilizo quando o pai das minhas filhas vem dar a pensão delas, o que precisa para elas eu vou lá e compro: sapato, sandália, porque R\$ 200,00 hoje você vai no mercado e não dá para nada.

G3Pi - Eu uso mesmo para despesa de casa, mesmo, para ajudar.

G4P7 - Todo mundo comia, vestia. Tudo com esse dinheiro.

G4P3 - É, tem que dividir. É R\$ 120,00, e R\$ 60,00 dá para comprar gás, fazer feirinha, os outros R\$ 60,00 dá para comprar um par de tênis. Tem que dividir as tarefas. R\$ 120,00 dá para fazer bastante coisa.

G4P4 - Eu gastava mais com gás, mantimento mesmo.

A seguir, diálogos extraídos do G5 e do G4 sobre o mesmo tema:

G5M - No que mais ajuda?

G5P5 - Feira, mercado, sapato, chinelo...

G5P? - Pagar contas.

G4M - Coisas de que tipo assim que ajudava para casa?

G4P6 - Comida pra gente comer mesmo dentro de casa.

G4P4 - Material escolar, livro, trabalhos, uma feira que a gente faz final de semana. São coisas desse tipo.

G4P1 - Quer dizer, a gente vai guardando porque aumenta as despesas. Aí fica sem e vai para a faculdade.

G4P2 - Pra mim o Bolsa Família, gente, para ser bem sincera, ele veio numa hora de necessidade mesmo. Não estou exagerando.... Quando eu lembro assim eu até começo a chorar (...).

Ter um pouco de dinheiro a mais também torna possível complementar e melhorar o cardápio alimentar, como ressaltou P7 no Grupo 4:

G4P7 - Só que quando veio, ele já melhorou um pouquinho, porque você já tinha ele para contar todo mês, coisa que você não tinha antes. Por exemplo: você comia ovo, passou a comer um frango, não todo mês porque tinha tanta coisa para fazer com ele, mas já estava mudando.

Assim como no G1, no G7, que também teve como foco "Transferência de Renda e Outros", os participantes relataram usar o dinheiro do benefício para suprir necessidades básicas da família:

G7P5 - Para quem precisa desse benefício, faz muita falta. Eu já fiz muita coisa com o dinheiro que eu recebi do Bolsa Família. Muita coisa, já fiz. Hoje não dá mais para mim fazer.

G7M - O que, por exemplo?

G7P5 - Feira, roupa, sapato, coisas básicas que você precisa mesmo, não dá mais. R\$ 32,00 eu faço uma feira, compro uma mistura e uma coisinha ou outra de material, porque agora o governo está dando material.

Algumas beneficiárias disseram que tentam fazer planejamento financeiro, mas, em vários casos, relataram que o planejamento falha, e a verba dos programas atende a emergências e acontecimentos alheios ao idealizado. Segue um relato do Grupo 8, estimulado pelo moderador sobre o tema "planejamento":

G8M - No caso, vocês planejam como vai usar o dinheiro ou é meio da necessidade que vem na hora?

G8Pni1 - O meu é da necessidade.

G8Pni2 - Eu acho que planejar a gente sempre planeja.

G8Pni3 - E pena que não dá certo.

G8P7 - Não dá certo.

G8P2 - Esses dias falei para o marido da minha irmã. Eu fui dormir, acabei dormindo com óculos e eu caí em cima, quebrou bem aqui. E agora, não enxergo, tenho miopia, e agora o que vai ser? Fui na ótica para ver se ela

colava e não tem jeito. Então me vê uma armação baratinha. R\$ 80,00 eu posso fazer para você. Então vai ser essa, com a Bolsa Escola, senão eu ia estar sem óculos até agora.

G8M - Então é como você falou, tenta planejar...

G8P2 - Não adianta, sempre ocorre um acidente desses.

G8P8 - Sempre acontece alguma coisa, né? Meus trigêmeos é chinelo de 15 em 15 dias, quando pego a bolsa família já compro dois par de cada um.

No entanto, no G1 e G4 havia participantes que relataram usar a verba recebida de outra maneira. O benefício é usado para todas as necessidades que não são cobertas pelo orçamento familiar:

G1P1 - O meu tem um momento que eu necessito, fim de mês. Eu pego e já recebo. Só que eu trabalho, né, salário mínimo, o dinheiro chega, por exemplo, dia 5. Dia 6 já não tem mais nada. Então a gente vai equilibrando as coisas. Quando chega o dia 26 eu pego, então, por exemplo, mistura pro leite das crianças... Não dá mesmo para fazer nada com esse dinheiro. Comprar o leite das crianças, mas às vezes quebra o chinelo, aí a gente põe uma linha. Eu não planejo nada. Se eu planejar eu não compro, então é só na hora da necessidade mesmo. Porque lá os meus filhos parecem uns bezerrinhos, toma leite, Nescau, aí o dinheiro ali já mesmo para alimentação, mesmo, porque não compro nada. [incompreensível] (01:35:47). Lá em casa pode ficar até sem a mistura, mas o leite, o Nescau e a bolacha. Esse pequenininho já foi não sei quantas vezes já comer pãozinho. É o dia todo comendo, é o dia todo.

G4P3 - (...) E quando não tiver o bolsa? Daí vai ser bem difícil. Porque eu sempre conto com aquele dinheiro, ele é a minha última, é para o remédio (...) Amanhã ou depois, se não tiver o renda, o bolsa, no caso, vou ter que fazer dinheiro de outro jeito. Tem que correr atrás do prejuízo: doméstica, limpar banheiro. Que nem minha irmã fala: tem tanto curso e vai limpar banheiro? Se for preciso a gente vai limpar. Fazer o quê?

Outra ideia apontada por alguns dos participantes é o benefício como complementação que permite adquirir bens de consumo antes não acessíveis ao orçamento familiar.

G5P7 - Precisa de roupa, de educação, de higiene. Isso ajuda. É uma complementação para todo mundo. É igual eu falo: tem os que ganham mais e

outros menos. Ajuda em todos os aspectos, é um dinheiro a mais. Imagine você com quatro filhos dentro de casa se não tivesse essa complementação do Renda Mínima, do Bolsa Família, do Renda Cidadã, o que seria?

G3Pi - No caso, além da alimentação... meu fogão pegou fogo, aí comprei fogão, eu comprei uma geladeira usada e hoje eu pago curso de inglês da minha filha.

G4P4 - De bom, se antes a gente tinha dificuldade de comprar um caderno, lápis de cor para o filho da gente, hoje a gente tem mais acesso, a gente pode comprar uma mochila também, (...) Ajuda na comida também, mas tem que ver essa parte também de material deles. Um sapato que às vezes furava e tinha que ir com ele mesmo e agora já dá para comprar.

Mais de um participante relatou o uso dos recursos provenientes dos programas de transferência de renda no pagamento de cursos e capacitação própria ou dos filhos visando ao ingresso no mercado de trabalho. É importante destacar que tais manifestações apareceram quando a moderadora trouxe ao grupo questões sobre a continuidade da vida quando os programas de transferência de renda tivessem terminado.

Mudança na vida dos filhos das participantes

G7O5 - A senhora pagou o curso da sua filha com dinheiro do Renda?

G7P7 - Do Renda.

G7P9 - Meu filho também, ele fazia curso de informática com o Bolsa Família.

G7P9 - Agora ele vai fazer outro e se não me cortar também eu só vou pagar com Bolsa Família também, porque é mais garantido para eles na escola. É para garantir um curso para eles porque ele trabalha, ele tem 17 anos, e com 15 anos ele já começou a trabalhar, já tinha feito o curso.

Outros participantes relataram que a ajuda é insuficiente para a formação extra-escolar ou para cursos complementares:

G8M - Então, no caso, em relação ao futuro, vocês estão falando mais coisas que têm a ver com estudo, com curso. (...) O benefício, ele não alcançaria até aí, é isso?

G8P2 - Ah, eu acho que não, sabe por quê? Minha irmã tem uma pensão

que ela recebe do ex-marido dela boa, não vou falar que é ruim. Esses dias eu falei se você paga curso de inglês para a R., ela falou que paga. Fui lá e era R\$ 275,00 só de uma vez. Eu falei para meu filho: sinto muito mas se for eu para pagar, você vai ter que trabalhar primeiro para você poder pagar um curso para você desse valor. E não é nenhuma escola de nome não, viu? E ela paga R\$ 200,00 e pouco de curso de inglês para filha dela. Eu vou ser sincera: não tenho condições de pagar um curso. Primeiro porque não tenho só um, tenho dois, se for para pagar para um, tinha que pagar para o outro.

G8M - E vocês, o que acham? O benefício só ajuda até um ponto, depois fica difícil.

G8P2 - Até um ponto.

G8M - Ele ajuda de alguma forma planejar.

G8P1 - No caso da minha filha, ela está com 15 anos, né? Ela faz computação na Microlins. Perto da minha casa tem a Fidelis de Jundiaí, que pega jovem para telemarketing a partir dos 17 anos. Só que eles quer o curso, o diploma de computação. Então para ela vai ser útil porque ela já vai terminar os estudos e já pode entrar na Fidelis, porque o ônibus passa do lado da minha casa, o ônibus leva, o ônibus traz. Tem um monte de jovem, só para jovem.

G8M - Às vezes, como ela falou, não é só a questão do curso. Você tem o curso mas não consegue.

Os principais destaques de como são utilizados os benefícios no dia a dia estão ligados às necessidades básicas familiares, que são específicas de cada família e podem ser diferentes de um mês para o outro.

Outra informação que pode ser destacada é se há outro rendimento fixo na família além do benefício. Se existir, este vai influenciar nos itens que serão incorporados ao cardápio familiar, nas vestimentas dos filhos, nos utensílios domésticos, transporte, cursos ou outros, dependendo da vulnerabilidade social e econômica dessas famílias em diferentes momentos de sua vida.

4.8.2. Como usaria o benefício no dia a dia

Nos dois grupos de controle (G10 e G12) formados com mulheres inscritas nos programas e ainda não contempladas também houve entendimento de que o dinheiro dos benefícios é para as crianças. No primeiro, G10, P6 e P1 argumentaram que o valor recebido é para as crianças:

G10P6 - É um dinheirinho que dá pra comprar alguma coisa, dá pra fazer bastante coisa para as crianças.

G10P1 - Ela é uma boa ajuda para a alimentação da criança, uniforme (...). Então eles ganham o material, mas sempre está faltando alguma coisa que a gente tem que repor. Nunca dura para um ano, o material. A gente tem que comprar uma camiseta para as crianças, um tênis. Meu filho, mesmo, ele tem 9 anos. Ele já perdeu roupa para caramba porque ele engordou, cresceu, já está usando tamanho de adulto. Não consigo mais comprar roupa para ele de menino de 9 anos. Gasta bastante e eu nem compro roupa assim, muito, compro uma blusinha, outra, uma calça, outra, um tênis ou outro. (...).

Já no G12, a P9 responde a uma pergunta feita pela moderadora dizendo que o dinheiro do benefício lhe seria útil na compra de material escolar para os filhos:

G12M - Tudo bem eu estou entendendo que vocês só fizeram o cadastro, mas se estivessem recebendo hoje, o que esse benefício contribuiria na vida de vocês hoje?

G12P9 - Pra mim ia servir para comprar as coisas dos meus filhos que falta, que eles pedem e não têm. Era com certeza para o material escolar deles.

No G10, os participantes conversaram sobre a ajuda que os programas podem dar às famílias: P6, por exemplo, fala da experiência da cunhada que já é beneficiária e "faz milagre com o dinheirinho dela", e lista alguns itens de compra. Já P7 diz como usará o dinheiro do benefício para comprar fralda, leite e remédio para o filho:

G10P6 - Mas esse programa ajuda bastante, ajuda muitas famílias. Minha cunhada, mesmo. Nossa, ela faz milagre com o dinheirinho dela. Ela já conta com aquilo: esse mês eu vou comprar o tênis. E ela está fazendo um curso de cozinheira que eles dão, e ela estava fazendo, ela até aprendeu a fazer massa de macarrão, sabe, eles ensinam várias coisas para que quando cortar ela ter um jeito de ganhar dinheiro por fora.

G10P1 - No caso ela tinha que estar usando esse dinheiro para (incompreensível) o restaurante dela, mas não tem condições.

G10P7 - É que nem eu falei para vocês, né, que eu tenho um filho de 1 ano e 4 meses, e eu estou separada faz cinco meses, e o pai dele não ajuda em nada, nem fralda, nem remédio, ele está doentinho porque está nas-

cendo os dentinhos e ele não ajuda assim em nada. Eu acho que com esse dinheiro vai ajudar bastante, porque muitas vezes falta fralda, né, leite. Até então eu não peço, mas a minha mãe vê, porque eu moro com ela. Ela vê, vai lá e compra, porque se ela esperar por mim, eu não peço, eu me sinto envergonhada, né, de pedir, porque eu acho que, assim, na hora de a gente casar, sair de casa, a gente faz. Então eu acho que na hora de cuidar, a gente também tem que segurar sozinha. Aí eu me viro sozinha, eu tento fazer alguma coisinha ali, porque eu gosto muito de fazer unha, né? Então eu me viro aqui, me viro ali, aí eu tento me virar sozinha, mas ela vê que está faltando, ela vai lá e compra. Eu acho que esse dinheiro iria me ajudar muito nisso, nessa parte.

G10P1 - Mas você tem que pedir a pensão também.

No mesmo grupo, uma das participantes ressalta que “é bom esse projeto do governo”, argumentando que pode ajudar pessoas que, assim como ela, não têm profissão ou educação formal:

G10P1 - É bom para quem não tem uma profissão, né, tipo eu, que tenho pouco estudo e não tenho profissão e nem carteira assinada. Então isso faz uma falta, porque como que eu vou arrumar um bom serviço se eu não tenho uma profissão e se eu não tenho um estudo? Então por isso que é bom esse projeto do governo. E às vezes a gente precisa também, porque tem um problema de saúde, né, quer fazer um tratamento, precisa de um remédio, precisa de dinheiro, né?

Tanto as mulheres já incluídas nos programas quanto aquelas não contempladas (grupo de controle) vinculam os recursos provenientes dos programas de transferência aos gastos com os filhos, e privilegiam (ou privilegiariam) necessidades, vontades e anseios das crianças.

Há duas diferenças entre os dois grupos. A primeira é que as mulheres já incluídas nos programas perceberam que o recurso recebido se incorpora ao orçamento doméstico e ajuda nas necessidades cotidianas, mas, a despeito da tentativa, ao menos em alguns casos, de planejamento financeiro, as emergências continuam existindo. A capacidade de planejamento aumenta, mas não as tornam capazes de enfrentar urgências e eventualidades negativas.

Em outras palavras, não há percepção de que os recursos recebidos possibilitem que as famílias deem um salto significativo em seu padrão de consumo, mas as

entrevistadas reconhecem que o valor possibilita pequenos luxos e algum consumo não previsto quando há alguma sobra.

A segunda diferença se dá no empoderamento das mulheres no âmbito familiar. O implemento de orçamento familiar que ocorre por meio dos benefícios lhes permite uma melhor relação familiar. Esse aspecto, é importante ressaltar, não é apontado entre as mulheres participantes dos grupos de controle.

4.9. Melhorias na vida por meio de programas complementares

Os participantes dos grupos discutiram os benefícios que obtiveram a partir da inserção nos programas complementares. Tais questões se entrelaçam, uma vez que a ajuda pode contribuir efetivamente para uma melhoria na vida de quem recebe o benefício, quando, por exemplo, alguém que faz um curso consegue atuar profissionalmente na área em que recebeu a capacitação. Alguns desses programas complementares são condicionalidades dos programas de transferência de renda; outros, não.

De forma geral, os benefícios apresentados são sempre sobre cursos realizados, que interferem pouco na capacidade das pessoas de ingressarem no mercado de trabalho formal ou informal. Os cursos são frequentados pelas próprias beneficiárias e por parentes próximos, mas não se pode precisar que estejam vinculados aos programas de transferência de renda.

É importante destacar, também, que a pesquisa inicial – quantitativa – não subordinou os programas complementares a condicionalidades dos programas de transferência de renda. Por esse motivo, encontraram-se, nos depoimentos, programas complementares dos mais variados tipos.

G7P8 - Eu faço curso de manicure em Itaquá, (...) Como eu gosto muito, eu entrei para fazer curso de costureira (...), foi muito bom e aprendi muito. E aí eu comecei a ir, depois eu passei para costureira (...)

G2Pi - Tem... põe a gente para fazer... tem cursos, tem curso de computação, tem os cursos de chocolate, tem curso de culinária, tem bastante coisas e (...) comida também, que é muito gostosa a comida.

G2P1 - (...) Esse programa que ela fazia lá nós fizemos quando o rapaz passou, já tinha dois anos que nós fazíamos aquela Ação Família. Aí era muito legal porque lá nós aprendíamos a pintar, miçanga no chinelo, crochê, tudo isso, que nem ela mesmo falou, só que agora também tiraram

isso daí, já fazem uns dois, três anos.

G2P - Era um programa (...) bem sabe... muito legal o programa, porque não era só que nem assim, muitas vezes, a gente fala: "Ah, é um benefício, você recebe alguma coisa?". "Não, nós não recebemos nada". Só que é assim: eles dão para onde a gente sabe se desenvolver, que nem esses cursos aí de miçanga no chinelo, crochê, lá tem um monte de gente que vive dessas coisas, entendeu? Com os cursos que eles ensinaram para a gente.

Nos relatos e diálogos transcritos a seguir, podem-se ver diferentes situações em que as mulheres e/ou seus filhos fizeram cursos e tentaram melhorar o rendimento doméstico por meio de trabalho autônomo ou da inserção no mercado de trabalho.

G6P1 - Eu fiz há dois anos atrás como auxiliar administrativa. Tinha o vale transporte que era cento e vinte mais duzentos e dez que era uma bolsa de auxílio. Aí, agora, segunda-feira, comecei como recepcionista. Eu ganho trezentos e trinta e faço em Salesópolis. Isso que me ajuda agora, e o Bolsa Família, que eu pago as coisas dos meus filhos.

G6P6 - No caso, lá em Diadema, eu não tenho, assim, muito a reclamar. Que nem ela falou do benefício, eu também entrei nesse Emprega São Paulo que ela está falando lá em Diadema. Eu fiz esse curso e entrei na área de telemarketing. Aí tive esse auxílio todo lá em Diadema. Aí nesse emprego que eu estou foi graças ao programa Emprega São Paulo que eu entrei.

Há, também, relatos que demonstram a dificuldade de profissionalização e de geração de renda apesar dos cursos realizados. Seja porque eles são muito básicos ou porque há outros elementos que definem a empregabilidade das pessoas que nem sempre estão acessíveis às inscritas nos programas de transferência de renda.

G7P4 - Mas eu já faço bastante curso, só que não tenho dinheiro suficiente para mim comprar os objetos para trabalhar para ganhar meu dinheiro. O que eu faço, eu faço muita coisa, faço comida, faço lanche, tenho meus diploma em casa pelo Sesi, agora estou estudando lá em Guararema e faço curso de garrafa pet, qualquer tipo de garrafa pet que jogar para mim eu faço qualquer coisa, tricô, crochê, tear, tudo eu faço, mas não tenho dinheiro para comprar as coisas suficiente para trabalhar para vender. Vem gente lá em casa, vê, gosta, mas cadê, para comprar, comprar a linha, o pano, não tem.[...]

G1P3 - Porque diz que faz curso de hotelaria lá, aí eu pego o certificado e qualquer coisa eu consigo arranjar um emprego. Quem disse?

Em outro grupo tem-se uma conversa entre participantes sobre os cursos que frequentaram, a importância que tiveram para essas mulheres e também as tentativas e dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

G3Pi - Eu fiz pet shop e corte e costura e agora eles estão fazendo, estão dando bijuteria para fazer e culinária.

G3M - E desses cursos que você fez, que vocês fizeram, vocês trabalharam ou trabalham com isso ou pensam em trabalhar?

G3Pi - É assim: a gente pegou certificado e tudo, só que a gente vai em pet shop, às vezes está precisando e você vai e falam assim: "Não, mas você tem só o básico ali, né?". Eles dão curso básico, na prática ali você não tem como ter, né? Aí eles não pegam.

G3Pi - É, comigo foi a mesma coisa. Eu fiz o curso de gastronomia, aí foi...

G3M - De gastronomia?

G3Pi - É. No SENAI também, aí fui procurar emprego. Hoje em dia eu trabalho em restaurante, mas como ajudante de cozinha.

Nos trechos que seguem, as participantes relatam sobre cursos que fizeram, mas reclamam que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho. A moderadora continua indagando sobre sua participação nos cursos:

G3M - Mas esse curso que abriu essa porta para você? Te ajudou?

G3Pi - Me indicaram e fui atrás.

G3M - Sim, mas ter feito esse curso te ajudou?

G3Pi - Ajudou porque...

G3Pi - É que na verdade esses cursinhos assim são o início. Quem tem força de vontade, que quer realmente aquilo, aquele objetivo, vai em frente.

G3Pi - É que nem corte e costura. Eu estou fazendo corte e costura, mas daí a professora está se aprofundando. Ela acredita que dali a gente vai ter alguma coisa, vai ter um resultado mesmo. Então para mim o pet shop não valeu a pena, foi tipo um benefício que deram para a gente, ali. Não valeu a pena porque foi só o básico.

Em outro trecho:

G3M - Foi um benefício que deram?

G3Pi - Foi, então não valeu a pena para mim o pet shop, eu não posso exercer.

G3M - E o corte e costura, o que foi, como é que você conseguiu? É um benefício?

G3Pi - Eu estou fazendo, ainda. Foi lá também. É, eu fiz a inscrição na subprefeitura e aí eles encaminharam para lá, aí de lá eles encaminham para a Sigbol.

Outras possibilidades de renda se apresentam para trabalho autônomo:

G3Pi - É bem puxado, eu acho. É das 11 às 13. É bastante tempo. Que nem na minha área que eu escolhi, confeitaria e salgados. Você faz o salgado em casa, você está sem dinheiro, rapidinho você levanta um dinheiro. Eu vou lá no mercado e compro peito de frango, eu compro a farinha, eu tempero, eu faço pequenininho, congelo.

G3M - Você está fazendo isso?

G3Pi - Eu vendo.

G3M - Para você foi...

G3Pi - Para mim foi muito útil, graças a Deus. Para a minha filha já não foi porque ela não gosta da área da cozinha.

G3M - Depende para quem...

G3Pi - Minha filha fez o mesmo curso que eu, hoje eu tiro o meu trocadinho bom ou ruim com salgados e ela já não. Ela nem na cozinha ela chega.

A opinião apresentada de que os cursos são “só o básico” e de que isso não permite uma inserção no mercado de trabalho aparece em mais outros grupos, conforme os relatos a seguir:

G3Pi - É que nem minha irmã, quando a gente fez, a gente fez o curso juntas e ela não gosta.

G3Pi - O curso de computação que tem no CEU, ele não serve para você arrumar um emprego.

G3Pi - Eu fiz também, mas é só o básico.

G3Pi - Eu acho que teria que ser mais, né? Eu peguei e coloquei meu filho no curso particular para poder ele conseguir um emprego melhor.

G10P6 - Há alguns anos, uns 10, 15 anos atrás, eu fiz curso de cabeleireira, eu fiz curso de manicure...

G10M - Você fez por onde?

G10P1 - Pelo estado. Na época, aqui em São Paulo.

G10P1 - Eu fui ver o curso de cabeleireira e manicure, é de R\$ 600,00 a R\$ 700,00. Mas esse que você fez era ligado a alguns desses programas?

G10P6 - Eu não sei se era do programa, esse programa agora que está existindo, né? Mas na época, o governo, ele dava essa possibilidade. Eu fiz, eu sou cabeleireira, tem várias profissões. Eu fiz pelo SENAC curso de pintura, eu sei pôr piso, eu sei pôr azulejo, eu sou mil e uma utilidades. Eu sou cabeleireira, eu cobro R\$ 3,00 para cortar o cabelo lá no prédio, o povo sai tudo bonitinho, corto do meu atual marido, eu corto do meu filho, meu outro filho que é casado. Então, assim, a gente se vira, né? Porque esses cursos são bons para isso, como você mesmo falou, para a gente se virar, porque na hora que você não tem dinheiro...

Já para os parentes, principalmente filhos, há outras possibilidades de inserção no mercado de trabalho. A faixa etária é provavelmente um diferencial importante e não mencionado no acesso ao mercado de trabalho:

G2P9 - ...ele já estava fazendo... ele estava lá em uma associação que tem lá que pega criança menor e maior de 13 anos para fazer o curso profissionalizante. Aí a diretora já arranhou emprego para ele, ele com 16 anos e 6 meses. Aí ele não chegou a receber nada do Jovem Cidadão, nem fez curso nem nada porque ele começou a trabalhar, então, e não podia mais.

No grupo de controle 10, as participantes conversaram sobre alguns cursos, e a moderadora perguntou às participantes em quais cursos elas gostariam de se matricular. As respostas são variadas e a preocupação em incluir os filhos é notada no diálogo:

G10M - O que você queria fazer?

G10P2 - Eu queria fazer um curso de administração que eles estavam oferecendo, que tinha vagas. Eu passo de vez em quando lá no PAT, que é o posto de atendimento ao trabalhador, aí eu passo de vez em quando para ver se tem alguma vaga de emprego, e pergunto desse programa jovem, mas nem elas têm respostas; para falar a verdade, nem elas sabem.

G10P1 - Eu cadastrei meu filho lá perto de casa, na Coper. É uma casa lá

que eles ensinam a criança praticar esporte. Eles dão merenda, eles têm o computador também, ensina eles mexerem com computador e eles vão fazer caminhada, eles ensaiam também dança, depois eles vão fazer uma apresentação com as crianças e tem bastante criança nessa Coper. Tem no período da manhã para criança que estuda à tarde, tem no período da tarde para as crianças que estudam de manhã. Eu coloquei meu filho lá para ele não ficar na rua. Pelo menos lá ele está com várias crianças, tem professores, tem pessoas responsáveis. Eu queria cadastrar a minha de 14 anos para fazer curso de computação, mas gratuito eu não sei de nenhum em Suzano. Acho que tem que pagar.

G10P6 - No CRAS tem bastante curso, mas é que é complicado, é muita demanda para pouca vaga, muita gente.

G10P? - É. Não consegue atender a todas as necessidades.

G10P1 - Se tivesse, eu colocaria minha filha para fazer uns cursos para não ficar também na rua, né?

A inserção em cursos também foi proporcionada pela renda complementar recebida pelos programas de transferência de renda. Renda com a qual os participantes proporcionaram cursos importantes, na visão deles, para a melhoria das chances de emprego dos filhos.

G3Pi - (...) a gente paga o curso de inglês e roupas, sapato, isso tudo ajudou sim, bastante.

G3Pi - Eu também paguei um curso para o meu filho. Hoje ele está trabalhando e agora eu continuo pagando o curso de cabeleireiro para minha filha. Ajuda muito, para mim ajuda muito.

Há, por último, programas complementares que também são transferência indireta de renda e têm impacto análogo aos programas de transferência, mas envolvem informação nova, compartilhada por uma das participantes e desconhecida pelas demais.

G6P6 - uma coisa que eu achei bom no Bolsa Família foi assim: a conta de luz a gente pagava muito alta. Daí eles falaram que quem tivesse bolsa família lá em Diadema, não sei se nas outras regiões tinha também isso. Eu sei que lá em Diadema quem tinha auxílio do Bolsa Família eles...

G6P6 - (...)Tem que ser no nome da pessoa que recebe o Bolsa Família.

Como eu recebia, eles colocaram a conta no meu nome e a conta vinha baixo. (...) Não, a água não, era só uma conta que a gente podia fazer, tinha que escolher uma das duas.

O Termo de Referência (TOR) da Solicitação de Propostas (SDP) 7753 informou que a pesquisa quantitativa foi baseada em programas complementares associados a condicionalidades:

Os programas complementares compreenderam condicionalidades previstas por esses programas de transferência de renda, como frequência escolar e procedimentos de saúde e programas públicos complementares (federais, estaduais e municipais), como os de distribuição de alimentos, de educação especial, de capacitação profissional para jovens e adultos, auxílios para melhorias habitacionais, contraturno escolar e inclusão digital.

A pesquisa partiu da hipótese de que os impactos sobre a pobreza tendem a ser mais positivos quando, ao programa de transferência monetária, somam-se outros programas sociais – e que tais impactos dependem ou se relacionam, de algum modo, com o nível de conhecimento e o comportamento dos beneficiários.

Mas os programas analisados não estavam necessariamente associados a condicionalidades. Além disso, algumas dessas condicionalidades impostas para a permanência nos programas, como a frequência escolar e o acompanhamento à saúde, referem-se a programas muito disseminados e, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), se ainda não estão universalizados, estão muito próximos disso, muitas vezes antes mesmo do surgimento dos programas de transferência de renda. Assim a discussão girou, em muitos grupos, em torno da avaliação da qualidade dos serviços de educação e saúde.

Foram selecionados para este item as falas dos participantes sobre os cursos a que tiveram acesso, como discutido no início desta análise. Eles sabem da existência de capacitações destinadas a eles (adultos) e aos filhos (jovens), mas alguns dos cursos foram considerados básicos no que se refere a uma preparação efetiva para o desempenho da função e a inserção no mercado de trabalho. Assim, nem todos os cursos viabilizaram uma efetiva profissionalização ou geração de renda.

Apesar dos relatos em todos os grupos sobre cursos que os participantes e/ou filhos conhecem, realizaram ou tentaram cursar, e alguns deles conseguirem se inscrever em cursos profissionalizantes, não é fácil se inserir no mercado de trabalho.

Muitas vezes, os cursos são vistos como muito “básicos”, e, por esse motivo, de acordo com os depoimentos, as pessoas não conseguem vagas no mercado de

trabalho. Uma única participante relatou ter feito cursos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que lhe deram a possibilidade da profissão de cabeleireira e a ajuda com bicos de outras naturezas para complementação de renda. Os casos em que o curso frequentado permitiu ganhos de renda foi de maneira autônoma e informal.

Os cursos de formação, capacitação e profissionalização foram apontados em diversos grupos, inclusive nos grupos de controle, como formas de melhorar a vida dessas famílias. Algumas participantes disseram buscar o acesso a esses cursos, enquanto outras aceitam o que lhes é oferecido, mesmo que seja inicialmente um dos “condicionantes” de permanência em um programa.

A capacitação para o trabalho no Brasil, durante muitos anos, foi uma política restrita ao campo da benemerência e voltada aos mais pobres. Os depoimentos das mulheres nos remetem a este modelo de capacitação (restrita e pouco eficaz). Os relatos demonstram a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por meio dos cursos realizados, e essa informação ajuda a questionar a eficácia desses cursos. O Estado tem grande experiência na área de qualificação e requalificação profissional. Instituições públicas, como a Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) e o Centro Paula Souza, ou agências paraestatais vinculadas ao Sistema “S”, têm grande conhecimento institucional e história de sucesso na implementação desses cursos, tanto os básicos quanto os de média e longa duração. Apesar disso, nenhuma dessas instituições apareceu no relato das mulheres como ofertante da capacitação para o trabalho.

4.10. Discussão sobre saúde

Apesar de ter sido o tema central de três grupos (G2, G6 e G11), a questão da saúde foi abordada em muitos dos grupos focais. Saúde e educação estão presentes em todos os grupos pela importância dessas políticas públicas na vida das pessoas.

Destaque-se, contudo, que a discussão sobre saúde não se dá no âmbito de políticas públicas complementares aos programas de transferência de renda. As políticas públicas de saúde, além de muito disseminadas, têm práticas, status, equipamentos e gestão de atendimento que lhe são próprios. Raramente encontrou-se nessa pesquisa vínculo entre os programas de transferência de renda e políticas públicas efetivas de saúde.

Quando há vínculo, é indireto, como, por exemplo, quando recursos recebidos dos programas de transferência de renda ajudam a pagar medicamentos necessários à saúde de alguém da casa, caso descrito a seguir. No G4, por exemplo, o

tema saúde foi pautado somente uma vez por uma participante que informa que o dinheiro do benefício permitiu a compra de remédio necessário a pessoa da família.

G4P3 - Mas no caso ajuda bastante. Pelo menos o que tem aonde eu moro, no Taboão, é cesta básica, eles indicam médicos, aonde posso pegar medicamento para minha mãe, que é diabética. Daí, com dinheiro do bolsa eu sempre divido para pagar alguma dívida e ajudar a pagar o remédio da minha mãe. Então sempre quando preciso de remédio, agora tenho bolsa e deixo o dinheiro reservado porque tem remédio que não tem no posto de saúde, você nunca acha, vai naquele (Cemeg) e é uma fila imensa. Volta daqui a três meses, mas minha mãe não pode esperar tudo isso.

Outros casos de vinculação entre as políticas apareceram quando os participantes foram orientados por profissionais da saúde a procurar o programa, como no caso do G7, quando uma das participantes relatou suas tentativas de inserção nos programas e narrou que uma de suas filhas nasceu com problemas de saúde e, assim, teve acesso à orientação de dois profissionais de saúde e o devido encaminhamento para a entrada no programa que esperava.

G7P9 - (...) Daí eu fui na Caixa e não tinha nada, eu tinha mais de ano que tinha feito e daí eu voltei para casa. Daí depois fui de novo e nasceu a minha menina (...), né? Daí ela nasceu com probleminha de saúde. Como eu tinha separado quando fiquei grávida dela, ela nasceu com probleminha de saúde e eu não tinha condições de cuidar dela, de levar ela para o médico, eu não tinha dinheiro. Como o pai dela sumiu, não me ajudava em nada, eu procurei assistente social. Daí ela me perguntou se eu tinha feito esse negócio, o médico também, o pediatra deu um empurrãozinho e falou: procura, né? Tem o Bolsa Família, tem isso para te ajudar e vou pôr ela aqui e pônhou um valor que eles na época era R\$ 60,00. O médico mandou levar lá na assistente social. Eu levei lá. Ela era bebezinha, aí levei lá na promoção social. De lá eles encaminhou para o SUS. Daí na mesma semana o cartão chegou.

A saúde aparece como tema transversal em todos os grupos focais, como mostram os exemplos acima. Na análise deste estudo qualitativo, separaram-se as manifestações sobre essa política pública em três temas principais:

1. Saúde e doença no dia a dia
2. Acesso aos serviços de saúde
3. Acesso a medicamentos

4.10.1. Saúde e doença no dia a dia

Os participantes fizeram diversos relatos sobre adoecimentos e tratamentos de saúde deles, dos filhos ou de outro membro da família. Algumas mulheres relataram que têm problemas de hipertensão, diabetes, de coluna, bursite, rinite, depressão, transtornos mentais, além de preocupação e cuidados com a obesidade infantil (dos filhos e netos) e narraram suas dificuldades em tratar de tais doenças nos serviços de saúde disponíveis em suas respectivas comunidades.

Nesse tópico destacam-se algumas falas, diálogos e narrativas que se referem a doenças que levaram essas pessoas a acessar serviços de saúde e, conseqüentemente, à necessidade de medicação para os tratamentos recomendados, principalmente de uso contínuo.

Ainda no G7 – “Transferência de Renda e Outros”, grupo realizado com mulheres da RMSP, o tema “saúde” foi colocado em pauta em três momentos: na narrativa do P10, que começou falando sobre os cursos que fez e sua inserção no mercado de trabalho e depois contou que teve “bursite”, e também com P5, que estava fazendo tratamento de saúde.

G7P10 - foi aonde eu peguei a bursite e não estou podendo tecer mais. Por causa desse problema que eu estou fazendo fisioterapia e tratamento.

G7P5 - mas no momento não estou trabalhando, eu tive problema de saúde e estou parada por enquanto. Estou fazendo tratamento. (...)

No G6 – TR + Saúde – a moderadora pede aos participantes que falem sobre a alimentação e os cuidados com a dieta alimentar no dia a dia. Os participantes falaram sobre a preocupação com obesidade e controle de peso, sobre a falta de orientação médica, dieta alimentar, alimentação saudável e outros.

Veja-se o diálogo em que há um claro jogo de posicionamentos interativos-reflexivos: P7 se posiciona como mãe – “a mãe tem aquela preocupação que a criança possa ganhar peso.” P1 se posiciona e posiciona as outras mulheres como “especialistas” – “Ela pode pegar trauma e virar bulimia”.

G6M - No dia a dia, como são os cuidados com a saúde, alimentação. Porque saúde não é só levar ao médico. Como é isso?

G6P1 - Meu filho tem uma dieta complicada (...). Porque você tem um filho que tem que comer alimentos, refrigerante nem em sonho, doce muito menos, legumes tem que ser natural sem agrotóxico. Então é caro, se você for comprar com agrotóxico você paga mais barato (...)

G6P1 - (...) Isso, eu incorporei todo mundo, eu obriguei todo mundo entrar no regime.

G6M - Vocês estão falando da preocupação com a saúde, cuidado com a dieta alimentar, alguns tiveram problema específico de saúde e precisaram ter um cuidado muito, principalmente você A., um cuidado, você também, um cuidado muito grande com a alimentação, com uma dieta que vocês precisaram passar a ter com filho, que está relacionado ao cuidado com a saúde. Que outros cuidados com a saúde no dia a dia vocês está relacionado aí, no caso alimentação? Que outras coisas vocês também vivenciaram?

G6P2 - Em casa é assim: um está fazendo dieta, mas não é coisa que vai ser para sempre, coisa básica que são coisas naturais, como farinha de linhaça que é bom para todo mundo, já vai para todo mundo, Activia também, farelo de trigo, essas coisas. Mas no dia a dia eu procuro não deixar muito refrigerante em casa, é mais água, mas isso foi orientação médica quando eu estava grávida da minha menina de 8 anos. É só suco natural.

G6P1 - Eu já faço suco para ficar aquelas bolinhas lá porque eu tenho 2 pequeninho, né? Então eles veem as pessoas tomando refrigerante e na minha casa é proibido. O que eu faço? Compro bicarbonato e solto.

G6Pni1 - Ótima dica.

G6P1 - Meu filho de 12 não pode tomar refrigerante, mas eles não têm nenhum problema assim que não possa tomar.

G6P7 - Você falou da farinha de linhaça, até ao contrário do que vocês estão falando, às vezes tenho preocupação para não ganhar muito peso com obesidade, que criança hoje em dia é muito comum. Tem criança que já está quase obesa, a escola chama atenção, a mãe tem aquela preocupação que a criança possa ganhar peso.

G6P2 - Não, daí tem que ser uma coisa bem controlada, tem que saber usar, não pode ser demais e nem uma colherzinha e nem todos os dias.

G6M - Alguma de vocês teve problema com filho com relação a isso?

G6P7 - O peso.

G6Pni2 - Ao peso não.

G6Pni3 - Só o (R.), se eu não seguro a boca dele.

G6P7 - A minha menina era muito gorda, ela foi crescendo.

G6M - Que idade?

G6P7 - 3 para 4 anos, foi quando ela começou ter 5 anos ela mesma ia fazer regime. Tanto que ela emagreceu tanto hoje que eu cortei a salada, não vou comprar alface mais. “Mãe, eu estou ficando gorda de novo”. “Você não está gorda, você está perfeita”.

G6M - Mas o que você está chamando de gorda uma criança de 3, 5 anos?

G6P7 - Não, ela era gordinha mesmo.

G6P1 - O meu já era ao contrário.

G6P7 - Ela mesma fez o regime tranquilo.

G6M - Uma criança com 3 anos decidiu fazer regime!

G6P7 - Eu comprava muita salada e como eu faço regime, não consigo emagrecer.

G6M - O médico não chamou sua atenção, não te orientou, não falou que ela estava acima do peso?

G6P7 - Não, sempre que eu passava no médico eles falavam para controlar a comida dela. Eu controlava mas ela comia demais, daí depois ela foi crescendo e fez regime.

G6P1 - Você tem que tomar cuidado na hora que as pessoas falam, chamam ela de gorda. Ela pode pegar trauma e virar bulimia.

G6P7 - Ela mesma faz regime, eu falo que tem que comer um pouco porque está mais magra. Não, mãe, estou muito gorda.

G6M - Que idade você falou que ela tem?

G6P7 - 6 anos.

G6M - Quanto que ela pesa?

G6P7 - 25 kg.

G6P1 - Meu filho vai fazer 13 anos e pesa 19 kg.

G6P7 - Antes ela tinha quase 40 kg, o meu menino de 9 anos tem 24 kg.

G6P1 - Por isso que ele está em tratamento.

Nos diálogos anteriores, as participantes falam de preocupações cotidianas como mães que cuidam dos filhos quando eles têm alguma doença específica – no caso, sobrepeso e subnutrição – ou como preveni-las. Porém, também in-

dicaram que há desamparo em relação à orientação de profissionais de saúde especializados que forneçam informações nutricionais adequadas.

A questão da alimentação como um cuidado com a saúde também foi discutida no G11, a partir da inserção do tema pela moderadora. Uma das participantes (P8) conta que recebeu orientação sobre alimentação e controle de peso na escola e na Unidade Básica de Saúde (UBS), mas os demais participantes disseram não terem sido orientados a respeito.

G11M - Eu queria ver ainda com questão da saúde, quando a gente está falando de saúde, fala de remédio. Tenho remédio de pressão, faço tratamento com ginecologista e tudo mais. Pensando nisso, a gente vai pular um pouco para questão da alimentação. Você falou da obesidade do seu filho. Pensando que possa ter palestras, orientação lá por meio das palestras, orientação de cada uma de vocês. Pensando nessas alternativas que estão tendo com relação a saúde, algumas com acompanhamento, em tratamento pelo que eu estou entendendo. Vocês mudaram, modificaram hábito alimentar? Vocês tinham hábito de alimentação e modificou o hábito de alimentação de vocês?

G11P4 - No meu caso, não. (...) Não tenho esse acesso.

G11M - Essa informação não chega nas palestras, lá.

G11P4 - Na minha, não, até gostariam, mas nunca consegui essa proeza aí, participar disso daí.

G11M - De repente nessa participação de vocês nos programas sociais, nos programas de alimentação, se isso alterou algum jeito de vocês se alimentarem, se receberam alguma informação no jeito de alimentar. Vamos pegar a G11P8, que nem você está dizendo que seu filho tem obesidade. Nesse fator de obesidade, por meio dos programas que você participa já te deram informação ou disseram que então eu recebi, faço controle da obesidade, mas também tem tal coisa de alimentação que pode ser mudada. Esse tipo de informação já teve?

G11P8 - Quando eu fui fazer a pesagem lá, indiretamente eles falam que tem que ser assim, comidas saudáveis. Não falou nem para mim, falou assim direto para ele. Não foi numa reunião, foi individual, foi uma coisa mais pessoal. E foi mais na escola que teve essa discussão. Mudou demais a alimentação da escola e ele mesmo [inaudível].

G11M - E daí teve essa orientação na escola para você também ou só...

G11P8 - Só para ele, ele acabou trazendo isso e eu tive na UBS quando vai fazer a pesagem, que devia estar controlando a alimentação dele. Agora

já está mais controlado.

G11M - E o restante do grupo?

G11P2 - Não tenho acesso nenhum.

G11M - Ao hábito de alimentação, o que é saudável, o que não é saudável.

G11P5 - Isso não.

A discussão sobre saúde não contempla os programas de saúde como complementares aos programas de distribuição de renda. Trata-se, para os participantes dos grupos focais, de duas políticas desvinculadas uma da outra. É importante salientar que o grupo focal G11, que tratou do tema da transferência de renda e programas complementares de saúde, foi uma repetição dos grupos G2 e G6, porque o tema saúde como política complementar não havia aparecido nos dois primeiros.

4.10.2. Acesso aos serviços de saúde

No que se refere ao acesso aos serviços de saúde, reproduzimos alguns depoimentos dos participantes dos grupos focais sobre equipamentos existentes no território onde moram, e também no agendamento de consultas e exames e do atendimento recebido pelos profissionais.

Como os grupos G2, G6 e G11 tiveram como foco comum “Transferência de Renda e Saúde”, ficou marcado nas falas que ao situar e avaliar os serviços de saúde, positiva, negativa ou comparativamente, os participantes relataram de qual bairro, vila ou município eram e como estava a saúde na região.

Essas avaliações são muito heterogêneas, até porque as pessoas vêm de locais muito distantes entre si, de várias cidades da Região Metropolitana de São Paulo e de diferentes regiões da capital paulista.

Assim, como se pode ver na interanimação dialógica, em um pequeno trecho do G6, P1 diz ao grupo que “Em matéria de saúde, Salesópolis é lastimável”, e esclarece que se referia a médico, medicamento e posto de saúde. Já a P2 falou de Rio Grande da Serra e especificou que estava se referindo ao bairro onde mora, a uma vila, e que lá seus filhos estão bem assistidos. São, portanto, várias as opiniões e as experiências relatadas pelos participantes.

G6P1 - Em matéria de saúde, Salesópolis é lastimável. Não temos pediatra, ginecologista não existe, medicamento só se você comprar, posto de saúde nunca tem (...).

G6P2 - (...) No Rio Grande da Serra, assim, em relação à saúde eu posso dizer assim que é mais ou menos... Porque no bairro que eu moro, eu moro afastado do centro, numa vila, e lá tem posto de saúde, tem uma ginecologista, não tem o pediatra, mas tem o clínico que também atende se necessário for (...). Então eu acho que os meus filhos participam de, eles têm atendimento com psicólogo, tem atendimento com a fono. Então, quer dizer, eles estão sendo assistentes. Não faz parte de uma, não sei se APAE, faz parte da ação social, mas não é da prefeitura, mas está ali no Rio Grande da Serra. Então, pelo menos os meus filhos estão sendo assistentes, estão sendo assistidos. Então eu acredito que dá para melhorar, e muito (...).

G6P4 - Ontem mesmo eu fui levar o meu filho no pronto socorro lá em Itaquaquecetuba, quando chegou lá estava tudo apagado. Aí eu cheguei, perguntei para a atendente, aí simplesmente ela foi ignorante comigo: “Não tem, moça. Você quer que eu faço o quê?”. Eu falei: você poderia ter um pouquinho mais de educação porque eu estou com uma criança, ela está passando mal, né? (...) Aí na parte da saúde lá também está, nossa, para você fazer uma triagem nos postos de saúde também é terrível lá. Para você passar num dentista, piorou, a pessoa não passa.

G6P5 - Isso é para todos os lugares, né? Por exemplo, o médico, o clínico que tem lá é assim, ele fala assim: eu dou preferência para adulto, porque eu não sou pediatra. Mas tudo bem, ele atende. Mas ele dá preferência para os adultos.

G6P1 - Vocês ainda têm sorte que atende.

G6P4 - No caso do sobrinho da P7, ela me contou agora, né? Faleceu por negligência médica, entendeu?

G6P7 - Não tem UTI no Santa Marcelina. Ele ficou só com batimento cardíaco. Aí o médico achou de dar alta na segunda-feira de madrugada. Meu irmão falou assim: “Doutor, não tem condições de levar ele lá para cima”. Ele falou assim: “Eu estou aqui há 15 anos e a minha palavra ninguém volta atrás”. Eu ia para a visita. Quando foi mais tarde ela ligou pra mim, eu ia para a visita, mas minha irmã pediu para buscar ela porque ela estava desesperada, deu uma parada cardíaca. Eles deram inalação errada.

A P4 do G6, que compareceu ao grupo mesmo estando com uma gravidez em estágio avançado (provavelmente no sétimo ou oitavo mês de gestação), participou da conversa e contou que está fazendo o pré-natal em Mogi das Cruzes – “a mãe mogiana”. Relatou que teve eclampsia na gravidez anterior, quando residia

em Itaquaquetuba, onde marcava as consultas e não tinha, no entanto, acesso ao médico:

G6P4 - (...) eu estou fazendo por Mogi a mãe mogiana direitinho. Eles ligam se precisam remarcar consulta... Agora na parte de Itaqué, você nem precisa ir. Para você ter ideia, minha filha tem 9 anos hoje. Eu morava em Itaqué na época e eu tive duas consultas de pré-natal. Quando foi para eu passar na segunda, já no oitavo mês, aí eu tive que ser internada às pressas porque eu tive eclâmpsia. Aí o médico até brigou comigo na hora. Pô, mãe, você não fez tratamento? Você não passou? Eu marquei todas as consultas, mas não tinha médico para ir. Aí no caso eu quase morri, quase perdi minha filha por causa disso. É muito difícil. É muito complicado. Muito complicado mesmo.

P1, também do G6, falou do tratamento do filho e comparou os serviços de Mogi com os de Salesópolis:

G6P1 - O que está me ajudando agora no tratamento do meu filho, eu tenho que fazer o tratamento dele em Mogi porque ele passa com endocrinologista uma vez por semana e eu consegui através de uma amiga que eu conheci pela internet (...).

G6P1 - Mas assim, se depender da área de saúde de Salesópolis, os filhos não fazem tratamento, não. Só em Mogi.

No G11, os participantes também conversaram acerca de quais serviços existem na região em que moram, tais como Unidade Básica de Saúde (UBS), Programa Saúde da Família (PSF) e hospitais. Preferiram procurar outras localidades a fim de serem atendidas quando não encontraram os serviços necessários. P5, por exemplo, falou sobre a grande demora no agendamento de exames importantes para diagnóstico ginecológico:

G11M - Agora assim que nem a (...) falou dessa questão da saúde. No caso ela faz acompanhamento. Você tem alguma questão voltada com acompanhamento de saúde, as UBS, algum programa de saúde da família visitar vocês na casa?

G11P6 - Não, nunca foi, não. Aqueles que moram perto da minha casa também não têm acesso de saúde nenhuma.

G11M - Você sabe as UBS, quantas tem na sua região?

G11P6 - Não.

G11M - Hospital?

G11P6 - Tem dois, né?

G11M - Daí, tanto você utiliza esses dois hospitais, por exemplo.

G11P6 - Eu vou mais no hospital geral de Itaqué.

G11M - Seus filhos também?

G11P6 - Isso, é mais hospital geral porque o Santa Marcelina é muito demorado para atender. Eu vou é mais no hospital geral.

G11M - Tanto clínica geral como especialidade. Qual que é mais tranquilo assim para...?

G11P6 - Se for passar ginecologista, melhor no posto de saúde.

G11M - Então vamos dizer que tem especialistas nas UBS.

G11P4 - (...) Eu moro próximo no Vila Virgínia no Centro. Pelo menos eu não tenho o que reclamar. Toda vez que vou marcar pediatra para o (...), tem ali naquele mesmo mês clínico geral. Pelo menos na UBS que eu vou ali no Centro. Então não tenho problema. E como ela falou, tem dois hospitais, Marcelina e o Geral, só que o Geral é melhor porque é mais rápido para você passar. O Marcelina já é mais demorado. Você vai lá passar um pediatra e fica três, quatro, cinco horas lá, e no Geral não.

G11P6 - E às vezes nem atende.

G11P4 - Às vezes não atende. Já aconteceu comigo mês passado; eu fiquei oito horas lá e não consegui ser atendida. Mas porque o Geral não tinha pediatra, que é muito difícil acontecer isso. Daí aconteceu e a gente correu para o Marcelina. Pelo menos para mim, o posto, para minha família, eu uso mais para mim clínica geral, ginecologista ou pediatra para as crianças, sempre tem.

G11P6 - Que nem o posto meu que é mais próximo a minha casa, às vezes não tem pediatra, às vezes não tem ginecologista.

G11P4 - Ah, então já é.

G11P6 - Nem sempre está marcando no dia que a gente vai, então eu não vou (...), porque uma hora está marcando e outra hora não está.

G11P4 - Você vê tão pertinho no caso de onde você está falando para aonde eu estou.

G11M - Vocês são vizinhas de bairro?

G11P4 - Não, não, ela que falou que mora em Itaquá.

G11M - Que UBS você faz parte?

G11P8 - Santo Onofre.

G11M - E só UBS ou tem outras?

G11P8 - Pronto socorro infantil.

G11P8 - Não. Antigamente, há pouco tempo, passava o agente de saúde, de um tempo para cá não sei se cortaram.

G11M - Se foi na sua região.

G11P8 - Não passam mais.

G11M - E você lembra o período que tinha agente de saúde?

G11P8 - Faz bastante tempo, uns dois anos, por aí; isso também eu senti falta. Mas é só isso, também não sei se é em toda região.

G11M - E vocês, meninas, como está o acesso? Você tem o programa saúde da família.

G11P5 - (...) Eu não tenho o que reclamar do posto, não; eles atendem super bem; lá, na hora que eu preciso, é lá perto. Quando não tem, a gente vai para Santa Casa. Tem horas que dá uma coisa e o médico não aparece.

G11M - Dá alguma coisa aonde?

G11P5 - O médico não resolve aparecer e daí cansa. Eu mesma estou com transvaginal mais de dois anos lá para fazer e o médico, não tem médico... Ginecologista...Até hoje lá, toda vez que eu preciso, que vou atrás, eles me atendem direitinho.

G11M - Você falou saúde da família e falou da vizinha. A vizinha é agente?

G11P2 - Há dois anos atrás a minha colega só fazia B.O. e só juntando.

G11P5 - Graças a Deus, não tenho do que reclamar de onde eu moro, não. Vai fazer 16 anos que moro lá e gosto dali, o atendimento dos médico, das agente de saúde, eu gosto de lá. Estou lá até hoje.

No G2 (TR + Saúde SP) a seguir, a conversa também se dá em torno de quais serviços existem e o acesso e a qualidade do atendimento prestado. A diferença em relação às mulheres do G11 (TR + Saúde RMSP) é que as residentes na cidade de

São Paulo contextualizam o bairro em que residem, mas as questões levantadas são semelhantes:

G2P4 - Posto de saúde você passa três, quatro meses para conseguir uma consulta.

G2M - Falta? O que falta assim? Quem for se apresentando, ela está falando que tem hospital de referência que é o Taipas, mas que tem outros serviços que estão faltando.

G2P6 - Onde eu moro também é o hospital que o pessoal lá vai, também; na minha região é Taipas ou Cachoeirinha, e também tem o AMA, agora, que fizeram agora em janeiro. Muito bom. Onde eu moro mesmo tem dois AMA próximo (...).

G2P3 - (...) Hospital tem poucos. Tem o pronto-socorro da João Paulo e a Vila Nova Cachoeirinha. Você vai, nunca tem médico; se tem clínico, não tem pediatra, e assim é o meu bairro. Só tem promessa.

G2P1 - (...) E lá também tem o AMA, que na nossa área nunca vem médico, é raridade; quando entra, fica um pouquinho, sai, nós quase não temos médico. O AMA fica próximo também da nossa casa. Lá tudo é assim, num ponto bom, porque o shopping é perto, metrô é perto, as coisas são muito próximas, entendeu? O bairro também é bom onde eu moro, mas o problema é isso agora, tem o CEU, mas quase não vamos mais ter atividade, só caminhada mesmo, porque está quase sem professor e o AMA, esses dias eu fui passar com meu filho, nem pode passar porque passei com o enfermeiro e não pode passar remédio, assim, antibiótico, essas coisas, que tudo tem que ter o carimbo do médico. E no final ela mandou marcar para passar com o médico de outra área, porque lá tem a área certa para a gente poder passar com médico, tem que ser o médico da família; aí no final das contas eu fui tentar marcar, ela falou também que não poderia.

G2P8 - (...) eu ainda frequento o posto do Parque Novo Mundo, porque do Tatuapé o posto é lá para o lado... muito longe, não tem condições; o médico nunca vai procurar onde você está ..., então eu frequento o de lá do Parque Novo Mundo.

G2M - E lá do Parque Novo Mundo que você frequenta tem saúde da família?

G2P8 - Tem, lá tem. O pessoal da saúde procura as casas, agora só não vem na minha porque é longe, eu uso endereço da minha filha, como se eu estivesse lá. E nesse Tatuapé não tem nada para as crianças, tem muita mãe presa, vó, pai preso e os meninos todos na rua passando fome, não vai para a escola.

G2P7 - As meninas que trabalham são boazinhas, elas vão na casa, pegam nome, marcam consulta, mas não serve para nada. No posto não tem muito médico, mas a médica que tem trabalha direitinho também, no dia que marca a consulta, se chegar na hora certa ela está.

A temática permanece em outros grupos, conforme descrito no G1, formado por pessoas de outras regiões da cidade de São Paulo:

G1M1 - Todo mundo tem posto de saúde, por exemplo, perto?

G1P1 - Não digo que seja eficaz, mas tem, porque você vai hoje para marcar uma consulta, depois de três meses que você morreu aí a consulta sai para você, mas tem o posto.

G1P2 - Perto da minha casa tem o CEU da Jacu Pêssego, tem bastante... tem natação, tem várias coisas.

G1P3 - Assim, perto da minha casa melhorou muito.

G1M1 - Sim, como é que era antes e como é que é agora?

G1P3 - Agora tem o posto bem perto de casa (...). Eu tive oportunidade esses dias de ir no posto e eu achei que está bem melhor; consegui consultas bem próximas da data que eu gostaria.

G1M1 - Quando você falou conseguir consulta perto, o que é isso? O que significa isso?

G1P3 - Assim, porque lá, antigamente, você ia marcar uma consulta no ginecologista era muito difícil; as datas eram muito longe, e assim eu consegui na mesma semana, consegui para a outra semana o pediatra. Então, assim, eu achei que melhorou.

G1P4 - Eu acho que depois que colocaram as agentes para trabalhar, o povo também se acomodou, entendeu? Acham que elas têm que resolver tudo e no entanto elas não resolvem nada, porque mal elas sabem dar informação.

G1M1 - Agente de Saúde?

G1P4 - Agente de Saúde. Elas vão na porta uma vez ou outra. Que nem eu faço Papanicolau no hospital do câncer porque onde eu fazia no posto lá só dava alterado. Do jeito que eles faziam lá eu já teria morrido de câncer, já, porque só dava alterado, eu tomava remédio e passava pomada e só dava alterado. Além de ele ser demorado, só vinha só alterado. Aí um belo dia eu consegui uma vaga lá, não tinha nada daquilo, os remédios que eu estava tomando tudo em vão. Não tinha nada.

G1P1 - Na parte da saúde, onde eu moro, não tenho o que dizer. As agentes vão na minha casa, marca consulta pelo sistema no posto. Marco consulta, por exemplo, hoje, daqui a 15 dias já passo no médico. A médica vai fazer visita junto com a agente onde eu moro.

G1P2 - Na minha casa também, enfermeira.

G1P1 - Enfermeira. E outra, tem dentista que antes não tinha, cuidei dos meus dentes no posto. Então, na parte da saúde eu não tenho o que dizer.

G1M1 - E vocês têm também hospital assim por perto ou só as UBS's assim, unidades de saúde, como é que é?

G1P1 - Perto da minha casa tem três hospitais.

G1M1 - E você utiliza? Você já utilizou?

G1P1 - Olha, para falar a verdade eu já utilizei muito, mas agora tem mais ou menos uns sete anos que eu não utilizo porque o meu marido trabalha numa empresa que tem convênio. Agora o posto eu uso bastante.

G1P2 - Tem o AMA também.

G1P1 - É, próximo da minha casa também tem.

G1P2 - O AMA fecha 7h da noite; você chega lá o atendimento é rápido.

G1P2 - Assim, perto de casa o posto e o AMA é bom, assim, o projeto é bom; ruim são os funcionários que trabalham lá. Agora, nos hospitais faz quinze dias que minha cunhada foi ganhar neném, a bolsa dela estourou e eram 5 horas da manhã e a gente estava procurando entre os hospitais que tinham perto de casa, nenhum tinha ginecologista. E assim, era o único que a gente achou ginecologista e ela falou que não iria atender. Então, assim, quando eu me deparei em frente dela eu falei, ou ela atendia ou então a gente ia ter que chamar a polícia porque já estive em três hospitais da região e nenhum daquele domingo tinha especialista.

4.10.3. Acesso a medicamentos

Ainda na continuação da análise do item "saúde", foi abordado o acesso que os participantes têm a medicamentos. Eles se referiram às doenças que levaram à necessidade de tratamento medicamentoso, bem como listaram alguns remédios de uso contínuo ou controlado que procuraram nos serviços de saúde.

G1P1 - Eu mesmo tomo remédio para pressão. Eu tenho pressão alta, né, tomo três tipos de remédio.

G1M1 - Aí você pega medicação, por exemplo, no posto? É isso?

G1P1 - Sim.

G1M1 - Alguém mais pega assim, medicação em posto? Faz uso?

G1P1 - Eu pego um e compro outro. Eu tomo um remédio controlado que eles davam no posto, disseram que não dá mais; aí faz três meses que eu compro.

G1M1 - Qual que você conseguia pegar assim no posto? Você disse assim: "Um eu compro e o outro eu pego". Qual que você tinha acesso no posto?

G1P1 - Natrilix de 1,5 mg porque ele é bem fraquinho.

G1M1 - É para pressão?

G1P1 - É, então ele não é para posto e tenho que comprar todo mês. O outro eles bem depois que tomava o Natrilix foi que eles começaram a passar esse outro, entendeu? Aí esse eles davam no posto.

G1M - (...) Então eu fiquei contente, viu, está todo mundo bem servido aqui, né, de hospital, de posto. Nossa, eu estou achando o máximo isso aqui.

G1P2 - Lá onde eu moro tem hospital e posto, mas é a mesma coisa de não ter.

G1P11 - Não adianta ter hospital e posto, não resolve problema.

G1M - E como é que faz uso, se não usa, está lá na comunidade e não consegue utilizar ou utiliza bem ou não?

G1P11 - Uma vez, outro dia, eu me senti mal, né, mal mesmo, mal de ter que se cuidar urgentemente. Sabe o que ele falou? Ele falou assim: "Você aguarda na fila de espera, quando surgir uma vaga vamos chamar, espera um pouquinho, tá?". Até hoje não me chamaram. Se estivesse com aquela doença crônica matando...

G1P2 - A gente que toma remédio controlado tem que passar todo o mês para pegar a receita azul. Eles marcam... eles dão aquela receita e marcam a consulta e a receita só pode ser de 60 cápsulas, que é dois por dia. Então marcam a consulta daqui três meses. Então, e nesses dois meses? Como você que já se adaptou àquele medicamento vai ficar sem? Aí o que acontece? Eu fui reclamar no posto, não poderia ficar assim. Ela falou: "Você traz a xerox, quando eu te der a receita, você traz a xerox, com oito

dias eu te dou de novo a outra receita". O que aconteceu? Aí eu peguei, tirei a xerox e levei, só que demorou 22 dias para ele me dar outra receita, entendeu? Eu já tinha passado 13 dias sem tomar o remédio, passei mal no posto, fiquei muito mal, tive que me locomover do posto para o hospital, entendeu? Aí agora que ela falou: "Não, agora você não pode ficar sem tomar o medicamento". "Mas não é culpa minha, é de vocês". Porque se eu tomo remédio controlado, se eu não passo em consulta, mas pelo menos todo o mês vocês me dessem essa receita porque farmácia nenhuma vende aquele medicamento sem aquela receita.

G1M2 - Para renovar precisa da receita nova, passar no especialista? Tem especialista ou falta especialista?

G1P1 - Falta bastante.

G1P3 - Outra coisa também que ela estava falando, negócio de receita, eu vi uma coisa absurda. Está com uns três, quatro meses. Antigamente quando você pegava uma receita, o médico já te dava a cópia, não é isso? Vinham duas. Uma senhora foi tirar... tem uma lojinha do lado da minha casa, uma senhora de 75 anos não pegou o remédio porque ela não tinha R\$ 0,25 para ela tirar xerox da receita e ela estava com começo de pneumonia. Não deram a segunda via para ela e ela não tinha mesmo.

G1P1 - Mas os postos agora não dão mais.

G1P3 - Não, mas agora porque até finalzinho de dezembro ainda (...) tinha. Agora que eles estão pegando a receita e colocando o X aonde deu o remédio, marcando com carimbo. Minha vizinha, ela tem 75 anos, a senhorinha, e ela não pegou o remédio por causa de R\$ 0,25 que ela não tinha para tirar cópia da receita.

G1P1 - Lá onde eu moro não, a minha receita é de seis meses. De seis em seis meses renova, não pede xerox, só pede aquele cartãozinho amarelo do SUS.

G1M2 - E a medicação do posto? Quais são as medicações que vocês conseguem no posto? É fácil de conseguir?

G1P1 - A Dipirona que sempre tem porque de resto... remédio de pressão que direto... alguns xarope, aquele xarope e o remédio para verme, esse aí, qualquer hora que você for lá tem. De resto, eles parecem que fazem de propósito, colocam na receita o nome do remédio que nunca tem no posto.

G1P2 - De três em três meses eu pego remédio para... anticoncepcional. Remédio que eu tomo mesmo tem no posto e tem para vender nas farmácias, mas sempre quando vou no posto nunca tem, aí tenho que ir na farmácia comprar, pagar R\$ 25,00 para comprar.

G1P4 - Quando eles falaram que não vinham mais esse remédio controlado que eu tomo, o Clonazepam de 2mg, eu falei que eu não estava em condições de comprar, [incompreensível] (01:23:50), tenho sérios problemas da coluna (...) Então eles pegaram e me deram um medicamento que fazia o mesmo efeito, entendeu? Mas como era 0,5 e eu tinha que tomar oito por dia e como eu já tive úlceras, tive três úlceras, gastrite, aí começou a atacar muito o estômago, entendeu? Aí eu tive que voltar lá, aí eles simplesmente falaram que vou ter que comprar. Só que eu não estou trabalhando, eu estou passando muita dificuldade, entendeu? Aí eles falaram: "Nós não podemos fazer nada".

O mesmo tipo de discussão ocorreu no G11.

G11P1 - Eu tomo injeção todo mês, eu pego no posto e não precisa comprar.

G11M - Qual medicação?

G11P1 - Para evitar.

G11M - Ah, ela toma injeção, então esse acompanhamento é mensal.

G11P1 - É, eu pego todo mês.

G11M - Você teve acesso a partir dos programas que você participa.

G11P1 - Sim. Uma coisa foi puxando a outra.

G11M - E você (G11P3)? Você sente mudança? Teve uma melhoria pela sua participação, teve melhoria na questão da saúde, como é que está isso?

G11P3 - Eu também pego remédio no posto.

G11M - Isso sempre ou você tem um remédio de uso contínuo?

G11P3 - Uma vez por mês. (...) Para evitar também.

G11M - Vocês seguem direitinho esse tratamento... (G11P7)?

G11P7 - Não, eu pego só quando vou no posto e passa remédio e eu pego. Eu tomo remédio de pressão e não pego no posto porque não tem.

G11M - Vocês tão me dizendo que a maioria das medicações que vocês precisam não acham ou acham? (...) Os que vocês precisam normalmente acham ou têm dificuldade?

G11P2 - Mais difícil achar no posto é antibiótico, nunca tem.

G11P8 - Graças a Deus nunca precisei tomar medicação que não tivesse.

G11P4 - No caso a AMA que eu vou é também um centro clínico que tem lá como se fosse um hospital, atendimento ali rápido. Mas não é que você chega com corte sangrando que tem que ir para o hospital. Você quer pediatra, quer clínico, pelo menos aonde eu vou você já sai com remédio, muito difícil não sair com medicamento, muito, muito difícil. No caso eu ainda moro próximo da AMA, mas descobri sozinha mesmo, não foi por uma assistente social, foi por mim sozinha mesmo. Passei, achei que era um posto e não era e falou que era AMA. A AMA é bem melhor ainda que o posto, que não é uma coisa que você marca.

Tanto os serviços de saúde referentes ao atendimento quanto outras ações – como a distribuição de medicamentos já descrita – são avaliados de forma muito distinta, dependendo da moradia do participante do grupo focal.

O presente trabalho não tem a função de avaliar os serviços ou as políticas públicas de saúde oferecidas pelas diferentes instâncias de governo, mas a manifestação sobre elas é inevitável. Como mencionado anteriormente, os relatos não demonstram vínculo entre as políticas de transferência de renda e as políticas de saúde, à exceção dos locais que impõem ações de saúde como condicionalidades dos programas de renda. Destacam-se, nesse caso, o programa de vacinação das crianças e, em alguns casos, sua pesagem.

Os programas de vacinação, já faz alguns anos, estão praticamente universalizados, antes mesmo do início dos programas de transferência de renda. Por esse motivo é muito difícil estabelecer vínculos ou relação de causalidade entre eles (vacinação e transferência de renda). As pessoas vacinam seus filhos independentemente de participar de programas de transferência e a carteira de vacinação é exigida em muitos momentos da vida da criança.

Já a pesagem está associada à condicionalidade de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças até 7 anos. As referências feitas pelas mulheres, entretanto, foram esparsas e em alguns casos vinculadas aos programas da Pastoral da Criança.

As duas políticas – transferência de renda e saúde – são amplas e paralelas e acabam por se encontrar em muitos casos, não por uma ação planejada e complementar, mas por atenderem ao mesmo público. A falta de manifestação dos participantes sobre esse vínculo pode refletir a falta de conexão entre essas políticas.

Os programas tratados genericamente como de saúde foram definidos na pesquisa quantitativa e tratados nas duas ondas daquele trabalho. São os seguintes: agente de saúde / Programa Saúde da Família, acompanhamento psiquiátrico / psicológico / consulta psicológica na Pastoral da Criança, programa de acompanhamento para portadores de HIV, tratamento odontológico no CSU, Remédio em Casa (prefeitura), acompanhamento de fonoaudiólogo, acompanhamento médico nutricional, tratamento de obesidade, acompanhamento com fisioterapia, acompanhamento neurológico para deficiente mental, programa Rede da Cidade (anemia falciforme), cesta básica, bom prato / restaurante popular / restaurante solidário, leite / viva leite / leve leite / leite da igreja evangélica / leite lar escola, multimistura – Pastoral da Criança, sopa, almoço / almoço e lanche, cartão alimentação / vale alimentação, segurança alimentar.

O tema saúde foi muito debatido em todos os grupos, não só naqueles que tinham esse assunto como tema central, mas em nenhum dos grupos focais apareceu alguma manifestação que mostrasse que os programas complementares da área de saúde contribuíssem para ampliar ou potencializar os efeitos dos programas de transferência de renda.

4.11. Discussão sobre educação

A educação, assim como a saúde, é uma categoria que apareceu em todos os grupos focais, apesar de ter sido tema central nos grupos G3, G4 e G9. Por tal motivo, também foi tratada como tema transversal. Nesse ponto específico, o estudo abordou a educação escolar formal, que envolve muito mais filhos, netos e parentes dos participantes do que eles próprios.

É importante destacar que parte desse debate já foi feito anteriormente, quando discutimos o acesso a outros tipos de educação, principalmente voltada para cursos de qualificação profissional.

No G1, como se pode observar nas transcrições a seguir, duas participantes responderam à pergunta da moderadora, que explorava quais os recursos existentes em suas comunidades: P3 elogiou os recursos existentes e atribuiu a melhora à administração municipal atual, enquanto P1 apontou as dificuldades em

conseguir vaga para o filho. As participantes P3 e P1 pautaram o tema educação de forma transversal, ou seja, ele entrou em cena no momento em que elas falavam sobre o acesso a programas, benefícios e serviços.

G1M - Educação, assistência social, o que vocês forem lembrando que tem de serviço ali. Não de serviço de emprego, serviços assim a serem acessados que nem curso ou CJ, que nem você falou.

G1P3 - Tem associações também, as creches também melhoraram muito, porque na época da M. eu não conseguia, eu fiz inscrição e não consegui do J., já faz um ano e meio e ele vai fazer 3 anos, faz um ano e meio que ele está na creche.

G1P1 - Agora eu já tenho o que dizer é sim na atividade para os meus filhos, porque eu não consegui até hoje. Tem o CJ lá, mas eu coloquei o nome deles tem dois anos e até hoje não consegui vaga para eles para o CJ, não o CJ só, mas atividade lá onde eu moro não tem.

Na discussão desse tema, é importante lembrar que as características das mulheres que colaboraram com este estudo são bastante heterogêneas. Suas idades variaram de 24 a 79 anos. A grande maioria disse ter pelo menos dois filhos (apenas uma disse que não tem filhos e outra informou ter 11).

Esse contexto inicial é importante para que se possa entender que as falas e os diálogos das mulheres sobre educação infantil – creche e pré-escola – ora dizem respeito ao que estão vivendo no aqui e agora e, portanto, à experiência atual com filhos ou netos, ora são referência ao tempo vivido, em que contam histórias de quando seus filhos eram crianças. Também foram observados repertórios do tempo longo, quando falam da época em que estudavam, do seu tempo de criança.

Além da transversalidade abordada acima, a análise desta categoria contemplará duas subcategorias:

- 1) O acesso aos equipamentos educacionais
- 2) O acompanhamento educacional dos filhos pelos pais e escola

4.11.1. Acesso aos aparelhos educacionais

Nos grupos em que a “educação” foi o foco central do debate, bem como em outros grupos nos quais o tema foi abordado pelos moderadores ou espontaneamente pelos beneficiários, os participantes falaram sobre os recursos educacionais existentes próximos ao local em que residem e as dificuldades ou facilidades de acesso a eles.

No trecho a seguir, uma participante do G2 ressaltou a importância de ter um CEU próximo de sua casa, destacando, porém que esse é o único “benefício” existente na região:

G2P6 - É. A única coisa que tem de benefício mesmo no bairro onde eu moro. É só o CEU que fizeram agora, que é muito bom. Por causa disso que, graças a Deus, as crianças pararam de estudar um pouco mais longe. Agora estão mais próximas e melhorou muito, 100%.

O diálogo do G3, a seguir, traz inicialmente a fala da moderadora, que introduz a discussão sobre educação, a participação nos programas e o acompanhamento dos filhos. Em seguida, ela pergunta se alguém tem filho em creche. Alguns participantes responderam indicando em que local os filhos estudam ou gostariam de estudar (creche, EMEI, CEU, Telecentro e FATEC).

G3M - Isso. Vou chegar e aproveitar isso que você está falando do curso de inglês do seu filho. E em relação à escola, à educação dos filhos de vocês? Como tem sido isso? O que vocês acham que mudou depois com vocês estando aí inseridas no programa? Vocês estão tendo esse acesso ao benefício quando tiveram? Em relação à educação dos filhos de vocês, em relação a isso diretamente, o que mudou? Como é que tem sido isso, como é que vocês têm podido acompanhar em relação à escola, educação? Como tem sido a experiência de vocês?

G3M - Alguém tem filho pequeno em creche?

G3Pni1 - Eu tenho meus netos.

G3Pni2 - Eu tenho minha sobrinha.

G3Pni3 - Creche ainda não. Tenho um de 4 anos, que foi para o EMEI agora esse ano. Tem a menina de 17, que estuda, e tem o pequeno de 4, que ajuda bastante, às vezes quebra o chinelo.

G3M - E você..., como que você tem participado, assim, como você tem acompanhado seu filho na escola?

G3Pni1 - É, até o ano passado ele estava na creche. Ele entrava das 8 às 17 e a partir de segunda-feira ele está no EMEI (...).

G3M - Na escola ou na comunidade, no bairro, vocês acham que tem o que eles precisam para estudar, para consultar material, biblioteca? Ou quando eles precisam fazer um trabalho ou a escola oferece tudo o que eles precisam vocês estão sentindo falta de alguma coisa? Como tem sido isso? O que eles trazem, o que eles contam, estão satisfeitos, vocês sentem falta de alguma coisa?

G3Pni2 - Lá na minha casa, no caso, tem o CEU Alvarenga, então lá tem biblioteca, na escola tem também.

G3M - Eles frequentam?

G3Pni2 - A minha vai.

G3Pni1 - Bom, lá na minha área só tem o Telecentro.

G3M - Como é esse Telecentro?

G3Pni1 - É só computadores. A criança está mexendo no dia a dia fazendo pesquisa.

G3M - No Telecentro tem mais computadores; no CEU, aí, já tem biblioteca.

G3Pni2 - Tem biblioteca e tem computadores também.

G3M - Quem tem o Telecentro e tem o CEU complementa um pouco a escola.

G3Pni2 - Às vezes tem o trabalho, que minha filha, mesmo, vai bastante no CEU. Tem trabalho, vai para o CEU, mexe em computador, mexe na biblioteca, então tem que ir se virando assim, se for comprar livro, mesmo, sem condições.

G3M - E a escola não tem?

G3Pni2 - Não, na escola não tem. (...)

No G4, que foi sobre o tema “Transferência de Renda e Educação”, e no G8 (“Transferência de Renda”), os participantes também dialogaram sobre as dificuldades de acesso a algumas escolas e cursos. No G4, por exemplo, P4 reconheceu a importância de que seu filho estude para facilitar seu acesso ao mercado de trabalho:

G4P4 - Para meu filho de 19 anos está fazendo falta, ele parou de estudar na 7ª série, e agora que ele está querendo voltar a estudar, fazer o supletivo. Só que está sendo difícil arrumar escola que tenha supletivo. Tem o G., que tem 13 anos (...). Para ele eu já imponho mais que ele tem que estudar, porque vai fazer falta e faz. O de 19 anos quer trabalhar e não dá, fica difícil porque não estudou. Daí eu falo para o G., você está vendo o apuro que o E. está passando; agora ele quer trabalhar e está difícil. Então você pense um pouquinho mais e estude.

Na continuação da conversa, os participantes falaram sobre quais estratégias usaram para tentar conseguir vagas para os filhos e fazem críticas e sugestões ao governo:

G4P3 - Eu fui em três escolas e nenhuma tinha vaga para manhã (...). Fui no conselheiro, no vereador Antonio de Ré, e consegui só no Alírio.

G4P7 - Complicado, porque os governantes vão na televisão aonde tem aquela rede nacional e falam que a prioridade é escola, educação e tal. De repente acontece tudo isso, começo de ano e tal e nada se resolve. Todo ano é a mesma coisa, continua a mesma coisa, vai na delegacia de ensino e reclama: "Ah vai em tal lugar, liga para fulano...", e não dá em nada, tudo termina em pizza. Quem sofre? Quem precisa.

G807 - Meu filho já tentou Ete e Senai e diz que as provas é muito difícil para você passar, né, estudando em uma escola estadual. Quer dizer, quem estuda na escola particular tem mais chance, entendeu? Se ele com 14 já perde esse benefício.

G8P8 - Mas o governo podia dar uma oportunidade para pessoas que estuda na escola pública, né? Eu acho que o governo deveria investir mais nessas escolas.

G8P2 - Meu cunhado, esses dias, entrou na internet para pegar uns cursos no Senai. É muito. Tem uns cursos muito caros. A gente quer colocar nossos filhos, mas não tem condições.

G8P7 - Eu já levei meu filho duas vezes e ele fala que "Mãe, a prova é muito difícil", e ele estuda. A gente passava madrugada e eu estudando com ele, passando tudo para ele, ele respondendo e "Mãe, nada do que a gente estudou caiu. Caiu coisas que eu nunca vi na minha vida". (...) Eu já ouvi falar que depois que eles perdem esse benefício, eles entram numa turma cidadã.

G8P2 - Ah, eu já fui ver isso para o meu menino. Meu menino foi até fazer uma entrevista de emprego para uma lanchonete, meu menino de 16 anos. Daí a gente vai no pátio da cidade, Jovem Cidadão, que eles falam. Daí coloca os dados do seu filho no computador, um servicinho que aparece, eles chamam a criança. Mas daí meu menino fez a entrevista e perguntou: "Você tem curso disso, você conhece isso, isso e isso?". Não entendi nem o que ela estava falando porque é tanto curso que ela falou. A gente tem o básico do computador e veio perguntar não sei o quê, não sei do quê. Você tem e-mail? Ele falou que "não, não tenho". Então pegou outro rapaz lá e foi fazer entrevista.

De acordo com o relato das mulheres, o acesso à educação é mais simples para as crianças pequenas. Quando os filhos começam a entrar na adolescência, buscam oportunidades que se afinam. A ETEC e o Senai são metas difíceis de atingir, de acordo com os participantes da pesquisa.

As lacunas na educação básica se manifestam na transição do mundo da escola para o mundo do trabalho, na disputa pelos empregos disponíveis. O jovem que abandonou os estudos sente falta deles no momento de procurar emprego.

A educação é vista como um bem em si próprio. As pessoas valorizam a educação pelas possibilidades de ascensão social que ela permite. Os programas de transferência de renda impõem a frequência escolar aos jovens e, mesmo assim, os adolescentes continuam a abandonar a escola, mas esse é um problema antigo e ainda não resolvido na sociedade brasileira.

4.11.2. O acompanhamento educacional dos filhos

Nos grupos G4 e G9, que tiveram como foco "Transferência de Renda e Educação", e também no G6 - "Transferência de Renda e Saúde", os participantes discutiram o acompanhamento educacional que a escola e os próprios pais dão aos filhos.

Essa questão foi abordada de diversas formas: falaram das tarefas escolares do dia a dia, da obrigatoriedade de participação em reuniões nas escolas e da vinculação dessa participação com a regra de permanência no programa e do papel ativo das escolas ligando para a casa da criança quando ela falta.

G3Pni1 - A escola que minha filha estuda eu gosto, é do estado.

G3M - Por que você gosta da escola da sua filha?

G3Pni1 - Porque o ensinamento lá eu acho que está bom. O ano passado já foi bem avançado e esse ano...

G3M - Como é que você percebe isso assim?

G3Pni1 - Ah, eu olho o caderno, eu sempre estou acompanhando ela em tudo. Elas, né, duas, tem duas que estudam.

G3M - Você olha o caderno delas?

G3Pni1 - Olho caderno, vejo a lição, né? Eu acho que o ano passado foi bem... foi esforçado, né? Para elas e esse ano está bom também, acho, né? Apesar que a gente está no começo, então.

G3M - E a escola tem biblioteca (...)?

G3Pni1 - Não, a escola não tem biblioteca, tem o CEU perto da minha casa.

G3M - E elas frequentam?

G3Pni1 - Elas frequentam.

G3M - Quem mais tem essa experiência?

G3Pni2 - Eu frequento a escola no dia de reunião; fora de reunião, eu sempre estou dando um jeito de ir na escola. Lá tem biblioteca, tem sala de leitura, tem computação e as minhas filhas fazem fanfarra. Eu vou nos eventos, elas vão em eventos. Já ganharam várias medalhas e a escola é gostosa, é uma coisa bem tranquila, bem comunidade mesmo. Eu sei que lá perto de casa tem FATEC, mas eu não conheço nada. Eu sei que tem, mas...

G3Pni3 - A gente optou por colocar ela no SESI porque é uma opção paralela de escola particular, melhor que o ensino público, se bem que eu acho que depende muito do incentivo da criança, porque a escola está ali, o professor está ali, os recursos estão ali, as condições estão ali, então, né? Não vamos questionar o ensino público, não.

G3M - Tem o lado bom e tem o lado ruim, você está ressaltando coisas boas, sempre vai ter, né? Seja privado ou público, vão ter os dois lados.

Nas falas a seguir, duas participantes conversam sobre as reuniões nas escolas e P3 ressalta que a obrigatoriedade é de mãe e pai:

G4P4 - Eu vou nas reuniões, não perco nenhuma reunião do G. (...). Então procuro estar sempre assim, acompanhando. Ele chega da escola e pergunto para ele se ele tem lição, prova, trabalho, como foi na escola, o que aconteceu na escola.

G4P1 - Tem 4 anos, ele é muito esperto, ele vai para escola e todo dia tenho que levar ele dormindo porque esse negócio de vaga, de não vaga, a escola que ele estuda é muito longe e se eu fosse levar ele de pé para escola seria uma hora. Eu tive que pagar uma perua, pedir ajuda a mais para o pai dele para a gente se juntar e pagar uma perua para ele. Daí ele vai para escola dormindo. Lá é uma creche, mas não é do governo e nem do estado, é uma creche de um deputado que se juntaram, pegaram uma ajuda de cada um e montaram essa escolinha.

G4P1 - Isso porque ele trocou de professora umas três vezes em um ano. Cheguei na professora dele, ela tinha 19 anos, era mais nova do que eu.

G4P1 - Tirando o caso das professoras de lá que são muito novas. Eu acho que eu que tenho 22 anos não tenho paciência de vez em quando. Eu dou uns berros, dou uns gritos com ele, porque ele interage muito, é o dia inteiro, se você deixar. Criança é assim. Agora você pensa, uma menina de 19 anos que está começando a estudar agora, dar aula para umas 50 crianças. Você acha que vai ter cabeça? Não vai ter cabeça.

G4P7 - Eu tenho um casal de filhos, um de 25 e uma de 20, entraram na creche com 9 meses. Antigamente ficavam até os 7, hoje é até os 4. Eu criei meus filhos na creche e agradeço muito porque eles não eram santos, porque não tem, mas eles sempre foram bons de obedecer. A creche colocou mais na linha ainda (...). Eu não tive problema com escola, não. Graças a Deus eu não tive, tive problema com a minha na escola.

G4P3 - No Maria Angélica era assim, tinha reunião hoje, se eu não fosse no outro dia ela não entrava na escola. A mãe e o pai é obrigado a ir, não é tio, vó e ninguém, eles falam que é o pai ou a mãe.

Nas falas e diálogos que ocorreram nos grupos G6, G4 e G9, transcritos a seguir, os participantes deram outro enfoque para essa questão, apontando o que se pode chamar de "via de mão dupla", ou seja, que há tanto o papel da escola/governo, em monitorar a criança que falta às aulas e prepará-la para um futuro melhor, como o dos pais em cuidar dos filhos participando da educação deles na escola e no "educar em casa" (G6P2).

G6P2 - (...) Escola também tem próxima, eles se preocupam, corre atrás, se a criança falta, eles se preocupam em saber o porquê, o motivo, telefona, faz reuniões (...), principalmente em relação a atividades, né, para tirar as crianças da rua, adolescentes. Isso sim, isso está ruim demais. Porque no bairro, mesmo, que eu moro tem as crianças, adolescentes que estão

nas ruas sem fazer o quê, se envolvendo com aquilo que a gente sabe que está acontecendo hoje em dia, né? (...) Só que aquilo, se a gente não segurar em casa, não educar em casa, não é o governo que vai fazer.

G6P3 - Educação vem de casa.

G6P4 - Educação quem dá são os pais.

G4P5 - Bom, aonde minha filha estuda não tem o que reclamar, porque estudei lá. Muito bom, atende muito bem, na hora que a gente chegar, eles incentivam para a gente acompanhar na escola, está vendo o aluno.

G4P4 - Aí tem só três ou quatro mães que pegam no pé da professora, que exigiu mais da parte dela... Mas são 38 alunos, mas só tinham 15 pais dentro da sala de aula. Eu acho que não é tão culpa do governo também.

No debate do G9, os participantes abordaram a questão da participação em reuniões na escola e da assiduidade dos alunos:

G9M - E o acompanhamento dos filhos, do aprendizado deles...?

G9P8 - Meus filhos, meus três filhos estudam no CEU. Lá é tipo assim, tem o período integral, tem uma que estuda no período da manhã, sai do colégio meio-dia e fica no CEU até umas 5 horas da tarde, que tem um projeto lá Guri Santa Marcelina, outras coisas que eles participam. E o mesmo caso dos outros dois filhos. O negócio da Bolsa Família, recadastramento, a primeira coisa, a escola está ciente e passa às vezes, até, passa até um bilhete comunicando para a gente ir na escola. No meu caso é assim. Lá, para a gente, como eu recebo o Bolsa Família, a diretora que falou que sempre a gente tem que estar participando das reuniões, não só de pais e mestres, mas também do conselho, da escola, participar dessas coisas, porque todas as vezes, como tem projetos lá da UNICEF, essas coisas assim. Então a gente tem que estar a par, entendeu? Porque aí quando aparece qualquer novidade com (...)

G9P6 - No meu é assim também.

G9P8 - Ir na escola porque eles dão o papel, dão o endereço bonitinho para você ir, você vai até para fazer o recadastramento, entendeu? Mas tem que estar tudo bonitinho, a criança em dia na escola. Como, no caso, a minha

filha ficou um tempo afastada por causa de doença, sim, aí teve que levar a frequência, na época até tive que cadastrar, aí não estava com a frequência 100%, aí eu tive que levar os atestados dela para justificar porque não estava 100% de frequência na escola.

G9P8 - Mas a participação com os filhos na escola é assim, não só reunião de pais e mestres, mas conselho de escola, conselho de classe. Tipo assim, vai ter um evento na escola no final de semana, vocês vem e participa, isso também é bom, entendeu? Que ajuda a gente a ter mais, tipo assim, um convívio mais legal com os responsáveis que cuida, entendeu? Para mim está sendo ótimo. Como fiquei um ano cortada, mas graças a Deus voltou de novo. Então foi através disso que eu acho que até hoje eu recebo.

G9P8 - Mas às vezes, colega, é o que eu falo para você: próximo ao Castro Alves, eu moro mais para frente um pouco, às vezes a gente só ficar parada num canto, a gente tem que ir buscar, tipo eu, eu vou, quero saber o que está acontecendo com meus filhos, vou na escola, a gente tem que perguntar...

G9P8 - Tem gente que só vê a agendinha do filho, hoje não tem aula, às vezes o seu filho pode estar ótimo na escola, mas às vezes vai lá conhecer quem que está cuidando da escola, quem é que está lá com os teus filhos. Eu trabalho e estudo, mas o que eu posso, eu falo assim no meu trabalho, estou indo para a reunião do meu filho, eu vou, entendeu? Eu vou porque eu sei que é importante para os meus filhos.

G9P2 - Eu sou a favor dela, porque eu sou assim, eu tenho os meus dois filhos, hoje, graças a Deus eles são maior, já, e assim, mesmo com ou sem a reunião, eu sempre gostei de ir até...

G9P2 - Que evita de eles se juntarem com más companhias, coisas erradas. Então eu sempre gostei de perguntar para a diretora (incompreensível)

G9M - Tem algo que vocês também estão chamando atenção, que é vocês podem ir até a escola e participam e também passam a ter uma participação mais ativa por uma iniciativa de vocês. Acontecem as duas coisas, é isso, né?

G9Pni1 - É.

No diálogo dos participantes no G9, os integrantes do grupo debateram e opinaram sobre o acompanhamento dos alunos e o controle das faltas; alguns relataram o que fizeram quando discordaram dessas regras ou concordaram com elas:

G9P9 - Que nem ela está falando de escola. Eu concordo com ela, desse acompanhamento que é normal de toda mãe, avó, fazer esse acompanhamento do filho na escola, de estar indo em reunião e estar indo lá. Só que ela falou que eles comentam nas reuniões a respeito dos benefícios, que é bom por causa do benefício. Na minha região não, não se comenta que tem nada a ver frequência, a não ser quando a gente recebe a cartinha falando que vai ser cortado por causa da frequência, mas em reuniões de pais, alunos, nenhum outro evento se comenta isso. Eu, na minha situação, eu até desconfio que a escola que a minha filha estuda envie qualquer relatório. Porque eu fui lá e o diretor falou: ela está com a frequência boa, porque ela não falta. E eles me mandaram carta falando que ela estava com a frequência baixa.

G910 - Pois é, eu moro em frente a uma escola e eles têm vigiado a gente assim do começo que eu estou lá, eu estou sempre ajudando, eu gosto de ajudar lá a dar comida para as crianças. Então eu vou lá, eles têm observado, criei os meus três filhos tudo ali dentro desde o começo, era da prefeitura, passou para o governo, né? Eu não sei se é do governo, eu não entendo nada, só sei que eu vou lá e levo os meus filhos. Agora esse mais velho saiu e aí eles falaram, né, que como eu tenho dificuldade para arrumar emprego, agora sábado passado que eu fui, né, estava a mulher lá da CRAS, desse lugar que você falou. Vem você preencher a ficha. Eu falei: mas eu não sei escrever. Ela falou assim: fica aí. Deixou eu por último e por fim foi embora 4 horas e não fez nada para me ajudar. Porque ela não queria preencher a ficha para botar eu no serviço. E aí eu vou esperar sábado que vem, eu vou estar, que era para estar hoje lá, para ver se põe eu num serviço para eu também ter a minha renda.

G9P10 - Para mim deu porque eu gosto de ajudar na escola, dar comida para as crianças, botar em ordem as crianças, e eles já me ajudaram muito. Botaram até eu lá naquele lugar para ficar seis meses ganhando, né, assim, para varrer as salas, botou eu e eu ganhei.

G9P11 - Criança de 9 anos hoje ele vai para a escola e ele leva um celular, que minha mãe me deu um celular de presente, está com dois fonezinhos na orelha, o professor, Patrícia, ela está com o fone no ouvido porque ela não escutou. E aí ele vai colocar falta porque ele não respondeu. Às vezes o professor está vendo que ele está ali, só que ele não respondeu a chamada, ele vai pôr falta.

G9P10 - Isso aconteceu com a minha filha.

G9P11 - Experiência própria, que eu tenho dois filhos no ensino médio e tenho uma no ensino fundamental, e eu tenho passado por essa situação.

Só que eu vou lá: não, professor, mas como ela não veio? Ah, ela não respondeu a chamada. Tudo bem, ela não respondeu, mas a diretora como presença de que ela entrou, que ela está na sala de aula, porque ela tem seis aulas, oito aulas por dia, os outros professores estão na sala. Então ela teve presença sim. Então o senhor não pode pôr falta. E cada mãe tem que ver o comportamento do seu filho, como seu filho está reagindo, como seu filho está desenvolvendo. Esse é o meu ponto de vista, eu sou uma mãe que eu procuro ver exatamente o que está acontecendo com os meus filhos ou o que não está acontecendo. Então se cada um fizer a sua parte, todos nós saímos ganhando.

G9P10 - Eu fui lá pedir desculpa porque foi um problema de celular que ela ganhou né, ela fez 13 anos, né? Não custava eu dar um celular para minha filha, o dinheirinho é dela...

G9P11 - Mas aí você tem que estar educando a sua filha a ir para a escola, mas dentro da sala de aula desligar o celular.

G9P10 - Por isso que eu fui pedir desculpa, isso não vai acontecer mais.

G9P11 - A minha filha vai para a escola (incompreensível), ela tem 17 anos, ela estava com faltas porque ela estava com fone no ouvido. Eu falei para ela "da próxima vez, a semana que vem", isso foi a semana passada, eu falei "na próxima semana eu vou voltar na escola e vou saber do professor: ela está usando fone? Está". Então eu simplesmente vou tirar o fone dela. Porque eu ainda sou responsável por ela.

G9P1 - Celular é precisão. Escola é caneta, borracha e o caderno. E tem mãe que fala: meu filho está com celular, levou para a escola. Gente, escola é caneta e o caderno.

G9P7 - Toda reunião de escola as professoras falam, mãe...

G9P7 - Eu tirei a coisa urgente porque eu fui na diretoria...

G9P1 - O celular tira muita atenção. Eu sou analfabeta, mas eu não sou burra.

G9P7 - Eu fui na reunião da escola da minha filha, a diretora abriu a gaveta da mesa dela lá, ela falou, olha, mãe, aqui. Acho que bem uns seis celulares, que elas tomam das crianças, que eles ficam lá ouvindo e não escuta a professora. Aí chega a mãe: porque meu filho tirou nota vermelha?

G9Pni1 - Eu mesmo perguntei essa semana.

P1 do G6 comentou serem positivas “as condições da realidade do programa” para incentivar a participação dos pais nas escolas:

G6P1 - (...) Eu acho que é um modo de as condições da realidade do programa, acho que é bom porque assim o pai que realmente precisa ele vai se preocupar se seu filho está na escola, entendeu? Porque tem muitos pais, aconteceu já comigo de pais que não ligam o que o filho faz (...).

A questão do acesso às escolas, creches e pré-escolas foi apontada nas discussões nos diversos grupos como uma questão importante. Apesar de ter havido avaliações de melhorias significativas por parte de alguns participantes que conseguiram inscrições em EMEIS e CEU, acesso a biblioteca e outros, houve também relatos que indicaram a preocupação com o futuro educacional e profissional dos filhos com idade próxima aos 17 e 18 anos.

Quanto ao acompanhamento dos filhos na escola, os participantes indicaram associar a participação em reuniões e o controle de falta, por exemplo, aos condicionantes de permanência e, conseqüentemente, de exclusão nos programas.

Alguns demonstraram valorizar o acompanhamento e o monitoramento feito pelas escolas – com a exigência de frequência dos jovens e participação dos pais – e outros questionaram o problema das faltas. Ao que indicam os relatos, as escolas têm conseguido ter a presença das mães nas reuniões, mas apenas uma participante ressaltou que na escola do seu filho era obrigatória a participação de mãe e pai nas reuniões.

Os vínculos dos programas de transferência de renda com a educação são muito mais sólidos do que com os programas de saúde. A própria origem do programa nacional de transferência de renda foi a Bolsa Escola. Nos municípios em que esses programas apareceram primeiro, também estiveram vinculados a matrícula e frequência escolar das crianças e adolescentes.

Tal vinculação não é nova. Já houve época que a distribuição de merenda e de latas de leite em pó eram consideradas políticas educacionais, e esses benefícios estavam associados à matrícula e frequência das crianças na escola. Mas a educação tem um valor intrínseco a ela. As pessoas valorizam a educação não só pelas oportunidades profissionais que a educação possibilita, mas também pela sua capacidade de inclusão social.

Outro aspecto importante, observado em diversas manifestações, é que a escola é uma porta de entrada para os programas. Há diversos casos de pessoas que se inscreveram nas escolas ou foram encaminhadas aos programas de transferência de renda a partir de recomendação das pessoas que trabalham nas escolas.

Em diversas etapas deste trabalho, a condicionalidade da frequência escolar das crianças e adolescentes foi mencionada. E por meio dos relatos é possível perceber que essa condicionalidade vincula as duas políticas e as torna complementares.

O que merece destaque é a qualidade da educação oferecida. Há muitos exemplos nas manifestações dos participantes de escolas de boa qualidade, integradoras, mas também há muitos casos de escola de má qualidade.

A exclusão dos programas de transferência de renda não pode ser uma ameaça equivalente àquela que a reprovação já foi um dia. Assim como há boas escolas, há escolas ruins, e a transferência de renda não pode ser um argumento para fazer as famílias reféns de escolas de má qualidade.

4.12. Sobre o futuro nos programas

Nesta categoria foram analisadas a perspectiva e o planejamento de futuro dos participantes em relação aos programas de transferência de renda e aos programas complementares. Foi possível observar que as expectativas em relação ao futuro são um tema difícil de abordar, pela dificuldade dos participantes em falar sobre o assunto.

Não houve manifestações espontâneas sobre esse tema em nenhum grupo e quando a moderadora formulou alguma pergunta abordando especificamente as expectativas de futuro (de como eles esperavam que seria sua vida após a saída dos programas), poucas pessoas respondiam. Assim, coube à moderadora insistir na pergunta.

Para abordar os assuntos discutidos nos grupos, essa categoria será analisada sob dois enfoques:

1. A vida sem os programas de transferência de renda
2. Alternativas para saída dos programas.

4.12.1. A vida sem os programas de transferência de renda

Nesta subcategoria foi contemplada a relação de dependência que muitos participantes estabelecem com os programas, mas também a fala de pessoas que ressaltam a necessidade de isso não acontecer.

Além disso, foram abordados os sentimentos gerados a partir da expectativa de

saída, pois se percebeu o medo dos participantes ao falar na perda do benefício. Também ocorreu o questionamento sobre o tempo de permanência, bem como quem deveria ficar ou permanecer nos programas.

Alguns participantes destacaram a importância de não se acomodar ao ser beneficiário de um programa e da necessidade de sempre buscar melhores condições de vida, criticando pessoas que se tornam dependentes e acomodadas:

G6M - Então em relação às expectativas, em relação ao futuro no que o programa te ajuda e quanto tempo você acha que deve ficar no programa, ou quanto você acha que o programa te ajuda. Como é que vocês veem isso?

G6P1 - Mas eu acho que a partir do momento que uma pessoa sente que não está necessitando mais da ajuda do governo eu acho que ela deveria sair e deixar outras pessoas, porque tem pessoas que estão bem necessitadas e não têm auxílio do governo.

G6P3 - Como tem pessoas também que se acomodam pela ajuda.

G7P10 - Uma coisa que não vai atrapalhar minha saúde do problema que eu tenho e estar arrumando um serviço registrado, tendo condições aí para mim, o bolsa já não ia me servir mais. Por enquanto está me servindo por isso. Mas eu sou nova, minha intenção é arrumar um serviço registrado, pagar INSS e não ficar esperando só pelo bolsa.

G11M - O que você acha?

G11P2 - Tem gente que depende do Bolsa Família, mas corre atrás de outros objetivos, só que outros não, se acomodam do Bolsa Família. Tem gente que realmente precisa e não consegue. Quem depende daquilo ali e tem vontade de correr atrás e fazer alguma coisa de útil, o Bolsa Família ajuda, mas não é tudo. Só que tem gente que se acomoda, depende daquilo ali e depois fica reclamando que Deus não existe. Não é por aí, eu acho que depende da gente; esse dinheiro ajuda pra caramba. Para mim às vezes vem e estou sem gás, sempre é bem-vindo. Só que a maioria das pessoas abusa, entendeu? Acha que o governo é obrigado e vamos. Daí onde muita gente fica passando momento difícil. Você chega na pessoa e fala: como você está. "Ah, está péssimo". Eu tenho cinco filhos, eu sou pai

e mãe e graças a Deus dependo do meu trabalho, que é um salário mínimo, e do Bolsa Família. (...). Tem gente que não, cruza os braços e tem bolsa família e acha que está bom.

G11P8 - Eu, por exemplo, faço unha e tenho ganho fora do Bolsa Família. Ela fala que não vou conseguir fazer unha, então vai depender mais tempo do Bolsa Família. Daí esse dinheiro já vou investindo para as necessidades dos meus filhos. Só que tem pessoas que não têm como conseguir. (...). Então as pessoas ficam naquela mesmice, é um pouco interessante. Se você não ganha um agradinho, não vou sair de casa no sábado para ir, não é verdade isso? Você tem que largar o serviço de casa para resolver algum problema. Enquanto estiver trazendo dinheiro está bom.

No que se refere à saída dos programas, foi manifestado medo de perder o benefício e/ou de serem cortados do programa, como pode ser notado em dois exemplos dos Grupos 9 e 4.

G9Pni1 - Eu tenho medo de sair. Eu não posso sair.

G4P7 - Eu fiquei com raiva quando cheguei no banco que eu estava tão precisada, eu chorei. Fui lá e pus o cartão e "será que é o cartão que está errado?" (...). Não ligaram avisando que eu não podia pegar mais. Bem esse mês, que estou sem nada em casa e já fico contando de passar no mercado e trazer feijão, a gente já preocupa com arroz, feijão, açúcar e café, o resto, né?

O trecho relatado acima é um exemplo de outros depoimentos colhidos durante os grupos focais: a falta de aviso no corte do benefício. Esse corte traz grandes problemas para os participantes, que poderiam ser abrandados se houvesse comunicação antecipada do corte do repasse.

No G1, uma participante também revelou a dificuldade que viria a ter se futuramente não tivesse mais o benefício do programa, principalmente para seus filhos:

G1P3 - Eu vou sentir falta, principalmente para os meus filhos, principalmente eles quando pedirem as coisas e falar "não tenho", porque aí eu vou ter que tirar do meu para dar para eles. Então se eu perder, eu falo, mas tudo você acaba se acostumando. Então, para mim, eu vou ter um pouco de dificuldade com eles. Porque eu tenho dois, tenho três, eles querem. Eles

contam, eles falam: “Mãe, cadê o dinheiro?”. Eu falo: “Cadê? Cadê?”. Aí, até o de 13 anos já sabe ir lá tirar, dia 15 ele mesmo vai e tira, me traz direitinho. E aí fala: “Mas vão dar quando?”. Então, entendeu? É um dinheiro que me preocupo assim para eles. Então eles que, tipo assim, criança se acostuma, como a gente que é adulto se acostuma, imagina uma criança. Saber que indo para a escola e vai ter todo mês aquele dinheirinho.

Quando questionadas sobre o tempo limite que uma pessoa deveria ter para participar de algum Programa de Transferência de Renda, foram dadas respostas diversas, com o tempo variando de seis meses a quatro anos e, ainda, conforme a necessidade. A seguir, destaca-se a fala das participantes do G11:

G11M - Quanto tempo vocês acham que uma pessoa poderia ou deveria fazer parte de um programa?

G11P8 - Eu acho que menos tempo possível, eu usei o dinheiro do Bolsa Família e até hoje às vezes uso para investir. Eu tenho três filhos, mas tenho uma dificuldade danada porque o mais velho está numa idade assim difícil de arrumar emprego, aos 17 anos. Só que pediram para procurar a regional e tudo, mas não consigo pôr na cabeça que é um benefício que eles acham que R\$ 100,00 para participar de um curso para fazer. Então, como ele está para servir o exército, não vou ficar para ganhar R\$ 100,00, mas já é um aprendizado, você está pagando para receber esse curso, você não está trabalhando.

G11M - Quando você fala o menos tempo possível, esse menos tempo você consegue precisar quanto tempo seria, esse menos tempo possível?

G11P8 - Eu queria já passar o meu para frente, para alguém que precise mais.

G11M - Você consegue precisar o tempo?

G11P8 - No máximo mais uns seis meses. Eu queria, na realidade a gente fala que seis meses, um ano, a gente nunca sabe o que pode acontecer nesse tempo.

G11M - Quando a gente está falando de participação, quanto tempo seria interessante a gente poder, quanto tempo vocês acham que seria momento, por exemplo, de sair das pessoas, dos programas. Você tem essa ideia de tempo?

G11P5 - Eu não tenho porque peguei o Renda Cidadã dois anos, eu fiz antes da pesquisa de dois anos atrás que me procuraram. Eu já tinha feito

outras pesquisas para o Bolsa Escola.

G11M - Ela está falando de tempo de participação e tempo de você conseguir ter sido incluída. Deu esses dois anos. Mas pensando em que a gente já tivesse incluída e tal. Qual seria o tempo de permanência para a gente ficar no programa?

G11P2 - Eu acho que o tempo depende de cada um.

Os participantes da pesquisa qualitativa entendem a temporalidade do programa, porém acreditam que as condições adequadas para serem excluídos deveriam ser: a) emprego fixo e registrado; b) melhores condições financeiras; c) casa própria – como exemplificados a seguir, em dois trechos de diálogo extraídos do G8 e numa fala do G9:

Com emprego fixo e registrado

G8M - E para você (G8P5), você também acha que dá para planejar alguma coisa?

G8P5 - Não sei, depende de nós. Quem sabe mais para frente arrumar um emprego registrado.

G8M - Mas por hora você disse que usa mais para estar pagando alimentação.

G8P5 - Isso, pagando alimentação. De repente, quem sabe arrumar um emprego. Poder eu mesma pagar as coisas para meu filho.

G8M - Não... para quem participa desse programa, como acham que deveria ser a condição para que vocês saíssem desse programa? Ou seja, o que eu conseguiria para aonde não precisar mais.

G8P7 - Se tivesse um serviço melhor.

G8P8 - Ganhando um pouco mais que um salário mínimo.

G8Pni1 - Porque um salário de R\$ 545,00, um pai de família ou mãe que cuida dos filhos, daí não dá para pagar água, luz, manter as crianças, comprar roupa e tudo. Eu acho que se a gente ganhasse mais do que um salário mínimo, daí, sim. Mas eu penso assim.

Quando estiverem em melhores condições financeiras

G8M - E você, que condição você acharia que seria necessária para não estar precisando mais receber?

G8P6 - Eu acho que serviço também. Pra mulher e pro marido.

G8M - (...) a gente estava falando em relação a quando vocês achavam que uma pessoa deveria sair desse programa. E aí a resposta dela foi em relação a conseguir um emprego, um serviço melhor, você falou as mesmas coisas. E vocês? O que vocês acham?

G8P1 - Ah, eu também. Um serviço que eu sou voluntária, então, para mim. Eu gosto que fixo é melhor.

G8P5 - Eu também, a pessoa dando para se manter, botar comida dentro de casa, pagar as conta e pagar aluguel, quem mora de aluguel, sobrar um dinheirinho para comprar roupa para seu filho e para você, daí deveria sair do programa.

G8M - E você, P9, você disse que não está recebendo agora, mas o que você acha que deveria ser?

G8P9 - Ah, um trabalho fixo, eu acho. Eu estou fazendo 2º ano, eu casei cedo, com 17 anos, fiquei dez anos sem ir para escola, voltei o ano passado e graças a Deus eu consegui arrumar porque estava muito difícil arrumar escola. Daí eu consegui um supletivo e estou terminando, esse ano eu termino. Então o ano que vem espero fazer um curso. Como eu trabalho de promotora, tem vez que eu trabalho, tem vez que fico um mês, dois meses em casa. Se eu tivesse um emprego. Só que para ter emprego fixo você tem que ter pelo menos 2º grau completo. Esse ano está difícil. Então ano que vem eu já, esse ano eu terminando, ano que vem eu tendo 2º grau e daí acho que não sei, né? Eu acho que vai ser melhor para estar conseguindo. Mesmo tendo 2º grau você tem que ter um curso especializado em alguma coisa. Então...

Com casa própria

G9P8 - Eu já penso ao contrário, eu penso assim: pago aluguel, acho que aqui a maioria paga aluguel e tudo, mas a partir do momento que eu tiver minha casa própria, tiver o dinheiro que dá para mim e para os meus filhos se manter bem, eu ia e falava: Não quero mais o Bolsa Família. Porque eu sei que lá na frente tem gente que está precisando mais do que eu. Eu acho assim, que se você tivesse casa própria, uma renda fixa boa que dá para manter eu e meus filhos, para que eu vou pegar esse benefício?

G9P? - É verdade.

G9P8 - Não tenho necessidade porque tem outras pessoas que precisam mais. Então eu acho que a partir do momento que o governo ver, pesquisar tem casa própria, sua renda está compatível, dá para você se manter, vocês estão sendo cortados desse benefício.

G9P? - É verdade. Eu concordo.

G9P10 - Eu também concordo. Na família do meu marido nenhum recebe, e eu, pela graça de Deus, recebo. E eu vou ter minha casa no ano que vem. A prefeitura vai liberar, então, quer dizer, eu vou pedir a Deus para colocar minha cunhada que tem oito filhos. Eu penso dessa forma.

G9P3 - Do modo que ela está falando eu também concordo. Se eu tivesse uma condição facilitada, eu também faria isso, eu sairia e colocava outro. E se eu fosse mais jovem que nem ela, assim, eu queria mais é estar trabalhando. Mas eu vou trabalhar. Porque tem gente que recebe esse Bolsa Família e nem trabalha.

G9P? - O pior é que é mesmo.

As respostas dos participantes dos grupos de controle aproximaram-se das que foram dadas pelas mulheres que já são beneficiárias:

G10M - Falando disso, o que vocês acham sobre isso? Quando que alguém deveria sair de um programa?

G10P1 - No caso de arrumar um emprego fixo (...). Eu queria ser fixa, mas já que não pode, eu concordo plenamente que outras pessoas precisam mais do que eu. Porque tem gente que a gente vê na rua passando necessidade, vê morando na rua, não tem um lugar, não tem casa, isso todo mundo vê. Então você às vezes tem que ser cortada mesmo para entrar outra família que está precisando mais do que você.

G10P6 - Tem pessoas na rua. É que, assim, eu trabalhei muito com o social. Hoje eu trabalho mais com o social do que qualquer outra coisa. Então para mim hoje ficar em casa, eu fico com as crianças, mas sempre eu estou indo, sabe, a gente faz sopão para levar na rua...

G10Pni1 - Eu faço na minha igreja.

G10P6 - Então, aqui em São Paulo a gente mexe com isso. Eu vou falar para você: tem muitas pessoas que estão na rua por opção. Tem casa, tem a caminha dele lá, entendeu? Muitos entram na droga. Então eles que às vezes aceitam aquilo. Então às vezes a gente tem que ver assim, que, às

vezes, a pobreza é igual muitas pessoas, igual nós aqui. Nós estamos aqui, pelo que eu vejo aqui, todo mundo está passando por uma fase ruim, que todo mundo precisa de uma ajuda, né? Mas tem pessoas na rua que você vai procurar, vai ajudar, eles não querem não. Não querem voltar para casa, não querem ter estabilidade, não querem emprego. Eu era funcionária pública, eu prestei concurso e saí porque falaram lá na escola, mesmo, me prometeram que eu ia ser professora efetiva. Eu comecei, prestei concurso também. No caso eu comecei a estudar letras e eu perdi. Perdi as aulas e perdi também minha estabilidade. Tive que pedir exoneração para começar dar aula, e hoje eu falo, até falo para os meus filhos: se vocês querem uma coisa, até emprego, ah, eu vou sair. Não, fica lá, aguenta firme. Só sai se conseguir outro, né? Porque hoje em dia a molecada... Eu estou com 42 anos. Hoje em dia para eu conseguir emprego fixo é complicado.

Duas características marcam as manifestações sobre a continuidade da vida dos participantes sem os programas de transferência de renda. A primeira delas é que sabem que o programa tem um prazo e que, ao seu final, acreditam que haverá dificuldades para enfrentar o dia a dia.

A segunda, e mais importante, é que as pessoas manifestam quais seriam as condições ideais para sair dos programas, e as saídas indicadas – “emprego fixo e registrado”, “melhores condições financeiras” e “casa própria” – são critérios apontados desde o início deste relatório e referem-se ao aspecto social da cidadania.

É interessante notar que esses desejos não se politizam. Em outras palavras, não se transformam em reivindicação organizada por emprego, renda e moradia. Não houve manifestação, em nenhum dos 12 grupos, sobre algum processo de reivindicação coletiva ou de organização voluntária das pessoas.

4.12.2. Alternativas para a saída dos programas

Nessa subcategoria foram abordadas alternativas para a saída dos programas que os participantes conseguem (ou não) estabelecer em suas vidas. Além disso, foram analisadas as expectativas em relação ao futuro e como pensam que ele vai ser quando deixarem de receber o benefício.

A perspectiva do futuro retoma temas já abordados neste relatório, uma vez que a capacitação profissional dos participantes e de seus filhos é a principal alterna-

tiva que eles propõem aos programas de transferência de renda. Mas, mais uma vez, esbarram na incapacidade de acessar o mercado de trabalho com os cursos oferecidos.

Uma das estratégias usadas pelos participantes na tentativa de viabilizar a saída dos programas é a profissionalização. Algumas participantes relataram que utilizam o benefício para estudar e, conseqüentemente, mudar sua condição de empregabilidade ou a de seus filhos, mas a dificuldade de obter um emprego, como já vimos anteriormente, ultrapassa a simples participação em cursos profissionalizantes.

G5M - (...) Falem um pouco a respeito da expectativa com relação ao futuro, da expectativa dos programas de transferência de renda na vida de vocês. (...)

G5P6 - Eu fico em casa com as crianças (...). Eu vejo isso como uma ajuda para eu terminar meu curso, não me sobrecarregar e não ter tempo para eles. Eu vejo isso como uma ajuda para amanhã estar formada na profissão que eu escolhi e deixar para quem precisa.

G5P6 - Eu estudei, terminei o ensino médio, só que depois que engravidei não fiz mais nada, só trabalhei e cuidei de filho. Eu fiz o processo seletivo para o curso e passei, penso em terminar, me formar na profissão que eu escolhi e deixar para quem precisa.

G8P7 - Só que quando você termina o curso não tem como você trabalhar numa construção civil. Para mulher é assim, é o único lugar aonde as mulheres não conseguiu entrar, é ali, na construção civil. Agora já tem curso para mulheres trabalhar na construção civil, só que os homens não querem nós na construção civil. Você vai pôr piso no meu lugar? Mulher é mais detalhista, mais cuidadosa. Então não tem como ingressar na construção civil. (...) Eu fiz interessada em nem arrumar emprego, mas fazer na minha casa, porque como eu sou viúva, meu esposo fazia. Só que agora eu sou viúva e não tem quem faça. Você pagar R\$ 100,00 num dia do pedreiro. (...) E eu não tenho condições, então eu compro material e eu mesma faço. Só que teve uma proposta da gente ingressar, só que está difícil. Então, quer dizer, eu fiz um curso que vai valer só para mim na minha casa, mas para mim ganhar dinheiro por enquanto ainda não.

G8M - E esse era um curso que você achava que ia lhe ajudar a entrar no mercado de trabalho?

G8P7 - Não, nem fiz tanto pelo mercado de trabalho, fiz mais para arrumar minha casa mesmo. Porque ambos não sabiam fazer nada, meu filho tam-

bém não, então você sempre tinha que pagar alguém para fazer e isso era o difícil, você ter uma renda para você pagar alguém. Porque os R\$ 350,00 que eu ganho, eu vou no mercado e fica lá, só daqui a um mês que eu vou ter aqueles outros R\$ 350,00, entendeu? Só que, assim, o pessoal falou que a gente está trabalhando, vamos ver se a gente consegue. Mas só 5% das mulheres que fizeram esse curso que vai poder entrar na construção civil. Quer dizer, eu já arrumei agora para assentar azulejo em dois cômodos, mas porque meu amigo que é pedreiro ele falou que “eu peguei um serviço, você quer pôr o piso?”. Vou sim, mas não na construção mesmo, que era o que eu queria. Mas já é uma ajuda, né?

Essas manifestações continuam em outros grupos, acrescidas de novas sugestões como alternativas de ajuda financeira para abrirem um negócio próprio. Sempre com vistas a terem a possibilidade de se manter, trabalhar sem precisar mais da ajuda financeira viabilizada pelo benefício:

G2Pni1 - Trabalho para todo mundo ou então empréstimo para abrir um restaurante, para abrir qualquer coisa que a pessoa quiser.

G201 - Porque vocês estão dizendo assim, deixa eu ver se entendi. Que vocês sabem que uma hora vai acabar, mas que vocês precisam fazer alguma coisa para, de fato, mudar.

G2P5 - Se dessem serviço para todo mundo era melhor que esses benefícios, porque existe muito mato, existe muito terreno baldio, existe muito... prefeitura, governo não vê isso, então de estar oferecendo..., então se ele abrisse um projeto e saísse nas casas caçando, desse emprego para a gente, era muito melhor.

G7P2 - Dá alguma coisa para fazer, para a pessoa receber, então dar um emprego, dar alguma coisa para que a gente possa fazer e receber. Porque tem pessoas que (...), que nem o tratamento do meu filho, eu podia trabalhar um dia, dois, mas (inaudível)...

G7Pni1 - Se tivesse alguma atividade, alguma coisa assim para a gente fazer para receber o benefício maior.

G7Pni2 - Isso. Isso.

G7P1 - Eu acredito que poderia ser melhorado da seguinte forma. Você faz o curso e você conclui. Só que você não tem extra, a não ser bolsa família e tirar para comprar no caso dela. Seria interessante se junto a esse curso

viesses a oportunidade também, entendeu? Tipo uma parceria com as empresa, tipo aquela empresa que faz doação, que dá emprego e é reduzido no imposto. Eu acredito que se desse oportunidade para esse pessoal que faz o curso ali, entendeu? No caso dela de manicure.

Outra forma de inclusão seria através dos filhos e sua qualificação para o mercado de trabalho mediante a inserção dos jovens em programas de formação profissional ou em programas voltados para a juventude em horário complementar à escola. A seguir, pode-se ver uma manifestação desse tipo.

G6M - Então, quando completa 15 para 16 anos, eles tiram do Bolsa Família e pagam Bolsa Jovem. Eu acho que em vez de pagarem o Bolsa Jovem devia fazer um curso.

G6P2 - Eu acho que um Senai.

G6P1 - Em vez de pagar os R\$ 38,00, seria bem melhor. Porque com R\$ 38,00 você não paga um curso.

G11P8 - Eu falo pela dificuldade que estou tendo com os adolescentes, não consegue deixar eles preso em alguma coisa, algum trabalho para eles até passar essa fase de exército, dos 14 aos 17 anos. Eu acho que o governo facilitasse mais, porque não consegui até hoje encaixar ele em alguma coisa.

G11P6 - Eu acho que poderia ter um projeto para criança: criança estudou tal hora podia ter um projeto, porque lá na minha casa não tem. Às vezes a criança chega da escola, como é o caso do meu filho, almoça e tudo, e quer ir para rua brincar, entendeu? Então às vezes não tem como segurar dentro de casa, não tem nada para passar o tempo. Uma educação a mais que depois que a criança saísse da escola, eu acho que seria bom um projeto pelo menos para passar o tempo.

G2P2 - (...) Então eu acho que se tivesse alguma coisa assim que ocupasse a mente, ou até mesmo uns cursos que tirasse, incentivasse eles, né, já melhorava bastante (...)

As participantes também demandaram que a inserção no mercado de trabalho seja viabilizada inclusive para os idosos, conforme a manifestação a seguir:

G9P5 - Eu acho que para o futuro igual a dona N. colocou eles poderiam também pensar nessa faixa etária. Quando a gente já está mais de idade,

algum trabalho que pudesse o idoso ainda poder trabalhar ou, assim, a gente com uns 40 anos. Porque realmente eles acham que muito jovem pode vir. Então eu acho que eles poderiam abrir mais oportunidade para essa faixa etária de 40 até 70 a 80, que ainda fala e consegue trabalhar. Os mais velhos eu acho que eles queriam mais oportunidades também, porque só deles ficarem ali parados eu acho que ficam mais doentes. Então já vai dar mais trabalho. Então se eles pudessem fazer alguma coisa que fosse que nem para os jovens, que nem eles fazem para o menor aprendiz, só seis horas por dia, só quatro horas por dia. Então vendo a opinião da dona N. eu estava pensando nisso também. Eles poderiam criar algo já para essa faixa etária pra gente também, já que os jovens têm a vida inteira pela frente. Que a gente tivesse mais oportunidade também.

As sugestões sobre cursos são as mais comuns. Por trás dessa sugestão há uma crítica acerca da eficácia de inserção no mercado de trabalho a partir dos cursos atualmente oferecidos.

G1P1 - Eu penso assim comigo, que às vezes seria melhor eles proporcionarem um curso para a gente que já estamos numa certa idade, para encaixar a gente em empresa, fazendo qualquer coisa e cortar os cursos. Eu acho que seria bem melhor porque você estaria ali crescendo dentro de uma empresa e ganhando bem mais.

As sugestões apresentadas nos grupos de controle não diferem daquelas apresentadas nos grupos experimentais.

No G10, as sugestões levantadas versaram sobre a necessidade da inclusão de cursos profissionalizantes para pessoas de mais idade. A demanda foi de possibilitar a essas pessoas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, conforme a fala da participante a seguir:

G10P6 - Mas eu acho que eles tinham que abrir mais, sabe, expandir mais nessa parte de cursos, cursos profissionalizantes para pessoas de idade, né, porque às vezes a gente vê os jovens que estão começando, mas esses ainda têm o futuro que ainda pode, né? E as pessoas de idade que às vezes nunca trabalharam, às vezes fica o tempo inteiro...

Essa reivindicação ressaltou a necessidade de ganhos financeiros para além do benefício. A moderadora questiona então o que mais, além dos cursos, poderia ser oferecido aos interessados:

G10M - O que mais vocês acham que deveria acontecer?

G10P1 - Eles darem uma oportunidade para a J., que é jovem. Entrar no Pró-Jovem. Dar oportunidade para quem não tem uma profissão, né (...)?

Ainda durante a tentativa da moderadora de discutir a vida após os programas, reaparece o tema dos critérios para o desligamento dos programas. O critério injusto de desligamento – no caso, a idade dos filhos é considerado um critério injusto – dificulta o planejamento da vida para além dos programas de transferência de renda. Um critério justo seria o desligamento do programa apenas quando o filho alcançasse um posto no mercado de trabalho. Esse critério, tido como injusto na visão da depoente, impediria o planejamento da vida pós-programa. Há um exemplo na resposta de P7, do G8, após provocação da moderadora:

G8M - Vocês estão falando dos planos e tal. Como acham que esse benefício que vocês recebem de alguma forma contribui para vocês planejar a vida de vocês? Vocês falaram que tem que planejar mais o que surge no mês, etc. O que vocês imaginam que isso que vocês recebem hoje contribui para a vida futura de vocês assim? Você falou que “eu acho que vai me ajudar porque daqui a um tempo vou conseguir tal coisa”, você falou que “minha filha está num curso”. Como vocês acham?

G8P7 - A gente não sabe se vai ter aquele futuro. Que nem ela falou que tem 16 e já não recebe. Eu, pelo menos, recebo. Não sei se eles pensam que é a idade de trabalhar. Eles vão trabalhar, não precisa mais daquele dinheiro, mas a gente sabe que a realidade não é assim. Primeiro emprego é difícil para eles.

Outra questão abordada nesse momento é a relação do recebimento do benefício com a escolarização dos filhos. Alguns participantes demonstram insatisfação com o fato de o critério de desligamento estar relacionado com a frequência escolar, como se pode observar em trechos dos grupos 8 e 9:

G8M - Vocês estão falando a questão de como tentar planejar. Tem alguma expectativa em relação a esses programas, em relação ao tempo. Como vocês falaram que tem um tempo ali que recebe. Tem alguma expectativa sobre esses programas em relação ao tempo que vocês vão continuar recebendo, se vai passar para outro programa? Ou então de saber que vai perder esse programa?

G8P8 - Eu só sei que quando os filhos da gente completou 14 anos ninguém recebe mais nada.

G8Pni1 - A criança saiu da escola eles já tiram.

G8P8 - Exatamente, saltou da escola, pronto.

G8P2 - Eles já tiram. Esses dias a minha vizinha recebeu uma cartinha falando que a filha dela estava com porcentagem de falta, que se a menina dela continuasse faltando eles iam cortar. Eles mandaram comunicado pelo correio.

G9P7 - Na minha opinião, eu acho que não deveria sair, porque os filhos continuam na escola. Isso daí é uma ajuda também que incentiva as crianças a irem à escola. Porque a gente fala: se vocês vão para a escola, a gente conta com esse dinheiro para comprar alguma coisa. Eu acho assim, que enquanto tiver condições de receber e poder receber, eu acho que pra mim e para todos é muito bom. Eu acho que é uma coisa que tinha que continuar.

As manifestações dos participantes mostram que eles não se sentiram à vontade para falar sobre o tema. As discussões resvalaram para a necessidade dos recursos, a imprevisibilidade das necessidades, os critérios de desligamento e a reivindicação de que se criem alternativas efetivas de preparação dos participantes para o término do programa.

Se os formuladores das políticas de transferência de renda se preocupam com a “porta de saída” dos programas, do lado dos beneficiados essa preocupação se transforma em angústia. Quer os critérios sejam conhecidos, quer sejam desconhecidos, quer o prazo seja determinado, quer seja indeterminado, o término do programa é sempre um problema. Apesar disso, as pessoas beneficiadas pelos programas não reivindicam sua perenidade.

Os participantes dizem que não estão preparadas para o final dos programas. Suas expectativas após os programas, de forma geral, referem-se à maior oportunidade de emprego, quer dos próprios beneficiários, quer de seus filhos.

4.13. Sobre programas e governos

Neste item será apresentada a análise de dois aspectos importantes para a gestão dos programas. O primeiro deles foi uma questão suscitada pelos moderadores em todos os grupos focais e que versou sobre a identificação, pelos participantes, da esfera governamental que administra cada programa: federal, estadual ou municipal.

O segundo foi um tema presente nas conversas em todos os grupos, trazido de forma espontânea: os participantes fizeram relatos acerca de suas observações e percepções de irregularidades, possíveis fraudes, suspeitas de corrupção, favorecimento, venda de benefícios, troca de votos, “jeitinhos” e sobre denunciar ou não tais situações. Considera-se relevante incluir e analisar essas falas e diálogos presentes na análise dos grupos a fim de dar voz às participantes dos grupos focais e contribuir para a melhor avaliação dos programas.

4.13.1. Sobre a gestão dos programas

Em vários grupos, ao serem questionados pelos moderadores sobre a que esfera de governo os programas pertenciam, os participantes apresentaram dúvidas, evidenciando que nem todos compreendem sua origem: municipal, estadual ou federal. Em alguns grupos, aconteceu de um participante se habilitar a explicar, como no exemplo trecho selecionado do G1:

G1M1 - Vocês têm ideia assim (...) de onde vem, por exemplo, esse recurso? Se é governo federal, estadual, municipal, vocês têm ideia disso assim?

G1P11 - Governo Federal.

G1P1 - Federal porque no cartão está escrito, né? No cartão que eu recebo o benefício, que é o Bolsa Família, aí está escrito: programa, né, do Governo Federal.

G1M2 - E os outros? Renda Mínima e o...

G1P11 - Parece-me que todo esse movimento, financeiramente falando, vem do Governo Federal, eu acho assim, não tenho certeza.

Apesar de P11 prestar informações corretas sobre o Bolsa Família, dando, inclusive, a fonte da informação, ao ser provocada pela moderadora a respeito de outro programa (Renda Mínima), demonstrou dúvidas. Os demais participantes desse grupo não se manifestaram sobre a questão. Nos G2 e G5, a dúvida sobre qual era a esfera de governo do programa que recebiam também foi relatada:

G2M - E a Escola da Família é do estado, é do município, vocês sabem?

G2P9 - Do estado.

G2Pni1 - Acho que é da prefeitura.

G2M - Essa escola aqui você sabe se é municipal, se é estadual?

G2P7 - É municipal. A creche também...

G2Pni2 - Sei não, filha, a gente ouve falar.

G2Pni3 - A diferença, que eu saiba, a bolsa família é do Governo Federal. Renda Mínima foi a Marta, na época que foi prefeita, e o Ação Jovem é do governo e o Jovem Cidadão também é do governo.

G5M - Esses programas vocês falaram do governo, mas é o governo o quê? Estadual, federal, municipal?

G5P5 - Acho que é municipal.

G5P7 - Federal porque é autorização do presidente, vem lá de cima. É do federal.

G5Pni1 - O Renda Mínima parece que é da prefeitura.

G5Pni2 - Não, todos federal.

G5P7 - Em todos os estados do Brasil tem esses programas. Em São Paulo não ouvi mais falar do auxílio gás, mas se você for pra o lado do Nordeste, tem gente que recebe auxílio gás. Aqui, antigamente, tinha. Muitas pessoas que vem de lá para cá ainda recebem aqui. Ele é federal porque ele é no país, é para todo país. Tem programas que uns estados têm e aqui em São Paulo não tem.

As dúvidas sobre a esfera pública que administra os programas são muitas. Tanto no G2 quanto no G5 há confusão acerca disso. No G2, apenas dois participantes demonstraram certeza sobre esfera do governo a que pertencem os programas que conhecem, e apenas uma pessoa soube informar sobre mais de um programa, falando inclusive qual foi a gestora que implementou o Renda Mínima. Porém, os outros dois programas – Ação Jovem e Jovem Cidadão – apenas são referidos como sendo “do governo”, sem que se relate a que esfera pertencem.

No G8, o desconhecimento ficou mais evidente, pois nenhum participante demonstrou saber a esfera de governo de nenhum dos programas, fato ilustrado perfeitamente por uma participante, ao dizer “Eles só falam que é do governo”:

G8M - No caso vocês falaram que participaram de um programa e mudou para outro. Vocês têm alguma ideia de que esfera de governo... se é o governo federal, se é programa do município, se é estadual que vocês, o benefício que vocês recebem?

G8P8 - Eles falam que é do governo.

G8M - No caso o seu é o Bolsa Família.

G8M - Vocês têm alguma ideia do que recebem é federal, estadual?

G8P4 - Quem que vai explicar isso para a gente, me diga?

G8M - A gente quer saber se vocês sabem.

G8P8 - Só fala que vem do governo.

G8P5 - Que as ficha ia ser mandado lá para Brasília e que eles ia analisar.

G8P8 - Tem que pesar as criança, tem que estar tudo em ordem com as vacina das crianças. Não pode estar faltando muito na escola, tem que estar na escola sempre ausente...

G8P7 - Senão fica sem receber três meses.

G8M - Então para ninguém, quando vocês estavam fazendo, no caso, o Renda Cidadã, o Bolsa Família, o Bolsa Escola, informou se era programa do estado...

G8P2 - Não.

G8M - Então foi isso, de maneira geral ninguém sabe, ninguém informou se era um programa municipal, se é estadual. Só falou que...

G8P2 - Que é do governo e mais nada.

Além do desconhecimento, os participantes também conversaram sobre as diferenças nos programas e a esfera de governo à qual pertencem, como destacado a seguir:

G9P5 - Assim, eu sou o mesmo caso dela, o meu bairro é diferente do dela, mas nos meu bairro a gente não tem informação nenhuma de programa social pelo governo.

G9P9 - No caso da renda mínima, quando eles fizeram, a minha filha estava no pré, que era municipal. Da época da Marta. Ela mandou uma convocação falando que ia ser dividido com o estado, e daí veio a Bolsa Família. Eles dividiram os benefícios Renda Mínima e Bolsa Família. Foi o que eles orientaram na reunião, que não seria mais pago só pelo governo, estado, uma coisa assim. Então por isso hoje tem os dois cartões.

G9M - A dona (...) falou “o cartão do Lula”. O que que é?

G9P5 - É o Bolsa Família.

G9P9 - É. Governo Federal

G9P5 - A gente não sabe, a gente sabe que eles são os políticos. De que lado eles são eu não sei.

G9P9 - A bolsa família seria do município e a renda mínima, federal (...). Esses benefícios vieram para nós pelo partido do PT, foi sempre quando o PT está é que a gente tem, né?

G9P10 - Renda Mínima também eu sinto que foi...

G9P5 - Ela falou que não tinha nada a ver a renda mínima com esse projeto do Bolsa Família, que era outra coisa.

G9M - Esses cursos, esses programas, eles são do município, estado...

G9P7 - É pela prefeitura.

G9P11 - Programa social do governo é o seguinte: o Renda Mínima é da prefeitura de São Paulo, é só de São Paulo, não é grande São Paulo.

G9P8 - Eu acho que o pessoal da zona sul tem um tratamento diferenciado da zona leste.

G9Pni1 - Eu sou da zona leste, mas é tudo que ela diz.

G9Pni2 - Onde eu moro, não.

G9P8 - O programa Começar de Novo, né, que até uma certa idade, depois dos 40, sabe, assim, você trabalha por seis meses, no período de seis meses, pega cesta básica...

No G10, que foi um dos dois grupos de controle, a pergunta sobre a qual esfera do governo pertencia os programas que elas conheciam, foi respondida de forma muito sucinta, e os participantes voltaram imediatamente para o tema que estavam discutindo anteriormente:

G10M - Esses programas que vocês estão falando... vocês falaram em Suzano, cada um tem em lugar diferente, apesar de ter várias pessoas aqui de Suzano também, mas vocês falaram da diferença que tem em São Paulo, outro só tem em Suzano, mas eles são o que, do município, do Estado, Federal? Como é isso?

G10P? - Eu acho que é do governo.

G10P6 - Algum é municipal, que é esse do leite, mesmo, em São Paulo, acho.

G10M - Como é nas outras regiões, assim, com essa experiência de vocês com relação aos outros programas, com as informações que vocês têm, eles são o quê? Estadual, municipal...

G10P2 - A escola é municipal, mas não tem benefícios nenhum, leite, nem uniforme, nada.

Já no G12, também grupo de controle, o único momento em que a moderadora indagou os participantes sobre essa questão foi quando eles falaram sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Apenas uma participante respondeu e, da mesma forma que no G10, logo os participantes retornaram o assunto anterior:

G12M - O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, vocês sabem se é estadual, municipal, federal...

G12P2 - Federal.

As manifestações dos participantes nos grupos focais mostraram – com poucas exceções – que há um desconhecimento significativo sobre a esfera dos diferentes programas oferecidos – federal, estadual e municipal – e também sobre a própria existência de três níveis. As manifestações indicam que o “governo” se divide entre a esfera federal “superior” e outra local, “inferior”.

Essa confusão, aparentemente, é maior nos grupos com participação de pessoas da cidade de São Paulo – G1, G2, G5 e G9. Nos outros grupos, inclusive os grupos de controle, compostos por participantes de outras cidades da Região Metropolitana, as confusões são menores, ou a própria existência de uma esfera municipal está mais presente.

É importante destacar que, novamente, aparece a ideia de que as condicionalidades variam de município a município e até mesmo de bairro a bairro, no caso da cidade de São Paulo. Em outras palavras, os critérios são aplicados ou percebidos de maneira distinta, e os participantes acreditam que seu funcionamento não ocorre de maneira igual nos diferentes locais de origem a que pertencem.

4.13.2. Observação e percepções de irregularidades

Outro ponto importante, observado na análise, diz respeito a irregularidades percebidas em diferentes grupos focais. Esse não foi um tema proposto pelas moderadoras, nem estava na lista de perguntas propostas originalmente no plano metodológico, mas esteve presente em diversos momentos.

A maioria das manifestações trata de questões vinculadas à suspeita de corrupção e ao desvio das finalidades dos programas, mas também entram nesse capítulo as irregularidades cometidas por erros, desconhecimento dos operadores e falhas do sistema de gestão dos programas.

Novamente aparecem falas sobre a exclusão injustificada e por fatores desconhecidos. Apesar desse tema já ter sido tratado neste relatório, essas manifestações foram mantidas porque elas aqui estão associadas à suspeitas de corrupção. Foram abordadas, nesse caso, por um motivo diferente dos anteriores, mas reforçam a ideia de que o desconhecimento, por parte dos participantes, sobre os critérios e funcionamento, é um dos pontos fracos dos programas.

O diálogo entre os participantes indicou situações em que se observam suspeitas de favorecimento, venda de benefícios, troca de votos/favores e possível corrupção. Também se discutiu a questão de denunciar ou não esses esquemas ilegais. No G6, por exemplo, uma participante fez uma denúncia sobre a existência de favorecimento de pessoas para participar de um programa, relatando que por isso poucas pessoas teriam acesso a ele:

G6P1 - E os programas sociais são escolhidas duas pessoas para fazer. São raras as pessoas que têm acesso... Eles escolhem as pessoas, é o que a primeira-dama quer...

Já no G5, duas participantes falaram sobre pessoas que recebem um benefício, no caso, o Leve Leite, e vendem o leite que recebem:

G5P7 - Eu vejo pessoas que pegam leite e vende.

G5Pni1 - R\$ 10.

No G10, duas participantes afirmaram comprar leite de pessoas que participava desse programa:

G10P1 - Eu comprei uma lata de leite Ninho de uma pessoa que ganhava na escola.

G10Pni1 - É, eu ganhei por muito tempo.

G10Pni2 - E foram vender lá em Suzano para uma amiga minha. Essa amiga perguntou se eu queria comprar e eu quis. Acho que eu paguei R\$ 10,00.

No Grupo 8, além da indicação sobre o que está irregular, os participantes também dialogam sobre a dificuldade que encontram em efetivar a denúncia sobre as irregularidades que percebem em seus municípios, em que não obtêm respostas quando a tornam pública:

G8P1 - Dos cursos que tem em Salesópolis, se você quiser fazer pelo CRAS você tem que pagar R\$ 70,00, R\$ 80,00.

G8P3 - Pelo CRAS é de graça que é pelo governo, o CRAS é do Governo Federal. Tanto que no papelzinho do Bolsa Família está lá, você vai procurar de graça.

G8P3 - Tem que denunciar.

G8P1 - Já fizemos isso. Reunimos um monte de pessoas em Salesópolis, conversamos com a primeira-dama, gravamos no celular, mandamos para tudo quanto é emissora de televisão e até agora nada.

No mesmo grupo, em outro momento, um dos participantes, que não recebia mais benefícios, relatou o caso de um vereador da sua cidade que utiliza a inclusão da população em programas como forma de obtenção de votos:

G8M - Nem no caso quando você falou que foi o prefeito...

G8P9 - O vereador, ele ia ser para ser vereador. (...) Ele ia trazer essa renda lá para o bairro, tanto que ele conseguiu para algumas pessoas, e bastante gente ficou sem. Depois que veio Bolsa Família, que era Casa da Juventude, né? Ele ia trazer vários programas para estar ajudando. Tanto que aquelas pessoas que ele confiou, ele teve poucos votos.

A seguir há citações quanto à cobrança de "taxas" para efetuar cadastros nos programas, relatada por uma participante do G9 (e corroborado por uma participante do G7):

G9P9 - A mulher na cara dura: olha, a gente não pode cobrar, mas vocês vão ter que dar uma taxinha.

G9Pni1 - No CEU?

G9P9 - No CEU.

G9P10 - Aconteceu no meu bairro também. A mulher olhou para a minha cara: você tem que dar R\$ 10,00 por mês. Eu falei: então eu não vou vir, não.

G9P8 - (...) na hora vocês tinham que denunciar, porque isso não pode. Aquilo ali era para ela comer de lanche...

G9Pni2 - Eu acho que para ela fazer o churrasco dela de final de semana.

G9P9 - Até uma época o Renda Mínima estavam, tinha lá uma pessoa que eu não sei direito, que estava dizendo que estava fazendo o cadastro para a Renda Mínima e cobrando e o pessoal pagando.

G9P10 - Aconteceu isso também lá no nosso bairro.

G9P9 - As pessoas pegam uma puta fila, paga para fazer o cadastro e não tinha nenhum papel dizendo que era da prefeitura.

G9P10 - Eu acho que é cada corrupção.

Um caso semelhante é narrado por uma participante no G7, que comenta sobre um caso de corrupção que foi descoberto em seu município:

G7P10 - (...) O que acontece no Bolsa Família, muitos casos foi pegado no Embu e o que aconteceu? A pessoa era registrada em carteira e envolve pessoas que trabalhava lá dentro, cadastrou eles direto pelo sistema e eles começaram a receber. Só que eles eram registrado em cima daquela renda, não tinha necessidade. (...)

Uma participante relatou erro na concessão de um dos programas que a impediu de receber o benefício porque seu nome já constava do cadastro de beneficiadas. Erro semelhante foi apontado por uma participante do G7:

G5P10 - Uma vez veio uma carta para mim falando que eu estava recebendo, só respondi embaixo que eu não estava recebendo nada. Acho que pediram para eu comparecer lá, fui lá e compareci com meus documentos. A mulher: você fez, está recebendo. "Não estou recebendo". Eu mostrei todos meus dados, aí a mulher puxou e falou: "É mesmo". Tinha uma outra mulher chamada (...) que estava recebendo no meu lugar. No começo estava recebendo R\$ 280,00. Pensava que era eu que estava recebendo e eu não estava recebendo, não recebi nada. Aí eles cortaram tudo e eles não me deram. Eles só cortaram e pronto, pegaram o nome da pessoa que fez o papel e acho que mandaram ela embora. A menina estava trabalhando ainda na prefeitura, mandaram ela embora (...).

G7P1 - Na escola teve uma campanha e fiquei o dia todinho na escola para fazer inscrição (...) em fila quilométrica. Eu fiz inscrição no Bolsa Família, eles não me chamaram, até que um dia teve o CRAS, eu fui lá para fazer

e a moça falou que eu já fazia três anos que estava recebendo e eu nunca tinha recebido. Daí foi quando eu fui na CEF e o rapaz falou que meu cartão não estava lá e que eu estava recebendo. Daí eu tive que provar que nunca tinha pego o benefício, alguém estava pegando. O rapaz falou para que eu fosse na central do CRAS, no centro de Itapeceira da Serra. Conversei com a assistente social, passei para ela, foi que ela fez meu cadastro novamente e mandou uma carta para o banco. Daí no mês seguinte eu recebi. (...) e até agora não tive problema com Bolsa Família. Mesmo porque tem reuniões que tem que estar participando todo mês que atrapalha pra caramba, mas a gente vai, mas só isso.

Outro erro apontado pelos participantes versa sobre os critérios para a permanência de um benefício serem exigidos de maneira inadequada. No trecho a seguir, do G9, um participante relata ter uma vizinha cujo benefício foi cortado porque ela não teria feito o pré-natal, porém ressaltando que ela nunca esteve grávida. Uma outra participante disse acreditar que essa seria uma maneira que "eles usam para tirar o benefício para passar para outro":

G9P9 - Para vocês terem uma ideia, a minha vizinha que recebia Bolsa Família foi cortada porque ela não fez pré-natal. Ela nunca esteve grávida. Ela falou assim: minha filha tem 17 anos, eu tive filho agora nesse período e não estou sabendo? Então, que nem no caso da minha filha, ela não tinha baixa frequência na escola e eu recebi a carta alegando que ela estava com baixa frequência.

G9P2 - É uma maneira que eles usam para tirar o benefício para passar para outro.

G9Pni1 - Será que é isso?

G9P9 - Mas aí é errado. Porque ela tem a frequência. Então é uma alegação errônea.

G9P10 - Veio essa carta para tomar solução, porque ela tem muita falta, e ela nunca falta à escola.

No G7, um dos participantes falou do receio que tem de perder o programa por falta de confiança na equipe gestora do programa:

G7P1 - Eu até já andei dando pesquisada, sempre participo de reuniões. Eu até mandei, pedi para um político do partido do presidente dar uma averiguada. Ele me respondeu que o programa Bolsa Família é voltado

para ajudar as famílias carentes, tal, tal, o que foi falado aqui. E que você garante o Bolsa Família as crianças estando na escola e você fazendo seu cadastramento, entendeu? Só que eu cheguei lá e falei isso, eu corro o risco de perder meu Bolsa Família porque eles podem encurtar, porque eles têm todos meus dados, eles podem pegar meu cadastro, como eu já vi eles fazerem lá, entendeu? Eles olham na sua cara e se você tiver com roupinha melhor, eles acham que você está podendo. Então eles têm poder porque têm número o seu documento, endereço, eles podem lá justificar que você ganha outro valor porque quem faz o cadastro é eles. A gente vai lá e só vai responder as perguntas. Só que eles marcam o que eles querem.

G7Pni1 - Mas não faz na sua frente? Você não vê?

G7P10 - Você assina tudo ali, o que e você fala assina embaixo.

Em outros grupos, os participantes sugerem que existem pessoas que, mesmo sem estar dentro dos critérios, conseguem obter o benefício de algum programa, ou ainda recebem o benefício apesar de ter uma boa condição socioeconômica, sugerindo a necessidade de maior controle sobre a concessão:

G3P9 - O cadastro é feito todo final de ano; o cadastramento é feito todo final de ano, as pessoas arrumam um serviço, ficam dois ou três meses, aí quando está chegando perto do cadastramento vai lá e sai do serviço.

G3Pni1 - Quando você vai fazer o cadastramento é exigido a carteiras de trabalho.

G3Pni2 - A pessoa trabalha oito meses por ano...

G3P8 - Na minha rua tem uma mulher que pega R\$ 185, ela tem um bar, os três filhos dela são de maiores, ela não tem que receber e ela recebe. Eu tenho uma irmã que não tem nada.

G3P2 - Eu comentei com a assistência social e ela falou: "Mãe, se você conhece pessoas, denuncia". "Eu não sou cagueta, não estou aqui para denunciar ninguém. (...) Quem tem que ver isso é vocês".

G3P5 - Onde eu moro tem uma mulher que tem um monte de casas de aluguel, o filho está grande, o marido dela trabalha, só que ela trabalha de faxineira e não é registrada, só o marido. Ela não precisa e ela pega acho que R\$ 200.

G6P2 - (...) só que tem a questão de que quando você vai fazer a inscrição também, porque tem pessoas que não são casadas no papel. O que elas alegam? Que é solteira.

G6P4 - Eu tirei, levei tudinho lá e falei que não sou mais casada. Agora só eu, meu filho e minha filha, só assim. Daí pegou e tirou o nome dele lá, o que é o certo. Não é todo mundo que faz isso.

G6P6 - Eu sei que lá em Diadema tem muitas pessoas que se aproveitam do governo. Eu sei que lá em Diadema existe muita gente com carro, principalmente aonde moro.

G7P8 - (...) Depende das coisas que a gente vê. A gente tem que comunicar, tem que prestar atenção. Eu preciso, você precisa, ela precisa, nós precisamos, mas tem muitas lá fora que não precisam desse programa. Tem gente que vai receber Bolsa Família com Vectra, com Tempra e nós não tem nem carrinho de mão.

G10P3 - Mas também sabe por que é assim? Tem gente que faz a inscrição e realmente não precisa. Está tirando de quem precisa.

G10P2 - Eu tenho uma vizinha que não precisa. Ela trabalha, o esposo trabalha registrado e eles recebem o Bolsa Família.

G12P2 - Minha vizinha, uma moça, uma jovem, né, pegou e falou: senhor José, não é que eu não preciso, eu preciso, mas eu não achei que vinha tão rápido assim, e eu não tinha tanta necessidade da casa como o senhor'. Eu acho que o governo devia mandar fiscalizar mais. Tem gente que faz a inscrição, pega e passa para frente.

G12P7 - O governo tenha disponível para o povo, para a população que não tem condições de comprar, que não tem condições de ter uma casa própria, não tem condições até mesmo de comprar uma bolacha, um leite, um café para o filho de manhã para tomar. Então eu acho que essa fiscalização deveria ser mais rigorosa, deveria realmente estar atrás, que tem gente que quer trabalhar e quer ajudar, e tem como o governo colocar gente nas ruas, nos municípios pesquisando isso aí, tem como, sim, você está entendendo? Porque na época de política vai muita gente para a rua sacudir bandeirinha. Então da mesma maneira tem como colocar para fiscalizar nos bairros, nos municípios de São Paulo, principalmente em Suzano. Porque eu falo que eu estava na fila lá para ver o Bolsa Família, a moça falou: tem que mentir mesmo, tem que mentir, entendeu? Tem que mentir mesmo, porque quem não mente, não recebe. O que eu vi no meu

município foi isso, gente que não precisa e está recebendo. E tem gente que não tem pão, fica à mercê dos vizinhos, da igreja, de doação e não está recebendo nada. Chega lá e não tem direito.

O questionamento sobre a efetividade dos critérios de inclusão apareceu constantemente nos grupos, pois muitos participantes disseram conhecer pessoas que precisavam do benefício e que não conseguiam entrar nos programas e, ao mesmo tempo, relataram casos de corrupção, inclusive de pessoas conhecidas, que não precisam e recebem a verba de um programa:

G2P2 - Lá no meu bairro, mesmo, tem gente que não precisa e recebe.

G2Pni1 - E outros que precisam e não recebem.

G2Pni2 - Porque tem gente que não tem renda; quem tem a carteira registrada, aí recebe esses R\$ 30,00; quem não tem nenhum holerite, nenhuma carteira registrada, vai receber R\$ 500,00, R\$ 800,00, agora mesmo quem ganha R\$ 500,00, R\$ 600,00, aí ganha R\$ 30,00 porque não precisa...

Ao mesmo tempo se questionam como isso pode acontecer:

G3M - Só que também não tem como a gente entender isso porque quando a gente vai fazer um cadastramento eles pegam firme, né?!(...)

G3Pni1 - (...) Eu conheço também muita gente que precisa e não consegue pegar.

Uma pessoa no G5 relatou uma experiência pessoal de insatisfação quanto ao processo de cadastramento:

G5P10 - (...) Eu fiz uma vez em 2006 e a mulher me passou a perna, uma moça da prefeitura. Ela fez tudinho e faltou um documento, ela mandou eu buscar na minha casa e eu fui buscar; quando voltei lá ela falou que não dava mais para fazer, pegou todos os papéis e eu falei: "O que você vai fazer com os papéis?" "Vou jogar fora, não precisa mais. Você pode ir embora, não dá para você fazer mais". Quando eu saí de lá, uma mulher ficou olhando e falou para mim: "Moça, você foi boba". "Por quê?" "Ela passou para uma amiga dela todos seus benefícios". Eu falei "Deixa para lá, não vou mais atrás". Ela: "Vai lá, eu vi, vou te ajudar, sou testemunha". "Não, talvez ela precise mais do que eu. Eu estou com um filho na barriga, mas ela precisa mais do que eu, vou embora". Fui embora.

G5P5 - Eu denunciava.

Como vimos anteriormente, o desconhecimento dos programas, seus critérios e suas condições continuam a ser um problema. Aqui, informações sobre corrupção e sobre pessoas que não deveriam receber o benefício, por estarem, aparentemente, além do limite de renda per capita mínimo, se confundem. Ambos os casos são vistos como corrupção.

Muito provavelmente existem casos de desvio e de recebimento indevido de benefícios. Não há como, com base nessa pesquisa, confirmar esses casos. O desconhecimento dos critérios, aliado a alguns sinais de maior prosperidade por parte de alguns participantes, indica que há uma percepção de desonestidade.

É justo lembrar, nesse ponto, que quando as moderadoras pediram a indicação efetiva de falcatruas, não receberam denúncias efetivas. Há que se levar em conta que, nesse ponto dos grupos focais, as pessoas estavam discutindo o papel do Estado e da administração dos programas, e esse tipo de discussão é sempre lembrado quando o tema é a administração.

A participante do G3, por exemplo, disse não denunciar as irregularidades percebidas, pois julga que isso deveria ser feito pelos operadores do programa. Percebe uma irregularidade como desvio, mas julga que a denúncia não faz parte de suas obrigações nem acredita que tenha o direito de fazê-las.

Misturam-se, nesse caso, uma certa descrença nos resultados com uma ideia de que é errado denunciar ("alcaguetar" no termo da depoente, que também significa fazer intrigas ou mexericos), mas é válido lembrar que não se registrou a existência de uma ouvidoria ou uma câmara de recursos ou de reavaliação das decisões tomadas internamente. Em outras palavras, mesmo se nossa participante quisesse delatar uma falcatrua, ela não saberia a quem se dirigir.

5.

CONCLUSÕES

As conclusões apresentadas a seguir são de três tipos. O primeiro deles refere-se às perguntas e problemas levantados pelo Plano Metodológico e que se converteram nos roteiros dos grupos focais. Esses roteiros, é bom lembrar, contemplaram temas e conclusões das pesquisas quantitativas, indícios apresentados pelas entrevistas preliminares e temas necessários ao aperfeiçoamento da condução dos programas de transferência de renda.

Essas perguntas, problemas e temas foram apresentados aos participantes dos grupos de diferentes formas: algumas vezes sugeridos e, em outras, em forma de perguntas.

O segundo tipo de conclusão refere-se a temas que não estavam previstos no roteiro original, mas que se impuseram à pesquisa no decorrer dos trabalhos. São problemas trazidos pelas próprias participantes e que, por sua insistência nas falas, entraram nas conclusões. Foram tratados abaixo como os títulos de Informação e Falta de uma câmara de recursos e de uma ouvidoria.

O terceiro tipo de conclusão aqui apresentado refere-se a temas que não apareceram nos depoimentos. Trata-se, logicamente, de um estranhamento por sua ausência e muitos outros temas poderiam entrar nessa categoria. Mas esses foram os “silêncios” que mais chamaram a atenção e referem-se à ausência da percepção dos programas como direitos das pessoas.

a) Verificar como os participantes chegaram aos programas sociais. Qual a fonte de informação? Qual a porta de entrada para programas? Como você se inscreveu no(s) programa(s)?

De acordo com as manifestações dos participantes, o acesso aos programas ocorreu de forma diversificada, o que, no entanto, não excluiu a ocorrência de casos pontuais de favorecimentos na concessão dos benefícios, como indícios de privilégios no ingresso de alguns beneficiários em detrimento de outros.

As portas de entrada dos programas de transferência de renda são múltiplas e abertas. A principal é o CRAS, mas também há citação de inscrições nas escolas e de visitas domiciliares por agentes, bem como orientação aos potenciais beneficiários por meio de organizações não governamentais.

Essas portas de acesso aos programas são usadas tanto pelas pessoas que são ou foram beneficiadas quanto pelas pessoas que participaram dos grupos de controle e que, cadastradas, ainda não foram contempladas.

b) Verificar se os participantes são capazes de identificar em qual esfera de governo tem origem o programa do qual participa, ou seja, se ele é federal, estadual ou municipal.

Existem pessoas que conhecem os programas e conseguem identificar sua origem e gestão e outras que não conseguem identificar a esfera administrativa que implanta e gerencia os programas de transferência de renda. As três esferas de governo são confundidas. Quando são identificados os três programas, não se sabe exatamente qual é federal, qual é estadual e qual é municipal.

As participantes da pesquisa, em muitos casos, parecem dividir o poder público numa administração “superior”, vinculada ao governo federal, e numa administração “inferior”, em que as esferas estadual e municipal se confundem. Sobre esse tema não foram percebidas diferenças entre as pessoas contempladas e não contempladas pelos programas.

c) Se os participantes têm conhecimento das condicionantes para permanecer nos programas dos quais participam ou para mudança no valor do auxílio.

Tanto os participantes ouvidos nos grupos experimentais quanto os não participantes (grupos de controle) têm conhecimentos incompletos. As pessoas têm as informações mais gerais, mas faltam os detalhes.

Conhecem algumas condicionalidades, como a frequência das crianças e adolescentes na escola, e também o critério de uma renda média familiar, mas não conhecem os valores que limitam o recebimento dos programas de transferência de renda.

Conhecem a necessidade de recadastramento periódico, mas não sabem qual a função desse recadastramento nem sua periodicidade, e o veem como uma ameaça a sua permanência nos programas.

As pessoas não contempladas veem no recadastramento uma etapa do controle e da fiscalização dos programas. As pessoas de regiões diferentes se referiram

a condicionalidades diferentes, conforme o bairro (no caso de São Paulo) ou a cidade de origem.

d) Verificar quais as melhorias efetivas e claras que os programas proporcionaram à vida dos participantes. Devem ser citados exemplos efetivos.

Na visão dos participantes, os recursos recebidos trazem alento durante a permanência nos programas de transferência de renda, se incorporam ao orçamento familiar e propiciam um maior conforto econômico, mas não são capazes de acabar com as crises causadas por urgências e emergências eventuais. Nota-se que não há percepção de que o incremento de recursos seja suficiente para que as famílias deem saltos em seu padrão de consumo.

Há demonstração de vínculo entre os recursos recebidos pelos programas de transferência de renda e as necessidades das crianças e adolescentes dessas famílias. Esse vínculo está presente tanto nas famílias contempladas quanto nas não contempladas.

Quando possível, os valores são (ou serão) gastos, preferencialmente, com as necessidades e vontades das crianças e adolescentes. Suas roupas e calçados (tênis) têm uma prioridade nesses gastos. Há, também, várias manifestações de gastos com cursos complementares à educação dos adolescentes, privilegiando seu melhor posicionamento na disputa por vagas no mercado de trabalho.

As pessoas não contempladas têm expectativas maiores sobre essa renda e imaginam que poderão fazer investimentos mais produtivos, quer na própria qualificação profissional, quer na qualificação profissional de seus filhos. Ainda, quando possível, as famílias se permitem pequenos luxos como a compra de iogurtes, bolachas e biscoitos.

Cabe ressaltar a contribuição dos programas de transferência de renda à vida das mulheres. A responsabilidade pelo recebimento dos recursos oriundos desses programas é majoritariamente atribuída a elas, como responsáveis familiares, e nos diálogos é percebido seu empoderamento junto às famílias (aqui entendida como maridos e filhos).

Os programas complementares

O trabalho realizado, desde a etapa da pesquisa quantitativa (entre os anos de 2008 e 2009), não vinculou os programas complementares às condicionalidades dos programas de transferência de renda.

Apesar de existirem vários tipos de iniciativas, os participantes dão importância aos programas de capacitação para o trabalho, quer deles próprios, quer de seus filhos. Os programas que eles frequentaram, no entanto, foram considerados incapazes de incluí-los no mercado de trabalho por serem, na visão deles, muito básicos.

Não se teve intenção, nem está no escopo desta pesquisa, a avaliação dos programas complementares de capacitação para o trabalho, mas nota-se pouca ênfase nos programas desenvolvidos por secretarias, outros órgãos públicos e entidades paraestatais que têm experiência no desenvolvimento desse tipo de capacitação.

e) Verificar qual a expectativa futura sobre os programas. Como as pessoas imaginam que os programas vão contribuir com o seu futuro?

As pessoas contempladas têm poucas perspectivas de melhoria ao término dos programas. Há uma esperança muito grande de mudança vinculada aos cursos, principalmente aos cursos profissionalizantes, mas, pelo próprio depoimento dos participantes, esses cursos têm pouca capacidade de inclusão no mercado de trabalho.

As expectativas em relação aos filhos, principalmente, aos adolescentes, são maiores. Por um lado há o investimento em cursos que os colocariam em melhor situação de disputa por vagas no mercado de trabalho, e espera-se deles um desempenho melhor do que elas tiveram. De outro, os programas para crianças, principalmente os complementares ao horário escolar, são muito valorizados e espera-se que ofereçam melhor formação às crianças através de cursos, atividades esportivas etc.

Nos grupos de controle, as expectativas não são maiores e se referem ao recebimento dos programas de transferência de renda. Muitos dos depoimentos mostram que as mulheres participantes dos grupos de controle têm parentes e amigas que já recebem esses valores (algumas também já haviam participado de outros programas e estão inscritas novamente). As crianças – filhos e netos – continuam com um papel importante na alocação futura desses recursos.

f) Verificar o melhor momento para a saída dos programas de transferência de renda, na opinião dos participantes.

Há um conhecimento de que os programas têm prazo determinado, mas poucas pessoas conhecem esse prazo. As sugestões para o desligamento dos programas vêm das pessoas participantes e não participantes dos programas de transferência de renda e vinculam-se a mudanças efetivas na vida dos contemplados.

Em outras palavras, as sugestões contemplam o abandono dos programas quando as pessoas estiverem formalmente empregadas, ou com uma renda garantida através de atividade autônoma, ou, até mesmo, quando tiverem casa própria.

As pessoas deveriam permanecer nos programas, de acordo com as participantes dos grupos focais, enquanto não tivessem condições de se manterem por suas próprias condições de trabalho e geração de renda.

g) Como a participação em programas complementares auxiliou as pessoas ou membros da família na busca de outros serviços, em processos de melhoria de vida e em caminhos de inclusão em outros espaços institucionais, além dos próprios programas complementares? Em outras palavras, trata-se de investigar quais as melhorias estimuladas pelos programas complementares.

Os programas complementares pesquisados, de acordo com a pesquisa quantitativa, não estavam subordinados às condicionalidades impostas pelos programas de transferência de renda.

As pessoas conhecem os programas complementares de formas múltiplas e cruzadas: a participação em reuniões dos CRAS e ONGs, o aviso de amigas e vizinhas, a participação em cursos e palestras.

Essas atividades não parecem levar as pessoas a algum tipo de organização comunitária, como grupos de reivindicações de direitos ou cooperativas de trabalho. Houve poucas manifestações das participantes sobre algum tipo de envolvimento comunitário ou social. As buscas por melhorias relatadas são sempre vinculadas a cursos realizados e a colocação no mercado de trabalho. Em outras palavras, os programas complementares não pareceram ser suficientes para mostrar às pessoas outros caminhos de organização e de inclusão social.

Há uma busca por programas complementares para as crianças, em contrarresto escolar. Esses programas são valorizados, assim como as instituições que os promovem.

h) Quais foram os itens incorporados ao cardápio das famílias e se houve distinção entre famílias participantes de diferentes programas complementares.

Ao contrário da pesquisa quantitativa, pelo relato dos participantes nos grupos focais, o cardápio das famílias não foi alterado ou, em pouquíssimos relatos, houve uma alteração eventual e muito pequena, como a substituição de ovo por frango. Há relatos de compras de produtos como iogurtes, biscoitos e bolachas, mas são poucos e esparsos. Quando aparecem estão vinculados à vontade dos filhos por um consumo diferenciado, mas há prioridades na despesa familiar que os antecedem: roupa, tênis e outras urgências.

Pelos relatos dos participantes, não há percepção de que as transferências de renda sejam suficientes para mudanças no padrão de consumo das famílias. As dificuldades com as despesas correntes continuam, e os novos itens do cardápio, quando aparecem, são esparsos ou tratados como luxos eventuais.

i) (Saúde) Em que medida a participação de programas complementares os levou a buscar os serviços públicos de saúde, e qual o desempenho desses serviços?

De acordo com os depoimentos, não é possível estabelecer vínculos de complementaridade efetivos entre os programas de transferência de renda e os programas de saúde. Para os participantes, parece que são duas políticas públicas paralelas, que atendem ao mesmo público, mas têm lógicas, equipamentos e protocolos distintos.

Não estava no escopo desta pesquisa avaliar a qualidade dos serviços de saúde, mas, como parte importante e integrante da vida dos participantes dos grupos focais, saúde e educação foram assuntos que apareceram em todos os grupos, independentemente do tema tratado em cada um deles.

Os serviços de saúde são conhecidos e acessados pelas pessoas, e a avaliação que fazem é muito heterogênea. Muitas vezes os mesmos serviços são avaliados de forma muito distinta, dependendo da cidade ou do bairro de origem do depoente. Eles conhecem a qualidade dos serviços, e existem casos de pessoas que burlam o sistema para conseguir melhor atendimento, alterando seus endereços para a casa de amigos ou de parentes para ter acesso aos serviços de melhor qualidade.

j) (Saúde) Há, na família, alguma pessoa obesa? Isso é causa de preocupação ou cuidado?

Há casos relatados de obesidade nas famílias pesquisadas, principalmente de obesidade infantil. Esses casos trazem preocupação aos depoentes, mas há pouca orientação sobre os procedimentos que devem ser adotados.

Quando há alguma orientação, é feita por médicos em consultas individuais. Não houve relatos de o tema ser tratado em outros programas, nem em reuniões promovidas pelos CRAS ou ONGs.

l) (Educação) Qual o vínculo entre o recebimento de informações sobre o desempenho de seus filhos e a participação em programas de educação e capacitação? Trata-se de uma maior cobrança, por parte dos pais, por essas informa-

ções ou são programas que disseminam essas informações e tentam, com essa estratégia, trazer os pais para dentro das escolas?

A pesquisa quantitativa apontou que as famílias que participam de programas complementares de educação têm mais informações sobre o desempenho de seus filhos do que as demais. Essa pergunta teve a intenção de entender o fenômeno e estabelecer a relação de causa e consequência entre maior participação e maior informação.

Nos grupos focais 3, 4 e 9, cujo tema era transferência de renda e educação, a participação dos pais foi tratada com destaque e abordada várias vezes pelas moderadoras e também pelos participantes. Nesses grupos houve muita ênfase sobre a participação das mães na escola.

Muitos dos depoimentos afirmam que a presença dos pais é exigência das escolas, mas houve, também, falas apontando que a participação dos pais na escola, e no processo de aprendizagem dos filhos, é espontânea. Nesses três grupos a relação entre escola e pais foi relatada como muito mais amigável e colaborativa do que em outros grupos, quando vários conflitos foram assinalados, principalmente no problema de anotação de presença de alunos em sala de aula quando usavam fones de ouvido.

Não se chegou a estabelecer qual a relação de causa e efeito entre participação e informação. A resposta mais provável é que ambas se interinfluenciam. Participação traz informação que leva a participação.

k) (Educação) Em que medida a participação em programas de educação leva maior quantidade de crianças à educação infantil?

A pesquisa quantitativa apontou que a participação em programas complementares de educação leva mais crianças à educação infantil. O tema educação infantil foi abordado nos grupos 3, 4 e 9 e não foram relatados, nesses grupos, grandes problemas com a educação infantil.

Houve o reconhecimento de que melhorou em relação ao passado, quando mulheres declararam que tiveram mais facilidade de vagas com as crianças mais novas. Nos outros grupos, o tema da educação infantil foi pouco abordado, sem relatos de problemas como dificuldades com a matrícula de seu filho na creche. Além dos temas constantes no plano metodológico, tivemos um conjunto de informações importantes, trazidas pelas mulheres e que podem auxiliar a gestão dos programas de transferência de renda e que se encontram descritos na sequência.

Informação

Não está no escopo desse trabalho a avaliação dos sistemas de informação dos programas de transferência de renda. Nossa percepção se deu a partir do depoimento das mulheres nos grupos focais que demonstraram não ter domínio completo das informações sobre os programas, e esse demonstrou ser seu maior problema.

As pessoas não conhecem os critérios exatos de inclusão, permanência, exclusão e término dos programas. Isso leva a inúmeros outros problemas correlatos que, por sua vez, se entrelaçam e se reforçam e que poderiam ser evitados com uma campanha de esclarecimentos e disseminação de informação.

A falta de informações precisas sobre os programas propicia uma permanente suspeita sobre a correção e honestidade de todo o processo de inclusão e gestão das bolsas: dos critérios de julgamento aos procedimentos de concessão; das decisões sobre a política até as decisões tomadas pelos operadores dos programas.

A falta de informações gera um receio muito grande nos participantes sobre o cadastramento periódico ao qual devem se submeter para permanecerem nos programas. O cadastramento deixa de ser um evento de verificação do cumprimento dos requisitos e das condicionalidades de permanência no programa e se transforma numa nova barreira a ser superada cujos critérios não são, para os participantes, claros e conhecidos.

Outro problema de falta de informações refere-se ao desempenho das pessoas no cumprimento de condicionalidades. A principal queixa refere-se à frequência das crianças na escola, principalmente à frequência dos adolescentes, cujos pais não controlam e o benefício é cortado sem aviso prévio.

Apesar de as pessoas saberem que há prazo determinado para o término do benefício, não sabem quando ele se esgota e, quando ele se encerra, ficam sem receber o recurso mensal também sem aviso prévio.

Falta de uma câmara de recursos e de uma ouvidoria

Algumas participantes dos programas têm a informação de que problemas devem ser encaminhados aos CRAS, e apenas duas conheciam o telefone 156 da PMSP, que fornece informações sobre os projetos.

Novamente a falta de informação é um problema. A falta de uma câmara de

recursos ou espaço para revisão das decisões tomadas pelos operadores do sistema pode trazer problemas às pessoas beneficiadas pelos programas de transferência de renda.

A ausência desses dois instrumentos reforça, de forma desnecessária, a ideia de que os programas têm falhas. Por último, a seguir, os temas que não apareceram, dentre tantos outros, mas que chamaram a atenção por sua ausência.

Direitos

Os programas não são percebidos como direitos individuais ou como uma obrigação do Estado ou da sociedade. Os programas ainda são identificados pelos beneficiários, majoritariamente, como tendo um perfil de benemerência, caridade e ajuda. Apesar de pesquisadores, estudiosos, militantes e trabalhadores da política de assistência social lutarem contra essa visão, ela ainda é muito presente.

Em linhas gerais, entre as principais conclusões obtidas por meio das entrevistas, está a identificação de que o acesso aos programas ocorreu de forma diversificada, o que, no entanto, não excluiu a possibilidade da ocorrência de casos pontuais de favorecimentos na concessão dos benefícios.

As pessoas participantes demonstraram possuir baixo conhecimento sobre o plano governamental responsável pelo gerenciamento dos programas de transferência de renda. Verificou-se, também, que os participantes têm conhecimentos gerais sobre as formas de acesso e permanência nos programas e sobre suas condicionantes, mas não dominam todos os seus detalhes.

Os programas de transferência de renda têm impacto na vida das pessoas enquanto estão sendo beneficiadas. Já o impacto dos programas complementares analisados que, é importante ressaltar, nem sempre são condicionalidades dos programas de transferência de renda, é muito baixo, e as pessoas beneficiadas sabem disso e gostariam que esse impacto fosse maior.

Os participantes desse estudo também avaliam que a melhoria das suas condições de vida seria possível pelo acesso à educação regular, de uma forma geral, e à educação para o trabalho (dos próprios inscritos e de seus filhos), preparando todos para o mercado de trabalho, o que eles consideraram que não tem acontecido.

Há associação entre os programas de transferência de renda e políticas de educação, mas somente com essas. Tal associação não foi percebida com a mesma

expressão em nenhuma outra política pública, como saúde, habitação ou formação para o trabalho.

Para as pessoas pesquisadas, o melhor momento para a saída dos programas de transferência de renda seria o efetivo ingresso no mercado de trabalho ou a possibilidade de geração de renda. Por último, apesar de serem vistos como um incremento de orçamento importante, os programas de transferência de renda não são percebidos como capazes de mudar o patamar de consumo das famílias beneficiadas

6.

RECOMENDAÇÕES

Luiz Pedone define políticas públicas como “[...] o que os governos fazem, por que fazem e que diferença faz a ação governamental para a sociedade e seus problemas” e “[...] o nexa entre teoria e ação do governo” (Pedone, 1986, p. 7 e 10). Por essa definição, as políticas públicas devem ter clareza em seu objetivo, definir as metas e as formas como deverão ser implantadas.

Em outras palavras, as políticas públicas são ações intencionais dos governos que têm definição de parâmetros, estabelecimento de normas e regras e alocação de recursos pré-definidos para alcançar objetivos específicos.

Os programas de transferência de renda no Brasil, e particularmente em São Paulo, assumiram o papel de promover a inclusão social da população que tem pouco ou nenhum acesso a um conjunto de bens e serviços propiciados pelo Estado e pela sociedade. A exclusão, entretanto, apresenta-se de muitas maneiras. Há, certamente, o aspecto econômico, mas a ele somam-se o preconceito, o desrespeito a direitos básicos, a falta de oportunidade, a restrição de opções de vida.

Os programas de distribuição de renda combatem um dos aspectos da exclusão social e por um tempo limitado. Enquanto isso, deveriam promover de forma mais intensa um conjunto de ações que, provavelmente, trariam maior efetividade à política pública.

- Desenvolvimento de amplo programa de divulgação de informações – As informações que as participantes da pesquisa retêm, aparentemente, ainda são poucas. Os programas de transferência de renda deveriam ter um amplo sistema de comunicação social sobre os critérios, direitos, condicionalidades, prazos dos programas.

A comunicação também deve atingir a relação dos programas com as pessoas participantes, informando quantas parcelas foram pagas, quantas restam, qual o desempenho das pessoas e das famílias no cumprimento das condicionalidades. Em outras palavras, deveria estabelecer um contato direto com os beneficiários.

- Desenvolvimento ou ampliação de uma Ouvidoria / Câmara de recursos – Os programas deveriam ter uma ouvidoria e uma câmara de recursos mais ativa. Sua(s) função(ões) seria(m) explicar o funcionamento dos programas, acolher e investigar eventuais falhas do sistema e promover a revisão de decisões julgadas injustas, no caso da câmara de recursos.
- Estabelecimento de maior vínculo com outras políticas públicas – Os vínculos entre as políticas públicas e agências governamentais de promoção e inserção no mercado de trabalho deveriam ser mais próximas. Essa aproximação deve ser pensada como um reforço às condicionalidades, tornando-as efetivas.

Aumentar a aproximação com as secretarias municipais e estadual de educação, desenvolvendo, por exemplo, programas conjuntos e capacitação de professores e diretores dessas instituições.

Estabelecer vínculos com as agências de saúde para atuação conjunta e complementar dos programas de saúde e de assistência social, inclusive com o desenvolvimento de protocolos únicos e complementares quando possível.

Incentivar redes de atuação conjunta na ponta do sistema em que os CRAS tenham vínculos com outras agências locais de promoção de cidadania e de direitos sociais.

- Capacitação de técnicos dos CRAS, CREAS e ONGs para melhorar as reuniões com os beneficiários dos programas – As reuniões que foram relatadas são muito vagas, dispersivas e sem objetividade. A Seds, que tem ampla experiência de capacitação para programas sociais, deveria desenvolver um módulo de capacitação para as equipes técnicas para a condução dessas reuniões, com material didático e metodologia adequada para que as pessoas conhecessem seus direitos e as formas de acessá-los.
- Implementação de um sistema permanente de avaliação e monitoramento – Os programas de transferência de renda apresentam uma tendência a permanecer no país ainda durante muito tempo, assim é necessário que uma política desse tipo tenha, em seu sistema de gestão, uma área responsável pelo acompanhamento de seu desenvolvimento, pelo monitoramento de seus recursos e resultados e divulgação das melhores práticas.
- Estreitamento das relações com ONGs – As relações com as organizações não governamentais devem privilegiar a formação das pessoas e a politização das reivindicações. Em outras palavras, as associações com ONGs devem ser mais objetivas, com metas que privilegiem a formação

para a cidadania. A Seds deve, se necessário, capacitar os técnicos das ONGs para que cumpram esse papel.

- Elaboração de uma pesquisa específica para avaliação dos programas complementares no âmbito das condicionalidades – Os programas complementares foram avaliados nesse trabalho sob a perspectiva dos usuários. É recomendável realizar uma pesquisa sobre a efetividade dos programas vinculados às condicionalidades impostas pelos diferentes agentes dos programas de transferência de renda.

7.

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

O estudo qualitativo integra o projeto “Avaliação de Impacto do Efeito Conjugado de Programas de Transferência de Renda e Complementares na Região Metropolitana de São Paulo”, que tem como meta o aprimoramento da política socio-assistencial paulista.

O estudo teve como objetivo principal avaliar, com base na percepção dos beneficiados e também daqueles ainda não beneficiados por programas de transferência de renda, a relação entre esses programas e programas complementares, aqui entendidos como os ofertados, por exemplo, com foco nos campos da saúde e educação.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi o território definido para a execução do projeto. A área abrange 39 municípios, incluindo a cidade de São Paulo, e uma população de cerca de 20 milhões de pessoas, de acordo com os números do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa, desenvolvida entre os anos de 2008 e 2011, foi concretizada em dois formatos distintos: quantitativo e qualitativo. O primeiro, feito em duas etapas, entre 2008 e 2009, utilizou o chamado trabalho de campo. Ou seja: a coleta dos dados foi efetivada na região escolhida entre os beneficiários ou não beneficiários de programas de transferência de renda a serem avaliados de acordo com perfil previamente definido.

O segundo, qualitativo, foi efetivado, entre fevereiro e julho de 2011, por meio da realização de grupos de discussão, que reuniram de 8 a 12 participantes. A pesquisa, em suas duas formas, considerou, para análise, os seguintes programas de transferência de renda: Bolsa Família (Governo Federal), Renda Cidadã (Governo do Estado de São Paulo) e Renda Mínima (programa de âmbito municipal), além de diversos tipos de programas complementares.

Um dos objetivos dessa etapa da pesquisa foi auxiliar na melhor compreensão dos resultados obtidos na primeira fase da investigação. A escolha dos integrantes dos grupos foi aleatória, por meio de sorteio, mas restrita aos indivíduos já avaliados no estudo anterior. Ao todo, foram realizados 12 grupos de discussão, também conhecidos como grupos focais, com as seguintes características:

- 3 grupos formados por pessoas que recebiam programas de transferência de renda e participavam de ações complementares na área de educação;
- 3 grupos formados por indivíduos que recebiam programas de transferência de renda e participavam de iniciativas na área da saúde;
- 2 formados por pessoas que recebiam programas de transferência de renda e participavam de outros tipos de ações complementares;
- 2 grupos formados por pessoas que recebiam somente programas de transferência de renda;
- 2 grupos de controle formados por indivíduos inscritos nos programas de transferência de renda, mas que, na época da pesquisa, ainda não eram beneficiários dos mesmos.

A seguir, os principais resultados do estudo qualitativo:

- Os pesquisados avaliaram que não há barreiras para o cidadão comum acessar os programas de transferência de renda, o que, no entanto, não excluiu a citação da ocorrência de casos pontuais de favorecimento na concessão dos benefícios.
- O estudo constatou que as portas de entrada para os programas de transferência de renda são múltiplas. A principal são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- Os programas de transferência de renda, de acordo com os participantes dos grupos focais, trouxeram alento às pessoas beneficiadas. Contudo, os valores recebidos não permitiram que as famílias dessem um salto em seu padrão de consumo.
- Os participantes avaliaram que os programas de capacitação profissional foram incapazes de inseri-los no mercado de trabalho.
- Os indivíduos contemplados, na visão dos próprios, têm poucas perspectivas de melhoria de vida ao término dos programas de transferência de renda. A expectativa de melhoria é maior em relação aos filhos.

8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo. Martins Fontes/Brasília. Editora Universidade de Brasília: 1982.

BAHKTIN, M. The problem of speech genres. In: EMERSON, C.; HOLQUIST, M. (eds). *Speech genres and other late essays*. Austin, Texas: University of Texas Press. 1994. p. 60-102.

BRASIL – Apresentação do Programa Bolsa Família. Disponível em: ←<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>→. Acesso em 11 set. 2011.

COIMBRA, Marcos A. Abordagens Teóricas ao Estudo de Políticas Sociais In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. *Política Social e Combate à Pobreza*. 3ª. ed. Rio de Janeiro. JZE: 1994.

CRESWELL, John W. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 2nd Ed. California. Sage Publications: 2003.

DAVIES, B. e HARRÉ, R. Positioning: The Discursive Production of Selves. In: *Journal for the Theory Social Behaviour*. 20 (1), 1990, p. 44-63.

FERN, Edward F. *Advanced focus group research*. California. Sage Publications: 2001.

FIGUEIREDO, Pedro Paulo Viana. *Retratos da violência contra a criança: as produções discursivas de cuidadoras que frequentam uma instituição de atendimento*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2010.

GOODE, Willian J.; HATT, Paul K. *Métodos em Pesquisa Social*. 7. ed. São Paulo. Cia Editora Nacional: 1979.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores: 1967.

MAZON, J. A (Coord). *Relatório IX: Relatório Final- Análise Comparativa dos Resultados das Pesquisas de (2008 – 2009)*. São Paulo. FIA / FIPE: 2009. Digitado. Texto não publicado.

MAZON, J. A (Coord). Relatório VII: Relatório Final- Análise Comparativa dos Resultados das Pesquisas de (2008 – 2009). São Paulo. FIA / FIPE: 2009. Digitado. Texto não publicado.

NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do. Contar ou não contar: a revelação do diagnóstico pelas pessoas com HIV/AIDS. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2002.

PATTON, Michael Q. Qualitative Research and Evaluation Methods. California. Sage Publications: 2002.

PEDONE, L. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Texto do programa de ensino a distância de atualização para dirigentes e gerentes da área pública nº 4. Brasília (?)/Fundação Centro de Formação do Servidor Público do Ministério Extraordinário para Assuntos de Administração, 1986.

POTTER, J. - Discourse Analysis. In: HARDY, M; BRYMAN, A. Handbook of Data Analysis. London: Sage, 2004. p. 607-624.

POTTER, J.; EDWARDS, D. Discursive Social Psychology. In: ROBINSON, P. W.; GILES, H. The New Handbook of Language and Social Psychology. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd., 2001. p. 103-118.

POTTER, J.; WETHERELL, M. Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behaviour. London: Sage, 1987.

SÃO PAULO – Apresentação do Programa Renda Cidadã. Disponível em: ←http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/apresentacao_rendacidade→. Acesso em 11 set. 2011.

SPINK, M. J. & LIMA, H. Rigor e Visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo, Cortez, 1999, p.17-40.

SPINK, M. J. (org.) Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J. - O discurso como produção de sentido. In: NASCIMENTO-SCHULZE, C. (org.). - Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social. Coletânea da ANPEPP, vol 1, 10, set., 1996, p. 37-46.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (org.). Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

